

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO

MARIA EUNICE MARTCHUK DA COSTA

A EDUCAÇÃO PÚBLICA PARANAENSE SOB A LÓGICA DO MERCADO:
AS POLÍTICAS GERENCIALISTAS EMPRESARIAIS NO GOVERNO RATINHO
JUNIOR (2019-2022)

PONTA GROSSA
2024

MARIA EUNICE MARTCHUK DA COSTA

A EDUCAÇÃO PÚBLICA PARANAENSE SOB A LÓGICA DO MERCADO:
AS POLÍTICAS GERENCIALISTAS EMPRESARIAIS NO GOVERNO RATINHO
JUNIOR (2019-2022)

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre em Educação na
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Área de Concentração: Educação.

Linha de pesquisa: História e Política
Educaçãoais

Orientadora: Profa. Dra. Carina Alves da Silva
Darcoleta

PONTA GROSSA
2024

Costa, Maria Eunice Martchuk da
C837 A educação pública paranaense sob a lógica do mercado: as políticas gerencialistas empresariais no governo Ratinho Junior (2019-2022) / Maria Eunice Martchuk da Costa. Ponta Grossa, 2024.
199 f.

Dissertação (Mestrado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Carina Alves da Silva Darcoletto.

1. Gerencialismo empresarial. 2. Políticas educacionais. 3. Relações público-privado. 4. Educação pública. 5. Paraná - Governo. I. Darcoletto, Carina Alves da Silva. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 370.981



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

MARIA EUNICE MARTCHUK DA COSTA

**“A EDUCAÇÃO PÚBLICA PARANAENSE SOB A LÓGICA DO MERCADO:
AS POLÍTICAS GERENCIALISTAS EMPRESARIAIS NO GOVERNO
RATINHO JUNIOR (2019-2022)”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador (a): Prof^ª. Dra. Carina Alves da Silva Darcoletto - UEPG (Presidente)
Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn -UFPR,
Prof^ª. Dra. Simone de Fátima Flach - UEPG



Documento assinado eletronicamente por **Simone de Fatima Flach, Professor(a)**, em 28/02/2024, às 17:51, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carina Alves da Silva Darcoletto, Professor(a)**, em 28/02/2024, às 17:58, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1855392** e o código CRC **9573EE65**.

Esta dissertação é dedicada à minha família, Regis, Sofia e Olga. Fontes de apoio e incentivo, que permitiu o meu avanço, mesmo durante os momentos mais difíceis. Agradeço do fundo do meu coração por tanto carinho e compreensão.

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa não foi somente uma busca pelo conhecimento, mas a realização de um sonho que foi postergado por alguns anos e só foi possível graças ao apoio e incentivo de algumas pessoas. Por isso sou muito grata:

Aos meus pais, Lúcia e Eugênio, que me proporcionaram, dentro de suas possibilidades, a oportunidade de estudar e me formar na universidade. Agradeço por se fazerem presentes no meu processo de estudos do mestrado, preocupando-se com meu bem-estar, dando todo o suporte que precisei nesse período. Serei eternamente grata pelos cuidados.

Ao meu esposo Regis, companheiro da minha vida, parceiro de lutas e conquistas. Agradeço todos os dias por termos nos encontrado e construídos uma família tão linda. Tenho muito orgulho do ser humano que é.

Às nossas meninas, Sofia e Olga, frutos de muito amor e cumplicidade. Agradeço por serem filhas tão especiais, compreensivas e terem me ajudado a persistir nesse sonho. A vida com vocês merece ser desfrutada da melhor forma possível.

Aos meus irmãos Zé, Clarice e Leonice, pela nossa amizade, carinho e respeito que construímos ao longo de nossas vidas, sou muito grata pelo companheirismo e prontidão em um ajudar o outro.

À minha orientadora, Profa. Dra. Carina, por ter aceitado a tarefa de contribuir com a minha formação, bem como pelas conversas, orientações, construções teóricas e acadêmicas na construção desta dissertação.

Aos professores Dr. Geraldo Balduino Horn, Dr. Jefferson Mainardes e professora Dra. Simone Flach, pelas valiosas contribuições na banca de qualificação, que me permitiram apresentar um melhor desempenho em meu processo de formação.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Capital, Trabalho, Estado, Educação e Políticas Educacionais (GPCATE), professores e estudantes, pelas oportunidades de participar dos processos de estudo com os quais aprendi muito.

Aos meus colegas e professores da turma de mestrado, que me acompanharam durante as disciplinas e proporcionaram momentos importantes de trocas e reflexões necessárias para o processo formativo.

Aos amigos e amigas, que me fortalecem dia a dia com palavras de incentivo e motivação e que sempre se fizeram presentes acompanhando a minha trajetória e torcendo pelo meu desenvolvimento.

Aos meus colegas, professores e companheiros, que lutam diariamente pela busca de uma educação emancipadora.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização dessa pesquisa:
Muito obrigada!

“A educação *para além do capital* visa a uma ordem social qualitativamente diferente. Agora não só é factível lançar-se pelo caminho que nos conduz a essa ordem como o é também necessário e urgente. Pois as incorrigíveis determinações destrutivas da ordem existente tornam imperativo contrapor aos irreconciliáveis antagonismos estruturais do sistema do capital uma *alternativa concreta* e sustentável para a regulação da reprodução metabólica social, se quisermos garantir as condições elementares da sobrevivência humana”.

István Mészáros

RESUMO

COSTA, Maria Eunice Martchuk da. **A educação pública paranaense sob a lógica do mercado: As políticas gerencialistas empresariais no governo Ratinho Junior (2019-2022)**, 2024. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2024.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as influências do modelo gerencialista empresarial nas políticas educacionais do governo paranaense sob a gestão de Ratinho Junior (PSD), no período de 2019 a 2022. Para responder ao objetivo geral, foram delimitados três objetivos específicos: a) Apontar os fundamentos neoliberais no modelo gerencialista empresarial e suas interferências nas políticas para a educação pública brasileira; b) Discutir historicamente as relações público-privado na educação pública brasileira; e c) Analisar as políticas educacionais paranaenses, buscando identificar as parcerias com empresas, fundações, institutos e associações na execução e concessões de programas educacionais. A pesquisa está fundamentada no método materialista histórico e dialético e nas categorias totalidade e contradição, sendo utilizados como instrumentos metodológicos a pesquisa exploratória, descritiva e documental, por meio de leituras e interpretações de leis, decretos, resoluções, termos de convênio, acordos de cooperação técnica, relatórios e matérias jornalísticas. A fundamentação do método Materialista Histórico e Dialético está embasada em Grespan (2021), Politzer (1957), Marx e Engels (2011). Para a fundamentação das categorias, utilizamos Cury (1986) e Netto (2011). Appel (1997, 2001, 2003), Anderson (1995), Saviani (2011, 2013) e Freitas (2028) embasam a compreensão sobre o discurso do estado Neoliberal e Peroni (2013, 2015), Frigotto (2010) e Gentili (1996) embasam a compreensão do neoliberalismo na educação brasileira. Em Shiroma (2018), buscamos a fundamentação ao termo gerencialismo e, em Freitas (2012, 2018) e Appel (1997, 2001, 2003), a discussão dos impactos das concepções neoliberais e da reforma empresarial na educação. Por fim, recorreremos aos estudos de Horn, Santarosa, Kestring e Rech (2022) sobre a educação pública paranaense, para discutir as atuais políticas gerenciais e as consequências para a autonomia pedagógica das escolas, as condições de trabalho dos docentes e a formação dos estudantes. Os resultados desta pesquisa apontam que as escolas públicas paranaenses estão sucumbindo às ações de caráter empresariais e mercadológicas, impostas pelo governo do estado do Paraná para fazer valer o projeto neoliberal, rompendo as fronteiras entre o público e o privado, ao trazer os empresários para gerenciar a educação pública, determinando seus rumos e acessando seus recursos financeiros. A gestão escolar, o trabalho pedagógico e dos professores é vigiado e controlado, assim como as concepções de educação e os conteúdos. O modelo gerencialista empresarial do governo Ratinho Junior fere os princípios da gestão democrática e limita a formação dos estudantes e a luta pela emancipação humana.

Palavras-chave: Gerencialismo empresarial; políticas educacionais; relações público-privado; educação pública; governo do Paraná.

ABSTRACT

COSTA, Maria Eunice Martchuk da. **Public education in Paraná under the logic of the market: the managerialist business policies of the Ratinho Junior government (2019-2022)**, 2024, 199 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2024.

The general objective of this research is to analyse the influences of the managerialist business model on the educational policies of the Paraná state government under the management of Ratinho Junior (PSD), from 2019 to 2022. To answer the general objective, three specific objectives were defined: a) To point out the neoliberal foundations in the managerialist business model and its interference in policies for Brazilian public education; b) To historically discuss public-private relations in Brazilian public education; and c) To analyse Paraná's educational policies, seeking to identify partnerships with companies, foundations, institutes and associations in the execution and concessions of educational programmes. The research is based on the historical and dialectical materialist method and on the categories of totality and contradiction. Exploratory, descriptive and documentary research was used as methodological tools, by reading and interpreting laws, decrees, resolutions, terms of agreement, technical co-operation agreements, reports and newspaper articles. The Historical and Dialectical Materialist method is based on Grespan (2021), Politzer (1957) and Marx and Engels (2011). For the categories, we used Cury (1986) and Netto (2011). Appel (1997, 2001, 2003), Anderson (1995), Saviani (2011, 2013) and Freitas (2028) provide the basis for understanding the discourse of the neoliberal state, while Peroni (2013, 2015), Frigotto (2010) and Gentili (1996) provide the basis for understanding neoliberalism in Brazilian education. Shiroma (2018) provides the basis for the term managerialism and Freitas (2012, 2018) and Appel (1997, 2001, 2003) discuss the impacts of neoliberal conceptions and business reform on education. Finally, we turned to studies by Horn, Santarosa, Kestring and Rech (2022) on public education in Paraná to discuss current management policies and the consequences for schools' pedagogical autonomy, teachers' working conditions and students' education. The results of this research show that Paraná's public schools are succumbing to corporate and market-driven actions imposed by the Paraná state government to enforce the neoliberal project, breaking down the boundaries between public and private by bringing in businessmen to manage public education, determining its direction and accessing its financial resources. School management, pedagogical work and teachers are monitored and controlled, as are conceptions of education and content. The Ratinho Junior government's managerialist business model undermines the principles of democratic management and limits the education of students and the struggle for human emancipation.

Keywords: Corporate managerialism; educational policies; public-private relations; public education; government of Paraná.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Conceitos do Neotecnicismo e instrumentos utilizados na sua implementação e execução..... 120
- Figura 2 – Programas (5) implementados pela gestão do governador Ratinho Junior (2019-2022) na educação pública paranaense e sua inter-relação com as categorias do neotecnicismo 121

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Sistematização sobre a conceituação de público–privado na Constituição Federal de 1988, por tipo de atividade e finalidade 93
- Quadro 2 – Parcerias das empresas, institutos, fundações, associações e organizações do Sistema S com o Governo do Estado do Paraná, por tipo de convênio, localizadas no site SEED-PR, na aba Legislação, sub aba “Parcerias, Convênios e Doações”, no período de 2019 a 2022..... 105
- Quadro 3 – Relação dos Programas para a Educação Básica do Paraná e sua vinculação com os organismos privados ou órgãos governamentais, no período de 2019-2022..... 113
- Quadro 4 – Programas vinculados à educação pública paranaense entre os anos de 2019-2022 que explicitam seu vínculo com organismos privados, disponíveis no site da SEED-PR 115
- Quadro 5 – Teses e dissertações sobre neoliberalismo, gerencialismo, empresariamento nas políticas educacionais brasileiras disponíveis no Banco de teses e dissertações da CAPES, no período: 2018 a 2023 169
- Quadro 6 – Teses e dissertações sobre neoliberalismo, gerencialismo, empresariamento nas políticas educacionais brasileiras disponíveis no Banco de teses e dissertações da CAPES, no período: 2018 a 2023 176
- Quadro 7 – Artigos sobre neoliberalismo, gerencialismo, empresariamento nas políticas educacionais paranaenses, disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, no período: 2018 a 2023..... 178
- Quadro 8 – Relação dos Programas para a Educação Básica do Paraná, seus objetivos e respectivas parceria/ mantenedoras no período de 2019-2022..... 192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Informações quantitativas de Dissertações e Teses, a partir de busca no banco de Teses e dissertações da CAPES, 2018 a 2023.....	22
Tabela 2 – Informações quantitativas de Artigos científicos, com descritores referentes às políticas educacionais paranaenses, a partir do portal da CAPES, de 2018-2023.	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEN	Agência Estadual de Notícias do Paraná
ALEP	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANPED	Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Educação
APP	Sindicato dos Professores e Funcionários do Paraná
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBs	Conferências Brasileiras de Educação
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
FAEP	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FENEN	Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fórum Nacional em defesa da Escola Pública
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
GESTA	Galeria de Estudos e Avaliação de Iniciativas Públicas
LRCO	Livro de Registro On-line
MARE	Ministério da Administração Pública e Reforma de Estado
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MP-PR	Ministério Público do Paraná
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEI	Organização de Estados Ibero-Americanos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDE	Programa de Desenvolvimento Educacional
PECIM	Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

PEE-PR	Plano Estadual de Educação do Estado do Paraná
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSS	Processo Seletivo Seriado
PT	Partido dos Trabalhadores
RPC	Rede Paranaense de Comunicação
SEED-PR	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – O LIBERALISMO, O NEOLIBERALISMO, AS POLÍTICAS GERENCIALISTAS EMPRESARIAIS E SUAS INTERFERÊNCIAS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA E PARANAENSE	30
1.1 LIBERALISMO, NEOLIBERALISMO E A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	31
1.2 A REFORMA DO ESTADO NO BRASIL, AS POLÍTICAS GERENCIALISTAS EMPRESARIAIS E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA	45
1.3 AS POLÍTICAS GERENCIALISTAS EMPRESARIAIS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA PARANAENSE NA GESTÃO DO GOVERNADOR RATINHO JUNIOR – PSD (2019-2022)	57
CAPÍTULO 2 – AS RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	68
2.1 O PÚBLICO E O PRIVADO NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA	71
2.2 O PÚBLICO E O PRIVADO NO CONTEXTO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	76
2.3 AS RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADO NO BRASIL: DO ESTADO NOVO À CONSTITUIÇÃO DE 1988	84
CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO PÚBLICA PARANAENSE COMO MERCADORIA SUBORDINADA AO GERENCIALISMO EMPRESARIAL	97
3.1 PARCERIAS ENTRE OS INSTITUTOS E FUNDAÇÕES DE CAPITAL PRIVADO E A EDUCAÇÃO PÚBLICA PARANAENSE NA GESTÃO DO GOVERNADOR RATINHO JUNIOR (2019-2022).....	98
3.2 OS PROGRAMAS OFERTADOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO NO PARANÁ PARA PROFESSORES E ESTUDANTES (2019-2022).....	112
3.3 OS PROGRAMAS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ NA GESTÃO RATINHO JUNIOR (2019-2022) E AS SUAS INTER-RELAÇÕES COM A RESPONSABILIZAÇÃO, MERITOCRACIA E PRIVATIZAÇÃO: CONTROLAR, PREMIAR E PUNIR	119
CONCLUSÃO	143

REFERÊNCIAS.....	153
APÊNDICE A – TESES E DISSERTAÇÕES LEVANTADAS A PARTIR DAS ANÁLISES DAS PRODUÇÕES REFERENTES ÀS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS.....	168
APÊNDICE B – TESES E DISSERTAÇÕES REFERENTES ÀS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARANAENSES.....	175
APÊNDICE C – ARTIGOS REFERENTES ÀS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARANAENSES.....	177
APÊNDICE D – RELAÇÃO DE INSTITUTOS E FUNDAÇÕES PRIVADAS NO PARANÁ E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.....	182
APÊNDICE E – RELAÇÃO DOS PROGRAMAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ.....	191

INTRODUÇÃO

Na história do Brasil, a educação, em grande medida, esteve voltada aos interesses da classe dominante. Após a Proclamação da República (1889), observa-se alguns avanços na oferta da educação no Brasil, mas é somente a partir da década de 1930 que o país estrutura um projeto de educação acessível aos trabalhadores, num contexto de industrialização do país e de mobilização e luta dos trabalhadores em torno da defesa da educação para e dos seus filhos.

Como forma de explicitar a concepção de educação que defendemos, que embasa e fundamenta esta dissertação, inicialmente consideramos importante destacar que somos sujeitos do processo que envolve a educação formal. Em minha trajetória de estudos e formação, desde a Educação Básica, estive vinculada à educação pública. Hoje, atuando como estudante da pós-graduação em universidade pública, e trabalhadora da educação em escola pública, faz-se ainda mais necessário defender a educação pública, não como corporativismo, ou garantia de trabalho profissional, mas a defesa de uma educação que contribua para romper com a lógica capitalista em função do avanço de um processo social de conhecimento, libertação e emancipação humana.

O conceito de educação que sustenta este trabalho está embasado na teoria marxista, fundamentado na concepção da necessidade e possibilidade de transformação da sociedade, centrada numa perspectiva de emancipação da classe trabalhadora, que se contraponha ao projeto societal capitalista e educacional dominante. Esse trabalho se origina da necessidade de desvelar as políticas neoliberais que estão incutidas no atual modelo educacional, ofertado para a escola pública aos filhos da classe trabalhadora, moldado dentro de uma lógica mercantilista.

Propusemo-nos a estudar e compreender as questões pertinentes à educação pública, que interferem na formação dos filhos dos trabalhadores, mas também entendemos que o mundo, tal como está, não basta ser interpretado, precisa ser transformado. Nesse sentido, buscamos apontar caminhos, ainda que na complexidade da sociedade capitalista e nos limites de um trabalho de mestrado, pautados na concepção marxista de educação. Essa concepção, de acordo com o Dicionário da Teoria Marxista, surgiu na década de 1840, nas obras de Marx e Engels, tais como: “O Capital, cap. XIII; a Ideologia Alemã, v.1, parte I, Crítica ao Programa de Gotha, IV e Princípios do Comunismo, de Engels” (Bottomore, 1983, p. 122). Segundo o autor, após esses escritos, foram sendo construídas gradualmente teorias mais coesas em relação ao conceito de educação em Marx e Engels. Podemos elencar: Lenin, Krupskaja, Blonski, Pistrak e Makarenko, que foram impulsionados pela Revolução de Outubro, segunda fase da Revolução Russa de 1917, sob a necessidade de uma práxis educacional marxista, teoria essa

que embasou experiências educacionais revolucionárias, desde as experiências de Pistrak e Makarenko até as experiências cubanas (Bottomore, 1983).

A compreensão de educação, em Marx e Engels, está ancorada na perspectiva da totalidade social; ou seja, para compreender a educação, esses pensadores partem do exame da realidade social, concebida, nos termos de Frigotto (2010, p. 33):

[...] como uma estrutura, uma totalidade de relações onde, em sua unidade diversa, o conjunto de relações sociais e econômicas, por serem imperativas na produção da vida material dos seres humanos, constituem-se na base a partir da qual se estrutura e condiciona a vida social no seu conjunto.

No contexto da sociedade capitalista, a educação passa a ser institucionalizada e classista, pois para se ter acesso a ela, dever-se-ia pertencer a determinada classe social e grupos específicos; ou seja, ter poder econômico. Dentro de uma concepção marxista de educação, pressupõe-se que a

Assistência escolar obrigatória geral seria para todos ofertada pelo estado, em contrapartida a educação popular deveria ficar longe do Estado. Isso de "*educação popular a cargo do Estado*" é completamente inadmissível [...] é o Estado quem necessita de receber do povo uma educação muito severa (Marx, Engels, 2011, p. 130).

A oferta e o acesso à educação sob controle do Estado, na sociedade capitalista, conforme destacado por Marx e Engels (2011), expõe a luta de classe, pois ela serve aos interesses da classe burguesa. Brandão (1987, p. 9) corrobora com essa discussão, ao apontar que a luta de classe “pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos”.

Historicamente, no Brasil, muito se lutou pela democratização e acesso à educação universal, pública e gratuita para todos, com destaque para o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, no início da década de 1930, as Reformas de Base, no início da década de 1960, e a Constituição Federal de 1988. É notável que na Constituição de 1988 esses direitos se ampliam graças às mobilizações populares, de educadores, movimentos sociais, sindicatos, pesquisadores da área, entre outros. A construção da democratização da educação pública como um direito social e universal trouxe a perspectiva de entendimento de que a educação é um direito humano fundamental e que é o Estado quem deve ser o provedor desse serviço, visto que políticas públicas para a educação não geram lucro, mas sim benefícios sociais, culturais e econômicos para o país.

Diante desses avanços nas políticas públicas para a educação, essa não passa despercebida pelas investidas capitalistas e neoliberais, que, a partir das reformas impulsionadas pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado brasileiro de 1995¹, fundamentou a Reforma Gerencial de 1995, apoiando a transferência na execução das políticas sociais do setor público para o setor privado. Essa transferência de responsabilidade pode ocorrer por meio de parcerias entre o setor público e privado, em que as organizações privadas são encarregadas de implementar e administrar programas e serviços sociais em nome do Estado.

Esse contexto político e econômico faz parte de uma proposta de cunho neoliberal que influenciou essa Reforma Gerencial no país, bem como a adoção das políticas educacionais na qual o governo deixa de ser executor de serviços públicos e passa a desempenhar o papel de regulador. Podemos tomar essa reforma gerencial do Estado como a espinha dorsal e principal precursora para a privatização ou entrada de organismos privados na administração pública, particularmente, na esfera educacional.

Adepto das políticas neoliberais, o governador do estado do Paraná, Carlos Roberto Massa Junior², doravante Ratinho Junior³, do Partido Social Democrata (PSD), eleito governador para o mandato 2019-2022 e reeleito para o mandato 2023-2026, implementou uma série de ações governamentais no estado do Paraná que se alinharam/alinham à lógica empresarial e às políticas neoliberais. Ao longo dos anos à frente do poder executivo paranaense, o governador Ratinho Junior privatizou empresas públicas paranaenses, como a Copel Telecon e a Copel; terceirizou o trabalho dos agentes educacionais nas escolas; precarizou o serviço público com a extinção da carreira dos Agentes Educacionais; atacou a

¹ O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado se inicia em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) – do PSDB, tendo como mentor o professor Luiz Carlos Bresser Pereira, o qual assume, nessa referida gestão, o Ministério da Administração Pública e Reforma de Estado (MARE), criado especificamente para encaminhar a Reforma Gerencial do Estado por meio de uma emenda constitucional. Essa reforma não estava na Agenda e não fizera parte dos compromissos assumidos na Campanha de FHC, no entanto foi discutida e apresentada por meio de emenda constitucional para então buscar apoio político, conforme relata o próprio Professor em seus ensaios sobre os Primeiros Passos da Reforma de 1995 (Bresser-Pereira, 2008).

² Carlos Massa Ratinho Junior, doravante Ratinho Junior, filho do apresentador e comunicador Ratinho, é natural de Jandaia do Sul (PR). Formado em *Marketing* e pós-graduado em Direito, atuou como empresário no ramo da comunicação até ingressar na vida política, aos 21 anos (2002), quando se elegeu deputado estadual pelo PSB. Foi reeleito em 2010 e em 2012 tentou ser Prefeito de Curitiba (PR), mas perdeu a eleição no 2º turno para Gustavo Fruet (PDT). Antes de ser governador, Ratinho Junior foi secretário de Desenvolvimento Urbano na Gestão de Beto Richa (PSDB) em 2013. Depois, foi eleito duas vezes deputado federal. Foi eleito governador do Paraná para a gestão 2019 a 2022 e reeleito para o mandato de 2023 a 2026. Sua trajetória política perpassou pelos seguintes partidos: PSB (2001–2003); PPS (2003–2007); PSC (2007–2016); PSD (2016 – presente) (Assembleia, 2023).

³ Considerando o nome de registro do governador Carlos Roberto Massa Junior junto no Tribunal Regional Eleitoral como Ratinho Junior e a utilização dessa denominação por ele próprio em suas apresentações públicas, propagandas de campanha, dentre outras ações, adotamos na pesquisa a referência ao governador do estado do Paraná (2019-2022) como Ratinho Junior.

gestão democrática da educação; implantando métodos de controle, vigilância, bonificação e punição de professores, equipes pedagógicas e diretores escolares; atacou e criminalizou os sindicatos e movimentos sociais; militarizou centenas de escolas; dentre outros.

Na obra *Desafio Educacional*, de Florestan Fernandes (1989), o autor destaca a importância de se pensar politicamente e que isso não se aprende fora da prática. A tarefa do professor, segundo ele, deve considerar a vida concreta dos estudantes, as condições em que vivem e ir além de ensinar somente o “ABC”. À afirmação de Fernandes (1989), acrescentaria que, além de considerar esses apontamentos relacionados à vida concreta dos estudantes, o professor deve, também, considerar as suas próprias condições de vida e de trabalho, assim como a compreensão das suas relações com a sociedade.

Tomo por base esses apontamentos para destacar que, como pedagoga vinculada à Secretaria de Estado da Educação no Paraná, juntamente a milhares de pedagogas, professores e agentes educacionais, senti as consequências das políticas neoliberais implementadas pelo governador Ratinho Junior na educação pública paranaense. Essas consequências estão relacionadas às condições de trabalho, à vigilância, ao apelo às metas e índices, à burocratização do trabalho pedagógico e docente, à plataformização, falta de valorização e de remuneração, à precarização do plano de carreira, e outros cortes de direitos que impactam diretamente as condições de vida como trabalhadora.

No entanto, mais perverso, mais impactante e mais prejudicial que as consequências pessoais, são as consequências que envolvem as condições de trabalho, o projeto de educação em curso, a concepção de educação e de formação direcionada aos filhos da classe trabalhadora para atender às exigências e lógicas do mercado. Nesse sentido, impõe-se a restrição do acesso desses jovens à Universidade pública e gratuita, ao acesso aos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos, enfim, ao conhecimento historicamente acumulado e, por conseguinte, privilegia-se o projeto de sociedade da classe dominante, subjugando os interesses da classe trabalhadora.

São essas inquietações que me levaram a propor esta pesquisa de Mestrado e a elaboração desta dissertação. Como Professora Pedagoga em Escolas Públicas do estado Paraná, consciente do pertencimento à classe trabalhadora, inserida nas relações do cotidiano escolar e na busca, defesa e construção de uma educação na perspectiva da emancipação humana, que supere a exploração capitalista e atenda à formação omnilateral⁴, partiu-se da

⁴ De acordo com Frigotto (2012), Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa “todos os lados ou dimensões”. Essa concepção busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. [...] Tal

compreensão de que a educação pública é o espaço de formação dos filhos da classe trabalhadora e, portanto, não deve estar voltada aos ditames do mercado.

O tema da pesquisa está atrelado à reforma empresarial da educação no estado do Paraná e os investimentos governamentais em organismos privados, no que se denomina gerencialismo empresarial, que está inserido na lógica capitalista neoliberal.

Como problematização desta pesquisa, propomo-nos a responder a seguinte questão: quais as influências do modelo gerencialista empresarial nas políticas educacionais do governo do Estado do Paraná, durante o primeiro mandato do governador Carlos Roberto Massa Junior (PSD), nos anos de 2019 a 2022?

A partir da problemática de pesquisa, delimitamos como **objetivo geral: analisar as influências do modelo gerencialista empresarial nas políticas educacionais do governo paranaense sob a gestão de Ratinho Junior (PSD), no período de 2019 a 2022.**

Tendo em vista o objetivo geral dessa pesquisa, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: **a)** Apontar os fundamentos neoliberais no modelo gerencialista empresarial e suas interferências nas políticas para a educação pública brasileira; **b)** Discutir historicamente as relações público-privado na educação pública brasileira; e **c)** Analisar as políticas educacionais paranaenses, buscando identificar as parcerias com empresas, fundações, institutos e associações na execução e concessões de programas educacionais.

Como procedimento metodológico, realizamos uma revisão de literatura, de modo a identificar produções na área da Educação que contribuíssem para a discussão do nosso objeto de pesquisa, na busca por autores que discutem os conceitos de neoliberalismo, e suas implicações nas políticas educacionais para a educação básica, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Portal de Periódicos da CAPES.

A escolha pela busca no Portal de Periódicos da CAPES ocorreu pela objetividade e grande acervo bibliográfico de programas de pós-graduação na área da educação, por se tratar de uma importante biblioteca virtual com extensa gama de produção científica nacional e internacional, assim como o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, pois este é composto de referências e resumos de teses e dissertações de programas de pós-graduação *stricto sensu* de todo o país.

compreensão de ser humano é o oposto da concepção burguesa centrada numa suposta natureza humana sem história, individualista e competitiva, na qual cada um busca o máximo interesse próprio. Pelo contrário, pressupõe o desenvolvimento solidário das condições materiais e sociais e o cuidado coletivo na preservação das bases da vida, ampliando o conhecimento, a ciência e a tecnologia, não como forças destrutivas e formas de dominação e expropriação, mas como patrimônio de todos na dilatação dos sentidos e membros humanos.

O levantamento das produções acadêmicas na área da educação foi realizado entre os meses de março a outubro de 2023 e o período delimitado foi de produções defendidas entre os anos de 2018 a 2023, e os procedimentos metodológicos adotados foram: **a)** definição dos critérios iniciais para a relação dos trabalhos; **b)** listagem de possíveis descritores para a realização da busca; **c)** definição de filtros para a exclusão de resultados não inerentes à temática pesquisada; **d)** análise bibliométrica dos trabalhos selecionados, identificando os trabalhos mais relevantes, forma de produção, os principais autores; **e)** leitura e análise dos resumos dos trabalhos que têm relação com o escopo da pesquisa.

A definição dos critérios iniciais para a busca se deu em consonância com o objeto da pesquisa. Sendo assim, foram elencados quatro conjuntos de descritores: **a)** Políticas Educacionais, Neoliberalismo e Paraná; **b)** Gerencialismo e “Organismos privados” e empresariamento; **c)** Educação Pública Paranaense e Políticas de Governo; **d)** Privatização, Plataformização e Mercantilização. Durante a realização das buscas, esses descritores foram inseridos com aspas, para garantir uma filtragem mais fidedigna ao objeto da pesquisa a que se debruça e esmiuçar as atuais políticas de governo de Ratinho Junior.

O recorte de análise de dados refere-se aos anos de 2018 a 2023. Estabelecemos esse período, considerando que ele engloba um ano antes e um ano depois do primeiro mandato do governador Ratinho Junior. A inclusão do ano 2018 se deve ao fato da busca por produções relacionadas às políticas neoliberais da gestão 2015-2018 no estado do Paraná, visto que, nesse período, as políticas neoliberais também foram aplicadas no estado e o governador Ratinho Junior integrou o secretariado do governo do estado nesses anos. A inclusão do ano 2023 teve como objetivo localizar produções dos anos anteriores que pudessem ter sido publicadas nesse ano. Para melhor visualização do leitor, os trabalhos encontrados nas plataformas de buscas foram organizados em quadros, disponibilizados nos apêndices, conforme indicado a seguir:

- Apêndice A: Teses e dissertações levantadas a partir das análises das produções referentes às políticas educacionais brasileiras.
- Apêndice B: Teses e dissertações referentes às políticas educacionais paranaenses. Análise das produções em teses e dissertações referentes às Políticas Educacionais Paranaense.

Optamos também por apresentar uma análise regional, específica para o estado do Paraná, sendo possível verificar como está o andamento das pesquisas em torno do atual momento histórico da educação paranaense, com o intuito de buscar produções científicas que contribuíssem para a discussão do nosso objeto de pesquisa na construção e desenvolvimento do modelo gerencialista empresarial implantado na gestão de Ratinho Junior (2019-2022).

Para melhor organização e entendimento, organizamos os trabalhos selecionados em dois grupos: 1) Análise das produções referentes às Políticas Educacionais Brasileiras; 2) Análise das produções referentes às Políticas Educacionais Paranaense, conforme Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Informações quantitativas de Dissertações e Teses, a partir de busca no banco de Teses e dissertações da CAPES, 2018 a 2023

Pesquisas a nível de:	Pesquisas encontradas	Pesquisas Selecionadas para análise	Tipos de pesquisa	
			Dissertações	Teses
1. Análise das produções referentes às Políticas Educacionais Brasileiras	49	19	09	10
2. Análise das produções referentes às Políticas Educacionais Paranaenses	11	03	01	02
Total Geral	60	22	10	12

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Nota: Elaborado pela autora (2024).

Optamos em trazer para esta pesquisa uma análise regional, específica para o estado do Paraná, conforme apontado nos descritores, sendo possível verificar como está o andamento das pesquisas em torno do atual momento histórico da educação paranaense, com o intuito de buscar produções científicas que respondessem ao objeto da pesquisa. Os 22 trabalhos encontrados, permitiram-nos esta investigação e contribuíram para responder aos objetivos desta pesquisa.

Na sequência de nossa pesquisa, propusemo-nos a realizar um levantamento de dados a partir de artigos publicados em periódicos, utilizamos para esse levantamento o Portal de Periódicos da CAPES, devido ao grande acervo e credibilidade da plataforma. Os levantamentos dos artigos científicos foram realizados entre os meses de setembro a outubro de 2023, a partir da definição dos conceitos: “Políticas Educacionais Paranaenses”; “Neoliberalismo na Educação Básica do Paraná” e “O Público Privado na Educação Paranaense”.

O resumo e as informações relevantes acerca dessas publicações se encontram disponibilizados em um quadro (Apêndice C), intitulado de “Artigos Referentes às Políticas Educacionais Paranaense”.

No levantamento de dados, a partir de artigos publicados em periódicos, encontramos um total de 37 artigos, porém utilizamos apenas nove para realizar a análise, pois as temáticas

abordadas nesses sete artigos estavam relacionadas ao objeto da nossa pesquisa e tratavam especificamente das políticas educacionais no estado do Paraná.

Tabela 2 – Informações quantitativas de Artigos científicos, com descritores referentes às políticas educacionais paranaenses, a partir do Portal da CAPES, de 2018-2023

Descritores	Pesquisas encontradas	Pesquisas Seleccionadas para a análise
1. Políticas Educacionais Paranaense	13	05
2. Neoliberalismo na educação básica do Paraná	11	03
3. O público privado na educação paranaense	13	01
Total Geral	37	09

Fonte: Portal de Periódico da CAPES.

Nota: Elaborado pela autora (2024). Levantamento realizado entre setembro e novembro de 2023.

Ao determinarmos a busca por meio destes descritores, o intuito era localizar artigos que tratassem especificamente das políticas educacionais para o Estado do Paraná no período determinado entre os anos de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 e verificar de que forma o assunto é abordado, identificando as políticas educacionais paranaenses, vinculadas ao movimento empresarial, que têm tensionado a implantação do modelo gerencialista empresarial, no âmbito da educação pública.

Na seleção destas nove produções, nota-se que a educação pública paranaense vem sendo palco de experiências para programas educacionais voltados ao fortalecimento das parcerias com a organismos privados. Essas pesquisas objetivam elucidar as políticas neoliberais da gestão do governador Ratinho Junior em seu primeiro mandato à frente do governo do estado (2019-2022) que incidem na educação pública paranaense.

Os trabalhos analisados são pesquisas que tratam dos seguintes temas: **a)** Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) (Brandalise, 2019); **b)** levantamento de informações a respeito da seleção de gestores para ocupar cargos públicos (Farias, 2022); **c)** o programa de Tutoria Pedagógica do Banco Itaú adotados pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná (Mendes; Horn; Rezende, 2022); **d)** escolha de gestores das escolas municipais (Flach, 2020); **e)** Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) como política de formação continuada para professores de Matemática da rede pública paranaense (Borges; Santos; Ceolim, 2020); **f)** estudo sobre o Plano Estadual de Educação do Estado do Paraná (PEE-PR) e a interface com a qual sujeitos sociais e estatais negociam e disputam espaços na definição das políticas públicas (Scaff, 2023); **g)** avaliação da infraestrutura das escolas públicas como fator de desenvolvimento regional do Estado do Paraná (Alves; Garcias; Campos, 2023); **h)** a educação

do Paraná no período da Pandemia e a implantação das aulas a distância para a Educação Básica, denominado no Estado de “Aula Paraná” (Silva; Francescon, 2022); **i**) a implementação da Reforma do Ensino Médio, o avanço das políticas neoliberais e os ataques à Educação do Campo no estado do Paraná (Costa, 2023).

A revisão de literatura buscou apresentar um panorama das produções acadêmicas com ações do governo que vêm sendo constituídas para permitir, de forma incisiva, a entrada de organismos privados que tratam o Estado como insuficiente e ao mesmo tempo se colocam como opção para gerenciar as políticas de governo. Percebe-se uma intencionalidade tanto econômica como ideológica desse modelo gerencialista empresarial a qual a educação pública vem sendo submetida.

De modo geral, é importante destacar que, embora a temática tenha sido bem explorada a nível de Brasil, no Paraná ainda tem sido pouco abordada. É possível observar também que, nas pesquisas encontradas, a análise crítica das políticas neoliberais e suas interferências nas políticas educacionais paranaenses é evidenciada, assim como as concepções políticas e ideológicas neoliberais do governador Ratinho Junior. No entanto, as questões referentes ao gerencialismo empresarial são pouco abordadas. Constatamos a discussão dessa temática na dissertação de Silva (2020), que aborda a gestão democrática; na tese de Primo (2021), que analisa o programa de Tutoria Pedagógica na rede estadual de educação; e, na tese de Souza (2021), que discute as questões relativas ao custo da adoção de sistemas privados de ensino pela rede municipal de ensino paranaense.

Nesse sentido, consideramos haver uma lacuna em relação aos estudos sobre o gerencialismo empresarial na educação pública paranaense; e a presente pesquisa busca responder a esta lacuna, contribuindo para a ampliação dos estudos sobre o gerencialismo empresarial e suas raízes neoliberais que estão presentes nas políticas educacionais paranaenses, e que ainda não tiveram a devida exposição pública dessas relações, dificultando que professores, agentes educacionais, estudantes, pais e mães compreendam os reais impactos dessas concepções políticas, econômicas e educacionais para a educação pública paranaense sob a gestão de Ratinho Junior (PSD), no período de 2019 a 2022.

A pesquisa está fundamentada no método Materialista Histórico e Dialético e nas categorias totalidade e contradição, sendo utilizados como instrumentos metodológicos a pesquisa exploratória, descritiva e documental, por meio de leituras e interpretações de leis, decretos, resoluções, termos de convênio, acordos de cooperação técnica, relatórios e matérias jornalísticas que muitas vezes acrescentam informações aos documentos consultados. Nesse contexto, serão analisados documentos dos acordos de parcerias e cooperações com institutos,

fundações e organizações privadas, contidas no *site* da própria Secretaria Estadual de Educação do Paraná, os Termos de Parcerias, os Planos de Trabalhos e as publicações em Diário Oficial, e notícias oficiais no *site* da Secretaria Estadual de Educação, que divulgam a atuação de outros organismos privados, que não publicadas na página principal da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR), em que nos detemos para a consulta (Parcerias, Convênios e Doações).

O Método Materialista Histórico e Dialético explicitado por Karl Marx embasa os objetivos e a fundamentação desta dissertação, a fim de compreender o empresariamento da educação pública paranaense e as estratégias e as táticas utilizadas tanto pelos empresários quanto pelo governador Ratinho Junior. Segundo Netto (2011, p. 17) afirma, “de fato, pode-se circunscrever como *o problema central* da pesquisa marxiana a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista”.

Como parte do método marxista, utilizaremos as categorias metodológicas totalidade e contradição, que permeiam as discussões e análise da pesquisa. Segundo Cury (1986, p. 53), fazer um estudo sobre as categorias indica “o modo pelo qual se procura entender o fenômeno educativo”. Para o autor, as categorias possuem simultaneamente função de intérprete do real e de indicadores de uma estratégia política, uma vez que as categorias são formas de ser, determinações da existência e, ainda, aspecto dialético porque, além de denunciarem, podem ajudar a superação, funcionando como instrumento de análise.

Referente à totalidade, essa categoria procura desvendar a realidade como um conjunto de propriedades dos fatos. A categoria da totalidade se justifica na busca pela compreensão de que não existe uma totalidade acabada, mas sim um processo de totalização a partir das contradições. “A totalidade não é um todo já feito, determinado e determinante das partes, não é uma harmonia simples, pois não existe uma totalidade acabada, mas um processo de totalização a partir das relações de produção e de suas contradições” (Cury, 1986, p. 35). O objeto do conhecimento ganha coesão e coerência quando traz elementos do todo, respeitando a sua particularidade. Para Chasin (1988), a totalidade “Em última análise, o método dialético é a pretensão de reproduzir na cabeça, a totalidade do objeto inquirido. E do ponto de vista da dialética só a totalidade contém e revela a verdade. Fora da totalidade não há verdade”.

Já a contradição traz para si a possibilidade de interpretação na transformação dos fenômenos. Segundo Cury (1986, p. 33), “Na sociedade capitalista, o movimento se dá em consequência do desenvolvimento das contradições que existem em seu seio. Tais contradições se revelam no papel motor da luta de classes na transformação social”. Ele ainda afirma que a

“contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios” (Cury, 1986, p. 30). A contradição, portanto, não é só entendida como categoria interpretativa do real, mas ela existe no movimento do real, como motor interno desse movimento, já que se refere ao curso do desenvolvimento da realidade (Cury, 1986).

Ainda em Cury (1986, p. 55), é possível observar que a educação é terreno da luta de classes entre a classe dominante e a classe trabalhadora. A escola simultaneamente reproduz as estruturas existentes, em que o Estado passa a ser “entendido não apenas como organização burocrática de poder, mas como uma estrutura reguladora do sistema capitalista, serve aos desígnios nas classes sociais que deles se apossam e através dele exerce a hegemonia legitimadora da dominação”.

Na abordagem das categorias, consideramos importante destacar que a burguesia pauta a sua atuação também por meio dos discursos ideológicos e mantém seu processo de exploração e controle da sociedade dividida em classes. Em se tratando do significado de ideologia, na obra *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels discutem, entre outras questões, que

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual (Marx; Engels, 2007, p. 47).

Para Marx e Engels (2007), portanto, as ideias dominantes são a expressão das relações materiais dominantes e essas relações materiais são apreendidas como ideais, são as ideias de dominação, que, por sua vez, fazem de uma classe a classe dominante.

No contexto da discussão sobre ideologia, na perspectiva marxista, as contribuições de Mészáros (2004), na obra *O Poder da Ideologia*, aponta que

em nossas sociedades tudo está “impregnado de ideologia”, quer a percebamos, quer não. [...] em nossa cultura liberal-conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como “normalidade”, “objetividade” e “imparcialidade científica” (Mészáros, 2004, p. 57).

Não se pode ignorar o papel da ideologia, pois ela está relacionada à reprodução do sistema, segundo Mészáros (2004), portanto, a ideologia não deve ser entendida como “ilusão

nem superstição de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada” (Mészáros, 2004, p. 65). Nesse sentido, ela não pode ser superada na sociedade de classes, pois está constituída objetivamente como consciência prática, articulada aos valores e estratégias rivais, que se voltam ao controle do metabolismo social em seus principais aspectos.

Dentro do enfoque teórico-metodológico que embasa esta pesquisa, buscaremos entender as leis internas do capitalismo e como que elas se materializam nas relações entre o público e o privado na educação pública paranaense. Analisando os processos envoltos na sociedade capitalista, sob o julgo da ideologia neoliberal, lançaremos as críticas à apropriação desses organismos privados que se desenvolvem utilizando dinheiro público que deveria ser aplicado na expansão da educação pública.

Ao longo do trabalho, exercitaremos uma interlocução com pensadores clássicos, cientistas e autores nacionais e internacionais que pesquisam e documentam suas análises às críticas ao neoliberalismo, que, por meio dessa legalização entre as parcerias com os setores público e privado, apresentam as influências da lógica gerencialista nas práticas de gestão das escolas de educação básica do Estado do Paraná.

Para a fundamentação teórica dentro de uma concepção aliada ao Materialismo Histórico e Dialético, trazemos as contribuições da obra de Jorge Grespan (2021), que aborda os conceitos centrais da teoria marxiana e seus mecanismos de representação nas instituições; Georges Politzer (1957), que no percurso de sua obra, explica os termos e princípios elementares do método do Materialismo Dialético para compreender o marxismo e refutar os argumentos das teorias burguesas; em Marx e Engels (2011), posto que abordam o tema do ensino e educação para a classe operária; Tonet (2012), por trazer contribuições em relação aos limites da cidadania e da emancipação política atreladas ao Estado e que determina a linha neoliberal para a educação.

A partir das leituras de Cury (1986) e Netto (2011), temos os elementos teóricos metodológicos para a definição das categorias que fundamentam a análise da pesquisa. Apple (1997; 2001; 2003), Perry Anderson (1995) e Saviani (2011; 2013) embasam a compreensão do discurso do estado Neoliberal, e Vera Maria Vidal Peroni (2013; 2015), Gaudêncio Frigotto (2010) e Pablo Gentili (1996) embasam a compreensão de neoliberalismo e suas intencionalidades na educação brasileira. Em Shiroma (2018) e Thereza Adrião (2001; 2022), buscamos a fundamentação ao termo gerencialismo, que vem sendo utilizado para se referir à adoção de ferramentas da gestão empresarial na educação.

Luís Carlos de Freitas (2012; 2018) e Michael W. Apple (1997; 2001; 2003) nos ajudam a realizar a discussão dos impactos dos ideais neoliberais e da reforma empresarial na educação com ênfase no desmonte da escola pública universal e gratuita.

Já no âmbito da educação pública paranaense, aportamo-nos nos estudos de professores da Rede Estadual de Educação e das Universidades, que se debruçam em estudar as atuais políticas gerenciais e as consequências para a autonomia pedagógica das escolas, as condições de trabalho dos docentes e a formação dos estudantes. Podemos citar a obra *Mercantilização da Educação Pública* (2022), organizada pelos autores Geraldo Balduino Horn, Sebastião Donizete Santarosa, Bernardo Kestring e Pedro Elói Rech, que apresenta uma série de artigos de diversos autores com debates atuais das políticas implementadas pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

Nesse processo de investigação, identificamos 40 programas implementados pelo governo do estado do Paraná por meio da SEED-PR. Dentre esses 40 programas, vários têm relações com organismos privados na sua execução. Nesta dissertação, daremos ênfase a cinco desses programas: 1 – Prova Paraná; 2 – Presente na Escola; 3 – Tutoria Pedagógica; 4 – Formadores em Ação; 5 – Militarização.

A chegada ofensiva desses órgãos de iniciativa privada impõe para a educação pública princípios de uma gestão empresarial que modificam as condições de trabalho dos profissionais da educação e sua relação com o ensino, ao mesmo tempo em que o governo se exime de sua responsabilidade com a gestão da educação pública, delegando para as grandes corporações empresariais o direcionamento das políticas educacionais, as ações de formação continuada dos professores e o acompanhamento do processo educativo dos estudantes das escolas públicas paranaenses.

A esse respeito, Shiroma (2003) salienta alguns aspectos de terminologia que passam a fazer parte do universo conceitual desse novo modelo de gestão:

O gerencialismo tende também a modificar a seleção dos vocábulos que os profissionais empregam para discutir a mudança. Eficiência, competência, qualidade total, inovação, cultura organizacional, empreendedorismo, gerência, liderança, entre outros, são termos transplantados do vocabulário da administração de empresas para a educação. Essa absorção de conceitos influencia não só a linguagem, mas, fundamentalmente, a prática (Shiroma, 2003, p. 78).

São termos tipicamente do mundo dos negócios, do livre mercado, em que a compra e venda de produtos e serviços são o principal objetivo. No entanto, a escola pública não deveria

ser entendida como um balcão de negócios que responde aos anseios do capital, e que dita o que deve e de que forma se pode fazer.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, abordaremos a conceituação de liberalismo, neoliberalismo e as políticas gerencialistas empresariais, bem como as suas interferências na educação pública brasileira e paranaense. No segundo capítulo, nossa abordagem se volta às relações público-privado na educação pública brasileira, desvelando a conjuntura histórica dos interesses do sistema privado sobre os serviços públicos. No terceiro capítulo, a abordagem diz respeito às políticas educacionais paranaenses como mercadoria subordinada ao gerencialismo empresarial, em que nos propomos a identificar as parcerias com órgãos de iniciativa privada (empresas) que adentram ao ambiente escolar e desenvolvem programas educacionais pautados em modelos de cunho gerencialista empresarial. Essas análises foram realizadas através de consulta a documentos contratuais estabelecidos em parcerias com organismos privados e o governo estadual, *site* oficial da Secretaria Estadual de Educação, reportagens jornalísticas, notas de sindicatos, artigos e trabalhos acadêmicos.

Nesse sentido, buscamos avançar na discussão de que há uma intencionalidade em direcionar, de uma forma ou de outra, práticas educativas ou governamentais que interferem na formação dos sujeitos. A burguesia quer educar a classe trabalhadora e, para isso, ela almeja atingir este objetivo por meio da educação institucionalizada, interferindo no processo do trabalho docente, no direcionamento de conteúdos e na gestão escolar, tendo como seu modelo ideal uma educação pautada em princípios gerenciais e empresariais.

CAPÍTULO 1
O LIBERALISMO, O NEOLIBERALISMO, AS POLÍTICAS GERENCIALISTAS
EMPRESARIAIS E SUAS INTERFERÊNCIAS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA
BRASILEIRA E PARANAENSE

“No caminho, com Maikóvski”.

[...] “Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite,
já não se escondem:
pisam as flores, matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada”

Eduardo Alves da Costa (1985)

Estudar a história e suas nuances na sociedade nos instiga a aprofundar o conhecimento sobre as concepções de mundo, como elas se movimentam com o passar do tempo e as consequências resultantes da ação do “homem que atua consoante às suas vontades” (Politzer (1957, p. 198). Nas afirmações de Politzer (1957), podemos observar que a sociedade tem uma história que muda continuamente e nela se dão os grandes acontecimentos. E, nesse sentido, devemos “procurar as causas que nos dão essas ideias, devemos procurar, em última análise, as forças motoras da História” (Politzer, 1957, p. 200).

Nessa perceptiva, Gaudêncio Frigotto (2010, p. 19), ao se referir à análise materialista da história, assevera que o pressuposto fundamental desse método

é de que os fatos sociais não são descolados de *uma materialidade objetiva e subjetiva* e, portanto, a construção do conhecimento histórico implica o esforço de *abstração e teorização* do movimento dialético (conflitante, contraditório, mediado) da realidade. Trata-se de um esforço de ir à raiz das determinações múltiplas e diversas (nem todas igualmente importantes) que constituem determinado fenômeno.

Com este pensamento, entendemos a necessidade de compreender historicamente as origens e a definição de liberalismo, neoliberalismo e gerencialismo, pois é com base nessas concepções políticas, econômicas e ideológicas que se efetivam as ações do Estado e de governos regidas pela lógica capitalista.

Nesse sentido, ao longo deste capítulo, daremos ênfase à definição de liberalismo, neoliberalismo e das políticas gerenciais empresariais, assim como suas implicações na mercantilização da educação pública brasileira. Buscamos compreender também a interferência das políticas neoliberais e gerencialistas empresariais na educação pública paranaense, na gestão do governador Ratinho Junior (2019-2022).

1.1 LIBERALISMO, NEOLIBERALISMO E A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Iniciamos este capítulo com o objetivo de discutir a subordinação da educação pública aos interesses do capital. Emir Sader, no prefácio da obra *Educação Para Além do Capital*, de István Mészáros (2008), assevera que, para o capitalismo, a educação é uma mercadoria. A educação, no entanto, que poderia ser a alavanca para as mudanças, tornou-se um instrumento do capitalismo a fim de “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes” (Mészáros, 2008, p. 15).

A educação na sociedade capitalista é colocada numa arena de disputas, pois a burguesia, consciente da importância da educação dos seus filhos, controla a educação, desde os conteúdos que serão acessados até quem irá acessá-los. Na modernidade, a educação sob a lógica capitalista está direcionada à formação intelectual dos filhos da burguesia, enquanto a educação dos filhos da classe trabalhadora está condicionada à lógica do mercado, que visa formar trabalhadores para exercerem trabalhos manuais, de preparação de mão de obra para atender as demandas do mercado.

Compreendemos a educação, na perspectiva apontada por Frigotto (2010, p. 23), de que ela é “prática social que se define, nos múltiplos espaços da sociedade, na articulação com interesses econômicos, políticos e culturais dos grupos ou classes sociais”. E, ainda, que “A educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ela mesma constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo da disputa hegemônica” (Frigotto, 2010, p. 27).

Nesse sentido, Tonet (2012, p. 23) destaca que “uma educação voltada para a construção de uma sociedade que tenha por horizonte a emancipação da humanidade terá que ser norteada por princípios e deverá encontrar formas profundamente diferentes daquela voltada para a reprodução da sociabilidade regida pelo capital”.

A partir dos autores, defende-se que a educação deve ser orientada por princípios coletivos e não por interesses privados. Considerando a fundamentação da concepção de

educação que sustenta este estudo, recorremos a Tese 3 de Marx sobre Feuerbach (2007, p. 537), em que afirma que “A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado”.

Na concepção de ser humano e sociedade, difundida por Karl Marx, não há como dissociar as questões relacionadas à exploração da força de trabalho da classe trabalhadora pela burguesia da realidade como um todo, pois grande parte das relações sociais serão mediadas pelas relações fundadas no sistema capitalista e influenciadas pela ideologia burguesa que reproduz o sistema dominante, “tanto a nível ideológico quanto técnico e produtivo” (Marx, 2011, p. 11).

A educação do educador, portanto, não pode estar submetida aos ditames do capital, pois, se assim for, estará sujeita às concepções, ideologias e fundamentos da sociedade capitalista pautada na exploração, no lucro, na *mais valia*, na acumulação, na mercantilização de tudo e de todos. Portanto, compreender a sociedade, as forças econômicas e políticas que a compõem e os interesses que direcionam a educação é fator primordial, tendo em vista a formação do ser humano em sua integralidade.

Ainda em relação à educação numa perspectiva transformadora que contemple as reais necessidades da formação dos filhos da classe trabalhadora, Mészáros (2008, p. 25) salienta que “uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança”.

Ao longo da história, a educação pública brasileira esteve a serviço de diferentes projetos de sociedade. Os ideais de escola pública que defendemos e conhecemos hoje, pública e laica e gratuita, surgiram com a Revolução Francesa; segundo Silva (2007, p. 26), “tendo como princípios norteadores a liberdade, igualdade e fraternidade, proclamados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789)”.

O senso comum busca naturalizar que é pela educação que a pessoa melhora sua condição de vida, ou seja, resume-se essa relação ao esforço e à meritocracia, de acordo com o ideário liberal. Esses ideais educacionais não são novos, e, apesar de já estarem concretizados nos discursos da sociedade, ainda são frutos de lutas e embates históricos.

Para Cunha, (1980), o movimento pelo ideal de uma escola pública, universal e gratuita tem origem na doutrina do liberalismo. Nos termos do autor,

O liberalismo é um sistema de ideias elaborado por pensadores ingleses e franceses no contexto das lutas de classe da burguesia contra a aristocracia. E foi mais precisamente no século XIII, na França, que essa doutrina se corporificou na bandeira revolucionária de uma classe, a burguesia, e na esperança de um povo que a ela se uniu (Cunha, 1980, p. 27).

Costa (1999), ao discorrer sobre o liberalismo na Europa, aponta para a relação de “uma ideologia burguesa vinculada ao desenvolvimento do capitalismo e à crise do mundo senhorial” (Costa, 1999, p. 132). As lutas da burguesia contra o absolutismo, contra a autoridade real e seus abusos, somados aos privilégios concedidos à nobreza e ao clero, as lutas contra os monopólios, o comércio, o trabalho livre, dentre outros, fizeram surgir as noções liberais (Costa, 1999). Nessas lutas, os liberais destruíram os privilégios de poucos e criaram os direitos para todos, “a liberdade, a igualdade perante a lei e o direito de propriedade. Aos regulamentos que inibiam o comércio e a produção opuseram à liberdade de comércio e de trabalho” (Costa, 1999, p. 133). Nesse contexto de lutas da burguesia contra o absolutismo, surgiram pautas essenciais aos liberais como a defesa do “contrato social, afirmaram a soberania do povo e a supremacia da lei, e lutaram pela divisão de poderes e pelas formas representativas de governo” (Costa, 1999, p. 133).

A ação da burguesia atraiu outros grupos que também eram oprimidos pelo absolutismo. Esses grupos utilizaram as ideias liberais com interesses variados e em momentos distintos no século XIX (Costa, 1999). Nesse contexto, em que os liberais tomavam o poder surgia o desafio de colocar em prática suas teorias. Isso fez com que o liberalismo perdesse seu viés revolucionário que marcara seu início e muito do que os liberais combatiam se naturalizou como privilégios de uma minoria que detinha a propriedade e o poder, ou seja, a burguesia adotou para si os privilégios que antes pertenciam aos nobres. Essas posturas desencadearam críticas e ataques aos liberais, pois se notava que “uma oligarquia do capital estava substituindo a oligarquia de linhagem” (Costa, 1999, p. 133).

Ainda sobre a definição de liberalismo, Norberto Bobbio (2000, p. 7) afirma que “por “liberalismo” entende-se uma determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social”. Dentre outros apontamentos, Bobbio (2000, p. 17) destaca também que o liberalismo “é uma doutrina do Estado limitado tanto com respeito aos seus poderes quanto às suas funções. A noção corrente que serve para representar o primeiro é *Estado de direito*; a noção corrente para representar o segundo é *Estado mínimo*”.

Consideramos relevante destacar também a relação apontada por Bobbio (2000; 2006) sobre liberalismo e democracia. Segundo ele, “o liberalismo é moderno, enquanto a democracia,

como forma de governo, é antiga” (Bobbio, 2000, p. 31). No contexto do regime político moderno, relacionado à democracia, que tem como princípios os direitos à liberdade civil e política, de acordo com Bobbio (2006, p. 32-33),

o Estado liberal é o pressuposto não só histórico, mas também jurídico do Estado democrático. Estado liberal e Estado democrático são interdependentes em dois modos: na direção que vai do liberalismo à democracia, no sentido de que são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático, e na direção oposta que vai da democracia ao liberalismo, no sentido de que é necessário o poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais. Em outras palavras: é pouco provável que um estado não liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia e de outra parte é pouco provável que um estado não democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais. A prova histórica desta interdependência está no fato de que Estado liberal e Estado democrático, quando caem, caem juntos.

No Dicionário de Conceitos Históricos, de autoria de Silva e Silva (2009, p. 258), podemos observar que o “liberalismo, que surgiu no século XVIII a partir do Iluminismo, teve seu auge no século XIX e pode ser dividido em liberalismo econômico e liberalismo político”. A base social do liberalismo é a burguesia que ascendeu economicamente durante a modernidade e almeja o poder político. “Economicamente, o liberalismo é uma teoria capitalista, que defende a livre-iniciativa e a ausência de interferências do Estado no mercado. O liberalismo político, por sua vez, emergiu como uma nova forma de organizar o poder, contrária ao Absolutismo” (Silva; Silva, 2009, p. 258).

O liberalismo também se pauta pela laicização com a separação entre igreja e Estado e especialização do poder político, ou seja, a divisão e independência dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Essa divisão dos poderes visava limitar o poder do soberano ou do governante, de maneira que este não pudesse, sozinho, criar leis, executar a justiça e governar. Montesquieu, um dos principais pensadores do liberalismo político, defendia o equilíbrio entre os poderes, a fim de impedir a tirania (Silva; Silva, 2009).

Na definição de liberalismo, dentre os vários apontamentos, Silva e Silva (2009) destacam que o liberalismo rousseauiano se difere do liberalismo de Voltaire. O de Rousseau tinha cunho mais democrático, pautava-se pelo contrato social e na busca do bem comum. O de Voltaire excluía a vontade geral, defendia a liberdade de pensamento, de opinião, era anticlerical, criticava o absolutismo, porém, em sua visão, o povo não devia participar das decisões, pois essas caberiam a um grupo restrito de ilustrados, que governariam racionalmente o Estado. Nesse sentido, o liberalismo podia ser antidemocrático.

Cunha (1980) realiza um apanhado dessas doutrinas e descreve que os princípios do liberalismo são:

a) *Individualismo*: considera o sujeito como um ser respeitado pelas suas aptidões e talentos. Baseados na crença dos “direitos naturais do indivíduo”, de John Locke, partia-se do princípio de que todos os homens viviam em um estado natural em que prevalecia a liberdade e a igualdade absoluta. Embora o princípio fosse de liberdade, os indivíduos estariam subordinados a um governo, porém este não seria absoluto, e a ele caberia o poder de executar e defender os direitos individuais. Daí o fato de o individualismo ganhar a propensão de só fazer o que interessa ao indivíduo. “A doutrina liberal não só aceita a sociedade de classe, como fornece argumentos que legitimam e sancionam essa sociedade” (Cunha, 1980, p. 29).

b) *Liberdade*: Esse princípio está associado ao individualismo, pois, antes de tudo, estaria a liberdade individual para que os sujeitos fossem respeitados em seus talentos e aptidões. A doutrina do liberalismo “usa do princípio da liberdade para combater os privilégios conferidos a certos indivíduos em virtude de nascimento ou credo” (Cunha, 1980, p. 29). Conforme o autor, o liberalismo defendia a tolerância religiosa em relação às perseguições do Estado e acreditava que quanto menos poder fosse destinado ao Estado maior seria a possibilidade de desfrutar da liberdade.

c) *Propriedade*: elemento fundamental da doutrina liberal, entendida como um direito natural do indivíduo. Para Cunha (1980), a doutrina liberal repudia qualquer privilégio e sustenta seu argumento de ascensão social, logo, se o indivíduo nascer pobre, mas trabalhar, pode adquirir suas riquezas.

d) *Igualdade*: Vale destacar que a igualdade no liberalismo não seria a igualdade material, mas sim a “igualdade perante a lei [...] igualdade de direitos entre os homens, igualdade civil” (Cunha, 1980, p. 31). O autor salienta que, para a doutrina liberal, os homens são socialmente diferentes, cada um tem seus talentos e aptidões, portanto, não lhes cabem uma padronização, e como não são iguais em capacidades também não podem ser iguais em riquezas (Cunha, 1980).

A doutrina liberal, ainda presente em muitos países, perdurou, sem oposição, por longo período. Entre as principais oposições ao liberalismo estão as teorias de Karl Marx que, ao longo de sua vida, dedicou-se ao estudo e a prática no sentido de compreender e buscar a superação da lógica liberal e do capitalismo. Segundo Netto (2011, p. 17), Marx direcionou seus estudos e pesquisas por cerca de 40 anos para analisar “a sociedade moderna, aquela que se engendrou nas entranhas da ordem feudal e se estabeleceu na Europa Ocidental na transição do século XVIII ao XIX: a sociedade burguesa”. Ainda, de acordo com Netto (2011, p. 17), o problema central na pesquisa marxiana é “a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista”.

Com base nesse conflito, podemos destacar que dentro dessa perspectiva de reação ao liberalismo houve um conflito de classes, pois o discurso liberal não correspondia aos anseios dos trabalhadores. Embora pregasse sobre a liberdade e direitos, o discurso liberal não é neutro. Como destaca Apple (2001, p. 193),

[...] o discurso liberal não corresponde a qualquer visão integrada do mundo e tem sido usado, tanto pelo capital, como pelos trabalhadores, com fins bem distintos. No entanto, o discurso liberal não é neutro, o conteúdo das reivindicações de classe tem sido moldado por esses instrumentos de discurso e pela sua transformação no decorrer do tempo.

O modelo liberal é tido pelos teóricos como ideologia do capitalismo, desde a modernidade passou por alterações; uma das estratégias do capitalismo refere-se às suas constantes reformas, que se tornam necessárias para a sobrevivência do capital, ou seja, se reveste de nova roupagem para continuar o mesmo. Por essa razão, a perspectiva histórica é capaz de propiciar um entendimento consubstancial dessas mudanças. Para Mészáros (2008, p. 91),

Contentar-se com a “reforma gradual” e as mudanças parciais correspondentes é autoderrotista. A questão não é se as mudanças são introduzidas repentinamente ou ao longo de um período maior, mas a *conformação estratégica* geral da transformação *estrutural fundamental* consistentemente perseguida, independentemente do tempo que a sua realização bem-sucedida possa levar.

O processo de mudança, para permanecer o mesmo, não pode ser considerado um processo de transformação e isto é exatamente o que o sistema capitalista busca evitar. Nesse contexto, a educação tem um papel importante para se chegar à fruição do modelo de sociedade que se pretende transpor e não seria qualquer educação que teria as bases necessárias para as transformações das relações sociais.

O papel da educação socialista é muito importante nesse sentido. Sua determinação interna simultaneamente social e individual lhe confere um papel histórico único, com base na reciprocidade pela qual ela pode exercer sua influência e produzir um grande impacto sobre o desenvolvimento social em sua integridade. A educação socialista só pode cumprir seu preceito se for articulada a uma intervenção consciente e efetiva no processo de transformação social (Mészáros, 2008, p. 91).

Mészáros (2008) afirma também que o capitalismo é irreformável e, portanto, incorrigível, devendo permanecer incontestável segundo a lógica capitalista. Uma das características do liberalismo é a sua capacidade de se adaptar aos contratemplos ou às crises cíclicas causadas pelo próprio liberalismo econômico. Ao longo da sua existência, o liberalismo mudou, assim como a sociedade também foi mudando. No século XX, no processo de mudanças

do sistema capitalista, alguns teóricos liberais propuseram uma nova organização desse sistema, nominando-o de neoliberalismo.

As origens do neoliberalismo, segundo Anderson (1995, p. 9), estão relacionadas ao fim da Segunda Guerra Mundial. Ele surge “na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”. O texto clássico de origem do neoliberalismo é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek. Esse livro foi escrito em 1944. “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (Anderson, 1995, p. 9). Esse suposto ataque denunciava essa limitação como letal à liberdade econômica e política. Hayek tinha como alvo o Partido Trabalhista Inglês, às vésperas de uma eleição em 1945, que se previa a vitória desse partido. Ele foi enfático em seu posicionamento, afirmando que a social-democracia era bem-intencionada, no entanto, ela conduzia ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna. O neoliberalismo não contradiz o liberalismo, mas é uma nova forma de se organizar e se apresentar na sociedade (Anderson, 1995).

O neoliberalismo reforma os valores liberais do liberalismo econômico. “É ele que advoga a abertura de mercados, o livre fluxo de capitais e os investimentos privados, a redução das responsabilidades sociais do Estado e a própria diminuição deste como mecanismo administrativo (tido em geral como dispendioso e antieconômico), em nome da privatização” (Silva; Silva, 2009, p. 261). O neoliberalismo não seria apenas uma ideologia, mas um tipo de política econômica que ampliou sua influência no mundo inteiro.

Como retomada do liberalismo do século XIX, o neoliberalismo defende a tese do Estado Mínimo, ou seja, a não interferência do Estado nas questões econômicas. Para os neoliberais, o setor privado e a desigualdade social são resultado da meritocracia e veem isso como positivo, pois estimula a concorrência e seleciona os mais facilmente adaptáveis. Nessa perspectiva o Estado deveria se incumbir apenas da defesa e da segurança pública. Áreas como saúde, educação são entendidas como gastos e, portanto, deveriam ser privatizados (Silva; Silva, 2009). “Dessa forma, o neoliberalismo prega o darwinismo social, ou seja, a lei do mais forte, como na política de governo inspirada na filosofia de Frederick von Hayek, em obra de 1944, *The Road to Serfdom*, que pregava a exclusão de amplos setores da população das decisões políticas” (Silva; Silva, 2009).

No contexto do surgimento do neoliberalismo e como forma de estruturar e difundir suas ideias, Hayek criou a Sociedade Mont Pélerin⁵, da qual participavam Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eucken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros (Anderson, 1995). Essa sociedade, segundo Anderson (1995), era uma espécie de franco maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos.

Para Appel (2003, p. 88), embora a característica do neoliberalismo baseia-se em grande parte nos princípios centrais do liberalismo clássico, em particular do liberalismo econômico clássico, há diferenças cruciais entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo. Essas diferenças são absolutamente essenciais para a compreensão das políticas educacionais e das transformações pelas quais a educação está passando no presente momento.

Nas discussões sobre a definição de neoliberalismo, Silva e Silva (2009, p. 261) alertam para discursos incorporados pelo senso comum que tentam

associar liberalismo/neoliberalismo à democracia, à prosperidade econômica e à igualdade, o que configura uma postura a-histórica e muitas vezes inverossímil, porque liberalismo, democracia e igualdade social não são sinônimos e nem sempre andaram juntos. Na verdade, o neoliberalismo chega mesmo a pregar a desigualdade social.

Freitas (2018) afirma que a abordagem neoliberal se difundiu a partir dos anos 1930 a 1970. Nesse período, o mundo experimentou o modelo de Estado de Bem-Estar Social, ou Keynesianismo, que se baseava na concepção desenvolvimentista de capitalismo. Essa experiência foi “uma tentativa de sair da crise do primeiro ciclo do liberalismo clássico, que se esgotou no início do século passado em meio à primeira guerra mundial e à crise de 1929” (Freitas, 2018, p. 15).

Em Anderson (1995), é possível observar que o propósito dos neoliberais e da Sociedade Mont Pélerin era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes. Mais que isso, buscavam preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. Para Hayek e seus companheiros, “o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (Anderson, 1995, p. 10).

⁵ Sobre a Sociedade de Mont Pélerin, Pery Anderson (1995) destaca que foi criada em 1947 a fim de debater sobre as perspectivas e desafios do Liberalismo Clássico, enquanto as bases do Estado de Bem-Estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construíam não somente na Inglaterra, mas também em outros países, Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica e também inimigos férreos do New Deal norte-americano para uma reunião na pequena estação de Mont Pélerin, na Suíça (Anderson, 1995).

O neoliberalismo, de acordo com seus próprios formuladores, é uma forma de organização do capitalismo que assevera a acumulação dos detentores dos meios de produção ao passo que amplia a exploração do trabalho gerando ainda mais desigualdades econômicas e sociais. O neoliberalismo, supostamente criado para resolver as crises do próprio capitalismo, acusa o Estado de exagerar nos gastos estatais com os direitos sociais e/ou com as políticas públicas oriundas do keynesianismo ou Estado de Bem-Estar Social. A crise, no entanto, não foi gerada pelo Estado, mas pelo próprio capitalismo. Essa acusação direcionada ao Estado é, na verdade, uma forma encontrada pelos pensadores capitalistas para manter a dominação e obter cada vez mais lucro.

O período de avanço do neoliberalismo se deu principalmente na década de 1970, devido à crise do petróleo que atingiu vários países. Nesse período, a crise do modelo econômico do pós-guerra colocou o mundo capitalista em profunda recessão, com baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação (Anderson, 1995).

Como os neoliberais atribuem as causas da crise ao Estado, eles também apresentam a solução para a crise que é a realização de uma profunda Reforma no Estado. Portanto, sob o ponto de vista dos neoliberais, as reformas do Estado se justificam, “uma vez que o problema da crise está no Estado e se deve à intervenção estatal na economia, à garantia dos direitos sociais, às políticas sociais, às políticas públicas, isentando qualquer responsabilidade do capital pela crise” (Costa, 2023, p. 5).

Nesse sentido, diversos países realizaram as Reformas do Estado a fim de combaterem a crise supostamente causada pelo Estado. Contraditoriamente, os neoliberais acusam o Estado pela crise, no entanto, reivindicam que o Estado precisa solucionar a crise. As reformas defendidas pelos neoliberais se referem às privatizações, ou seja, quando o Estado vende as empresas públicas, mas também o corte nos gastos com serviços públicos como educação, saúde, moradia, cultura, esporte, lazer, assistência e previdência social.

Em Peroni (2011), podemos observar que a crise do Estado, segundo o diagnóstico neoliberal, deve-se ao fato de o Estado ter gastado mais do que podia no atendimento às demandas da população por políticas sociais. Esse gasto “provocou a crise fiscal, quanto porque, ao regulamentar a economia, atrapalhou o livre andamento do mercado. As políticas sociais são um verdadeiro saque à propriedade privada, pois são formas de distribuição de renda” (Peroni, 2011, p. 26).

Não se incluem nessas reformas as benesses concedidas aos capitalistas, sob argumento que esses, sim, são os que fazem a roda da economia girar e, portanto, devem ser beneficiários dos recursos públicos com a isenção de impostos, com a doação de áreas públicas

para construção de suas empresas, corte de direitos trabalhistas, empréstimos subsidiados, participação nas decisões referentes à administração e gestão pública.

Portanto, os governos, na visão neoliberal, não devem intervir na economia, assim como a população não deve participar das decisões. Pois, os interesses e demandas populares se contrapõem aos interesses e demandas do mercado. A previsão da não participação do povo ressalta um dos princípios já presentes no liberalismo e reforça o caráter antidemocrático do neoliberalismo, até mesmo no financiamento de ditaduras na América Latina, com destaque para a ditadura de Pinochet no Chile e a ditadura militar⁶ no Brasil.

A esse respeito, Peroni (2011, p. 26) afirma que

Para a teoria neoliberal, *Public Choice*, a democracia e as regulações sobre o Estado são prejudiciais ao livre andamento do mercado e, por isso, é preciso estabelecer limites constitucionais contra as instituições democráticas vigentes: eliminando o voto, o que é mais difícil, ou restringindo o seu impacto, através da privatização e desregulamentação, provocando assim, o desmantelamento do Estado.

Ainda, de acordo com Peroni (2011), a intenção dos neoliberais é suprimir a democracia, o voto e os partidos, no entanto, como essa ação seria difícil, o foco se volta ao esvaziamento do poder da democracia, por meio da privatização.

O neoliberalismo se expandiu na Europa e na América do Norte na década de 1970 e logo na década de 1980 chegou aos países da América Latina, incluindo o Brasil. Esse contexto está marcado pelo Consenso de Washington, que, segundo Chomski (2004, p. 22),

é um conjunto de princípios orientados para o mercado, traçados pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que ele controla e por eles mesmos implementados de formas diversas – geralmente, nas sociedades mais vulneráveis, como rígidos programas de ajuste estrutural.

O Consenso de Washington é marcado por um encontro realizado no ano de 1989, nos Estados Unidos, com o objetivo de discutir o desenvolvimento e a ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. Chomski (2004) destaca algumas das regras básicas do neoliberalismo ou do Consenso de Washington. A) liberalização do mercado e do sistema financeiro; b) fixação dos preços pelo mercado (“ajuste de preços”); c) fim da inflação

⁶ Com base nos estudos de Carlos Fico (2004), defendemos que os acontecimentos envolvendo a ação dos militares no ano de 1964 e que perduraram até 1985 no Brasil, seja definido como ditadura militar (1964-1985). Dentre outras questões, Fico (2004) afirma que grupos empresariais e os imperialistas apoiaram o golpe, desde a sua preparação e deram sustentação aos militares na garantia da continuidade do projeto autoritário, no entanto, todo o processo golpista e ditatorial, foi comandado por forças militares e por lideranças militares, com o uso das armas, da força e da repressão. O autor aponta também a existência de corrente de análise desse mesmo período que utilizam a denominação ditadura civil-militar.

(“estabilidade macroeconômica”); d) privatização. Para Chomski (2004), essas instituições seriam, nesse contexto, o núcleo de um governo mundial, de fato, de uma nova era imperial.

A intervenção do neoliberalismo nos governos da América Latina se dá principalmente na década de 1980. No caso brasileiro, Anderson (1995, 21-22) cita que, de acordo com um amigo neoliberal, da equipe do Banco Mundial,

o problema crítico no Brasil durante a presidência de Sarney não era uma taxa de inflação demasiado alta. [...], mas uma taxa de inflação demasiado baixa. “Esperemos que os diques se rompam”, ele disse, “precisamos de uma hiperinflação aqui, para condicionar o povo a aceitar a medicina deflacionária drástica que falta neste país”. Depois, como sabemos, a hiperinflação chegou ao Brasil.

As ações sob a lógica neoliberal vão sendo impostas aos governos no Brasil a partir da década de 1980. Fernando Affonso Collor de Mello (PRN), na época (1990-1992), deu início ao processo de privatização com a venda da Companhia Siderúrgica Nacional⁷. Por ter sofrido processo de *impeachment*, quem concluiu a privatização da empresa foi o presidente Itamar Augusto Cautiero Franco (PRN) (1992-1994), em 1992.

Em Leher (2003), é possível observar que o discurso antiestatal foi exitoso, e bastante utilizado com a finalidade de não revelar o objetivo não público das políticas neoliberais. “O ápice desse deslocamento foi o Plano Diretor da Reforma do Estado, em que entidades não públicas, como as organizações sociais de direito privado, estabeleceriam contratos de gestão com o Estado, na lógica dos serviços competitivos” (Leher, 2003, p. 224). A Reforma do Estado, de acordo com Leher (2003), pode ser considerada privatizante, pois as organizações sociais que estabelecem os contratos com o poder público não se pautam pelos princípios da esfera pública, como a universalidade, a igualdade, os interesses gerais, a lei e os objetivos emancipatórios.

O avanço das políticas neoliberais acentua uma concepção presente desde o surgimento do liberalismo no sentido do acesso dos trabalhadores à educação, que se configura num dilema da burguesia, que, segundo Arroyo (2004), passa por permitir que todos saibam ler, escrever e contar, todavia, não permitir que os trabalhadores sejam esclarecidos, e que haja

⁷ A CSN foi criada em 1941 por Getúlio Vargas como parte do acordo com os Estados Unidos que levou o Brasil a entrar na Segunda Guerra Mundial ao lado dos países aliados. A siderúrgica foi pedra fundamental no processo de industrialização nacional, mas a partir da prolongada recessão dos anos 1980, passou a enfrentar grave crise financeira. Ao assumir o governo em 1990, o presidente Fernando Collor, adepto do receituário neoliberal preconizado pelo Consenso de Washington, deu início ao processo de privatização da CSN, mas não chegou a concluí-lo devido ao seu *impeachment* (CNS [...], 1993).

trabalhadores ignorantes de modo que possam ser guiados e não instruídos. Nesse contexto, Arroyo (2004, p. 76) também destaca que

A história da educação burguesa para o povo comum gira em torno desse binômio: permitir sua instrução e reprimir sua educação-formação, ou o binômio libertar e reprimir, *libertar* o povo dos preconceitos da velha ordem através de um mínimo de modernidade, e *reprimir* o saber e o poder da classe.

O propósito da burguesia em torno à educação dos trabalhadores só não se configurou exatamente como intencionava, porque nesse processo houve a participação e a pressão da classe trabalhadora em reivindicar seus direitos a não apenas ser instruído, mas também esclarecidos e terem sua capacidade de pensar, de decidir, de serem sujeitos de saber e de cultura (Arroyo, 2004). Ainda assim “existem setores importantes das classes dirigentes que compartilhavam a proposta aristocrática de Voltaire: “o povo é indigno de ser esclarecido (...) é de lei que ele seja guiado e não seja instruído” (Arroyo, 2004, p. 77).

As abordagens de Arroyo (2004) a respeito da educação sob controle da burguesia apontam que a estratégia da burguesia, portanto, é permitir a instrução e reprimir a educação do trabalhador. Nesse sentido, “a escolarização elementar passou a ser uma entre outras condições para sobreviver na lógica da sociedade capitalista. O povo é obrigado a trabalhar para sobreviver e tem de lutar pelos instrumentos que o levem e conduzam até o trabalho” (Arroyo, 2004, p. 89).

Os princípios definidos e praticados pela burguesia no que se refere à educação, desde os primórdios da chegada da burguesia à classe dominante, mantêm, ao longo dos séculos a limitação e o controle da educação dos trabalhadores. No entanto, quando observamos as estratégias adotadas pelo neoliberalismo, percebemos que essa relação se agrava, uma vez que além de manter a precarização, a formação rasa, simplificada, ou voltada à formação para o exercício de trabalhos manuais e à execução de tarefas, os neoliberais se apropriam do controle dos recursos públicos destinados à essa formação. Recursos esses, que, conforme apontado por Arroyo (2004), são resultantes das lutas da classe trabalhadora pelo direito à educação.

A esse respeito, Da Motta, Leher e Gawryszewski (2018, p. 313) salientam que

Para a burguesia, a educação é uma esfera a ser mantida sob seu controle, sobretudo, em vista da produção social da força de trabalho. Nela, é permanentemente forjada a socialização das novas gerações – para a produtividade e para a passividade, como fatores do mesmo processo –, de tal modo que todas e todos se percebam como capital humano, mercadoria força de trabalho, em busca de aprimoramento de suas capacidades produtivas e de oportunidades de “empregabilidade”.

Freitas (2014b) corrobora com essa perspectiva e reforça o fato de que a burguesia historicamente sonegou o conhecimento às camadas populares, de modo que, por muito tempo os empresários conviveram com o analfabetismo e a baixa qualidade da educação até que suas taxas de acumulação de riqueza fossem afetadas devido à complexificação da produção e do consumo e da escassez da mão de obra barata. Desde então, a burguesia passa a se defrontar com uma questão importante, segundo Freitas (2014b, p. 1089),

como liberar um pouco mais de conhecimento para as camadas populares sem abrir mão do controle ideológico da escola, sem correr o risco de eventualmente abrir espaço para as teorias pedagógicas mais progressistas, comprometidas com as transformações da escola para além da versão tecnicista e escolanovista. Como, em um quadro de escassez de mão de obra barata, incorporar cada vez mais as camadas populares na escola básica, submetendo-a à preparação para o mercado de trabalho?

É possível observar nesses apontamentos que o dilema da burguesia, tal qual destacado por Arroyo (2004), continua, ou seja, a burguesia, em todo o seu processo de manutenção do poder, enquanto classe dominante, mantém o controle direto sobre a educação a que o trabalhador terá acesso, mesmo que a própria burguesia necessite de trabalhadores com maior qualificação técnica e profissional para atender as novas exigências postas pelo avanço tecnológico nos meios de produção. O dilema se coloca entre qualificar mais os trabalhadores para atender a necessidade das empresas e conseguir manter o controle ideológico da escola, garantindo conhecimento básico. Isso, de acordo com Freitas (2014b, p. 1089), é o “que move os reformadores a disputarem a agenda da educação, responsabilizando a escola pela falta de equidade no acesso ao conhecimento básico, ou seja, responsabilizando a escola por não garantir o domínio de uma base nacional e comum a todos”.

Nesse sentido, os reformadores empresariais se movem de acordo com seus interesses em torno daquilo que lhes traz mais lucro, até mesmo

desresponsabilizando o Estado quando convém – ou seja, quando está em jogo, por um lado, o faturamento das corporações educacionais e, por outro, o controle ideológico do sistema educacional pelas corporações empresariais para colocá-lo a serviço de interesses de mercado, estreitando as finalidades educativas (Freitas, 2012 p. 387).

Laval (2019, p. 13) corrobora com essa perspectiva e aponta que o neoliberalismo escolar resultou, na verdade, numa verdadeira guerra entre classes para entrar nas “boas escolas de um sistema escolar e universitário cada vez mais hierarquizado e desigualitário”. Nesse sentido, Laval (2019) chama a atenção para o fato de que não basta defender o setor público, mas também lutar contra as desigualdades que destroem as bases da escola pública. Ele destaca

também que não se deve restringir a análise à mercantilização da escola, mas “estender-se à lógica social de “mercadorização” da escola pública, que está ligada à luta generalizada das classes sociais dentro do mercado escolar e universitário” (Laval, 2019, p. 14). Outrossim, essa luta deve considerar que o neoliberalismo é um sistema hierarquizado mundialmente, sendo necessário a articulação entre as lutas locais e mundiais, haja visto a lógica de conjunto do neoliberalismo (Laval, 2019).

No que tange às relações entre o neoliberalismo e educação, Freitas (2018, p. 114) afirma que “No mundo neoliberal, a finalidade educativa da escola é vista como uma “oportunidade” que o aluno tem para “competir” – independentemente das suas condições de vida. Ele deve ser “resiliente” na adversidade, pois daí advém o mérito”.

A implementação das políticas neoliberais no campo da educação, no entanto, exigia reformas, uma vez que a legislação brasileira não permitia algumas práticas defendidas pelos neoliberais, por exemplo, a destinação de dinheiro público para empresas privadas na área da educação, dentre outras questões. Isso, porém, não era um problema, pois os neoliberais impunham suas regras, normas de maneira que a legislação fosse alterada.

Para Laval (2019), com o advento das reformas na educação, as escolas que tinham como ponto central o valor profissional e o valor social, cultural e político do saber passam a ser orientadas para a competitividade da economia capitalista globalizada.

Reformas liberais na educação são, portanto, duplamente orientadas pelo papel crescente do saber na atividade econômica e pelas restrições impostas pela competição sistemática entre as economias. As reformas que levam mundialmente à descentralização, à padronização de métodos e conteúdos, à nova “gestão” das escolas e à “profissionalização” dos docentes são fundamentalmente “*competitiveness-centred*” (Laval, 2019, p. 18).

A educação, nesse contexto, tornou-se “fator de atração” de capitais cuja importância vem crescendo nas estratégias “globais” das empresas e nas políticas de adequação dos governos” (Laval, 2019, p. 18). As discussões de Laval (2019), na obra *A Escola não é uma Empresa: Neoliberalismo em Ataque ao Ensino Público*, contextualizam a educação sob a lógica do mercado que impõe a formação na perspectiva de atender os ditames empresariais de acordo com os princípios capitalistas. Dentre outras abordagens, Laval (2019) aponta a influência da onda neoliberal, em que a educação é entendida como um grande mercado, bem como as consequências de a educação ser colocada sob as práticas mercadológicas, o que gera, dentre outras coisas, a segregação.

O neoliberalismo, ao impor suas regras aos países latino-americanos, faz com que os governos que se submeteram à essa lógica colocassem em prática o receituário das reformas. No Brasil, tais reformas se efetivam na década de 1990 sob os governos dos Presidentes Fernando Collor de Mello (PRN) (1990-1992), Itamar Franco (PRN) (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) (1995-2002). A partir desse cenário, as questões pertinentes à Reforma do Estado no Brasil, as repercussões nas políticas educacionais e os impactos à educação pública serão abordados a seguir.

1.2 A REFORMA DO ESTADO NO BRASIL, AS POLÍTICAS GERENCIALISTAS EMPRESARIAIS E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

A educação sob a lógica do capital se torna uma mercadoria, assim como tudo nesse sistema é mercantilizado para fins de compra, venda e acumulação de capital, sobretudo o trabalho assalariado, base desse sistema. Conforme já demonstrado, o neoliberalismo acelera esse processo mercantil e rompe algumas barreiras e freios na oferta de serviços públicos que, historicamente, foram conquistados pelas lutas dos trabalhadores no enfrentamento aos desmandos liberais.

Tonet (2012), ao discorrer sobre a educação sob os ditames do liberalismo, aponta que o trabalhador, nesse modelo de sociedade, ao ter acesso à educação, seria preparado para executar tarefas na cadeia de produção e em demais espaços requeridos pelo mercado. A educação “deveria preparar os indivíduos para o exercício de uma determinada profissão que, assim se esperava, seria exercida até o tempo da sua aposentadoria” (Tonet, 2012, p. 13).

Para Mészáros (2008), o impacto da lógica capitalista sobre a educação é grande e está presente ao longo do desenvolvimento desse sistema. Nesse mesmo sentido, em Mészáros (2008, p. 35) é possível observar que a educação serviu aos interesses do capital “não só para fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade”. Essa legitimação se dá na forma da internalização e da dominação estrutural e uma subordinação hierárquica que são impostas.

No que diz respeito às ações do neoliberalismo em mercantilizar a educação, Freitas (2018, p. 127) assevera que “Uma escola inserida no mercado também se converte em espaço de geração de lucro”. Essa conversão, segundo ele, envolve a atuação de grupos financeiros que

que disputam o controle de escolas pertencentes a operadoras terceirizadas – com ou sem fins lucrativos expressos. O controle financeiro dessas cadeias é negociado nos mercados globais e o risco de sua subordinação aos interesses de mercado e de uma desnacionalização da formação da juventude do país é real (Freitas, 2018, 127).

Freitas (2012), ao abordar as ações dos reformadores empresariais da educação no Brasil, aponta as raízes dessas ações a partir dos Estados Unidos desde a década de 1980 e seu fortalecimento na década de 1990. Ele destaca ainda os trabalhos da pesquisadora americana Diane Ravitch, criadora do termo *reformadores empresariais da educação*, nos Estados Unidos. Este termo, de acordo com Freitas (2012, p. 380),

reflete uma coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para “consertar” a educação americana, do que as propostas feitas pelos educadores profissionais.

As ações dos reformadores empresariais da educação também se fizeram presentes no Brasil, por meio do movimento Todos pela Educação⁸. No governo da presidenta Dilma Rousseff (PT) (2011-2016), grandes empresários brasileiros integraram o seu governo, como Jorge Gerdau Johannpeter, do Grupo Gerdau, que foi assessor da presidenta Dilma (Freitas, 2012).

Além dos aspectos referentes à subordinação da educação ao capital, que são relevantes para a compreensão dessa abordagem sobre a Reforma do Estado, das políticas neoliberais, das políticas gerencialistas e dos impactos sobre a educação, Mészáros (2008) traz contribuições no sentido de que as instituições de educação se adaptam de acordo com as mudanças ocorridas no sistema capitalista. Essa adaptação, portanto, é parte do projeto de manutenção do sistema, para que, mesmo diante das mudanças, ele permaneça imutável em suas estruturas, finalidades e, principalmente, não altere a divisão de classe. Para Mészáros (2008), portanto, é necessário romper com a lógica do capital em todos os âmbitos, incluindo-se a educação – que tem papel importante, na medida em que atua na internalização de valores, conhecimento.

⁸ A tese de doutorado de Juliano Marcelino Deitos (2019), intitulada “A Hegemonia Empresarial na Educação Brasileira: uma Análise do Movimento Todos Pela Educação”, discute diversas questões pertinentes ao movimento Todos Pela Educação e argumenta que “o TPE é uma expressão da hegemonia empresarial na educação, pois representa uma unidade na diversidade de frações da classe dominante que o constituem e monopolizam a educação no Brasil. Essas frações da classe dominante, as quais estão presentes no interior do Estado, como parte da sociedade civil organizada, articulada à sociedade política, tem dominado e dirigido as políticas educacionais no país, de modo a desenvolver um projeto de educação necessário ao Capital na sua fase contemporânea” (Deitos, 2019, p. 29).

A crise estrutural do capital atinge a educação e a coloca diante de uma encruzilhada, segundo Tonet (2012, p. 28), que é “[...] contribuir para a reprodução ou para a superação desta ordem social?”. A superação dessa encruzilhada e a decisão por onde se direcionar, Tonet (2012) aponta para a emancipação humana, na qual o ser humano seja efetivamente livre, crie riquezas para satisfazer a necessidade de todos e seja sujeito da sua história.

Na estrutura de organização e ação dos neoliberais, há a formulação de práticas, receituários, normas expressas por meio da Reforma do Estado a serem seguidas pelos países submetidos à essa lógica. A formulação dessas exigências está a cargo dos organismos internacionais, sob comando do Banco Mundial. Frigotto (2010, p. 21) denomina esses organismos como *novos senhores do mundo*, como “FMI, BID, BIRD – e seus representantes regionais – CEPAL, OREALC [...]”. São esses organismos que formulam os documentos baseados na qualidade total, educação para a competitividade, formação abstrata e multifuncional.

O movimento de reformas foi impulsionado pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado brasileiro (BRASIL, 1995). A partir das reformas, o Estado deixa de ser provedor e executor dos serviços públicos e passa a desempenhar um papel de regulador. O neoliberalismo, implantado no Brasil na década de 1990, que abrangeu os governos Collor e FHC, mesmo que distintos, ocasionou uma mudança radical na dominação burguesa no país principalmente nas intensificações das privatizações.

Gentili (1996), no contexto do avanço do neoliberalismo no Brasil e das Reformas do Estado na década de 1990, alertava que o mercado passava a ser uma alternativa de política pública à educação como monopólio público. O mercado, portanto, ocupava o lugar do Estado na gestão e na oferta pública da educação pública. Os apontamentos de Gentili (1996) se inserem na problemática das ações do mercado que visavam mercantilizar a educação pública a partir da intervenção privada no Estado, fundamentadas na ideologia do mercado e sobre o seu funcionamento.

Com o intuito de discutir a definição de público e privado e as suas relações, aportamos nos escritos de Luiz Carlos Bresser-Pereira⁹ (2008), idealizador da Reforma Gerencial do

⁹ Luiz Carlos Bresser-Pereira foi Ministro da Fazenda em 1987, logo após a grande crise do Plano Cruzado, naquele momento o país enfrentava a maior crise econômica e financeira da sua história. Em 1995, foi convidado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para compor a pasta do Ministério da Administração Pública e Reforma do Estado (MARE), de 1995 a 1998. Foi durante essa gestão que, em uma reunião com o presidente, foi apresentada e planejada a possibilidade de realizar uma grande Reforma do Estado, mais moderna e compatível com as necessidades do país (Bresser-Pereira, 2008).

Estado, no governo de Fernando Henrique Cardoso¹⁰, que nos situam historicamente em como se deu essa fusão. Segundo Bresser-Pereira, o Brasil passou por duas grandes reformas administrativas, uma burocrática, iniciada em 1937, e a gerencial, que começa em 1995, com o propósito de transformar uma administração pública “que até então era patrimonial em um serviço profissional baseado no estado de direito e na competência técnica” (Bresser-Pereira, 2008, p. 145). A Reforma Gerencial de 1995 respondeu a uma crise de estado que, segundo Fernando Henrique Cardoso, na época presidente da República (1995-2002),

Em razão do modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação. Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais. Com a finalidade de colaborar com esse amplo trabalho que a sociedade e o Governo estão fazendo para mudar o Brasil, determinei a elaboração do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”, que define objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira (Brasil, 1995, p. 06).

A ideia central de transformar a administração pública em Estado Gerencial¹¹ é a de tornar o Estado competente, eficaz, capaz de dar rumo à sociedade. Segundo Bresser-Pereira (2008), em sua proposta do Plano Diretor, o Brasil foi o primeiro país em desenvolvimento a iniciar uma reforma gerencial. Embora o tema não estivesse na pauta de campanha e nem fizera parte da agenda nacional, o Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) não se opôs à vontade de Bresser-Pereira de iniciar a construção dessa reforma e dar os primeiros passos em direção a ela. A proposta do Plano Diretor era transferir as atividades sociais e científicas, e privatizar as empresas estatais que produziam bens e serviços para o mercado. Como bem resume Bresser-Pereira:

[...]a proposta talvez mais inovadora do Plano Diretor era transferir as atividades sociais e científicas, que a sociedade acredita ser total ou parcialmente financiadas

¹⁰ Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi presidente da República em dois mandatos (1995-1998 e 1999-2002), foi o responsável pela estabilização da moeda nacional com a criação do Plano Real e aprovaram-se várias emendas constitucionais, relacionadas às questões econômicas da Constituição de 1988, até então marcado por restrições ao capital privado, em particular o estrangeiro. Em 3 de maio de 1995, no início do quinto mês de governo, teve início a greve dos petroleiros, que duraria 32 dias. Convocada pela Federação Única dos Petroleiros, entidade sindical filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e estreitamente ligada ao PT. O alvo era a agenda “neoliberal” do governo, em particular a proposta de quebra do monopólio da Petrobras, encaminhada ao Congresso ainda em fevereiro (Fundação FHC, 2023).

¹¹ Serviços de relevância pública previstos na Constituição brasileira podem ser realizados tanto pelo Estado quanto pelo setor privado. Não devem ser confundidos com os serviços públicos que só podem ser realizados pelo setor privado mediante concessão ou permissão, sempre por meio de licitação (Bresser-Pereira, 2008, p. 148)

pelo Tesouro, para o setor público não-estatal, transformando-as em organizações sociais (Bresser-Pereira, 1999, p. 6).

O Plano Diretor de 1995 tinha como finalidade propor uma redefinição do papel do Estado, serviços que antes seriam primariamente oferecidos pelo Estado passam a ser transferidos para o setor privado. A ideia central é de tornar o Estado “competente, eficaz, capaz de dar rumo à sociedade” (Sanfelice, 2003, p. 1396). Apesar do discurso de FHC de preservar ao Estado a prestação de serviços básicos à população, não foram estes os resultados constatados ao término de seus mandatos.

Com o intuito de adequar o Estado à lógica da reforma, este se desloca para setores da sociedade civil que nunca estiveram na esfera pública. As fronteiras entre o público e o privado se estreitam, o setor privado é chamado a atuar de forma mais direta no âmbito das políticas públicas e em particular nas educacionais.

Nesse sentido as conjunturas que se estabeleceram em torno das relações público-privado estão intimamente ligadas ao mercado econômico e, segundo Peroni e Lima (2023, p. 14), há influências do neoliberalismo, do neoconservadorismo e do neofascismo nas pautas educativas e nas políticas educacionais, que acabam sendo reproduzidas no interior da escola pública.

Nesse contexto, a gestão democrática, como princípio democrático, fica limitada aos interesses governamentais e empresariais, em detrimento aos interesses populares. Do ponto de vista da legislação brasileira, a gestão democrática é garantida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBN 9.394/96, e se inter-relaciona aos princípios basilares da concepção de democracia, enquanto espaço de participação efetiva da sociedade, que vai além das meras formalidades estipuladas pelo Estado burguês.

A gestão democrática compõe o princípio da educação nacional, e a Constituição Federal de 1988 foi a primeira a introduzi-lo. Adrião e Camargo (2007, p. 65) realçam a intrínseca relação entre a garantia constitucional da gestão democrática à redemocratização do país e à defesa da democracia, tendo em vista que “Uma das causas dessa inovação parece relacionar-se à existência, à época da elaboração da atual Constituição Federal, de importantes movimentos nacionais voltados para a redemocratização do país”.

Em se tratando da democracia no Brasil não se pode deixar de mencionar o fato de que, desde a invasão portuguesa, o país esteve sob domínio dos colonizadores e submetido ao autoritarismo inerente a esse processo. Mesmo no período republicano, foram poucos momentos em que a democracia foi praticada ou tida como valor, o que nos permite afirmar

que temos no Brasil um grande desafio no sentido de fortalecimento da compreensão em relação à democracia e, portanto, a gestão democrática é parte desse processo de fortalecimento.

Adrião e Camargo (2007), em sua obra *A Gestão Democrática na Constituição Federal de 1988*, descrevem os bastidores de lutas e embates na elaboração deste texto. O anteprojeto de Constituição, ao passar pela comissão de sistematização incorporou o conceito de *gestão democrática*, no entanto a sua formulação foi alterada em plenário por meio de uma emenda coletiva, apoiada por grupos conservadores. Diante disso, a redação final da Constituição Federal de 1988 destaca no Art. 206, inciso VI, a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (Brasil, 1988).

Dessa maneira, a redação aprovada representou uma conquista parcial, “o adjetivo *público* foi acrescentado à palavra *ensino*, excluindo a extensão da gestão democrática ao ensino privado. Em segundo lugar, a expressão genérica “na forma da lei” delegou sua exequibilidade à legislação complementar” (Adrião; Camargo, 2007, p. 67).

Assim, cabe ressaltar que o princípio da gestão democrática está atrelado somente ao ensino público. A esse respeito, Paro (2007) problematiza o fato de o ensino privado não ter de se pautar pela gestão democrática por estar vinculado aos interesses do mercado, com apoio dos legisladores que permitiram essa aprovação. Para o autor,

significa isso que o ensino privado pode-se pautar por uma gestão autoritária? Numa sociedade que se quer democrática, é possível, a pretexto de se garantir liberdade de ensino à iniciativa privada, pensar-se que a educação – a própria atividade de atualização histórica do homem, pela apreensão do saber – possa fazer-se sem levar em conta os princípios democráticos? (Paro, 2007, p. 74).

Ao longo do percurso de tramitação até a aprovação da Constituição Federal de 1988, as disputas entre o público e o privado estavam presentes e essa correlação de forças fez com que algumas previsões legais do ponto de vista democrático e popular ficassem aquém do desejado, pois a mobilização do setor privado em torno às suas demandas fez com que suas pautas fossem atendidas. Paro (2007) destaca que os trabalhadores da educação e outros grupos organizados da sociedade civil, a partir das mobilizações, conseguiram que se inscrevesse na Constituição de 1988 o princípio da gestão democrática do ensino, a preocupação era também que a escola se pautasse pelos princípios democráticos, de maneira a alterar as relações hierárquicas, autoritárias, de mando e submissão presentes na escola.

A gestão democrática, duramente conquistada, entra em disputa com o modelo de gestão gerencialista estabelecido após o Plano de Reforma do Estado no Brasil (1995), em que as políticas sociais foram “consideradas serviços não exclusivos do Estado e assim sendo, de

propriedade pública não estatal ou privada” (Peroni, 2006, p. 21). Conforme Bresser-Pereira (1997), as estratégias de reformas do estado se pautaram em três esferas: a *privatização* (processo de transferir para o setor privado), a *terceirização* (transferir serviços auxiliares ou de apoio) e a *publicização* (transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado), sendo essa criada para distinguir o processo de reforma de privatização, e para salientar que, “além da propriedade privada e da propriedade estatal existe uma terceira forma de propriedade relevante no capitalismo contemporâneo: a propriedade pública não estatal” (Bresser-Pereira, 1997, p. 25).

Peroni (2006), em outra direção, assevera que o Plano de Reforma do Estado no Brasil (1995) tem fortalecido suas funções de regulação e coordenação, pois, ao passar o controle político-ideológico para as organizações não estatais, transfere à estas a regulamentação do mercado, logo quem as regula é o mercado e não o Estado.

Nesse sentido, vale destacar que, para o ideário neoliberal, o Estado deve se afastar das relações com o mercado, mas contraditoriamente o Estado é chamado para suprir as deficiências orçamentárias dos setores privados.

A fim de compreender de onde demanda esse avanço do setor privado, sobretudo na gestão escolar, buscamos entender a relação entre esses setores. Freitas (2018) alerta para o movimento neoliberal que se instaura como um mercado empreendedor na área da educação em que o seu propósito é destruir a “educação pública de gestão pública” e não apenas redefini-la – pelo menos como objetivo final. Os neoliberais querem o Estado apenas como provedor de recursos públicos, não como gestor” (Freitas, 2018, p. 40). Através do levantamento histórico das políticas com parcerias privadas, nas últimas décadas, as políticas gerencialistas neoliberais oriundas de um processo de reforma do Estado trazem implicações e desafios para a continuidade de um processo de gestão democrática no ensino público.

Como parte da Reforma do Estado e da gestão das políticas emanadas do Estado, o neoliberalismo avança em direção a impor à gestão pública, controlada pelo Estado, a forma de gestão adotada pelo mercado e sustentada pelo capital. Essa forma de gestão é denominada gestão empresarial, gerencialismo empresarial ou nova gestão pública.

Freitas (2018) pondera que existem restrições ao termo “nova gestão pública”, pois ela visa repensar as funções governamentais e a gestão desses serviços e não a retirada do Estado dos serviços públicos. Nesse sentido, segundo Freitas (2018), o objetivo desse movimento é que a educação deixe de ser entendida como direito social e passe a ser um serviço no livre mercado.

Essa forma de gestão a serviço do capital busca limitar as possibilidades de participação popular, de formação humana, de universalização da educação, de formação do pensamento crítico, de acesso aos conhecimentos historicamente acumulados, pois, como a gestão sob a lógica capitalista, todos os esforços e todas as ações devem convergir para a única finalidade que é o lucro. Quando aplicada à educação, a gestão empresarial tem por objetivo “transformar a escola num balcão de negócio em que a educação é a mercadoria mais lucrativa, os recursos públicos são a fonte de ampliação dos lucros, os estudantes são os clientes e a formação se volta à preparação dos filhos da classe trabalhadora para o mercado de trabalho” (Costa, 2022a, p. 47).

O termo gerencialismo vem sendo utilizado por estudiosos do campo educacional para se referir à adoção de ferramentas da gestão empresarial na educação (Shiroma, 2018). É um movimento que tenta modificar não só a organização da escola, mas também operar na transformação da subjetividade dos educadores, por meio da implantação de mecanismos de controle, que afetam a organização e gestão do trabalho docente, conforme apontam os estudos de Peroni (2011) e Freitas (2018), que embasam essas discussões apontando caminhos para que a efetiva gestão democrática não se restrinja meramente em um papel burocrático e tarefairo.

Shiroma (2003) afirma que, na década de 1990, os educadores repeliram o empresariamento da educação, no entanto, no início do século XX, esse empresariamento se apresenta com a roupagem do gerencialismo.

Essa versão parece estar conseguindo penetrar no campo educacional quase sem resistência. Sem a aspereza presente nos discursos anteriores do tecnicismo ou da competitividade, a proposta oficial de profissionalização despista-nos com uma retórica que introduz sub-repticiamente a ideologia do gerencialismo nas instituições educacionais, não só pela via da administração escolar, mas também pela formação de professores (Shiroma, 2003, p. 81).

Neste modelo de organização, a linguagem vocabular, no ambiente escolar, passa por modificações, pois são substituídos os termos como gestão democrática participativa e compartilhada, cooperação, participação, para termos como eficiência, competência, qualidade total, inovação, cultura organizacional, empreendedorismo, gerência, liderança; estas são terminologias correntes utilizadas neste ambiente educacional (Shiroma, 2003).

Em Laval (2019, p. 198), é possível observar que o humanismo está sendo substituído pelo gerencialismo “como sistema de inteligibilidade e legitimidade da atividade educacional, justificando a importância cada vez maior dos administradores, dos especialistas e dos estatísticos”. E, ainda, que “esse gerencialismo constitui um sistema de razões operacionais que

busca ser o portador do significado da instituição pelo simples fato de que tudo parece ter de ser racionalizado segundo o cálculo das competências e a mensuração dos desempenhos” (Laval, 2019, p. 198).

Dentre as várias questões apontadas por Laval (2019, p. 251) em relação ao modelo gerencial, destacamos “a função atribuída à escola na formação de competências e os objetivos de eficiência que se esperam dela encontram no sistema educacional sua continuação lógica, sob os auspícios da “revolução gerencial”. O objetivo desta última é *gerir a escola como uma empresa*”.

Nesse sentido, a gestão da escola segundo os moldes da empresa visa implementar na escola as práticas adotadas na integralidade pelas empresas, como “colocar “chefes de verdade” na direção das unidades descentralizadas, encarregados de aplicar de maneira eficiente as políticas de modernização determinadas de cima e capazes de mobilizar energias, introduzir inovações e controlar os professores” (Laval, 2019, p. 251). Ter na gestão das escolas chefes de verdade é ter a segurança de que esse dirigente terá as condições de realizar as ações desejadas pelo mercado escolar e se responsabilizará pela produção da empresa (Laval, 2019).

Ao abordar as questões pertinentes à interferência do mercado na gestão pública com a imposição da gestão empresarial, Freitas (2012) aponta que há nesse processo um neotecnicismo, ou seja, uma nova forma de apresentação do tecnicismo. Essa forma se apresenta numa

teoria da responsabilização, meritocrática e gerencialista, onde se propõe a mesma racionalidade técnica de antes na forma de “standards”, ou expectativas de aprendizagens medidas em testes padronizados, com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições), ancorada nas mesmas concepções oriundas da psicologia behaviorista, fortalecida pela econometria, ciências da informação e de sistemas, elevadas à condição de pilares da educação contemporânea. Denominamos esta formulação “neotecnicismo” (Freitas, 2012, p. 383).

Freitas (2012; 2018) aborda, a partir dos estudos de Kane e Staiger (2002); Ravitch, (2012); Gates (2012); Darling-Hammond (2012); Corcoran (2010); Braun, Chudowsky e Koenig (2010); Baker (2010) Schochet e Chiang (2010); Hout e Ellio (2011); Davier (2011); Marsh *et al.* (2011); Pedroso (2008), que o neotecnicismo está organizado em torno a três categorias: responsabilização, meritocracia e privatização.

Sobre a responsabilização, Freitas (2012, p. 383) aponta que:

Um sistema de responsabilização envolve três elementos: testes para os estudantes, divulgação pública do desempenho da escola e recompensas e sanções (Kane & Staiger, 2002). As recompensas e sanções compõem o caráter meritocrático do

sistema, mas não só, já que a própria divulgação pública dos resultados da escola constitui em si mesma uma exposição pública que envolve alguma recompensa ou sanção públicas. A meritocracia é uma categoria, portanto, que perpassa a responsabilização.

A segunda categoria que compõe o neotecnicismo é a meritocracia, segundo Freitas (2012, p. 385);

Os efeitos da meritocracia, quando aplicada aos professores ou a escolas, são mais questionáveis ainda. Primeiro, porque penalizam exatamente os melhores professores por considerarem que sua motivação para trabalhar se restringe ao desejo de ganhar mais dinheiro, quando, na verdade, sem descartar este motivador, o que mais move o professor é o próprio desenvolvimento do aluno. Segundo, porque expõem todos os professores a sanções ou aprovações públicas, desmoralizando a categoria (Ravitch, 2012; Gates, 2012; Darling-Hammond, 2012). Terceiro, porque são aplicados métodos de cálculo para identificar os melhores e os piores professores que são inconsistentes não só ao longo do tempo, como sob várias opções de modelos de análise (Corcoran, 2010; Braun, Chudowsky, & Koenig, 2010; Baker, 2010; Schochet & Chiang, 2010). E, finalmente, porque os estudos mostram (Hout & Ellio, 2011; Davier, 2011; Marsh et al., 2011) que a meritocracia não tem maiores impactos na melhoria do desempenho dos alunos e acarreta graves consequências para a educação.

Nesse contexto, a terceira categoria é a privatização. No entendimento de Freitas (2012), a responsabilização e a meritocracia estão diretamente ligadas e contribuem para a ampliação da privatização.

Esta categoria sofreu uma verdadeira mutação na última década¹². O conceito de público estatal e público não estatal abriu novas perspectivas para o empresariado: a gestão por concessão. Desta forma, aquela divisão fundamental entre público e privado ficou matizada. Agora, abre-se a possibilidade do público administrado privadamente. O advento da privatização da gestão introduziu na educação a possibilidade de que uma escola continue sendo pública e tenha sua gestão privada (público não estatal) (Pedroso, 2008). Continua gratuita para os alunos, mas o Estado transfere para a iniciativa privada um pagamento pela sua gestão. Há um “contrato de gestão” entre a iniciativa privada e o governo. Portanto, a bandeira da escola pública tem que ser atualizada: não basta mais a sua defesa, agora temos que defender a escola pública com gestão pública (Freitas, 2012, p. 386).

Em se tratando da privatização, há, também, os *vouchers* ou bolsas que, de acordo com Freitas (2012), são modalidades de privatização. Os *vouchers* são recursos financeiros em forma de vale, transferidos pelo Estado diretamente aos pais para que escolham a escola para seus filhos. Essas escolas, no entanto, pertencem à rede privada de ensino.

Shiroma (2003, p. 77), ao tratar sobre a responsabilização, inserida no contexto gerencialista empresarial, demonstra que “Nela, os diretores tornaram-se agentes hierárquicos

¹² O artigo de Freitas (2012) não especifica a década, no entanto, considerando-se que a publicação é de 2012, ele provavelmente se refere à primeira década dos anos 2000.

tanto do controle quanto da implementação de mudanças e são elementos cruciais a serem responsabilizados pela prestação de contas (accountability) da instituição” (Shiroma, 2003, p. 77).

Cada vez mais o Estado se exime da responsabilidade pelo processo ao transferir aos professores e diretores responsabilidades que não estão no plano individual, mas estatal. No entanto, o mercado, via gestão empresarial da educação pública, tal e qual se faz nas linhas de montagem da indústria, nos comércios e demais espaços empresariais que exploram os trabalhadores ao lhes imputar metas, resultados, premiações e punições, desconsidera a realidade socioeconômica, familiar, as condições de trabalho de professores, as condições estruturais das escolas e, principalmente, a finalidade da educação e da formação para atingir as metas desejadas. O diretor, ao se tornar gerente (ou gestor), deve agir sobre seus subordinados, como operadores de máquina a fim de entregar um produto ao final do processo.

O projeto pensado pelos neoliberais para gerir a educação pública contempla submeter toda a estrutura pública a serviço do mercado. Como parte dessas ações, para os neoliberais, a gestão da educação pública com base na lógica da gestão empresarial, objetiva “fazer com que os pais se comportem como clientes irados e ajudem a eliminar escolas que não atinjam padrões arbitrários medidos por meio de avaliações arbitrárias e estreitas” (Freitas, 2018, p. 132).

As concepções e práticas gerencialistas apontam que

O discurso gerencialista oferece representações particulares da relação entre problemas sociais e soluções. É linear e orientado para um ‘pensamento único’. Preocupa-se com metas e planos mais que com intenções e julgamentos. Refere-se à ação mais que reflexão. Concentra-se em análises mais que em sínteses. Estabelece fronteiras entre políticas e fornecimento, ‘estratégia’ e ‘implementação’, pensamento e ação. Oferece um discurso tecnicista que priva o debate sobre suas bases políticas, de modo que a discussão sobre os meios suplanta a dos fins (Clarke; Newman, 1996, p. 148 *apud* Shiroma 2003, p. 77).

Compreendemos, a partir desse movimento, que o Estado traça uma perspectiva metodológica, em que as políticas públicas não são propostas de forma aleatória, mas sim através das relações estabelecidas com setores privados da sociedade com interesses mediados pelo Estado. Sendo assim, entendemos que é nesse sentido que Tonet (2012) descreve a esfera da educação como uma atividade que contribui para a reprodução do capital, em que a tônica do seu desenvolvimento levará a todos os esforços para atender à sua lógica. De fato, dentro deste contexto de controle, o Estado vai determinando conteúdos de políticas públicas, de legislação e resoluções para organizar e manter as práticas escolares cotidianas de acordo com suas concepções, pautadas em uma visão de administração empresarial e neoliberal.

Diante do exposto, percebemos que para a gestão pública, de interesse público, não há possibilidade de conciliar práticas da gestão empresarial, tampouco de se implementar ações de cunho mercadológico para fins mercantis. De forma contrária, no gerencialismo empresarial, há a perda da autonomia e sobram instrumentos de coação, vigilância, controle, hiperexploração, que nivelam os professores a máquinas e a educação e os estudantes a mercadorias.

Nesse movimento de análise, situamos os desdobramentos que o capitalismo causa na gestão educacional, com processos e práticas que exigem que o gestor atue como reproduzidor da organização e divisão social do trabalho, de forma fragmentada, desigual e seletiva. Compreendemos, a partir de Cury (1986), que as relações estabelecidas em uma sociedade dividida em classes e mediadas pelo Estado não são propostas de forma abstrata, mas sim são fruto das relações estabelecidas entre si, forma sob a qual os discursos pedagógicos dominantes tentam ocultar a “luta de classes”.

Como forma de encaminharmos a finalização das abordagens dessa subseção, destacamos os apontamentos de Laval (2019), no sentido que o gerencialismo está justificando, cada vez mais que os gerentes, na figura dos administradores, dos especialistas e dos estatísticos, têm legitimidade para exercerem o papel no processo neoliberal em curso. De fato, ao mercantilizar a educação, o neoliberalismo, patente ao gerencialismo empresarial, mercantiliza a vida e além de tornar a educação pública sua nova fonte de lucro, ao controlar os recursos públicos, também controla os conteúdos e o acesso dos filhos da classe trabalhadora à educação, captura a formação desses sujeitos.

Nesse sentido, em acordo com os apontamentos de Freitas (2012), não basta somente defender a escola pública, mas sim defender a escola pública com gestão pública, – e acrescentaria –, participativa, democrática, transformadora, que se organize em torno de concepções e práticas de uma educação na perspectiva da formação omnilateral e da emancipação humana¹³.

A partir das discussões a respeito da Reforma do Estado no Brasil, das políticas gerencialistas empresariais e dos impactos na educação pública, desenvolvidas neste tópico, faz-se necessário discorrer sobre outras relações presentes no cerne do capitalismo e das políticas neoliberais. Neste sentido, a seguir, esta abordagem se volta às discussões e

¹³ Em Frigotto (2021), encontramos a definição de emancipação humana embasada em Marx. Segundo o autor, a emancipação humana é um conceito que aponta a superação da pré-história da humanidade, marcada pela exploração de seres humanos por outros seres humanos, e a instauração das relações sociais em que o livre desenvolvimento solidário e cooperativo de cada um signifique o desenvolvimento de todos. Trata-se, pois, de entender a emancipação humana inscrita em uma concepção de ser humano em que não haja dominantes e dominados ou seres superiores e inferiores.

implicações dessas políticas no governo de Ratinho Junior no estado do Paraná, na sua primeira gestão, de 2019 a 2022.

1.3 AS POLÍTICAS GERENCIALISTAS EMPRESARIAIS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA PARANAENSE NA GESTÃO DO GOVERNADOR RATINHO JUNIOR – PSD (2019-2022)

As questões pertinentes às políticas gerencialistas no governo Ratinho Junior (2019-2022) compõem a discussão central desta subseção. Nos tópicos anteriores, discutimos a origem do liberalismo, neoliberalismo e questões referentes à mercantilização da educação, à Reforma do Estado no Brasil, às políticas gerencialistas empresariais e os impactos à educação pública. Doravante, nossa abordagem se volta a contextualizar e problematizar o gerencialismo empresarial na educação pública paranaense nos anos de 2019 a 2022, sob a gestão do governador Ratinho Junior no seu primeiro mandato como governador.

Como forma de contribuir com as pesquisas sobre essa temática, debruçar-nos-emos a tratar o atual contexto educacional implantado no governo do Estado do Paraná nos anos de 2019-2022, na gestão do governador Ratinho Junior (PSD), com ênfase nas políticas de gerencialismo no âmbito educacional. Vale sinalizar que abordaremos a crescente participação de atores não estatais na gestão pública como parte de um processo de neoliberalização, estrutura hierarquizada em que o governo divide a centralidade com outros atores (Cassio, 2020).

A educação Pública Paranaense, sob a gestão de Ratinho Junior (2019-2022), ampliou o modelo neoliberal e o gerencialismo empresarial, que, conforme já abordado, pauta-se pela lógica do mercado. No entanto, é importante destacar que as políticas neoliberais não são novidade no estado do Paraná. Na década de 1990 e início dos anos 2000, sob a gestão do governador Jaime Lerner (PFL) (1995-2002), foram adotadas diversas políticas de cunho neoliberal com foco na diminuição das responsabilidades do estado e a adoção de práticas gerenciais na administração pública, tendo como carro chefe a privatização do Banco do Estado do Paraná (BANESTADO) e a tentativa de privatização da Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

Entre os anos 2003 e 2010, sob o governo de Roberto Requião (PMDB), o modelo neoliberal foi freado, mas, a partir de 2011, com o início da gestão do governador Carlos Alberto Richa, também conhecido como Beto Richa¹⁴ (PSDB) (2011-2018), essas políticas foram

¹⁴ Carlos Alberto Richa (PSDB), natural de Londrina e formado em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, iniciou sua trajetória política aos 27 anos. É filho de José Richa (PMDB), que governou o

retomadas e a gestão do estado do Paraná voltou a ser marcada pelo discurso da eficiência e eficácia do modelo gerencial, a utilização de chavões como *choque de gestão*, tornando corriqueiro os cortes de direitos dos servidores públicos, o uso da violência policial, as privatizações das empresas públicas e as parcerias público-privadas.

No mandato do governador Beto Richa, os servidores públicos do estado foram submetidos a um dos mais violentos ataques que se tem notícia na história do Brasil, no que ficou conhecido como o massacre de 29 de abril, ocorrido no ano de 2015. A violência policial contra os servidores públicos no dia 29 de abril está inserida no contexto de lutas em defesa da carreira e da previdência dos servidores públicos. Nesse ano, foram deflagradas greves que mobilizaram grande parte dos servidores públicos paranaenses.

Nesse breve resgate histórico sobre a adoção das políticas neoliberais no estado do Paraná, vale ressaltar ainda que, no mandato do governador Beto Richa, Ratinho Junior atuou como Secretário de Desenvolvimento Urbano em alguns períodos ao longo dos dois mandatos de Beto Richa (2011-2018).

Ratinho Junior (PSD) tomou posse no dia 01 de janeiro de 2019, para o seu primeiro mandato à frente do executivo paranaense. Esse mandato findou em 2022, no entanto, ele conseguiu a reeleição para o exercício de mais um mandato, que foi iniciado em 2023, com duração até o início de janeiro de 2026. No entanto o recorte de estudos desta dissertação refere-se ao primeiro mandato do governador.

Ratinho Junior, desde os primeiros dias de seu mandato, estabeleceu acordos de cooperação, convênios e parcerias com institutos e fundações privadas para a gestão da educação no estado. Um dos primeiros acordos de cooperação que demonstram o gerencialismo empresarial na educação pública paranaense foi assinado com o Instituto Lemann e publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, no dia 09 de janeiro de 2019, ou seja, nos primeiros dias do seu governo. O conteúdo do acordo destacava que estavam envolvidos o Estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Educação – SEED e o Instituto Lemann. O Despacho enfatiza a união de esforços entre o Estado do Paraná e o Instituto Lemann para desenvolver programa de Gestão Pública (Paraná, 2019b, p. 04).

Estado do Paraná em 1983 até 1987. Foi eleito governador do Estado do Paraná em 2010, e reeleito em 2014. Casou-se com Fernanda Richa, herdeira do conglomerado banco Bamerindus. Poucos meses após sua reeleição, em 2014, o governo Beto Richa passou a ser alvo de uma série de investigações que desnudaram práticas irregulares, na maioria das vezes conectando a família Richa com secretários, empresários e familiares, demonstrando que tipo de interesse atravessa o governo e o poder. Deflagrada em 2015, a Operação Quadro Negro começou a apurar um esquema de desvio de dinheiro público de obras de reforma e construção de escolas estaduais do Paraná (Pereira, 2018).

Parcerias com institutos e cooperações de iniciativa privada se lançam na esfera governamental na oferta de serviços. A chegada ofensiva desses órgãos, de iniciativa privada, tem avançado nas políticas educacionais. Muitos, inclusive, nada têm a ver com educação, por exemplo, o Instituto Natura, mantido por uma empresa de cosméticos e perfumaria; o Banco Itaú; a empresa de Papel e Celulose Klabin S. A. Essas parcerias e acordos estão expressos em documentos publicados no *site* oficial da Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

Com a gestão de Ratinho Junior (2019-2022), a educação pública paranaense adentra em um modelo de perspectiva gerencialista tipicamente empresarial: produção, controle, vigilância, nivelamento, índices, qualidade, são adjetivos amplamente difundidos em reuniões, terceirização, cursos e formação de professores. Para além do que se tem oficializado como política governamental e presente nas orientações e determinações, podemos citar também os posicionamentos do governador perante a mídia com declarações que ora criminalizam os professores por lutarem por seus direitos, ora responsabilizam os professores pelo cotidiano das escolas, ora menosprezam os professores enquanto servidores públicos.

Na obra “Mercantilização da Educação Pública no Paraná: Autoritarismo, Violência e Plataformização do Ensino” organizada por Horn, Santarosa, Kestring e Rech, é possível observar que os artigos produzidos por professores e pesquisadores do campo da educação apresentam

um panorama crítico tanto em relação ao impacto da política gerencialista adotada pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) na implantação das aulas virtuais durante a pandemia do COVID-19, quanto nos procedimentos pedagógicos instaurados com o retorno das aulas presenciais (Horn, 2022, p. 9).

Vale mencionar que a Secretaria Estadual de Educação do Paraná foi ocupada pelo empresário e economista Renato Feder, defensor da iniciativa privada, como uma solução para o serviço público. O empresário Renato Feder, empreendedor, liberal-econômico, conhecido nacionalmente por ser sócio da Multilaser¹⁵, foi escolhido pelo governador Ratinho Junior para ser o secretário da Educação. Segundo informações da Secretaria Estadual de Educação, Renato Feder “comanda a Educação para mais de 1,07 milhão de alunos e gerencia cerca de 90 mil servidores” (Paraná, 2022).

Renato Feder é coautor do livro *Carregando o Elefante: Como Livrar-se do Peso que Impede os Brasileiros de Decolar*. Dentre as afirmações, proferidas no livro de Feder e

¹⁵ Multilaser, empresa de capital fechado, brasileira, no segmento de eletroeletrônicos e informática fundada em 1987, que hoje lidera junto com Alexandre Ostrowiecki e atua na importação e comercialização de produtos do setor tecnológico, acessórios multimídia e brinquedos (Feder, 2023).

Ostrowiecki (2008, p. 14), estão que: “Alunos das escolas públicas estudam com professores semianalfabetos, tirando as piores notas de Matemática do mundo”. Nessa afirmação há uma dupla e grave acusação direcionada aos professores, ao se referir como semianalfabetos, e a outra aos servidores públicos, os menosprezando e rebaixando sua formação, seu trabalho em condições adversas, sem estrutura física adequada, sem materiais de apoio, com salas superlotadas. A visão proferida por Feder e Ostrowiecki (2008) transforma os professores em inimigos e desconhece a realidade em que tais professores das escolas públicas atuam.

Ainda em relação aos professores e estudantes de escola pública e o contexto que a envolve, Feder e Ostrowiecki (2008, 91) afirmam que “esses poucos alunos interessados no magistério são habitualmente oriundos dos 30% com as piores notas. Ou seja, escolhem pedagogia por acreditarem que essa carreira seria a única porta para o ensino superior”. Essa afirmação, na linha dos apontamentos anteriores, reforça o desdém, o menosprezo e alimenta o processo de desmerecimento da profissão docente. Nota-se, também, que o desconhecimento da educação se evidencia quando emitem opiniões infundadas, sem nenhuma base de dados ou referência a estudiosos da área que sustente tais apontamentos.

Nesse contexto, vale ressaltar que parte desta pesquisa se fundamenta na obra de Horn, Santarosa, Kestring e Rech (2022), organizada e produzida por professores e professoras que, em sua maioria, atuam na educação básica do Paraná. Fazemos questão desse destaque, pois, trata-se de uma forma de demonstrar, mais uma vez, que Feder e Ostrowiecki (2008) não conhecem a fundo a educação pública, nem os profissionais que nela atuam e tampouco estudantes que cursam as licenciaturas, em tempos tão degradantes para a profissão docente.

Ao longo do livro, são inúmeras afirmações que enaltecem o liberalismo, o capitalismo, o setor privado e o mercado, por exemplo, a referência à Adam Smith, em que se narra que:

o grande teórico do liberalismo do século XIX, já defendia os benefícios de um sistema em que a competição de interesses privados gerasse benefícios à sociedade. Adam Smith observou que a busca por lucros, realizada simultaneamente por milhares de empresários de determinado setor, invariavelmente faz com que os produtos fiquem cada vez melhores e mais baratos, beneficiando toda a sociedade (Feder; Ostrowiecki, 2008, p. 81).

No livro, o que se refere ao serviço privado, é tratado como sinônimo de extrema competência e de sucesso, ao passo que o que envolve o serviço público é tratado com desprezo, como sinônimo de parasita, de incompetência, de peso para a sociedade e, portanto, desnecessário.

Feder e Ostrowiecki (2008) defendem, veementemente, que o Estado deve se afastar da gestão pública. No caso específico da educação, defendem metas para diretores e professores, defendem os *vouchers*, cobrança de mensalidade em todos os níveis de ensino, da educação básica ao ensino superior, bem como num segundo momento a privatização de toda a estrutura educacional brasileira.

Como já mencionado, essas afirmações não têm base científica e tampouco utilizam referências de estudiosos da área. O livro de Feder e Ostrowiecki (2008), nitidamente, funciona como uma propaganda neoliberal, um manual, com a finalidade de disseminar opiniões empresariais a respeito do Estado e da gestão pública e subsidiar adeptos e defensores do neoliberalismo, das privatizações ou mesmo aqueles interessados em acessar os recursos públicos da educação pública ao se apresentarem como salvadores da educação. Tudo isso caracteriza, explicitamente, a visão gerencialista empresarial. Essa questão fica ainda mais evidente quando Renato Feder assume a Secretaria de Estado da Educação no Paraná e inicia um processo de colocar em prática suas visões gerencialistas.

Diante desses levantamentos sobre a vida e obra do Secretário de Educação, podemos afirmar que estamos diante de uma figura importante e estratégica para o Governador do Estado do Paraná. Com um secretário que compactua com a mesma visão política e econômica que o governador, as políticas gerencialistas avançam de maneira mais rápida e o governador leva a cabo as ações do liberalismo econômico, conforme Luiz Carlos Freitas (2018) denomina de “Nova Direita”.

A “Nova Direita” e seus aliados passam o implementar um conjunto de reformas que desestruturam a luta dos trabalhadores e colocam novos marcos de precarização da força de trabalho, ao mesmo tempo que recompôs as garantias do processo de acumulação (Freitas, 2018, p. 22).

Nesse contexto, Freitas (2018) também destaca que ao final de 13 anos de governo do PT (Partido dos Trabalhadores), a coalizão petista foi vencida pela “Nova Direita”, que associada a outras vertentes políticas organizou o golpe de 2016. Freitas (2018), ao citar a obra de Casimiro (2018), descreve esse momento:

A “nova direita” neoliberal disputou intensamente os rumos da educação brasileira, inclusive nos governos da coalizão do PT (2003-2016) de dentro e de fora destes. Neste período, expandiu-se com a organização de uma rede de influências com novos partidos políticos, fundações, inserção na mídia, organizações sociais, institutos e associações, e ampliou seu apoio entre empresários e políticos (Casimiro *apud* Freitas, 2018, p. 15).

Vale destacar que após essas mudanças nos rumos políticos do país, o governador Ratinho Junior assume o Estado do Paraná com um Plano Gestor em que afirma que em seu governo está aberto para as concessões com as iniciativas privadas com a premissa de que “o Estado deixa de ser o executor para ser aquele que fiscaliza e regula. Reduz o seu tamanho e amplia-se a sua presença a partir de estruturas enxutas, voltadas para assegurar a qualidade e a eficiência dos serviços entregues ao cidadão” (Plano Gestor 2019-2022) (Massa Junior, 2018). Para isso, o Governo de Ratinho Junior e seus aliados necessitavam da indicação de nomes alinhados com essa lógica para ocupar postos estratégicos de decisão e de elaboração das políticas de educação, e, encontram na pessoa de Renato Feder um aliado com a lógica de controle gerencial e burocrático das políticas educacionais, pautada na dupla avaliação e responsabilização docente.

Assim vai se desenhando o cenário político do Estado do Paraná e com essas premissas temos o propósito de compreender a atual conjuntura educacional que ganha espaços e elementos que vão sendo moldados por organizações, institutos e organismos privados, adentramos em um novo ciclo de reformas educacionais, concebido a partir de agendas advindas do Banco Mundial e de outras Organizações Internacionais. Essas organizações se empenham em atender às imposições do capital com a repetição do mantra de que se faz necessário elevar a qualidade da educação e dos professores.

Em relação à atuação de Renato Feder como secretário de educação no Paraná, Pimenta, Ramos e Santarosa (2022, p. 156) destacam que ele “impõe, desde então, com base no assédio, na pressão e no constrangimento, um modelo de educação tipicamente empresarial”. Os autores ressaltam também que as ações de Renato Feder são desprovidas de um programa de governo para a escola pública, sem nenhuma base teórica de sustentação e sem nenhum diálogo com os educadores, além de impor princípios avessos à gestão democrática da escola pública, com características tecnicistas autoritárias com raízes na ditadura militar (Pimenta; Ramos; Santarosa, 2022).

Outro fator de destaque no contexto das políticas neoliberais é a ascensão de governos neoliberais com ligações políticas conservadoras, adeptos do liberalismo econômico que se sobrepõem à “social democracia, que tinham na democracia liberal seu parâmetro constituído” (Freitas, 2018, p. 14). No Brasil, desde a ascensão do presidente Michel Temer (2016-2018), passando por Jair Bolsonaro (2019-2022), essas relações ficaram mais evidentes e ainda hoje repercutem nos mandatos de governos estaduais.

A lógica neoliberal, inerente ao sistema capitalista, sustenta o discurso da educação como prioridade para diminuir as desigualdades entre os trabalhadores que disputam

oportunidades no mercado de trabalho. Nessa lógica, todo cidadão que se esforce poderia definir as suas posições sociais (mérito).

A gestão democrática, amplamente discutida por décadas pelos defensores da educação pública, de qualidade social e estatal, como sinônimo de autonomia e participação da comunidade, vem sendo alvo de desmonte e ressignificação por parte da atual Secretaria de Educação do Estado do Paraná. A prática de gestão democrática na escola pública, oriunda das lutas em torno à Constituição Federal de 1988 e da LDBEN 9.394/96, em suas prerrogativas legais sobre a participação prevê a criação dos Conselhos escolares, Grêmios Estudantis, a elaboração do Projeto Político Pedagógico próprio, a escolha direta de diretores, dentre outros. Nesse sentido, há o entendimento de que a “gestão democrática se contrapõe à gestão empresarial. Ela é fruto de articulações e mobilizações populares históricas em torno de um projeto de educação que extrapola os muros escolares, até porque, as demandas são emanadas de fora desses muros” (Costa, 2022a, p. 48).

O estado do Paraná segue seu percurso com propostas claramente neoliberais e pragmáticas para a educação pública. Muitas ações vêm sendo constituídas por este governo para a implementação deste projeto de sociedade, que possui uma intencionalidade empresarial e gerencialista.

Com o enfoque gerencial da Gestão Pública, ocorreu, dentro dos espaços escolares, uma lógica de controle burocrático e gerencial do trabalho docente, em que estes passaram a ser controlados por avaliações, testes, monitoramento e estabelecimento de padrões e cada vez menos espaço para uma proposta de educação transformadora. Nessa visão, destaca-se que todo o processo educativo está sujeito a ações que impactam diretamente a rotina escolar. Como afirma Apple (2001),

Como sector do Estado a escola medeia a transformar um vasto leque de pressões econômicas políticas e culturais por parte de classes e segmentos de classes que se encontram em competição. No entanto, tendemos a esquecer que isso não significa que as lógicas, os discursos ou modos de controle do capital não provocarão um impacto crescente no dia-a-dia das instituições educativas (Apple, 2001, p. 212).

Em relação às parcerias, convênios e acordos de cooperação firmadas pelo governo Ratinho Junior (2019-2022) com empresas, institutos e fundações privadas, em pesquisa realizada no portal da Secretaria de Estado da Educação do Governo do Estado do Paraná (Parcerias, Convênios e Doações da Seed-PR), é possível identificar um total de 12 Empresas, Institutos, Fundações, Associações e Organizações do Sistema S. Essa temática será discutida de maneira mais aprofundada no terceiro capítulo desta dissertação, no qual apresentaremos um

quadro com os braços sociais dessas 12 entidades, identificadas numa trama complexa, em que, em muitos casos, uma mesma empresa é fundadora de institutos e fundações, denominados por elas de parceiros coinvestidores.

Podemos observar nesta lista que os organismos privados que adentram o serviço público não são poucos. O objetivo desses órgãos é sempre o de atuar com excelência em alguma das propostas de reformas educacionais, oferecendo um atendimento em que o Estado não quer ou não deseja atuar. A reforma empresarial da educação se define pelo que se quer da escola. Para Freitas (2018, p. 54),

Não parece que estejamos apenas frente de uma demanda de inserção de atividades educacionais no livre mercado pleno, o que equivale a promover a destruição do sistema educacional público e do controle estatal (regulação) das escolas – incluindo eliminar seus sistemas de gestão democrática – os quais seriam nessa visão, os responsáveis por impedir o livre funcionamento das leis de mercado em ambiente educacional. Trata-se de que a escola seja vista como uma “organização empresarial” de prestação de “serviço”.

A suposta excelência do modelo empresarial que se busca implantar nas políticas de gestão da escola pública apresenta uma clara intencionalidade de minimizar a presença do Estado na execução das políticas públicas para a Educação. Portanto, a gestão pública das políticas públicas para a educação se encontra em risco pela forte presença dessa “Nova Direita” e suas concepções ideológicas de ataques à gestão pública.

Entendemos que o afastamento do Estado como responsável primário na implementação desses programas se dá de forma intencional, com o objetivo de assegurar o controle e a vigilância permanente com a pretensa da produtividade docente, medida pelo cumprimento de tarefas que, segundo Appel (2001, p. 214), “são controles inseridos na estrutura física do trabalho”, os quais se encontram em princípios de relações hierárquicas permeadas por regras, burocracias, sanções e recompensas oferecidas na mesma medida conforme aumentam o nível de complexidade.

Para ilustrar as práticas escolares cotidianas presentes na atual gestão do governo do Estado, este desenvolve a prática da vigilância e da punição. Essas práticas são alvos de muitas críticas pela comunidade docente e órgãos de defesa dos trabalhadores como o sindicato, pois, como bem exemplifica Costa (2021):

Não basta, no entanto, somente vigiar, é necessário recompensar e punir. A recompensa vem por meio do ranqueamento das escolas, por meio de cerimônias de premiação aos diretores que atingiram as metas e obtiveram os melhores índices, gerando divisão, disputa e concorrência entre as escolas, além de abrir espaço para o compadrio, a bajulação e o estrelismo. A punição vem com as ameaças, o

constrangimento, o assédio, as atas, as faltas e o desconto no salário. Há que se disciplinar os professores/as. Há que ensiná-los a serem esforçados, resilientes, dóceis, pacientes, engajados, alinhados, ativos. E, se demonstrarem estar conscientes dos acontecimentos, são chamados de revoltados, baderneiros, nervosinhos, de torcerem contra, de não vestirem a camisa, de não serem resilientes.

O ambiente de trabalho também se encontra ameaçado pelas constantes intervenções de programas de governo com o intuito de fiscalizar e regular as ações dos gestores e Equipe Pedagógicas, vide o Programa de Tutoria Pedagógica que adentra nas escolas com um roteiro de ações fundamentadas no Guia de tutoria *Pedagógica* da Fundação Itaú Social de 2014, com uma estratégia de realizar formação em serviço, no entanto, conforme se observa no dia a dia das escolas, as suas presenças no âmbito da escola se resumem a reuniões com os gestores com o propósito de cobrar a execução das normativas e decretos vigentes e de fiscalizar o rendimento do profissional através de intermináveis agendas de trabalho. Em relação a essas tutorias pedagógicas, encontramos, em Mendes, Horn e Rezende (2020), uma análise aprofundada das intencionalidades deste programa de governo instituído dentro da escola pelos aportes do Banco Itaú. Segundo o artigo, as tutorias pedagógicas foram implementadas em uma lógica gerencial tipicamente empresarial com foco na produção e direcionamento do trabalho pedagógico com observação dos espaços e tempos escolares (Mendes; Horn; Rezende, 2020).

As práticas escolares cotidianas estão ameaçadas, e esta ameaça pode vir do próprio ambiente de trabalho, pois o gestor passa a ser vigiado para que vigie o docente e essa relação de ética, cooperativismos, espírito de trabalho coletivo passa a ter a função fiscalizadora de seu próprio colega de trabalho, que em síntese sofre as mesmas dores e consequências com o descaso e desvalorização profissional. Porém ao Diretor foi institucionalizada uma função de controle, sob o subterfúgio de “colaborar” com a melhoria da qualidade das aulas do professor. Vale ressaltar que devido ao complexo emaranhado de relações dentro da escola corre-se o risco de se avaliar um professor, com base em questões pessoais, posicionamentos políticos, pois, tais avaliações são subjetivas, e o professor poder vir a sofrer consequências para o seu futuro profissional, ao se contrapor a modelos de gestão de concepções políticas prejudiciais à educação pública, à carreira do servidor público e à formação dos estudantes das escolas públicas.

Essas práticas gerencialistas empresariais, como já apontado, desumanizam, ampliam a exploração, estimulam a concorrência, adoecem os professores, frustram expectativas, dividem os trabalhadores. Elas, no entanto, não surpreendem, pois estão na essência do neoliberalismo e são tidas como princípios a serem seguidos. Todavia, o processo de

humanização se contrapõe a essas imposições, pois requer solidariedade humana, consciência de classe, união e cooperação.

O prevalecimento das perspectivas neoliberais contrasta com a democratização da educação, pois esse modelo de governança não considera a democracia, tão pouco a qualidade social da educação. Em Gentili (1996, p. 07), observamos que

Para os neoliberais a democracia não tem nada a ver com isso. Ela é simplesmente, um sistema político que deve permitir aos indivíduos desenvolver sua inesgotável capacidade de livre escolha na única esfera que garante e potencializa a referida capacidade individual: o mercado.

Podemos considerar como um ataque aos princípios democráticos, que deveriam ser preservados e fortalecidos no âmbito escolar, já que, conforme Ivo Tonet (2012, p. 83), “a educação é poderoso instrumento de formação de indivíduos”. Porém, dentro de uma sociedade capitalista, essas relações são pautadas pelo capital e, portanto, “implicaria em uma exploração do homem pelo homem” em uma forma de escravidão (Tonet, 2012, p. 83).

A busca pela melhoria na qualidade da educação deve ser vista como um processo horizontal e não um processo de situações hostis que não levam para as dimensões do processo democrático. Os discursos eleitoreiros e de governos ressaltam a qualidade da educação, no entanto, em muitos casos, são discursos vagos, falácias. Qualquer planejamento educacional passa pelo questionamento de que sociedade se quer formar, pelas reais necessidades da classe trabalhadora e não apenas dos interesses da burguesia. As políticas governamentais para a educação pública do Paraná não podem ficar à mercê dos interesses privados, do mercado e da precarização.

Apesar da agressividade do gerencialismo empresarial, estudos como este podem contribuir para revelar a perversidade dessas concepções e práticas para a classe trabalhadora. É evidente, conforme os apontamentos embasados na concepção marxista, que é preciso consciência de classe e luta para enfrentar uma política de governo, como a que está sendo disseminada dentro das escolas paranaenses e que se utilizam de nossos pares para validar uma proposta claramente de exploração e retrocessos.

Buscar caminhos no âmbito da emancipação humana é a saída para fortalecer as bases e resistir nesses tempos de conservadorismo e prerrogativas neoliberais. Enfim, o método de Marx nos remete também a uma de suas afirmações, juntamente com Engels, de que “a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes” (Marx; Engels, 2002, p. 45). E, não há nada mais prático que a luta da classe trabalhadora, dos proletários, para

superar a exploração da sociedade burguesa e da exploração do homem contra o próprio homem, vivendo em uma sociedade com pessoas humanamente emancipadas.

Ao longo deste capítulo, discutimos elementos importantes sobre o liberalismo, o neoliberalismo, as políticas gerencialistas empresariais e suas interferências na educação pública brasileira e paranaense. Estas discussões lançam as bases para a compreensão e o aprofundamento sobre as relações público-privado na educação pública brasileira, que é o objeto de estudos do capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2

AS RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Privatizado
 Privatizaram sua vida, seu trabalho,
 Sua hora de amar e seu direito de pensar.
 É da empresa privada o seu passo em frente,
 Seu pão e seu salário.
 E agora não contentes querem
 Privatizar o conhecimento,
 A sabedoria,
 O pensamento,
 Que só à Humanidade pertence.
 (Bertold Brecht, 2000)

Este capítulo tem como objetivo específico discutir historicamente as relações público-privadas na educação pública brasileira. Nesse sentido, buscaremos evidenciar as incursões da educação brasileira ao longo da história com o intuito de analisar alguns aspectos que compõem a problemática das relações entre o público e o privado na educação, a fim de demonstrar como a iniciativa privada obteve espaço no âmbito público.

No Manifesto Comunista, Marx e Engels (2021) afirmam que desde o surgimento da propriedade privada, a luta entre as classes sociais antagônicas está presente. Na Modernidade, com o surgimento do capitalismo, a sociedade se divide entre a burguesia e a classe trabalhadora.

As relações da burguesia no sistema capitalista determinam, na maior parte do tempo, os rumos da sociedade, uma vez que a burguesia, enquanto classe dominante, estruturou-se com essa finalidade. O Brasil, inserido na lógica capitalista, sofre as consequências dessas relações na organização das políticas econômicas, sociais e educacionais.

Buscando atender ao objetivo específico deste capítulo, é possível observar que a concepção de ensino obrigatório e gratuito no Brasil surge com a Constituição Federal de 1934, porém a educação básica entendida como direito de todos e dever do Estado passa a ser reconhecida somente com a Constituição Federal de 1988.

Importante ressaltar que, a partir dos anos finais da década de 1980, o modelo socioeconômico imposto à nação brasileira produziu danos marcantes na qualidade da educação. As políticas educacionais neoliberais, implantadas no país nesse período, levaram a uma progressiva desobrigação do Estado para com o ensino público e gratuito, e um súbito interesse de grupos hegemônicos com os fundos públicos para a educação. Fica evidente, com o passar dos anos, a consolidação do empresariado e sua expansão na relação público-privado no país e o desmonte da perspectiva da educação enquanto qualidade social (Flach, 2012;

2023); e, a tentativa de implementação de uma educação de viés empresarial, voltada a atender os interesses e demandas do capitalismo.

Importante frisar que entendemos qualidade da educação enquanto qualidade social. Faz-se necessário esse esclarecimento, pois o discurso em torno à qualidade também está presente nos meios empresariais, no entanto, a qualidade, na perspectiva empresarial, está relacionada à ampliação dos lucros, ou seja, “é voltada à manutenção das relações capitalistas que regem o atual modo de produção e de vida” (Flach, 2023, p. 11). A qualidade social se contrapõe a essa perspectiva mercadológica, pois diz respeito aos interesses e demandas populares, em que o povo é sujeito dos processos sociais e não objeto. A qualidade social “tem o compromisso com a superação de tais relações e, conseqüentemente, com a ruptura da ordem vigente, de forma a criar as condições necessárias para a instauração de uma sociedade livre dos pressupostos que fundamentam a lógica do capital” (Flach, 2023, p. 11).

Nesse mesmo sentido, a qualidade social da educação, segundo Flach (2023, p. 10), “é uma concepção que pode, potencialmente, interferir na transformação do modo de vida da população e contribuir para a construção de uma sociedade verdadeiramente justa, livre e igual, sem vinculação com os pressupostos capitalistas”. Essa concepção se fortalece no contexto da redemocratização do Brasil, na década de 1980, quando a Constituição Federal de 1988 afirma a educação como direito social, como direito de todos, sendo reconhecida a participação social como base da democracia.

Os apontamentos em relação à qualidade social reforçam o caráter da Constituição de 1988 como Constituição Cidadã, contemplando as questões pertinentes à inclusão social, à democracia e à participação na gestão, efetivadas na democratização da educação e da escola. Nesse sentido, em Flach (2012), podemos observar que é possível identificar a qualidade social da educação a partir de eixos indicadores tais como: a educação como direito de cidadania; a participação popular na gestão; a valorização dos trabalhadores em educação; e recursos adequados.

Para Peroni (2015, p. 17), as fronteiras entre o público e o privado têm se modificado dentro de um contexto de crise do capitalismo, em que as estratégias são de redefinição do papel do Estado para as políticas sociais, com o diagnóstico de que o Estado é o culpado pela crise e “tem o mercado como parâmetro de qualidade”. Assim o papel do Estado passa a ser alterado, sob a justificativa de que as instituições democráticas são irresponsáveis e que somente um estado enxuto e controlado poderia ser o remédio para o controle dessas instituições.

Decorrente das novas mudanças no Estado brasileiro, a inserção da iniciativa privada na promoção educacional no Brasil traz resposta para a compreensão de problemas, inclusive

o projeto público e privado de educação. Nesse contexto, a gestão educacional das redes públicas de ensino vem sofrendo uma interferência cada vez maior com a presença do setor privado que passa a assediar o sistema educacional público com soluções mercadológicas de cunho privatista que mexem com as estruturas escolares e trazem retrocessos para o princípio democrático das gestões escolares. A gestão da educação pública requer pessoas conhecedoras dos processos pedagógicos e não aventureiros do mundo dos negócios que concebem a educação como operações de compra e venda, em detrimento a uma garantia de educação de qualidade social para todos.

Assim, a educação está aberta à ação dos empresários do ensino, sujeita às leis da iniciativa privada e negociada como mercadoria entre as partes interessadas em vender e comprar, o que revela o caráter mercantil do atual processo educacional no Brasil. A educação está à venda e virou um bom negócio para a iniciativa privada, que atua em função de atender os anseios burgueses da sociedade capitalista que pretende converter os direitos sociais duramente conquistados e transformar em mercadoria um serviço que pode ser ofertado pelo setor privado.

Ao propormos a discussão referente às relações público e privado no Brasil e a educação pública, consideramos importante fazer um breve resgate da história da educação formal no país e como ela estava estruturada, como era mantida e a quem ela servia. Destacamos, no entanto, que nosso objetivo não é o aprofundamento dos aspectos históricos em relação à educação formal no país, mas sim buscar demonstrar como se apresentavam ao longo da colonização portuguesa, passando pela independência até o período republicano.

Importante destacar que o resgate de aspectos relativos ao período da dominação portuguesa na colonização se dá em função de identificar algumas bases históricas de ações que se prolongaram no Brasil referentes ao exercício do poder político, econômico, religioso e a maneira com que interferiram e ainda interferem na educação no contexto atual. Entendemos, também, que os apontamentos sobre o período republicano são de suma importância, pois é a partir da Proclamação da República que foi possível que se estabelecessem processos de participação, inicialmente bastante limitados, mas que se expandiram no século XX graças à organização e luta dos trabalhadores, marcada por resistências e lutas coletivas por uma melhor compreensão do público sobre a responsabilidade do Estado.

Ao longo do século XX, os avanços conquistados no que se refere ao acesso à educação, aos direitos sociais e políticos são resultados da luta de classe. Portanto, consideramos fundamental a abordagem da relação público-privado no Brasil presente nas Constituições e em Leis que normatizam a educação brasileira, com destaque ao processo de

luta contra a ditadura militar e a redemocratização, na década de 1980. Esse contexto traz marcas das mobilizações e lutas advindas e acumuladas desde a resistência ao projeto colonizador português no país.

As discussões pertinentes a público e privado na educação brasileira, no contexto da redemocratização e aprovação da Constituição de 1988, também se justificam e pedem atenção especial por se tratar do período em que se constatam algumas conquistas e vitórias populares que se referem à compreensão e à prática do conceito de público como direito social, expresso na garantia da educação e da saúde pública e dos direitos sociais básicos, que, no entanto, ainda na década de 1980, são frontalmente atacados pela adoção de políticas de cunho neoliberais, que precarizam e retiram as poucas conquistas de anos de luta dos trabalhadores.

Essas mudanças nas relações entre o público e o privado, impactadas pelas mudanças nas relações econômicas, políticas e administrativas do Estado brasileiro, estão inseridas na chamada Reforma do Estado, conforme já discutido no Capítulo 1 desta dissertação.

2.1 O PÚBLICO E O PRIVADO NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Conforme justificado na introdução deste capítulo, as discussões pertinentes à história do Brasil e as questões relacionadas a público e privado na educação estão voltadas a lançar as bases para a compreensão do passado, como forma de possibilitar uma compreensão do presente e o apontamento das contradições que se apresentam. A justificativa dessa abordagem se ampara em Marx (2021, p. 25), que afirma que

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.

Com base no referencial teórico marxista, a luta de classes está presente em todas as sociedades que já existiram até o presente. Segundo Marx e Engels (2021, p. 25), “A história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes”. Essa luta colocou em oposição exploradores e explorados e “todas as vezes terminou com uma transformação revolucionária ou com a ruína das classes em disputa” (Marx; Engels, 2021, p. 25).

A burguesia, que surge em um momento de crise da sociedade feudal¹⁶, não aboliu o antagonismo de classes, mas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão e novas

¹⁶ Durante a Idade Média, formaram-se em volta dos castelos feudais, aldeias denominadas burgos, que surgiram a partir da divisão social do trabalho. Essa divisão fez surgir uma outra organização social, a corporação de ofício.

formas de luta no lugar das antigas (Marx; Engels, 2021). “Nossa época – a época da burguesia – distingue-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes que se opõem frontalmente: burguesia e proletariado” (Marx; Engels, 2021, p. 26).

A esse respeito, Grespan (2021, p. 78) afirma que “o elemento propulsor da vida social em todas as sociedades divididas em classes ao longo da história tem sido a oposição e a luta entre classes, luta que nenhuma conciliação política pode eliminar definitivamente, apenas atenuar ou mascarar”. Para Grespan (2021), Marx não concebe o Estado como neutro ou harmonizador de conflitos sociais, mas sim como um instrumento de poder. Esse apontamento se baseia, entre outros, na afirmação de Marx e Engels (2021, p. 29) de que “O Poder Executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os negócios comuns de toda a burguesia”.

No que diz respeito às relações entre o público e o privado no Brasil, é possível observar que elas estão presentes, desde o período da colonização portuguesa e direcionam a forma com que os governos implementam suas ações e como o povo intervém para fazer valer os valores e princípios anunciados pela República. Em se tratando da perspectiva de estudos e análise que assumimos neste trabalho, podemos notar que o contexto republicano possibilitou aos trabalhadores maiores condições para a mobilização e luta por transformações na sociedade. Importante ressaltar, no entanto, que, em se tratando da resistência à opressão e exploração pelas classes dominantes no Brasil, há inúmeros registros das lutas dos povos indígenas¹⁷, dos africanos escravizados¹⁸, dos caboclos¹⁹, dentre outras.

José de Souza Martins (1994), em sua obra *O poder do atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta*, ao abordar as questões políticas brasileiras, desde o processo de colonização e a formação do Estado brasileiro, destaca que a “política do favor, base e fundamento do Estado brasileiro, não permite nem comporta a distinção entre o público e o privado” (Martins, 1994, p. 20). Trata-se, segundo Martins (1994, p. 24), “de entender público e privado não como práticas definidoras de condutas subjetivas, mas como concepções submetidas ao arbítrio de

“Tecelões, pedreiros, ferreiros, médicos, arquitetos, comerciantes etc. organizavam-se em confrarias, em que os membros estavam ligados por um juramento de confiança recíproca. Dessas corporações fazem surgir uma nova classe social que, nos séculos seguintes, irá tornar-se economicamente dominante e buscará também o domínio político: a burguesia, nascida nos burgos” (Chauí, 2000, p. 509).

¹⁷ Confederação dos Tamoios (1554–1567); Guerra dos Aimorés (1555–1673); Guerra dos Potiguaras (1574–1599); Resistência Guaicuru (1725 / 1791); Guerra Guaranítica (1753–1756); Guerra contra os Botocudos (1808–1824), dentre outras.

¹⁸ Palmares (1580-1695); Revolta do Engenho Santana – Ilhéus/BA, 1789 e 1824; Revolta das Carrancas – Minas Gerais, 1833; Revolta dos Malês – Bahia, 1835; Balaiada – Maranhão, 1838-1841; Greve negra de ganhadores na Bahia (1857), dentre outras.

¹⁹ Guerra do Contestado (1912-1916).

quem personifica o público e de quem personifica o privado”. Ainda nesse contexto, ele afirma que nunca se constituiu na consciência popular a distinção dos direitos relativos à pessoa, ao cidadão.

Durante todo o período colonial, os direitos se superpuseram, o público e o privado. A grande distinção era de outra natureza e se sobrepunha a todas as outras: o que era patrimônio do rei e da Coroa e o que era patrimônio dos municípios, isto é, do povo. E aí a própria concepção de pessoa, como sabemos, estava limitada aos brancos e católicos, puros de sangue e puros de fé. Os impuros, isto é, os mestiços, os escravos indígenas, os escravos negros, mas também os mouros e judeus, estavam sujeitos a uma gradação de exclusão que ia da condição de *senhor de patrimônio* à condição de *patrimônio de senhor* (Martins, 1994, p. 22).

No tocante à educação no Brasil, desde a invasão portuguesa até o início do século XX, a educação formal esteve direcionada, em grande medida, à classe dominante, nesse caso, aos colonizadores, que para cá vieram e aqui se fixaram a fim de comandar o processo de exploração dos recursos naturais, a dominação sobre os povos indígenas e controle do território invadido.

Durante o período em que o Brasil esteve sob dominação portuguesa, a educação era controlada por Portugal, que por mais de 200 anos confiou a responsabilidade desse processo, principalmente aos padres jesuítas, até a expulsão dessa instituição religiosa, em 1759, em consequência da Reforma Pombalina, influenciada pelos ideais iluministas (Saviani, 2013).

Para Cury (2018), a obra jesuítica, que nasceu na Europa, no século XVI, com o objetivo do recrutamento de novos fiéis, chegou ao Brasil em 1549, junto com o governador Tomé de Souza e está associada diretamente ao projeto colonial português. Nos anos iniciais da presença jesuítica no Brasil, os religiosos se dedicaram ao aldeamento indígena e, em seguida, à abertura de colégios nas principais vilas da colônia que eram sustentados por impostos cobrados pelo Governo Geral.

A educação, portanto, era mantida por impostos arrecadados pelo governo, repassados a ordens religiosas, com destaque aos jesuítas, para a manutenção das escolas. A esse respeito, Cury (2018, p. 1219) afirma que

Talvez aqui se possa fazer uma leitura desta realidade por meio do que Luzuriaga (1959) atentando para a Europa, chama de educação pública religiosa, na medida em que as relações entre Portugal e sua [*sic*] colônias estavam também calcadas no denominado Padroado. Como diz Cunha (2017) o Padroado era uma simbiose Estado-Igreja Católica, com apoio na bula papal *Eximiae votrae devotiones*.

No contexto da Reforma Pombalina (1750-1770), é a primeira vez no Brasil que se busca implementar a instrução pública e laica, sob responsabilidade do Estado. A instrução

pública era uma forma de se combater as influências da educação com base religiosa, cristã/católica, fazendo jus aos princípios e ideários iluministas. No contexto da Reforma Pombalina, o acesso à educação ainda permanecia restrito aos filhos dos senhores. A esse respeito, Cardoso (2003, p. 197) afirma que na “segunda metade do século XVIII já existia a distinção entre educação pública, implantada pelo Estado, e educação privada, patrocinada predominantemente pelas ordens religiosas ou ainda por particulares leigos”.

Em Cury (2018), é possível observar que a extinção dos colégios jesuítas ocorreu em Portugal e nas colônias por meio do Alvará Regio de 28 de junho de 1759. Essa extinção ficou restrita aos colégios jesuítas, não incluindo outras ordens religiosas e nem o ensino da doutrina católica. “Foram expulsos do país mais de 500 padres voltados para a educação no Brasil, e a Coroa buscou substituir os colégios jesuítas por meio da criação das denominadas aulas régias, criadas pelo Alvará de 1759” (Cury, 2018, p. 1219). É nesse contexto, segundo Cury (2018), que a educação pública no Brasil tem a primeira forma de financiamento estatal.

Para Saviani (2013), de fato, a reforma pombalina teve o objetivo de criar uma escola que fosse útil aos interesses e fins do Estado, substituindo as escolas que serviam aos interesses eclesiásticos, no entanto,

no reinado de Dona Maria ocorreu, de algum modo, um retorno dos religiosos ao magistério, como professores das aulas régias. Isso, além de diminuir as resistências que ainda existiam ao afastamento dos jesuítas, aumentou o número de professores, reduzindo-se proporcionalmente os custos com o magistério (Saviani, 2013, p. 107).

A relação entre a educação sob a responsabilidade do Estado e a atuação dos religiosos como professores esteve presente em momentos posteriores ao reinado de Dona Maria (1777-1816)²⁰. Há registros da influência das ideias iluministas advindas da reforma pombalina até mesmo na criação de seminários católicos, como o caso do Seminário de Olinda. Esse seminário, diferente do período da influência jesuítica, não deveria formar somente padres, mas também cidadãos e indagadores da natureza (Saviani, 2013).

Após a Independência do Brasil, em 1822, o debate em relação à educação se fez presente no contexto da aprovação da Constituição de 1824. Essa Constituição foi promulgada por Dom Pedro I em 25 de março 1824, após a dissolução da Assembleia Nacional e Geral Constituinte de 1823, que havia desenvolvido seus trabalhos entre os meses de maio e

²⁰ D. Maria I se tornou a primeira rainha de Portugal e Algarves de 1777 até 1815, e, posteriormente, Rainha do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves a partir de 1815 até sua morte, em 1816 (Brasil, 2022).

novembro de 1823. Chizzotti (2005) demonstra que a Constituinte de 1823 foi um marco para o partido liberal. No entanto,

a ausência de unidade em um programa concreto permitirá a esta elite liberal avançar propostas além das condições existentes no país e sucumbir diante das rearticulações dos *realistas* que deram novos contornos às suas ações, reordenaram seus interesses e permitiram uma vigorosa investida contra seus opositores, no começo de novembro de 1823, liquidando a Constituinte e, com ela, as pretensões dos *liberais* (Chizzotti, 2005, p. 34).

A Constituinte de 1823 tratou de artigos referentes à educação que, com a dissolução, foram alteradas na Constituição de 1824, sendo simplificados, segundo Chizzotti (2005).

A promulgação dessa Constituição consolida a mesma relação entre a Igreja e o Estado que vigorou ao longo do período colonial (Adrião; Oliveira; Mocarzel, 2022). Dentre outras questões, Cunha (2017) aponta que a Constituição de 1824 previa que o Imperador nomearia os bispos e aprovaria documentos da Santa Sé. Previa também que os não católicos poderiam professar sua religião em local fechado. A exclusividade do poder católico deixa de ter amparo legal, no entanto, a dominação católica era incontestável. “Em suma, a Constituição de 1824 instituiu um Estado confessional, no qual a religião católica apostólica romana era a religião oficial, e seu clero mantido materialmente pelo governo” (Cunha, 2017, p. 57).

De acordo com Vieira (2007), Dom Pedro, por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa e Constituinte, em maio de 1823, destacou a necessidade de uma legislação sobre a instrução e, na abertura das sessões, foi eleita a Comissão de Instrução Pública. Essa comissão funcionou durante 6 meses e produziu dois projetos de lei sobre a educação pública. Vieira (2007, p. 294) ressalta que “embora esse debate tenha sido intenso, em virtude da dissolução da Constituinte de 1823, não veio a traduzir-se em dispositivos incorporados à Constituição de 1824”.

A Constituição do Império do Brasil de 1824, no Art. 179, inciso 32, previa “A instrução primária e gratuita a todos os cidadãos” (Brasil, 1824). Vieira (2007), ao discorrer sobre a previsão legal da educação na Carta Magna de 1824, aponta que a preocupação com a educação nessa Constituição, naquele momento político, foi pequena.

Ainda sobre a previsão legal da Constituição de 1824, Cury (2005b, p. 21) assevera que “O Império não foi um momento efetivo da educação como um direito universal de cidadania”. Cury (2005b) destaca também que a Constituição trata das garantias de direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, no entanto, é necessário apontar quem é e quem não é esse cidadão brasileiro: “Primeiramente pode-se dizer quem não é. Não é cidadão o escravo. Aliás, a Constituição é muda a esse respeito” (Cury, 2005b, p. 22).

Somente no contexto do Brasil Império que se tem os primeiros registros sobre a educação privada no país; de acordo com Saviani (2013, p. 140), “logo após a Independência, quando a Lei de 20 de outubro de 1823 abria caminho à iniciativa privada ao tornar livre a instrução, permitindo a qualquer um abrir escola independentemente de exame ou licença”. A iniciativa privada não chegava a suplantar as escolas públicas no que se refere à instrução elementar, porém, no nível secundário, a iniciativa privada tinha a supremacia (Saviani, 2013).

A organização da educação privada, nesse período, está relacionada às ações do governo central, como a aprovação, em 1834, “do Ato Adicional à Constituição do Império, o governo central desobrigou-se de cuidar das escolas primárias e secundárias, transferindo essa incumbência para os governos provinciais” (Saviani, 2013, p. 129). Segundo Saviani (2013), esse ato legalizou a omissão do poder central sobre as questões educacionais que já ocorriam ao longo do Império.

As questões referentes ao ensino privado são explicitadas na Reforma Couto Ferraz, por meio do Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, que aprovou o “Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte” (Brasil, 1854). Dentre outras questões, esse decreto tratava “do ensino particular primário e secundário”, “das faltas dos professores e diretores de estabelecimentos públicos e particulares”, e dava ênfase às questões da inspeção escolar, na regulação das escolas particulares (Saviani, 2013).

2.2 O PÚBLICO E O PRIVADO NO CONTEXTO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Historicamente no Brasil, aconteceram lutas de vários tipos e com amplos objetivos. No contexto da invasão portuguesa, as lutas dos povos indígenas, quando alcançados pelos portugueses, eram lutas por sobrevivência, lutas para manterem suas culturas, lutas contra a dominação, a catequização. Os africanos escravizados no Brasil organizaram lutas importantes contra a exploração, a dominação, a escravização, o comércio de seus corpos. Nesse contexto de lutas, há também aquelas relacionadas à conquista de direitos dos trabalhadores. Dentre essas lutas, podemos citar a luta pela educação.

Nesse processo histórico posterior à colonização portuguesa, o poder político e econômico esteve nas mãos da classe dominante, herdeira dos colonizadores portugueses e outros povos europeus que migraram para essas terras no contexto da colonização. Mesmo diante do registro dessas muitas lutas, com algumas conquistas e resistências, não se pode negar que a direção das decisões nos rumos da sociedade foi tomada pelos serviços da monarquia portuguesa no Brasil colônia e, posteriormente, pelo setor privado, ligado à burguesia e, por

vezes, à oligarquia brasileira pós-Proclamação da República. Esses sujeitos pressionam a sociedade para assumir a direção das políticas com intuito de colocar em prática projetos societários de interesses burgueses, ou seja, dos interesses privados, dos interesses da classe dominante, constituída pela burguesia e pelos latifundiários.

Passadas algumas décadas da Independência do Brasil, as forças militares, com apoio de alguns setores da classe dominante, proclamaram a República. Essa mudança na forma de organização da sociedade brasileira, mesmo diante de vários limites, desencadeou processos até então limitados no país, por exemplo, o acesso aos direitos trabalhistas, o acesso à educação, ao voto, às greves, dentre outros.

República, Matteucci (1998), trata-se de uma tipologia moderna de Estado que se contrapõe à monarquia, em que

o chefe do Estado, que pode ser uma só pessoa ou um colégio de várias pessoas (Suíça), é eleito pelo povo, quer direta, quer indiretamente (através de assembleias primárias ou assembleias representativas). Contudo, o significado do termo República evolve e muda profundamente com o tempo (a censura ocorre na época da revolução democrática), adquirindo conotações diversas, conforme o contexto conceptual em que se insere (Matteucci, 1998, p. 1107).

A palavra república significa *res publica* ou coisa pública. Marilena Chauí (2000, p. 479) afirma que “*Res publica* é a tradução latina para *ta politika*²¹, significando, portanto, os negócios públicos dirigidos pelo *populus romanus*, isto é, os patrícios ou cidadãos livres e iguais, nascidos no solo de Roma”. E, ainda, que

Ta politika e res publica correspondem (imperfeitamente) ao que designamos modernamente por práticas políticas, referindo-se ao modo de participação no poder, aos conflitos e acordos na tomada de decisões e na definição das leis e de sua aplicação, no reconhecimento dos direitos e das obrigações dos membros da comunidade política e às decisões concernentes ao erário ou fundo público (Chauí, 2000, p. 480).

No Brasil, a Proclamação da República ocorreu no dia 15 de novembro de 1889 e representa um marco na história política brasileira. Para Vieira e Farias (2011, p. 89), “enquanto *res-pública* – coisa pública – a República, em princípio, deixa pra trás a antiga formação dada aos súditos do ex-Império, trazendo a ideia de formação do cidadão, do homem público”. Vieira e Farias (2011) ainda destacam que a preocupação deste período era com a educação cívica e

²¹ Ta politika são os negócios públicos dirigidos pelos cidadãos: costumes, leis, erário público, organização da defesa e da guerra, administração dos serviços públicos (abertura de ruas, estradas e portos, construção de templos e fortificações, obras de irrigação, etc.) e das atividades econômicas da Cidade (moeda, impostos e tributos, tratados comerciais, etc.) (Chauí, 2000, p. 479).

patriótica do indivíduo e este ideário estava presente em muitos elementos pedagógicos da época.

As ideias republicanas começaram a ser plantadas muito antes da Proclamação da República, muito embora, até poucos dias antes da sua oficialização essas ideias não estivessem nas ruas (Vieira; Farias, 2011). As autoras apontam também que a República nasce como uma “comédia de absurdos”, que foi o Exército e não o Partido Republicano que se colocou à frente do movimento e que Deodoro da Fonseca²², além de amigo do imperador, era também um monarquista convicto.

Sobre a Proclamação da República no Brasil, Cury (2005a) destaca que as forças escravocratas que davam sustentação política e econômica ao Império retiraram o apoio e isso acelerou o processo para uma nova forma de governo. Segundo Cury (2005a), essa mudança na forma de governo se deu por meio de um golpe militar com apoio civil. Esse golpe “extinguiu o império e eliminou consigo a Constituição existente. Urgia criar um outro regime, substituir um governo e sobretudo dar à nação um conteúdo conforme a nova situação. Havia até mesmo uma expectativa de maior participação popular nos destinos do país” (Cury, 2005a, p. 69). Ainda sobre o golpe militar que destituiu o governo imperial pelas armas, “destruía um regime político, mas não criava automaticamente um outro mais emancipador” (Cury, 2005a, p. 70).

Sobre os acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889, Cunha (2017, p. 352) aponta que “Derrubada a Monarquia, a República não se impôs de imediato como forma de governo”. Destaca ainda que no manifesto

dirigido aos *concidadãos*, nem mencionou o regime republicano, se limitando a dizer que “o Povo, o Exército e a Armada Nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias” havia deposto a dinastia imperial e extinto o sistema monárquico representativo. Chamou a esse movimento de “revolução nacional, de caráter essencialmente patriótico”. O referido manifesto comunicou a abolição da vitaliciedade do Senado e do Conselho de Estado. A Câmara dos Deputados, recém-eleita e ainda não empossada, foi dissolvida (Cunha, 2017, p. 350).

A proclamação provisória da República é citada no decreto do Governo Provisório assinado ainda no dia 15 de novembro de 1889, por Deodoro da Fonseca, Aristides Lobo, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant e Eduardo Wandenkolk (Cunha, 2017).

²² Marechal Deodoro da Fonseca elegeu-se o primeiro presidente do Clube Militar (1887-1889), comandando os setores antiescravistas do Exército. Foi nomeado comandante das Armas da província do Mato Grosso em 1888, regressando ao Rio de Janeiro no ano seguinte, onde assumiu a chefia do governo provisório da República em 15 de novembro de 1889. Por meio de eleição indireta, passou a exercer a presidência em 25 de fevereiro de 1891, mas veio a falecer no Rio de Janeiro em 23 de agosto de 1892 (Brasil, 2023).

É possível observar que com a Proclamação da República algumas iniciativas voltadas às questões públicas se fazem presente no país, por exemplo, a criação da Secretaria de Instrução Pública. A criação dessa secretaria era parte das intenções de religação política do país e uma forma de garantir a presença oficial do Estado nessa área (Cury, 2005a).

Em se tratando do objetivo deste capítulo, podemos observar que o Brasil, mesmo sob a bandeira e princípios republicanos, manteve estruturas de dominação, exploração, controle econômico, social e político e a coisa pública, como um dos princípios da República, servia apenas à parcela da sociedade ligada à classe dominante. As mudanças efetivas resultantes do regime republicano foram lentas, por vezes retrocederam e por vezes foram suspensas. Um dos aspectos principais e de grande impacto na organização da sociedade refere-se à participação popular no processo eleitoral, que no início da República era censitário, proibitivo às mulheres, passando, posteriormente, a ser liberado a todos, desde que alfabetizados. Nesse ínterim, chegou a ser suprimido a todos, nas ditaduras, até ser autorizado, na década de 1980.

Florestan Fernandes (2006, p. 177) afirma que o processo de Proclamação da República no Brasil é o momento pelo qual se caracteriza a expansão da ordem social competitiva e pela constituição da classe burguesa, no incremento do sistema capitalista, que possui suas raízes que remontam o período do colonialismo.

Nesse contexto histórico-social, a dominação burguesa não é só uma força socioeconômica espontânea é uma força política regulativa. Ela polariza politicamente toda a rede de ação autodefensiva e repressiva, percorrida pelas instituições ligadas ao poder burguês, da empresa ao estado dando origem a uma formidável superestrutura de opressão e de bloqueio, a qual converte, relativamente a própria dominação burguesa na única fonte de “poder político legítimo” (Fernandes, 2006, p. 352).

Tomando o fio condutor de Florestan Fernandes (2006), na sua análise da dominação da classe burguesa, percebemos que a consolidação da classe dominante brasileira e sua atuação no campo político e econômico se deu com a exclusão dos diferentes estratos populares nas decisões políticas de um Estado nacional independente. Esse movimento foi constante desde o Brasil-Colônia e tem sido um elemento chave para a compreensão dos fatores que atuam no sistema educacional e que trazem resposta para a compreensão de problemas, inclusive o projeto público e privado de educação.

Um dos princípios proclamados na República foi a separação entre a Igreja e o Estado, que são expressos na Constituição aprovada em 1891. Segundo Cury (2005a, p. 76), “haveria um respeito pela distinção entre o público/leigo x privado/livre e neste caso não haveria nenhum tipo de impedimento à liberdade de expressão e de culto”.

Ainda, segundo Cury (2005a, p. 79) a Constituição de 1891 “avançou no sentido da defesa da plenitude dos direitos civis, ampliou um pouco os direitos políticos e omitiu-se ante (ou mesmo negou) os direitos sociais.” A educação, como direito social, de acordo com Cury (2005a) estava atrelada ao esforço individual, como demanda individual, não havendo educação obrigatória devido à hegemonia do liberalismo oligárquico, excludente e pouco democrático.

No que diz respeito às questões educacionais, posteriormente à Proclamação da República, merece destaque a presença dos trabalhadores ligados ao movimento operário e aos ideais socialistas, em 1890, anarquistas libertários, no início dos anos 1900, e, comunistas, na década de 1920. Os registros da circulação das ideias socialistas no Brasil datam da segunda metade do século XIX. Em 1902, é fundado o Partido Socialista Brasileiro, como resultado da participação popular na Assembleia Constituinte de 1891 e a criação de partidos operários (Saviani, 2013).

Esse destaque é relevante ao estudo sobre as relações entre o público e o privado no Brasil e a educação pública, pois a ação dos movimentos e partidos operários faz com que o sentido do público esteja, de fato, voltado aos interesses e necessidades dos trabalhadores. Segundo Saviani (2013, p. 182),

os vários partidos operários, partidos socialistas, centros socialistas assumiram a defesa do ensino popular gratuito, laico e técnico-profissional. Reivindicando o ensino público, criticavam a inoperância governamental no que se refere à instrução popular e fomentaram o surgimento de escolas operárias e de bibliotecas populares.

Para os anarquistas ou libertários, a educação ocupava posição central e se expressava num movimento na crítica à educação burguesa e na formulação da própria concepção pedagógica com a criação de escolas autônomas e autogeridas. Conforme Saviani (2013, p. 183), “No aspecto crítico denunciavam o uso da escola como instrumento de sujeição dos trabalhadores por parte do Estado, da Igreja e dos partidos”. Os anarquistas também criaram escolas e universidades como forma de colocar em prática suas ideias e ideais, porém essas escolas foram perseguidas pela polícia e fechadas no início do século XX (Saviani, 2013).

A partir dos anos 1920, e o desenvolvimento da experiência soviética, os comunistas passaram a ser os protagonistas do movimento operário. No Brasil, em 1922, é fundado o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O PCB, no mesmo ano que foi fundado, foi colocado na ilegalidade, o que demonstra que a perseguição sofrida pelos anarquistas com o fechamento de suas escolas continuava. O partido, no entanto, buscou outras formas de atuação na sociedade para driblar a ilegalidade e

criou o Bloco Operário Camponês (BOC) (Saviani, 2013). Assim como os anarquistas, os comunistas também atuaram nas questões educacionais. Segundo Saviani (2013, p. 183),

o PCB posicionou-se em relação à política educacional, defendendo quatro pontos básicos: ajuda econômica às crianças pobres, fornecendo-lhes os meios (material didático, roupa, alimentação e transporte) para viabilizar a frequência às escolas; abertura de escolas profissionais em continuidade às escolas primárias; melhoria da situação do magistério primário; subvenção às bibliotecas populares.

É possível observar que há, pela primeira vez na história do Brasil, desde a invasão portuguesa, concepções e projetos de educação direcionados à educação dos trabalhadores. Importante salientar que se trata, portanto, de práticas de uma concepção de educação que fosse além de educação formal, e que estivesse vinculada à relação do trabalho e do trabalhador, portanto, uma educação da classe trabalhadora, que se contrapunha à educação da classe dominante, historicamente garantida aos filhos dos senhores.

A atuação dos grupos socialistas, anarquistas e comunistas aponta também o que para nós é central neste trabalho: a luta para que o Estado assuma suas responsabilidades com a educação e a formação do trabalhador e, por outro lado, a constatação dos limites da educação oferecida pelo Estado sob interferência da burguesia, que desde os primórdios negligenciou a educação aos trabalhadores.

Dessa forma, as incursões pelo campo da história da educação brasileira se fazem necessárias para se elucidar e analisar alguns aspectos que compõem a problemática da privatização e sistemas privados de ensino, em especial, no entendimento de como a iniciativa privada obteve espaço no âmbito público.

O sistema educacional brasileiro vem sofrendo interferências cada vez maior dos atores do segmento privado e esses atores passaram a ter muita influência nas políticas para o campo da educação, não somente como controle econômico, mas também como controle ideológico.

Conforme exposto, a relação entre o público e o privado no Brasil tem suas raízes no processo de colonização portuguesa, mas é no século XIX que ela se acentua. Segundo Cardoso (2003, p. 196),

no Brasil, as fronteiras, ainda que tênues, entre o público e o privado foram sendo construídas, ao longo do século XIX, a partir, principalmente, de alguns marcos fundamentais da história política brasileira: quando deixamos de ser América portuguesa para sermos país independente em regime monárquico e depois em regime republicano.

As relações entre o público e o privado repercutem na educação por ser a educação uma forma de relação social em constante disputa e que impacta nos rumos da sociedade no que diz respeito à difusão de ideias, concepções, visões de mundo, de projeto de sociedade e de ser humano.

Para analisar as relações históricas, é necessário entender que as transformações sociais ocorridas no âmbito das relações entre público e privado se dão no contexto do avanço do capitalismo e suas reestruturações são desencadeadas por várias crises econômicas e políticas.

Com a Proclamação da República, em 1889, vislumbrava-se a possibilidade de o país conquistar autonomia política e administrativa para gerenciar os recursos financeiros, no entanto, ainda levaríamos muitas décadas para que o regime trouxesse alterações significativas, daquelas iniciadas com o Império.

Em Saviani (2011), podemos observar que é somente em 1930 que a educação passa a ser parte da estrutura de governo, em que passou a ser incorporada junto ao Ministério da Saúde. “Efetivamente foi somente após a Revolução de 1930 que começamos a enfrentar os problemas próprios de uma sociedade burguesa moderna, entre eles, o da instrução pública popular” (Saviani, 2011, p. 7).

A partir de então passam a ser estabelecidas as devidas legitimidades através de instrumentos reguladores à oferta da educação nacional. Nesse cenário, a defesa por uma escola pública, laica, gratuita e obrigatória ganha mais visibilidade e passa a ser defendida por grupos de intelectuais, entre eles, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova²³, que, em 1932, levantou a questão da educação como uma função essencialmente pública. Os formuladores desse documento criticam “a subordinação da educação brasileira a interesses político-partidários, bem como condenam a interferência da Igreja católica nas questões ligadas ao ensino” (Xavier, 2003, p. 4). No entanto, não se restringiam à crítica, mas apresentavam soluções, conclamavam o Estado a criar meios para transformar a educação em função social e pública (Xavier, 2003).

Os formuladores do Manifesto ficaram conhecidos como Pioneiros da Educação Nova e se pautavam pelo ideário liberal. Em Xavier (2003, p. 239), podemos observar que eles “foram

²³ O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova foi publicado em 1932, por Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e outros. Apresentava tendências diversas de pensamento, como as dos filósofos John Dewey e do filósofo Émile Durkheim, compunha uma autêntica e sistematizada concepção pedagógica. Segundo Ghiraldelli (2009, p. 42), este manifesto “ostentava o significativo título de ‘A reconstrução Educacional do Brasil – ao povo e ao governo’” e estabelecia dois tipos de escola: a escola tradicional e a escola socializada. Ainda, segundo o autor, a primeira escola colocaria a educação como um privilégio fornecido pela condição econômica do indivíduo, enquanto a segunda reconhecia que todo indivíduo teria o direito de ser educado até onde permitisse suas aptidões naturais (Ghiraldelli, 2009).

responsáveis por um conjunto de formulações, críticas e propostas de organização relativas ao ensino público brasileiro que constituem um ponto de partida crucial para se entender a relação entre educação, Estado e sociedade no Brasil republicano”.

Os Pioneiros da Educação Nova defendiam a organização de um sistema nacional de ensino unificado, pautado na descentralização administrativa, confiando na ação agregadora do Estado que deveria agir de acordo com o interesse público; reafirmavam os ideais republicanos, federalistas e democráticos. Os ideais defendidos pelos Pioneiros se opunham aos interesses das oligarquias agrárias, aos interesses da Igreja Católica e aos nacionalistas conservadores (Xavier, 2003).

Os ideários desse movimento influenciaram a Constituição Federal de 1934 que propôs estabelecer uma lei específica para a educação e a construção de um Plano Nacional que contemplasse o direito à educação para todos. No entanto, na década de 30, concomitantemente a esse processo de democratização da educação, o Estado passa por uma forte tendência às privatizações, que favorecem intensamente os interesses privados.

Rocha (2005, p. 119-120) menciona que “a República acrescentou, no plano do reconhecimento público formal, a exigência de um ensino para o povo, elementar e profissional, separado do ensino de formação cultural das elites: aquele, um ensino público provincial; este, de caráter privado no ensino médio e público no superior”. Em suas abordagens, Rocha (2005) destaca, dentre outras questões, a atuação constante da Igreja Católica, dos católicos e do movimento renovador nesse período. Essas relações implicavam, dentre outras questões, em divergências sobre o direito à educação e sobre o caráter público da educação defendido pelos renovadores, expressos na Constituição de 1934.

Em meio aos embates, principalmente com os católicos, os renovadores conseguem aprovar o direito à educação na Constituição, porém “ele sai suficientemente mutilado para que nada obrigue o Estado a um investimento maciço em educação pública” (Rocha, 2005, p. 126). Na perspectiva de Rocha (2005), o fato de não ter havido uma disputa em torno à aplicação dos recursos públicos em educação pública abriu brechas para o financiamento público do ensino privado.

2.3 AS RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADO NO BRASIL: DO ESTADO NOVO À CONSTITUIÇÃO DE 1988

Na sequência dessa abordagem histórica fizemos o recorte dos acontecimentos do período do Estado Novo até o período da promulgação da Constituição de 1988, pois essa Constituição, ainda em vigor, é inerente ao objeto da pesquisa.

No que diz respeito às décadas de 1930 e 1940, no Governo de Getúlio Vargas (1937-1945), o ministro da educação Gustavo Capanema buscou dar uma imagem de modernização à educação, no entanto, atrelava decisões do Ministério da Educação a setores da Igreja Católica. Segundo Xavier (2003), a relação da Igreja Católica e o Estado, nesse período, fez com que se produzisse um equilíbrio aparente entre os defensores do ensino privado e confessional e os defensores do ensino público, universal, leigo e gratuito.

Esse período foi marcado pela industrialização do Brasil, pelas mudanças nas relações sociais do campo para a cidade. Nesse período, Vargas exerceu o poder em dois momentos distintos. O primeiro, de 1934 a 1937, como Governo Constitucional e, o segundo, de 1937 a 1945, com o Estado Novo, marcado pela ditadura decretada pelo próprio Vargas. Nesse período, a presença do Estado na educação se efetivou

por meio da extrema centralização administrativa e decisória e pelo cerceamento a qualquer tipo de inovação ou manifestação de pluralismo, incluindo-se o esforço de nacionalização da educação com o fechamento das escolas de colônias imigrantes no sul do país (Xavier, 2003, p. 242).

Ao tratar das questões referentes à Constituição de 1937 e à educação nessa Constituição, Vieira (2007, p. 298) afirma que “O dever do Estado para com a educação é colocado em segundo plano, sendo-lhe atribuída uma função compensatória na oferta escolar destinada à “infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares (art. 129)”. A esse respeito, conforme previsto na Constituição Federal de 1937,

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (Brasil, 1937).

A educação pública, nesse contexto, é destinada aos estudantes que não podem pagar o ensino oferecido nas instituições privadas. A prioridade está voltada para o ensino vocacional e profissional, revelando a omissão do Estado em relação às outras modalidades de ensino

(Vieira, 2007). Nesse sentido, a concepção de educação pública é “aquela destinada aos que não puderem arcar com os custos do ensino privado. O velho preconceito contra o ensino público presente desde as origens de nossa história permanece arraigado no pensamento do legislador estado-novista” (Vieira, 2007, p. 298). O Art. 130 da Constituição Federal de 1937 previa que o ensino primário seria obrigatório e gratuito, no entanto, essa gratuidade “não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar” (Brasil, 1937). Nesse contexto, “A educação gratuita é, pois, a educação dos pobres” (Vieira, 2007, p. 298).

No contexto das Constituições de 1934 e de 1937, Rocha (2005, p. 137) destaca que “a política de equiparação entre escolas públicas e privadas, pela oficialização e equivalência de ambas, promovida agora de forma não mais restrita, favoreceu o grande “boom” de expansão do ensino secundário de caráter privado nas décadas de 1930 e 1940”. Essa expansão do setor privado, de acordo com Rocha (2005), fez com que se formasse um empresariado de ensino, que agia como ator político e foi um fator que inibiu o crescimento do setor público. Em relação ao empresariado de ensino e sua relevância como ator político na educação brasileira, é importante destacar o apontamento de Rocha (2005) de que, no período anterior, o privado se confundia com a organização educacional da igreja católica.

Com o fim da ditadura de Vargas, em 1945, e o retorno da democracia, as situações envolvendo a educação foram revertidas, principalmente no que diz respeito aos privilégios do Estado para com a Igreja Católica, que, de acordo com Saviani (2013), fez pacto com o governo Vargas a partir da articulação de Francisco Campos e Gustavo Capanema. A Igreja Católica, em troca da inclusão de teses na Constituição de 1934, apoiou Vargas.

Nesse sentido, houve a disputa entre os grupos religiosos católicos e os empresários de escolas particulares, e educadores e intelectuais que se dedicavam na defesa da universalização da educação pública. Esse cenário evidenciou também a necessidade de redefinição da legislação educacional, segundo Xavier (2003).

Em 1946, o general Eurico Gaspar Dutra assume a presidência do Brasil e no mesmo ano promulga a Constituição que foi orientada por princípios liberais e democráticos, retomando o espírito da Constituição de 1934. Inicialmente, Dutra restabelece o estado de direito e a autonomia federativa, mas logo em seguida é rompida com a intervenção em vários sindicatos e a decretação da ilegalidade do PCB, recém voltado à legalidade. Nesse período, ainda se observa as práticas implementadas por Gustavo Capanema, quando esteve à frente do

Ministério da Educação, com o dualismo na educação²⁴, direcionada à classe dominante e às classes populares. Essas diretrizes duraram até o ano de 1961 (Vieira, 2007).

Oliveira (2005) ressalta que o debate em torno à Constituição de 1946 foi atravessado pela luta social em curso, com inúmeras greves. Segundo Oliveira (2005, p. 164), essa Constituição é limitada “em relação a uma série de questões fundamentais para construir uma sociedade democrática, mas é preciso reconhecer que foi sob sua vigência que vivemos quase vinte anos de democracia”. Ela “expressa a contradição entre a manutenção das desigualdades e a emergência das massas populares como agente a ser considerado” (Oliveira, 2005, p. 164).

No que concerne à educação, a Constituição de 1946 destaca “o tema da educação como direito de todos. Não há, entretanto, um vínculo direto entre esse direito e o dever do Estado em um mesmo artigo, como ocorrera no texto de 1934” (Vieira, 2007, p. 300). O texto constitucional, no Art. 167, prevê que “o ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem” (Brasil, 1946).

Como um tema relevante ao contexto das relações público e privado, Vieira (2007, p. 300) destaca que, em referência ao termo ensino oficial, coloca-se a possibilidade do “ensino oficial não gratuito, pois a Constituição estabelece que a instrução subsequente à primária somente seja gratuita para aqueles que "provarem falta ou insuficiência de recursos"”. Nessa afirmação, é possível observar uma forma diferente de compreensão e de prática em relação ao que é público, nesse caso, associado à não gratuidade do ensino.

Referindo-se à relação público e privado na Constituição de 1946, Oliveira (2005, p. 180) afirma que “o debate em 1946 privilegiou o debate público-privado, e mais especificamente, o da relação Estado-Igreja e seus desdobramentos na esfera educacional”.

Nesse contexto, Xavier (2003, p. 244) aponta que

Se as décadas de 1950 e 1960 assistiram à crescente manifestação dos interesses privados no âmbito legislativo, não se pode negar que o período também foi marcado pela exaltação da dimensão pública da educação. A educação passa a ser requerida como direito cívico, como meio de ascensão social e, ainda, como instrumento indispensável ao desenvolvimento econômico e, portanto, como requisito para o progresso do país.

²⁴ Libâneo (2012) problematiza a questão do dualismo na educação brasileira, destacando a divisão entre escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres, em que a primeira estaria assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos mais pobres.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 4.024/1961, aprovada no governo do presidente João Goulart, esteve envolvida em disputas que se alongaram desde o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. Nessa lei, os interesses privados foram contemplados em detrimento dos interesses públicos. Os recursos públicos seriam destinados preferencialmente ao ensino público, no entanto, se incluía a concessão de bolsas de estudos em instituições privadas como despesa com o ensino, conforme se observa no Art. 93, & 1º, letra b.

Art. 93. Os recursos a que se refere o art. 169, da Constituição Federal, serão aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino de acordo com os planos estabelecidos pelo Conselho Federal e pelos conselhos estaduais de educação, de sorte que se assegurem:

[...]

§ 1º São consideradas despesas com o ensino:

[...]

b) as de concessão de bolsas de estudos (Brasil, 1961).

Entre outros artigos que tratam dessa temática, podemos destacar:

Art. 94. A União proporcionará recursos a educandos que demonstrem necessidade e aptidão para estudos, sob duas modalidades:

a) Bolsas gratuitas para custeio total ou parcial dos estudos;

b) Financiamento para reembolso dentro de prazo variável, nunca superior a quinze anos.

§ 1º Os recursos a serem concedidos, sob a forma de bolsa de estudos, poderão ser aplicados em estabelecimentos de ensino reconhecido, escolhido pelo candidato ou seu representante legal (Brasil, 1961).

A respeito da aprovação da LDBEN nº 4.024 de 1961, Saviani (2011) assevera que a previsão legal destacava que o ensino era obrigação do poder público e livre à iniciativa privada. A essa afirmação de Saviani, no que tange à iniciativa privada, o ensino é livre, porém financiado pelo poder público. A respeito da destinação de recursos públicos para instituições privadas previstas nessa lei e a conciliação feita para fins de aprovação, Saviani (2011) menciona a posição de Anísio Teixeira, defensor da escola pública como sendo “meia vitória, mas vitória”.

Nesse sentido, “A vitória só não foi completa em razão das concessões feitas à iniciativa privada, deixando, com isso, de referendar o outro aspecto defendido pelos Pioneiros da Educação Nova: a reconstrução educacional pela via da construção de um sólido sistema público de ensino” (Saviani, 2013, p. 307). Nesse mesmo contexto, Saviani (2011) cita a posição de Álvaro Vieira Pinto, de que essa lei “é uma lei com a qual ou sem a qual, tudo continua tal e qual”.

Em 1964, o país foi impactado pelo golpe militar que derrubou o presidente João Goulart e instaurou uma ditadura com duração de 21 anos. O governo de João Goulart colocou em curso uma série de reformas denominadas Reformas de Base²⁵. Essas reformas, somadas a outras ações de seu governo, em nível nacional e internacional, fizeram com que grupos militares e civis se mobilizassem, a fim de derrubar o governo legitimamente eleito sob argumento de que o país seria tomado pelo comunismo. João Goulart era simpático a governos ditos comunistas, como o governo chinês, o governo cubano, e tinha em seu ministério políticos, intelectuais e lideranças alinhadas a partidos de esquerda e a um projeto nacional de desenvolvimento do Brasil (Ridenti, 2010).

Durante a ditadura militar (1964-1985), foi aprovada uma nova Constituição, em 1967. Essa Constituição, de acordo com Horta (2005), está relacionada às exigências do modelo militar-tecnocrático para adaptar a Constituição de 1946 a esse regime. Nesse contexto, o poder legislativo está sob controle dos militares e cumpre o papel de legitimação dos seus interesses.

O Campo estava aberto para fazer passar um projeto de Constituição “que representasse a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução” e que assegurasse “a continuidade da obra revolucionária”. Em outras palavras, uma Constituição que garantisse às elites, aliadas aos militares e aos tecnocratas, a manutenção de seus privilégios” (Horta, 2005, p. 238).

Em relação ao processo de elaboração e aprovação da Constituição de 1967, Horta (2005) destaca que a oposição que ele denomina “consentida”, ciente dos limites que foram impostos, aceita participar e torna possível a sua aprovação, mesmo votando contra. Era sabido que as emendas apresentadas pela oposição só seriam aprovadas com o consentimento dos militares. Em meio a esse processo, a oposição retira-se, “denunciando seus colegas do Legislativo por rompimento de acordo de lideranças, como se fosse possível manter um acordo que tornasse sadio um processo viciado desde a origem” (Horta, 2005, p. 238).

No que tange à educação e no que concerne à relação público e privado, a Constituição de 1967 previa:

Art 168 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.
§ 1º - O ensino será ministrado nos diferentes graus pelos Poderes Públicos.

²⁵ A expressão “reformas de base” foi empregada formalmente pela primeira vez em março de 1958, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) apresentou um documento que discutia as reformas – incluindo a agrária, a urbana e a constitucional – e destacava também a disciplina do capital estrangeiro no país, o que implicava uma nova Lei de Remessa de Lucros (Menandro, 2013).

§ 2º - Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à Iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo.

Em Xavier (2003), é possível observar que a educação direcionada aos filhos dos trabalhadores foi pautada pela formação técnica, com finalidade de que os jovens acessassem o mercado de trabalho. Outrossim, a educação destinada aos filhos da classe dominante ou à classe média voltava-se ao acesso ao ensino superior. Para isso, restringia-se a possibilidade de acesso com a profissionalização compulsória de todo o ensino médio, buscando deslocar ao mercado de trabalho os possíveis candidatos ao ensino superior. O ensino oferecido nas escolas públicas era diferenciado das escolas privadas. Essa posição é corroborada por Vieira (2007), que destaca a crescente demanda por ensino superior. Fruto do chamado “milagre brasileiro”, resultante do projeto de desenvolvimento do país colocado em prática pelos militares, esse contexto se refletiu nas políticas para o ensino médio. “A reforma do ensino de 1º e 2º graus, por sua vez, pretende atingir um duplo objetivo: de um lado, conter a crescente demanda sobre o ensino superior; de outro, promover a profissionalização de nível médio” (Vieira, 2007, p. 302). Todavia, no que se refere à educação e à relação público e privado, quando da aprovação da Constituição de 1967, Vieira (2007, p. 302) aponta que

expressam a presença de interesses políticos já manifestos em outras Cartas, sobretudo àqueles ligados ao ensino particular. A “liberdade de ensino”, tema chave do conflito entre o público e o privado desde meados dos anos cinquenta, é visível no texto produzido no regime militar.

A educação, sob os mandos da ditadura militar (1964-1985), estreitou os laços com os Estados Unidos. A parceria entre o governo brasileiro e o governo estadunidense se denominava MEC-USAID²⁶. Os Estados Unidos, no entanto, não eram parceiros da ditadura militar apenas nas questões educacionais, mas mantinham interferência em todo o governo, desde o apoio e fomento do golpe militar em 1964 e demais políticas adotadas pelos militares ao longo do período ditatorial. Vale destacar que os Estados Unidos se utilizaram da mesma estratégia golpista em outros países na América Latina.

²⁶ MEC-USAID - Acordo firmado em junho de 1965 entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), representado pelo ministro Flávio Suplicy de Lacerda, e a United States Agency for International Development (USAID), representada por seu diretor Stuart Van Dyke. Com a finalidade de promover, direta ou indiretamente, a cooperação cultural entre os dois países. No entanto, apesar da importância e significação histórica desses acordos, foram aqueles relativos à assessoria para planejamento do sistema de ensino, particularmente do ensino superior, assinados em 1965 e 1967, que representaram o clímax das discussões em torno da colaboração técnica Brasil-Estados Unidos no âmbito da educação (Cunha, 2023).

Nos anos da ditadura militar, houve resistência por parte de partidos políticos, sindicatos, movimentos estudantis, movimentos camponeses, organizações religiosas, com destaque para a Igreja Católica, e algumas denominações evangélicas progressistas, dentre outros. Os registros sobre a perseguição, tortura, desaparecimento de corpos, assassinatos são amplamente conhecidos no Brasil, principalmente após os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade²⁷. As vítimas da ditadura militar eram, em sua maioria, aquelas que resistiram ao autoritarismo em curso e lutaram pela restauração da democracia no país.

No conjunto das ações de resistência, estavam professores, estudantes, intelectuais que lutavam em torno das questões educacionais e pela redemocratização do país. Segundo Cunha (1991), a luta pela educação no contexto da ditadura militar não se dissociava da luta pela redemocratização. A educação, por sua vez, nessa perspectiva, era entendida também como espaço privilegiado para se vivenciar as práticas democráticas, como exercício que se estendia e se inter-relacionava com a democracia em outros espaços sociais.

Nesse sentido, entendemos que para avançarmos na análise das relações de investimentos públicos e privados, faz-se necessário entender historicamente como que essas correlações de forças foram se constituindo através das lutas por conquistas sociais reivindicadas arduamente no processo de democratização nos anos de 1980.

A década de 1980 trouxe consigo um período de esperança para a democratização do país. A ditadura militar, nos anos finais da década de 1970, estava em declínio, em grande medida devido às lutas sociais em curso em todo o país. Os militares, no entanto, não aceitavam o fim da ditadura de maneira repentina e definiram como lema e como prática a transição lenta, gradual e segura, assim como a anistia ampla, geral e irrestrita.

A significativa mobilização popular, em prol da redemocratização do Brasil teve como expressão a campanha das “Diretas Já”, que mobilizou o país para a construção de um novo

²⁷ As Comissões de Verdade são órgãos oficiais ou extraoficiais, instituídos com a função de apurar as graves violações de direitos humanos, apontando os crimes que foram cometidos, as circunstâncias dessas violências, pessoas envolvidas etc. Podem ou não ter a finalidade expressa de julgar os responsáveis pelos crimes a depender de cada legislação. Algumas delas têm também atribuição de promover a reconciliação nacional. Mas isso depende da realidade de cada conflito e de cada nação. Os principais objetivos das Comissões de Verdade, de acordo com a literatura especializada nesse campo, são “estabelecer uma lembrança autorizada e historicamente acurada do passado; superar a negação oficial e comunitária das atrocidades, violências ou abusos e lograr o conhecimento público deles; identificar vítimas das violações de direitos humanos e abusos para promover políticas de reparação efetivas; conhecer as circunstâncias em que ocorreram; identificar os artífices das violências e envergonhar socialmente os perpetradores pelos atos praticados (se possível, colhendo elementos que permitam o processamento penal); criar uma memória coletiva ou uma história comum, para um novo futuro; restaurar a dignidade das vítimas, encerrar os abusos, legitimar e promover a estabilidade do novo regime, promover a reconciliação sobre as divisões do passado, educar a população sobre o ocorrido, recomendar caminhos para coibir a repetição dessas práticas” (São Paulo, 2023).

modelo de governo. Esse processo de abertura política, no final da década de 1970, propiciou a participação de vários setores da sociedade na construção e elaboração de políticas públicas no âmbito social, em particular nas políticas públicas voltadas para a educação.

A luta pelas liberdades democráticas; os primeiros grandes movimentos grevistas; o movimento das “Diretas Já” pelo retorno de eleições para governantes; a conquista da liberdade de organização partidária, entre tantas outras ações no campo trabalhista, político e social, configurou um “clima” por maior participação e democratização das várias esferas da sociedade brasileira, incluindo-se a organização do próprio Estado (Adrião; Camargo, 2007, p. 63).

As lutas pelas liberdades democráticas, entre elas o movimento das “Diretas já”, ganham um intenso apelo democrático em torno da escolha de um novo presidente. Entretanto, em 1984, o Congresso Nacional, referenda, em escolha indireta, os nomes de Tancredo Neves para presidente e de José Sarney para vice. Por motivos de saúde, o presidente eleito falece antes da posse. “Em seu lugar assume o vice, que mantém o compromisso de revogar a legislação autoritária por meio de várias medidas, entre elas a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte, encarregada de dar ao País uma nova Carta Magna” (Vieira, 2007, p. 303).

Nesse processo, em 1985, oficializou-se o fim da ditadura com a realização da eleição indireta do presidente Tancredo Neves, e sua morte repentina levou ao poder o presidente José Sarney. Nessa conjuntura, em 1987, instalou-se a Assembleia Nacional Constituinte, com base na Emenda Constitucional nº 26, de 1985, que concluiu seus trabalhos no ano de 1988.

Com o advento da nova Constituição Federal, em 1988, a educação passa a ser entendida como um direito de todos. Conforme já apontado, essa abertura para o projeto de redemocratização do país trouxe consigo discussões sobre maior participação democrática, gestão democrática da educação, coletivização das decisões e direitos sociais, porém, ao mesmo tempo, o projeto para a construção dessa nova sociedade estava pautado no neoliberalismo que adentrava o país a partir do Consenso de Washington. Essa confusão na materialização dos direitos em políticas sociais fez com que o país vivesse um momento difícil para o avanço das políticas públicas. Muitos foram os embates travados na sociedade para que o projeto de uma educação pública gratuita, universal, democrática e laica fosse efetivada.

O setor educacional foi fortemente impactado por muitas transformações. Nas últimas décadas, as políticas gerencialistas neoliberais passaram a trazer implicações para o sistema de ensino das escolas públicas, principalmente no que tange ao avanço da materialização da gestão

democrática, que, embora reconhecida na CF de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDBEN nº 9.394/96, ainda não foi amplamente consolidada.

Em matéria de educação, a Constituição de 1988 é a mais extensa de todas. Segundo Vieira (2007), essa Constituição recebeu contribuições de pessoas que atuavam no campo educacional e que se organizavam desde o início dos anos 1980. Ainda, de acordo com Vieira (2007, p. 304), são dez artigos específicos que contemplam os mais diversos níveis e modalidades:

[...] o espírito do texto é o de uma "Constituição Cidadã" que propõe a incorporação de sujeitos historicamente excluídos do direito à educação, expressa no princípio da "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (art. 206, I). [...] O espírito da Carta de 1988 está expresso, sobretudo, nos artigos que tratam da concepção, dos princípios e dos deveres do Estado no campo da educação. A noção de educação como direito, que começa a se materializar na Constituição de 1934 (art. 149) e é reafirmada em 1946 e 1967, é reeditada de forma ampla através da afirmação de que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (art. 205).

A Constituição de 1988, portanto, avança em conquistas sociais e traz garantias legais sobre a democratização da sociedade e da escola pública. Em se tratando da educação e a relação público e privado, a Constituição de 1988 destaca no Art. 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino (Brasil, 1988).

E no Art. 209:

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:
I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público (Brasil, 1988).

Segundo Vieira (2007), a Constituição de 1988 manteve a transferência de recursos públicos ao ensino privado, e as instituições que podiam recebê-los eram as denominadas escolas comunitárias ou filantrópicas. Essas instituições deveriam comprovar finalidade não lucrativa e aplicação dos excedentes financeiros em educação. Esses benefícios podem ser feitos "por meio de "bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando" (Vieira, 2007, p. 306).

Ao discutir os aspectos relativos a público e privado, por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, Xavier (2003, p. 245) aponta que os defensores da educação pública e os defensores da educação privada se organizaram em dois grupos: “de um lado, os que defendiam a manutenção de dispositivos que visavam o fortalecimento da escola pública e, de outro, aqueles que se colocavam contra a ingerência do Estado nos estabelecimentos particulares”.

Por meio da Constituição Federal de 1988, foi se desenhando um novo quadro de responsabilidades pela oferta do ensino no país. Foram utilizados três diferentes conceitos para a oferta do serviço público:

Quadro 1 – Sistematização sobre a conceituação de público–privado na Constituição Federal de 1988, por tipo de atividade e finalidade

Conceitos utilizados na Constituição Federal de 1988		
Conceituação	Tipo de atividade	Finalidade
Público mantido pelo Estado – Público estatal.	Atividade Prioritária da esfera pública e atribuição do Estado.	Pública e sem fins lucrativos.
Público não estatal.	Para atender escolas confessionais e comunitárias ²⁸ que se diferenciavam das escolas particulares.	Privada/ Filantrópica. Sem fins lucrativos.
Público como serviço público.	Escolas privadas com fins lucrativos.	Todas mantidas com recursos do Estado.

Fonte: Pinheiro (2005).

Nota: Organizado pela autora (2024).

O conceito de público como escola mantida pelo Estado, ou Público estatal, foi amplamente defendido no Fórum Nacional em defesa da Escola Pública (FNDE)²⁹, criado em 1986, um movimento que surge com o objetivo de reivindicar um projeto de educação como um todo e para todos. Esse conceito se baseia na defesa de que “o ensino é uma atividade

²⁸ Escolas Comunitárias: São escolas com administração privada, mas que incluem representantes da comunidade em seus órgãos dirigentes, apresentam um aspecto democratizante pois estimulam a participação da comunidade escolar nos processos de gestão da escola (Adrião, Oliveira, Mocarzel, 2022, p. 10).

²⁹ Este movimento não surge repentinamente ou isolado da realidade histórico-social, é fruto de mobilizações de entidades preocupadas com a educação que, a partir de 1980, passaram a se organizar através das Conferências Brasileiras de Educação - CEBs. A primeira Conferência, realizada em 1980, buscou diagnosticar a situação da educação no Brasil sob a coordenação de três importantes entidades: o Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES, Associação Nacional dos Docentes – ANDES e Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Educação – ANPED. As demais Conferências ocorreram respectivamente nos anos de 1982, 1984, 1986, 1988 e 1991 e, ao longo desse período, ocorreram mudanças significativas no contexto educacional, inclusive, com o retorno de Paulo Freire, após a ditadura, com sua proposta de educação popular e alfabetização de adultos. [...] Suas demandas eram, principalmente, a defesa da escola pública e posição político-partidária de oposição à ditadura (Tavares, *et al.*, 2020, p. 12).

prioritária da esfera pública da sociedade e que, portanto, é uma atribuição do Estado” (Pinheiro, 2005, p. 284).

Em relação ao conceito de público não estatal, esse foi

defendido pelas escolas confessionais e comunitárias, que procuraram se diferenciar das demais instituições particulares. Esta denominação visa substituir o critério jurídico de distinção entre a instituição mantida pelo Estado e a instituição particular, pela divisão entre escola com fins lucrativos e sem fins lucrativos (Pinheiro, 2005, p. 284).

Em relação ao conceito de escolas públicas não estatais, Pinheiro (2005) chama a atenção para o fato que todas as escolas seriam consideradas públicas, as vinculadas ao estado ou a instituições sem fins lucrativos. As escolas vinculadas a empresas lucrativas não se enquadrariam nesse conceito.

O terceiro conceito presente no processo de argumentação na Constituinte foi o de público como serviço público. Segundo esse conceito, “toda a educação, seja ministrada pelo Estado ou pela instituição privada é pública” (Pinheiro, 2005, p. 285). A defesa desse conceito se deu principalmente pela FENEN³⁰ e negava a distinção entre escolas privadas e escolas públicas. O público, nesse conceito, é definido pelo serviço que presta a população (Pinheiro, 2005).

Porém o processo de debate entre os setores interessados em destinar recursos públicos para o setor privado não se esgota com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Segundo Pinheiro (2005, p. 284):

O Conceito de público não-estatal foi defendido pelas escolas confessionais e comunitárias que procuravam se diferenciar das demais instituições particulares. Essa denominação visa substituir o critério jurídico de distinção entre a instituição mantida pelo Estado e a instituição particular, pela divisão entre escola com fins lucrativos e sem fins lucrativos. A partir dessa conceituação seriam consideradas públicas as instituições do Estado e todas as outras que não se organizassem como empresas lucrativas. Seriam privadas apenas as escolas que têm como fim a acumulação capitalista.

A cada uma dessas conceituações ocorreram várias reivindicações, porém todas reivindicavam a destinação de recursos do Estado, ou seja, públicos, para a sua manutenção, visto que a educação poderia ser *privada*, porém o *ensino* era público. “Foi em torno deste problema que se concentrou fundamentalmente o conflito público-privado na Constituinte” (Pinheiro, 2005, p. 286).

³⁰ Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

É notório que a escola mantida pelo Estado tem mais condições de oferecer uma educação com maiores condições de igualdade do que uma escola mantida pelo setor privado. Porém sempre houve uma tendência do Estado de financiar o ensino particular, transferindo recursos públicos para este setor.

Essa tendência de transferência de recursos públicos para a esfera privada foi regulamentada com o processo de redemocratização do país; segundo Adrião, Oliveira e Mocarzel (2022, p. 10), pela primeira vez a permissão legal de repasses de recursos públicos para escolas privadas foi regulada pelo Artigo 213 da Constituição Federal de 1988:

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:
I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;
II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades (Brasil, 1988).

O conflito entre o público e o privado pode ser observado historicamente na concepção e na legalidade de que se pode ou não destinar recursos públicos para o setor privado, ou seja, historicamente o setor privado sempre desejou aumentar seus lucros com o uso de recursos do Estado. Embora a nova legislação imponha algumas delimitações para a concepção de dinheiro público, o setor privado procurou se revestir de concepções públicas para se legitimar no campo educacional. Segundo Pinheiro (2005, p. 287), “O uso do conceito de público foi assim a roupa nova com a qual se apresentou o conflito na Constituinte”. Ainda persiste no setor privado as investidas constantes de ampliar seus lucros e interesses no domínio do que é público para se posicionar ideologicamente perante a sociedade.

Apesar deste respaldo legal, efetivar um processo democrático de investimento na escola pública vem se constituindo em um grande desafio histórico. Esse desafio se relaciona ao próprio processo de democratização da sociedade brasileira, que, ao longo do século XX, conviveu com governos autoritários, golpes de Estado, ditaduras.

É importante assinalar que a presença de uma constituição que amplie o leque de discussões sobre a educação evidencia um grau de importância ao longo da história. Vieira (2007) menciona que nas Constituições de 1824 e 1891, as referências à educação eram mínimas, e, esse fato aponta a pouca relevância desse tema para a sociedade da época. Trata-se de um tempo em que o acesso à educação ainda era possível apenas a uma pequena parcela da população. Esse contexto, no entanto, muda nas Constituições brasileiras do século XX, “Com

o aumento da demanda por acesso à escola, a presença de artigos relacionados com o tema cresce significativamente nas Constituições posteriores” (Vieira, 2007, p. 306).

Ao se referir às questões educacionais presentes nas Constituições brasileiras, Vieira (2005) afirma que mesmo as Constituições tendo expressado desejos de reforma e apontado as possibilidades, elas não asseguraram as garantias e, em muitos casos, reforçaram privilégios de classe perante o poder Legislativo.

Do ponto de vista da perspectiva democrática e da participação popular, a aprovação da Constituição de 1988 representou grandes avanços, mesmo em meio às disputas entre os defensores dos interesses públicos e dos interesses privados. O fato é que, poucos anos após a essa aprovação, com as Reformas do Estado e a adoção das políticas neoliberais, os avanços conquistados do ponto de vista dos direitos sociais e a oferta da educação pública de qualidade , sob responsabilidade estatal, são diretamente impactados e retrocedem, não só na perspectiva da compreensão do sentido público da educação, da sua oferta e sua garantia, mas também do ponto de vista da finalidade da educação voltada à formação do trabalhador e as poucas possibilidades de se construir processos educativos em vista da transformação social.

A partir dos aspectos tratados até aqui, no próximo capítulo, dispomo-nos a analisar as questões referentes à educação pública paranaense como mercadoria subordinada ao gerencialismo empresarial, na gestão do governador Ratinho Junior (PSD) (2019-2022).

CAPÍTULO 3

A EDUCAÇÃO PÚBLICA PARANAENSE COMO MERCADORIA SUBORDINADA AO GERENCIALISMO EMPRESARIAL

3ª Tese sobre Feuerbach

A teoria materialista de que os homens são produtos das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Leva, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe à sociedade (como, por exemplo, em Robert Owen). A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como *prática transformadora* (Marx, 2007).

Na primavera de 1845, Karl Marx critica Feuerbach por não compreender que a realidade não é algo dado, mas é construída pelo homem por meio de suas atividades práticas. Marx diz que o homem não é um ser passivo, mas um ser ativo que transforma o mundo ao seu redor. Essa crítica é importante para a compreensão do destaque da Tese que diz que o “educador precisa ser educado”, pois no modo como atua a sociedade capitalista, a burguesia organiza a sua proposta de educação de forma a inviabilizar que o educador compreenda conscientemente a ideologia utilizada para justificar a intenção de um projeto de dominação hegemônico. Nessa direção, Evangelista (2014, p. 12) aponta que

Apresentando suas promessas como o “pote no fim do arco-íris”, a burguesia organiza suas propostas para a educação como uma ciranda de *slogans*. Cria a “ilusão” da consecução de tais promessas obliterando a impossibilidade de serem alcançadas no capitalismo. Procede como o canalha que, ciente da inexistência do pote, aproveita-se da credulidade do outro que o busca, desenhando-o segundo seus interesses particulares.

É nesse sentido, com base na organização da proposta de educação, sob controle da burguesia, que vai se construindo um *slogan* de ideal de culpabilização pelos fracassos em políticas educacionais com ideias e crenças de que todos os problemas podem ser sanados por meio do gerencialismo empresarial. Essa concepção ignora a complexidade da realidade e a origem e diversidade dos problemas, que podem ser enfrentados por indivíduos, organizações e sociedades. O gerencialismo, portanto, sustenta sua ideologia e suas ações de maneira simplista, impondo soluções através de técnicas e ferramentas de gestão aos moldes do mercado.

Neste capítulo, apresentamos as empresas, fundações, institutos e associações e organizações que mantêm parcerias, convênios, acordos de cooperação, termos de cooperação³¹ com o governo do estado do Paraná, na gestão 2019-2022 na área educacional. Neste contexto, apresentamos também os 40 programas voltados à educação pública, implementados pelo governo do estado nessa gestão. Dentre esses programas nos dedicamos a analisar cinco programas que consideramos centrais para a implementação do projeto gerencialista empresarial do governo Ratinho Junior.

Com o intuito de identificar esses acordos de parcerias e cooperações com institutos, fundações e organizações privadas, aprofundamos os estudos em busca de um entendimento das relações das empresas privadas com a educação pública paranaense. Muitas das informações levantadas partiram do *site* da própria Secretaria Estadual de Educação na página “Parcerias, Convênios e Doações da SEED-PR” (Paraná, 2023c), que reúne nessa seção as informações referentes aos termos de acordo, cooperação, parcerias e convênios, na qual nosso foco se pautou na identificação dos organismos privados, seus braços sociais e a qual programa ou projeto educacional está alinhada.

Essas análises partem do levantamento desses organismos privados, que estão disponibilizados na página oficial da Secretaria Estadual de Esporte e Educação (SEED-PR), nos *sites* das empresas, em artigos e trabalhos acadêmicos que se debruçam a aprofundar os reais interesses e ações desses grupos empresariais.

3.1 PARCERIAS ENTRE OS INSTITUTOS E FUNDAÇÕES DE CAPITAL PRIVADO E A EDUCAÇÃO PÚBLICA PARANAENSE NA GESTÃO DO GOVERNADOR RATINHO JUNIOR (2019-2022)

O avanço das fundações e instituições, mantidas pelo empresariado, sob a agenda das políticas educacionais, vem tomando espaço na educação pública. Esses métodos funcionam como manipulação ideológica na disseminação de que os reformadores empresariais apresentam as melhores propostas para “consertar a educação” (Freitas, 2012, p. 379). Para os neoliberais, a melhoria na educação não se daria pela ampliação de investimentos, mas no aprimoramento do gerenciamento como modelo para a educação pública, com base no argumento de que o privado funciona melhor que o público. Para isso, colocam-se como agentes para a realização desse processo, além de defenderem a destinação de recursos públicos

³¹ O significado e diferenciação entre as parcerias, convênios, acordos de cooperação, termos de cooperação podem ser encontrados no documento: Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - Lei 13.019/2014 (Brasil, 2016).

para a iniciativa privada, beneficiando o capital em detrimento da educação de qualidade social, do acesso ao conhecimento científico, filosófico, artístico, estético, historicamente acumulado.

Nesse cenário, os reformadores empresariais têm influenciado de forma significativa a construção dos caminhos para as legislações, investimento, políticas públicas e educacionais. Segundo Shiroma e Evangelista (2011), no início do século XXI, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) estimava que havia 57 milhões de professores no mundo, sendo a maior categoria profissional. Essa dimensão justifica um dos interesses dos reformadores em se manter na centralidade das políticas de formação e gestão de professores, a fim de monitorar esse público, que se mantém diariamente em contato com a população.

A presença dos reformadores empresariais da educação data do início dos anos 1990. Saviani (2019) classifica-os como aqueles que seguem orientação dominante que advém de organismos econômicos internacionais, tais como o Banco Mundial, o FMI, a OCDE³² e o BID. Ainda segundo o autor, esses reformadores vêm impondo seus produtos e mercadorias que são de interesses do mercado financeiro com estímulos a competições e ranqueamento entre as instituições escolares.

Para Freitas (2014b), a presença dos reformadores educacionais não é novidade nas configurações escolares, entretanto mudaram a forma de atuação, investindo também nas formas de controle político e ideológico. Segundo o autor, a presença dessas empresas aponta a materialização de uma possível privatização que se concretiza através de vendas de serviços de consultorias, oferta de plataformas tecnológicas, cursos de formação de professores, avaliação de alunos, dentre outros recursos apresentados como solução para a melhoria da aprendizagem e solução para igualar a escola pública à escola particular.

Para a construção da análise deste capítulo, pretendemos chamar a atenção para esse processo de mercantilização da educação, ao qual Freitas (2014a; 2014b; 2018) define como uma forma de privatização. Para o autor, esse fenômeno se dá pela introdução de procedimentos

³² A matriz de controle mundial das políticas educacionais é hoje a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), um organismo internacional destinado à cooperação e desenvolvimento econômico das nações desenvolvidas, que se associa às estruturas anteriormente existentes de Bancos de financiamento (Banco Mundial, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)). Ela é responsável pela avaliação em nível mundial da qualidade da educação dos países ricos nas disciplinas de leitura, matemática e ciências pelo exame do *Programme for International Student Assessment (PISA)*. Somam-se ainda a estes, uma plêiade de fundações e bilionários que resolveram “doar recursos para a educação”. Uma parte deles está voltada para a criação de estruturas de controle ideológico e influência em governos e legislativos; outra, está mais interessada em abrir mercado que até agora esteve sob controle do Estado – por exemplo: a educação – e faturar. Têm forte apoio da mídia. No caso brasileiro, a organização que mais cumpre esta função é o Movimento Todos pela Educação (Freitas, 2014a, p. 53).

empresariais no âmbito das instituições públicas, de modo a acessar a gestão escolar e o controle do processo educativo da infância e da juventude. Isso permite que a chamada “gestão empresarial” impulse um processo de “privatização radical da educação de longo prazo” (Freitas, 2018, p. 55).

No estado do Paraná, na gestão do governador Carlos Roberto Massa, “Ratinho Junior”, pelo PSD (2019-2022), há uma forte presença das políticas neoliberais efetivadas nas parcerias com o empresariado. Elas estão presentes em várias áreas da gestão pública, incluindo a educação. Esse modelo de gestão está ancorado em uma gestão pública gerencialista empresarial, o que buscaremos mostrar na sequência deste texto.

No processo de compreensão das relações políticas e educacionais, este capítulo objetiva explicitar a análise que realizamos da educação pública no estado do Paraná, subordinada ao gerencialismo empresarial, buscando desvelar a complexa rede de influências dos reformadores educacionais e empresários, que sustentam o modelo gerencialista empresarial adotado pela gestão do governo Ratinho Junior e levadas a cabo pela Secretaria Estadual de Educação.

O avanço do setor privado na educação pública paranaense tem modificado as estruturas organizacionais das escolas, trazendo sérias implicações para a materialização da construção de uma educação como bem público e direito de todos. Os direcionamentos que vêm sendo propostos para as escolas da rede pública estadual, pelo governo Ratinho Junior na gestão de 2019-2022, vai ao encontro do entendimento do que é a função social da escola pública em uma perspectiva de educação crítica e emancipadora.

Esse modelo oriundo das reformas neoliberais adentra nas escolas públicas paranaenses com um viés ideológico, pautado em uma organização gerencialista empresarial, em que a gestão das escolas é cada vez mais definida por grupos ligados a institutos ou fundações, criados por setores da burguesia que se desenvolvem utilizando dinheiro público que deveria ser aplicado na ampliação da oferta de educação pública.

No estado do Paraná, os empresários aparecem no cenário da educação como promotores das reformas empresariais. Se faz necessário discutir as relações que os programas educacionais do governo do Paraná têm com os princípios do movimento dos reformadores empresariais da educação. Freitas (2018) descreve sobre a complexidade das redes empresariais que se difundiram nos âmbitos das secretarias de educação e aborda que

os “reformadores” operam em *redes difusas de influência*, construindo alianças mais amplas com acadêmicos, grandes empresários, rentistas e suas fundações, políticos no interior de instâncias legislativas e do governo, institutos, centros e organizações

sociais, indústria educacional e a mídia, *imersos no tecido social*, construindo a legitimação de sua concepção de sociedade e de educação (Freitas, 2018, p. 41).

Os reformadores da educação atuam com e na sociedade civil, mas também estão atuando na sociedade política, via essas parcerias, de maneira a fazer valer os seus interesses e a pautarem os ajustes no sistema, quando esses interesses não são contemplados a contento, o que demanda constantes reformas. Essas ações são parte da busca dos reformadores por “um sistema de educação ideal” (Freitas, 2018, p. 36). Por isso o modelo está ancorado na gestão gerencialista empresarial, pois recebe orientações de concepções aliadas ao processo produtivo do capitalismo, que necessita dessas constantes reformas para perpetuar a ideologia do neoliberalismo (Freitas, 2018).

Conforme mencionado no Capítulo 1, ao assumir o governo do Estado do Paraná em 2019, Ratinho Junior colocou à frente da Secretaria Estadual de Educação o empresário do ramo da tecnologia Renato Feder, que já comercializava produtos³³ da área de tecnologia com as Secretarias de Estado da Educação, como o caso de Santa Catarina.

No contexto da indicação de Renato Feder à Secretaria de Educação no Paraná, remetemo-nos à pesquisa de Palú e Arbighaus (2022), que identificou quem eram os sujeitos que ocupavam a função de secretários(as) Estaduais de Educação no Brasil, no período de 2019-2022, buscando identificar a que setor esses sujeitos estavam ligados. Em sua pesquisa foi possível verificar que:

embora o critério político seja utilizado para indicação dos/das secretários (as), há uma grande influência do empresariado na indicação desses sujeitos ou no direcionamento das ações das secretarias. Muitos (as) secretários (as) atuam em institutos e organizações ligadas ao setor privado e ao terceiro setor, entre as quais destacamos: Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Sistema S., Movimento Todos pela Educação, Empresas do setor de tecnologias, Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Esse indicativo aponta que as fronteiras entre os espaços públicos e privados estão cada vez mais borradas e, muitas vezes, encontram-se imbricadas, com a rotatividade de sujeitos que ocupam ora os espaços públicos, ora os privados, ou ambos (Palú; Arbighaus 2022, p. 60).

Em relação à atuação de Renato Feder no meio empresarial, podemos observar nos estudos de Costa (2022b), que ele tem “participação em 25 CNPJs perante a RFB [Receita Federal do Brasil], cujo capital social soma cerca de R\$ 18.934.877.372,90 (Costa, 2022b, p.

³³ A empresa Multilaser de Renato Feder foi a responsável pelo fornecimento de tablets adquiridos pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, mostrando como que os “espaços das secretarias estaduais são utilizados por empresas como pontos estratégicos para comercialização de seus produtos nas respectivas redes” (Palú; Arbighaus, 2022, p. 61).

79). Ainda, segundo Costa, Renato Feder “possui 101 sócios em outras empresas, segundo o portal Transparência.cc” (Costa, 2022b, p. 79).

A Proposta de Governo do então candidato Ratinho Junior, registrada no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR), para as eleições de 2018, destaca que “O propósito deste plano é nortear as políticas e ações do Governo Ratinho Junior. Ele foi desenhado para garantir que a força-motriz da sua gestão será inspirada em pensar estrategicamente e agir democraticamente” (Massa Junior, 2018). Trata-se de um “projeto que não estabelece o Estado Máximo, nem o Estado Mínimo, mas o Estado necessário na medida exata para atender as demandas da população sem abrir mão da ética, do respeito e da transparência” (Massa Junior, 2018). Conforme observamos no plano, sua elaboração teve a contribuição da sociedade civil “representada pelas federações, associações da agricultura e indústria e comércio, sindicatos rurais, instituições de ensino, lideranças comunitárias, autoridades religiosas e dirigentes municipais de todo o Paraná” (Massa Junior, 2018), porém ao analisarmos as propostas para a educação, inferimos que somente alguns setores da sociedade civil foram ouvidos, como veremos mais adiante.

O Plano de Governo de Ratinho Junior para as eleições de 2018 apresentava uma seção destinada para tratar do tema Educação, são duas páginas bem sucintas e resumidas do que se propõem a fazer. As propostas demarcam uma concepção de educação mercadológica, em buscar parcerias com o intuito de criar “um círculo virtuoso com o sistema público e privado de educação, para atender a necessidade de formação adequada dos profissionais” (Massa Junior, 2018). O documento aponta que “as políticas educacionais de Ratinho Junior serão implementadas de forma integrada” (Massa Junior, 2018) e traz propostas para a área da gestão escolar, e a intencionalidade de aumentar o Índice de Desenvolvimento Educacional (IDEB) e melhorar a qualidade da educação por meio do fortalecimento das relações com a sociedade e a intensificação da integração das famílias com a escola.

Chama a atenção o fato de que as condições de trabalho dos professores, a valorização da carreira e as condições estruturais das escolas não são mencionadas como fatores que podem contribuir com a esperada melhoria objetivada pelo plano em questão.

Sobre a gestão, segundo o Plano, dar-se-á por meio de colaboração com os municípios e incluem o currículo, os materiais didáticos, a formação de professores, coordenadores e diretores de escolas. Para isso, são elencadas em seis componentes: “governança estruturada, monitoramento e avaliação, competição e colaboração, cultura da gestão, comunicação e ajuste dos conteúdos pedagógicos” (Massa Junior, 2018). O Plano fala também na criação de um índice de qualidade da educação e que, “por meio de mecanismos de competição e colaboração

será possível o reconhecimento das melhores escolas, que serão parceiras na condução de outras escolas a um patamar mais elevado” (Massa Junior, 2018).

Observa-se que o Plano traz a previsão de ações de grande impacto para as escolas, no entanto, é vago, sem maiores detalhes de como serão implementadas tais ações. Contudo, ao observarmos as práticas do governador Ratinho Junior ao longo do seu primeiro mandato (2019-2022), podemos notar que o plano foi executado na gestão escolar, no currículo, na competição entre as escolas, premiando aquelas que atingiram metas colocadas pela Secretaria da Educação. Nota-se também que a ausência de ações referentes aos(as) trabalhadores(as) da educação, no Plano de governo, constatou-se no âmbito do exercício do seu mandato com a não valorização da carreira, com a precarização das condições de trabalho e até mesmo do não pagamento das correções inflacionárias desse período.

A construção da proposta, presente no Plano do então candidato Ratinho Junior, está pautada na necessidade de treinar/adestrar toda a comunidade escolar para a aceitação do seu projeto societário, voltado à mercantilização da educação, deixando claro que as organizações sociais, sindicatos de professores e universidades não foram consultadas para a elaboração deste Plano. O *slogan*, “pensar estrategicamente e agir democraticamente” (Massa Junior, 2018), apresenta intencionalidades e concepções ideológicas muito bem definidas, mas não condiz com os princípios fundamentais de um processo democrático, haja visto que as práticas do governador Ratinho Junior (2019-2022), na educação pública paranaense, podem até ser estratégicas, mas têm muito pouco de democráticas.

Nesse contexto, consideramos importante mencionar que as relações do governador Ratinho Junior com o campo empresarial se dão em função da sua atuação política, mas também em função da sua atuação empresarial. De acordo com Costa (2023, p. 78), Ratinho Junior tem

participação em 7 CNPJs perante a Receita Federal do Brasil (RFB). A empresa mais antiga é a Massa & Massa Comunicação e Marcas Ltda, aberta em 08/06/1989. O capital social de suas empresas soma cerca de R\$ 116.784.058,00. Atualmente, conta com 29 sócios em outras empresas, muitas ligadas ao agronegócio (Costa, 2022, p. 78).

Portanto, é necessário identificar quais setores da sociedade civil participaram dessa construção, pois setores constituídos historicamente no processo de construção científica e técnica da educação são substituídos por movimentos empresariais, do agronegócio que enxergam na educação pública um nicho de mercado, possibilidade de lucro e negociações rentáveis e de controle ideológico. E mais do que isso, veem no controle da educação uma real possibilidade da burguesia se perpetuar no poder. Conforme destaca Freitas (2014a, p. 51), “as

pressões sobre a área da educação partem agora de entidades organizadas pelos empresários”, com a finalidade de estarem juntos aos governos e ao Congresso Nacional. Ainda em Freitas (2014a, p. 51),

Os empresários e seus apoiadores defendem uma versão instrumentalizada de educação a qual disfarçam muito bem com bandeiras como “primeiro o básico”, “os direitos da criança têm que vir primeiro”, etc. Coisas com as quais nós até podemos concordar, mas sob outra concepção. Os educadores querem uma educação de qualidade social, voltada para os valores, para a formação humana ampla e entendem que a educação não é matéria para ser privatizada, pois é um bem público. Como tal, não pode ser entregue ao controle de um setor da sociedade, os empresários. Isso não é democrático – mesmo no quadro de dificuldades pelas quais passa a escola pública.

Perante a esse cenário do projeto político em curso no estado do Paraná, reafirmamos a necessidade de defender a educação pública que se sustenta em princípios democráticos e nos debates para construção de valores fundamentados na construção de uma educação na perspectiva da emancipação humana.

Dadas as fundamentações apresentadas do cenário político educacional do Paraná, no decorrer desta dissertação, podemos afirmar que a educação apresenta uma concepção de gestão pública pautada pela lógica gerencialista empresarial, tal qual a adotada pelo mercado. Podemos ilustrar essa concepção com o discurso de posse, do primeiro mandato (2019-2022) do Governador Ratinho Junior, no qual este afirmou que a principal meta do seu governo para a Educação seria o aumento do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), em que o aluno será o centro do processo educacional. Nas palavras do governador em pauta, “Vamos em busca do melhor Ideb e esta será a nossa principal meta e maior desafio na educação” (Massa Junior, 2022).

Após eleito, o então governador parte em busca do cumprimento da sua agenda neoliberal, alinhada aos interesses empresariais, às fundações, aos institutos e às organizações empresariais que passaram a fazer parte da realidade da educação paranaense desde os primeiros dias de governo, como apontamos anteriormente. Podemos destacar que, dias após a sua posse, em 09 de janeiro de 2019, saiu em Diário Oficial³⁴ o seu acordo de cooperação com a Fundação Lemann³⁵, esta que se tornaria uma das principais integrantes do grupo de

³⁴ Despacho do governador autorizando a formalização do Acordo de Cooperação, entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação – SEED com o Instituto Lemann (Diário Oficial do Estado do Paraná. Protocolo nº 15.527.113-218, de 09 janeiro de 2019).

³⁵ A Fundação Lemann é a mais importante matriz do projeto de conformação burguesa empresarial [...]. A estrutura ideológica empresarial dos capitalistas Jorge Paulo Lemann e seus sócios Marcel Herrmann Telles e Carlos Alberto da Veiga Sicupira é reproduzida nos braços sociais das empresas, isto é, os valores e as concepções de mundo burgueses. Para tanto, o projeto estratégico se concentra na seleção e na formação, do que eles

reformadores empresariais a interferir, não só na educação pública paranaense, como na educação pública em nível nacional, tanto dos estados como nos municípios.

Esse Acordo de Cooperação com a Fundação Lemann, firmado no início do mandato de Ratinho Junior, objetivava a formalização do desenvolvimento de um programa em Gestão Pública. Em buscas realizadas nos *sites* do governo do estado do Paraná não foi possível localizar o Plano de Trabalho condizente a este acordo, mesmo que esse fato tenha sido publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná.

A fim de realizar um levantamento das parcerias com a iniciativa privada, elencamos primeiramente os nomes das Empresas, Fundações e Institutos parceiros da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, nos anos de 2019 a 2022. A seguir, apresentamos o Quadro 2, no qual constam as parcerias das empresas, institutos, fundações, associações e organizações do Sistema S com o Governo do Estado do Paraná, por tipo de convênio, localizadas no *site* SEED-PR, na aba Legislação, sub aba “Parcerias, Convênios e Doações”, no período de 2019 a 2022.

Quadro 2 – Parcerias das empresas, institutos, fundações, associações e organizações do Sistema S com o Governo do Estado do Paraná, por tipo de convênio, localizadas no site SEED-PR, na aba Legislação, sub aba “Parcerias, Convênios e Doações”, no período de 2019 a 2022

(continua)

Ano	Tipo de convênio	Razão social
2019	Acordo de Cooperação	Instituto Sonho Grande (ISG) Instituto Natura (IN) Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE)
	Acordo de Cooperação	Instituto Compartilhar
	Termos de Cooperação Técnica	Programa Agrinho
	Termos de Cooperação Técnica	Klabin S. A.
	Termos de Cooperação Técnica	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP)
2020	Acordo de Cooperação	Banco Central do Brasil
	Acordo de Cooperação	Vetor Brasil
2021	Termo de Adesão	Instituto Latino-Americano de Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Sustentável
	Acordos de Cooperação	Associação Nova Escola

denominam, de jovens “lideranças ou talentos”, oriundos das distintas classes, para cumprirem com o papel de prepostos da burguesia nas empresas [...] (Farias, 2021, p. 739).

Quadro 2 – Parcerias das empresas, institutos, fundações, associações e organizações do Sistema S com o Governo do Estado do Paraná, por tipo de convênio, localizadas no site SEED-PR, na aba Legislação, sub aba “Parcerias, Convênios e Doações”, no período de 2019 a 2022

(conclusão)

Ano	Tipo de convênio	Razão social
2021	Doações	SICREDI - Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro
2022	Termo de convênio	Sincroniza Orientação e Assessoria em Educação Ltda. e Instituto Lemann
	Acordos de cooperação	Instituto GRPCOM
	Acordos de cooperação	SEBRAE
	Acordos de cooperação	Fundação Itaú para Educação e Cultura
	Acordos de cooperação	Associação Instituto Iungo

Fonte: Paraná (2023c).

Nota: Dados organizados pela autora (2024).

Esses Institutos, Fundações e Associações ligadas a empresas foram responsáveis por atender a agenda estratégica do governo do estado nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022. No quadro acima, podemos perceber que nos quatro anos de governo foi possível identificar parcerias com 19 instituições que estabeleceram algum acordo de parceria: para atuarem na direção ou na execução de políticas para a educação básica, para a educação profissionalizante, na formação de professores, na formação de gestores, oferta de materiais tecnológicos, entre outros.

Analisando os Termos de Parcerias, os Planos de Trabalhos e as publicações em Diário Oficial que estão disponibilizados publicamente na página da SEED, foi possível identificar que o privado tem interferido de várias formas no setor público. Pires e Peroni (2019) nos ajudam a chegar a essa constatação, quando afirmam que muitas vezes o setor privado interfere no setor público, até mesmo definindo o conteúdo da educação por meio da formação de professores, do monitoramento e da gestão escolar. Entendendo a importância histórica que as instituições públicas têm na defesa da educação gratuita, universal, democrática e laica, preocupa-nos o crescimento de um sistema público de ensino subordinado às instituições privadas. Para Pires e Peroni (2019, p. 13),

apesar de permanecer pública na propriedade, instituições privadas têm assumido o controle da escola, modificando a gestão democrática pela gestão gerencial, de resultados, substituindo um currículo que problematiza e vinculado às relações sociais por outro “padronizado e replicável”, que possa ser monitorado “por controle remoto”, separando o pensar do agir, para professores, alunos, direção, secretários de educação [...].

A concepção de educação pública paranaense, sob a lógica gerencialista empresarial, está ameaçada com o controle do conteúdo, a forma e a gestão da educação. Essas ameaças têm implicações negativas para a democratização da educação, pois, apesar da educação permanecer pública, quem monitora e executa as agendas de trabalho dos professores e dos gestores são as empresas privadas incumbidas de fazer valer as políticas gerencialistas empresariais para toda a rede pública de educação.

Ao aprofundarmos as buscas por mais informações pelas empresas que possuem alguma forma de parceria com o governo do estado, foi possível identificar algumas notícias oficiais, no *site* da Secretaria Estadual de Educação, que divulgam a atuação de outros organismos privados, que não estavam publicadas na página principal em que fizemos a consulta (Parcerias, Convênios e Doações). Nessa busca, identificamos institutos e fundações, como o Instituto Publix, a UNESCO, a Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI), o Movimento Colabora, e a Fundação Roberto Marinho. Sistematizamos na sequência deste trabalho algumas informações a respeito da atuação dessas instituições e em quais circunstâncias foram postas.

Em 09 de janeiro de 2019, a Secretaria Estadual de Educação divulgou um Termo de Cooperação com uma organização denominada “Aliança”, nome dado a uma parceria entre a Fundação Lemann, o Instituto Humanize, a Fundação Brava e o Instituto República. Através desse acordo o Estado do Paraná e a Aliança, estariam realizando um credenciamento para atrair e selecionar os futuros Chefes dos Núcleos Regionais de Educação (NREs)³⁶, que representam a secretaria do Estado em diversas cidades. (Apoio, [...] 2019). Interessante destacar que este processo de credenciamento para a realização das escolhas dos futuros chefes de núcleos regionais, embora seja uma proposta de atuação da organização Aliança com Fundação Brava e o Instituto República, foi realizado por uma outra instituição parceira, denominada Instituto Publix (Apoio [...], 2019). Na referida notícia publicada no site da Fundação Lemann é possível observar que o Instituto Publix é chamado de parceiro especialista. Vale destacar que, nesse período, estava em curso o mandato do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), do qual o governador Ratinho Junior era parceiro e apoiador.

³⁶ Este assunto pode ser mais aprofundado com a leitura do artigo: O Conglomerado de Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais Lemann e Sócios na “Seleção Pública” de Pessoas para a Gestão Educacional do Estado do Paraná, de Adriana Medeiros Farias, publicado em 2023 na Revista Práxis Educativa. Este artigo analisa a “pré-seleção” e o “credenciamento” dos candidatos para os cargos comissionados na gestão pública educacional, em específico, na seleção para os Chefes dos Núcleos Regionais de Educação (Farias, 2022).

Dada a complexidade das relações existentes entre as empresas e seus braços sociais, consideramos importante destacar os objetivos da constituição dessas organizações denominadas institutos e fundações, como o caso da Aliança. Observa-se ainda um grande metabolismo nessas empresas, o que dificulta sobremaneira a sua identificação e compreensão das suas inter-relações. Com o objetivo de demonstrar essa complexidade, podemos citar uma outra parceria com a Secretaria Estadual de Educação no governo Ratinho Junior (2019-2022) denominada “Vamos”. Segundo o que consta no *site* de pesquisa, se trata de organização que modificou seu nome, pois em 2021 a “Aliança” passou a se chamar “Vamos”, esta se trata de uma “parceria entre três organizações da sociedade civil: a Fundação Lemann, o Instituto Humanize e a República.org” (Conheça [...], 2023).

Na descrição da história da Vamos, consta que o seu ponto de partida foi o ano de 2017 e está relacionado à criação de uma parceria da Fundação Lemann e do Instituto Humanize com a finalidade de enfrentar desafios na gestão pública e no terceiro setor, principalmente relacionado às lideranças.

Na ocasião as duas organizações se uniram com o nome de Aliança para Lideranças de Impacto no Setor Público e no Terceiro Setor e começaram a estudar o tema reconhecendo boas práticas nacionais e internacionais. Em julho de 2018, mais duas organizações passaram a compor a Aliança: a Fundação Brava e o República.org (Conheça [...], 2023).

Nesse mesmo *site*, é possível observar outro movimento das empresas envolvidas na organização Aliança:

Em março de 2021, a Aliança passou a se chamar Vamos com a parceria entre Fundação Lemann, o Instituto humanize e o República.org. Sabemos que ainda há muito o que fazer diante do desafio de superar dificuldades institucionais no campo da gestão de pessoas no setor público brasileiro e nas organizações da sociedade civil.

Essa nova configuração da Aliança no ano de 2021 não inclui a Fundação Brava, o que supõe que essa fundação não está incluída como parceira. Em consulta ao *site* oficial dessa fundação, não há nenhuma menção às parcerias. Importante salientar que o *site* da Fundação Brava contém informações bastante resumidas sobre a Fundação, não mencionando suas parcerias, apenas apontando suas frentes de atuação na educação digital, transformação e inovação, investimento social e estratégico.

No que diz respeito à Fundação Vamos, há o destaque para as parcerias com o setor público. A Fundação enaltece o fato de que acumularam “experiências que contribuem com a mudança de paradigma de pessoas no setor público. O Projeto de Apoio Estratégico a Governos

mostrou que é possível implementar processos estruturados para a gestão de lideranças” (Apoio [...], 2019).

Destacamos o histórico dessas fundações e institutos, pois a chegada de Renato Feder ao cargo de Secretário de Educação no Paraná está relacionada a esse contexto. De acordo com Farias (2022, p. 12), “o estado do Paraná foi laboratório para a primeira experiência estadual do Programa Aliança, assim como para os Programas e os Projetos da Fundação Lemann e seus parceiros”.

Em agosto de 2020, a Fundação Brava publicou a sua experiência de implementação, no documento *Gestão de Pessoas no Setor Público: Atração e Seleção para Cargos de Liderança em Governos Estaduais* (Fundação Brava, 2020). Nesse documento, essa Fundação apresentou os resultados da implementação da escolha dos gestores públicos em vários estados brasileiros. No que se refere ao estado do Paraná, dentre outras questões, o documento elencou como limite, a pressão dos atores políticos para garantir as vagas de chefia de Núcleos Regionais de Educação de acordo com seus interesses. Conforme apontado no documento, “a pressão política foi intensa no momento das nomeações e uma nova rodada de seleção para os Chefes de Núcleo nos mesmos moldes apresentados ao governo do estado parece possível apenas em um próximo mandato” (Fundação Brava, 2020, p. 79). A afirmação da Fundação Brava, em seu relatório, de que os políticos parceiros do governador Ratinho Junior pressionaram a nomeação das chefias dos Núcleos Regionais de Educação expõe a fragilidade do discurso meritocrático defendido pelos empresários e suas fundações privadas, bem como da lógica gerencialista de seleção dos melhores e mais competentes quadros para os cargos de gestão pública.

Nesse sentido, há nesse documento uma dubiedade entre o enaltecimento do sucesso do processo de seleção dos chefes dos Núcleos Regionais de acordo com os critérios técnicos e as imposições das vontades e acordos políticos e de práticas de troca de favores e distribuição de cargos a apoiadores do grupo político que sustenta o governador do estado. A experiência relatada por essa Fundação, em seu trabalho no estado do Paraná, com o credenciamento e a seleção dos candidatos aos cargos de Chefias de Núcleos Regionais, sinaliza a fragilidade dos reformadores empresariais com os seus próprios instrumentos meritocráticos, afinal, foram os acordos políticos e a troca de favores eleitorais que determinaram a nomeação das chefias e não o processo seletivo anunciado.

Segundo Farias (2022, p. 20),

o processo seletivo não ocupou 100% das vagas anunciadas em Edital, a partir do critério de isenção partidária ou critério técnico. Parte delas foi reivindicada pela base governamental do Ratinho Junior e outra parte foi trocada nos últimos dois anos de

gestão (2021-2022). O governo do estado mantém uma página de Credenciamento para cargos na gestão da Secretaria de Educação e Planejamento e deve replicar a experiência de seleção nas escolas para os cargos de diretores.

Nesse contexto, não se sabe ao certo quantos cargos de chefia dos Núcleos Regionais de Educação foram ocupados com base nos critérios técnicos do credenciamento, porém fica evidente que a propaganda meritocrática da lógica empresarial não se sustentou nesse caso, como bem afirma o próprio documento dos ideólogos do gerencialismo empresarial.

Diante da relevância dos cargos de chefia dos Núcleos Regionais de Educação no estado e das ações realizadas pela Publix no credenciamento dos ocupantes para tais cargos e da parceria do governo do estado com a Vamos, fizemos a busca na página referente às Parcerias, Convênios e Doações, a fim de identificar se foram despendidos recursos públicos por parte do estado para a realização desses serviços. Nessa busca, não foi identificada a previsão de custos financeiros destinados a essas organizações.

As parcerias e acordos do governo do Paraná não se restringem às instituições do setor privado nacional. Foi possível identificar, na página Boas Práticas da OCDE, um decreto, publicado no Diário Oficial, em janeiro de 2020, firmando um acordo de cooperação técnica internacional para a contratação de uma equipe efetiva para atuar no desenvolvimento de estratégias, a fim de atingir as metas elaboradas para a política da gestão escolar de caráter gerencialista da rede pública de educação.

O governo do Estado do Paraná celebrou a parceria com a UNESCO e a OEI, com a finalidade de contratação de profissionais ou empresas de consultoria especializada em estratégias pedagógicas e de gestão, para subsidiar o desenvolvimento de soluções inovadoras de gestão da rede pública de educação do Paraná para a melhoria da aprendizagem dos alunos. Por meio da administração de recursos financeiros repassados pelo Governo do Estado do Paraná e de financiamento de recursos financeiros da organização e contrapartida do Paraná, a UNESCO e a OEI, respectivamente, realizam a contratação de profissionais ou empresas de consultoria especializada no desenvolvimento de estratégias pedagógicas e de gestão para subsidiar a implementação de ações de melhoria da qualidade da Educação (Paraná, 2023c).

A Fundação Lemann efetivou vários acordos com o governo do estado do Paraná, atendendo aos anseios do Plano de Governo (2019-2022), mas esses acordos não ficaram restritos a essa Fundação, envolvendo vários outros grupos empresariais. Com o intuito de desvelar quem são esses organismos privados, elaboramos um documento que aborda um breve histórico dos institutos, fundações ou organizações, disponíveis no Anexo A desta dissertação. Nesse documento, é possível tomar conhecimento do histórico das Organizações Privadas, dos

Termos de Convênio com o estado do Paraná, os Planos de Trabalhos e publicações em Diário Oficial.

Essas organizações apresentam uma conjuntura complexa. Embora seja difícil estabelecer o “fio da meada” e saber onde uma empresa nasce e a outra termina, em nossa pesquisa foi possível perceber que as empresas se multiplicam e vão se subdividindo em outras subjacentes. Realizando uma busca no *site* da Fundação Lemann, foi possível identificar 31 parceiros, denominados coinvestidores. Entre esses, identificamos sete que estão presentes nos acordos de parceria com a educação pública paranaense: Brava; Humanize; Instituto Natura; Instituto Sonho Grande; Republica.org; Itaú Social e Sebrae (Fundação Lemann, 2023).

Interessante ressaltar que a Fundação Lemann, de propriedade de Jorge Paulo Lemann, está ligada a diversos investimentos desse empresário no setor educacional privado, além de outras áreas como varejo, *e-commerce*, eletricidade, bebidas, alimentação. Nesse contexto, podemos também observar que muitas empresas que atuam nessas parcerias com o setor público são de ramos que não provêm do campo da educação. Há empresas do ramo da construção civil, bancos, jornais (comunicação) e cosméticos, que nada tem a ver com educação escolar. O crescimento dessas empresas se dá por meio de parcerias com estados e municípios através de seus “braços sociais” (Farias, 2021, p. 745), constituídos por empresas privadas que visam lucro e se “assemelham às *startups*, cujo papel é o de criação e de experimentação de novos produtos e serviços com potencial de escalonamento, isto é, de reprodução em larga escala, com baixo custo e alta lucratividade” (Farias, 2021, p. 740).

Nessa complexa rede de relações entre as instituições privadas e a educação pública, os empresários passavam para a sociedade a sensação de estarem preocupados com a educação e justificavam as suas ações com o objetivo de estarem trabalhando em prol da qualidade da educação, o caminho seria se juntarem para ajudar a melhorar e atrair investimentos, uma espécie de caridade ou boa vontade, já que esses organismos se denominam sem fins lucrativos.

Embora não tenhamos como verificar as bases contratuais desses braços sociais e verificar os valores de contrato, sabemos que esses investimentos geram despesas, que deverão ser pagas por alguém. “Com isso, o setor público vai sendo asfixiado enquanto a iniciativa privada se desenvolve utilizando o dinheiro público que deveria estar sendo aplicado na expansão da educação pública” (Freitas, 2018, p. 56). A expansão desses organismos privados, que se denominam sem fins lucrativos, é a porta de entrada para a venda de produtos e serviços para a rede educacional.

3.2 OS PROGRAMAS OFERTADOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO NO PARANÁ PARA PROFESSORES E ESTUDANTES (2019-2022)

No segundo capítulo desta dissertação, contextualizamos historicamente alguns elementos sobre as relações entre o público e o privado e como na história da educação brasileira essas fronteiras foram sendo redefinidas. Nesse processo, apontamos também a luta em prol da educação pública estatal, com financiamento público que, de fato, fosse aplicado em educação pública, de forma a garantir o direito social, com qualidade social, como prevê a Constituição Federal de 1988.

Nos estudos realizados por Peroni e Oliveira (2019, p. 40), as autoras destacam que:

[...] a garantia do acesso à educação pública foi ampliada, o que consideramos um avanço nesse processo, por outro lado, verificamos a crescente presença do privado mercantil e/ou neoconservador definindo a educação pública. Portanto, em muitos casos o Estado continua sendo o responsável pelo acesso, e inclusive amplia as vagas públicas, no entanto, o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, com a justificativa de que, ao agir assim, estão contribuindo para a qualidade da escola pública.

Esse processo de mercantilização tem suas raízes mais aprofundadas com a Reforma do Aparelho do Estado em 1995, e se consolidaram com a aprovação das Metas do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, (PNE 2014-2024), com a aprovação da permissão da destinação de dinheiro público para instituições privadas, com a lei da Reforma do Ensino Médio, Lei 13.415/2017, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017), documentos esses que trazem abertura para a execução de parcerias e acordos com a iniciativa privada.

Diante dessas parcerias, com órgãos nacionais e internacionais, a organização escolar e os programas educacionais passam a ser totalmente influenciadas pelo cumprimento de metas, planilhas, índices, boletins de frequência, avaliações diagnósticas, plataformas digitais, seguindo o modelo do empresariamento da educação, do controle do trabalho escolar e controle do trabalho docente.

A maneira como a materialização das parcerias com empresas, institutos, fundações, associações e organizações se constituiu no ambiente escolar se dá pela implementação de programas educacionais que impactam a gestão escolar, a formação de professores e a aprendizagem dos estudantes. Esses novos *programas ou projetos educacionais*, fruto de parcerias com as organizações privadas, apresentam-se no âmbito escolar como métodos eficientes, com soluções prontas para consertar a educação pública, porém o que está no centro dessas questões é a disputa econômica pelo setor e a manipulação ideológica para a

disseminação do ideal empresarial. São métodos aparentemente sutis, que atuam com conceitos de meritocracia, competitividade, ranqueamento e princípios empresariais pautados em uma concepção gerencialista empresarial.

Por meio de informações coletadas no *site* da Secretaria Estadual da Educação e do Esporte (SEED), foi possível localizar 40 programas e projetos que estão em curso nas escolas da rede pública estadual de educação básica do Paraná.

É um grande desafio compreender esse movimento que a iniciativa privada faz para acessar a organização e a gestão pedagógica das escolas e se fazer presente por meio de suas políticas impositivas de controle, vigilância, coação e opressão. Para tanto, realizamos um levantamento de todos os programas e projetos ofertados para a educação básica do Paraná e após esse levantamento analisamos o conteúdo e as concepções da lógica gerencialista empresarial que se apresentam nos conceitos e métodos utilizados por estes programas.

O Quadro 3, a seguir, apresenta os 40 programas e projetos voltados para a educação pública do Paraná, destacando os que estão vinculados diretamente aos organismos privados por meio de parcerias e os que são de responsabilidade somente do governo do estado. Ressalta-se que essa identificação se deu com base na explicitação das parcerias com esses organismos; no entanto, observa-se que há uma inter-relação entre esses programas e projetos dentro de uma concepção gerencialista empresarial. No apêndice E- Relação dos programas para a educação básica no Paraná -, estão disponíveis informações detalhadas sobre esses programas, uma breve descrição do objetivo a que se destina e a instituição responsável pelo acompanhamento ou execução. Esse levantamento prévio nos permite a análise do propósito e as interfaces com a iniciativa privada presentes nos referidos programas e projetos.

Quadro 3 – Relação dos Programas para a Educação Básica do Paraná e sua vinculação com os organismos privados ou órgãos governamentais, no período de 2019-2022

(continua)

Programas em parceria com organismos privados	Programas governamentais
Aprender Valor	Programa Mais Merenda (Alimentação Escolar)
Atividades de ampliação de jornada	Aplicativo Escola Paraná Aluno
Educa Juntos	Aplicativo Escola Paraná Professores
Educação Conectada	Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo
Educação para o Futuro	Brigada Escolares
Educação Profissional e Técnica de Nível Médio	Celem
Edutech	Colégio Cívico Militares
Inglês Paraná	Educação em Tempo Integral
Jovens Embaixadores	Educação Financeira
Jovem Senador	Educação Fiscal
Matemática Paraná: Matific	Escola Segura
Presente na Escola	Formadores em Ação

Quadro 3 – Relação dos Programas para a Educação Básica do Paraná e sua vinculação com os organismos privados ou órgãos governamentais, no período de 2019-2022

(conclusão)

Programas em parceria com organismos privados	Programas governamentais
Tutoria Pedagógica Vôlei em Rede	Ganhando o Mundo Geração Atitude Jogos Escolares Mais Aprendizagem Mão Amigas Parlamento Jovem Parlamento Jovem Brasileiro Prova Paraná Prova Paraná Mais Redação Paraná Robótica Paraná Se Liga! Transporte Escolar Você e o Voto

Fonte: Paraná (2023h).

Nota: Dados organizados pela autora (2024).

As informações apresentadas nesse quadro foram coletadas entre os meses de junho a novembro de 2023. Esses programas foram implementados e executados pela Secretaria de Educação na gestão do governador Ratinho Junior, sob a direção do Secretário Renato Feder, nos anos de 2019 até 2022. Nesse processo, identificamos 14 programas cuja responsabilidade envolve os organismos privados e as parcerias com o governo do estado, explicitados nos documentos disponibilizados pelo governo do estado. Os demais 26 programas identificados são de responsabilidade apenas do governo, de acordo com as informações que constam na página oficial do governo do estado do Paraná.

A respeito dos programas propostos e sob a responsabilidade dos organismos privados, no remetemos a Freitas, que afirma que com o intuito de controlar os “conteúdos, métodos e finalidades da educação” (Freitas, 2018, p. 125), esses programas são propostos por organizações, institutos e fundações privadas, executados pelas próprias organizações ou por representantes que atuam dentro da secretaria de governo.

As buscas por informações referentes a esses programas é um trabalho exaustivo, pois nem sempre as informações estão claras. São dados de difícil acesso, que exigiram cruzamento de informações e refinada análise sobre suas ligações e interligações. Há uma complexa rede de empresas que criaram outras empresas, que criaram fundações e que criaram institutos. Para conseguirmos apresentar os dados dos 14 programas identificados no Quadro 3, foi necessário o cruzamento de informações, a fim de averiguar as concepções e fundamentações dessas instituições. Nesse processo, o Quadro 4 abaixo expõe os 14 programas que estão diretamente

ligados a organismos de capital privado ou a seus braços sociais, assim como também descreve os objetivos de cada programa.

Quadro 4 – Programas vinculados à educação pública paranaense entre os anos de 2019-2022 que explicitam seu vínculo com organismos privados, disponíveis no site da SEED-PR

(continua)

Programa	Organismos Privados Mantenedora/parceria	O que são? A que se destinam?
Aprender Valor	- Banco Central do Brasil	O Programa Aprender Valor é uma parceria do Governo do Paraná com Banco Central do Brasil para ensinar Educação Financeira e Educação para o Consumo aos estudantes das escolas públicas brasileiras. É financiado com recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Programa, 2023).
Atividades de Ampliação de Jornada - Programa Futuro Integral	- Serviço Social do Comércio (SESC) - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) - ICE	Programa que organiza o funcionamento das atividades em turno complementar aos alunos das Escolas em Tempo Integral. Está organizado em atividades desenvolvidas por meio de macrocampos (Esporte, Cultura, Tecnologia e Empreendedorismo (Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2023).
Educa Juntos	- Coordenação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná-SEED-PR - Movimento Colabora	O Programa Educa Juntos foi instituído pela Lei Estadual n.º 21.323/2022, por meio de ações conjuntas entre a Secretaria de Estado da Educação - SEED e as secretarias municipais, de modo a atender às especificidades da Educação Infantil e Ensino Fundamental (Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2023). Trata-se de instalar um regime de colaboração entre as organizações das escolas públicas, municipais e estaduais. Neste caso seriam acordos para que as escolas municipais estejam recebendo o mesmo formato de programas e projetos voltados existentes nas escolas estaduais.
Educação Conectada	- Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB)	O Programa de Inovação Educação Conectada é uma iniciativa do Ministério da Educação e parceiros, como o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e com organizações da sociedade civil, que tem como objetivo apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso de tecnologias digitais na Educação Básica.
Educação para o Futuro	- Ações financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	O programa Educação para o Futuro é uma operação de múltiplas obras no setor de educação, objetiva a construção de 05 unidades novas e reformas de outras 150. Objetiva modernizar as estruturas físicas das escolas e modernizar os equipamentos tecnológicos. Esses espaços passariam a ser denominados de: Escolas do Futuro, que serão também ofertados cursos técnicos nas áreas de tecnologia, saúde e agricultura, com o propósito de desenvolver o arranjo produtivo local e aumentar a renda das famílias paranaenses.
Educação Profissional e Técnica de	- UNICESUMAR - Fundação Roberto Marinho	Este programa trata-se de uma modalidade educacional que contempla a oferta de cursos gratuitos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, ofertados nas formas: integrada, concomitante,

Quadro 4 – Programas vinculados à educação pública paranaense entre os anos de 2019-2022 que explicitam seu vínculo com organismos privados, disponíveis no site da SEED-PR

(continuação)

Programa	Organismos Privados Mantenedora/parceria	O que são? A que se destinam?
Nível Médio		subsequente ou PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade EJA).
Edutech	- Associação Cactus - Movetech 2030 - Sistema FAEP - SENAR	Programa desenvolvido em contraturno escolar, com a finalidade de apresentar e/ou aprimorar o conhecimento dos estudantes em Programação, contemplando o Pensamento Computacional, a Cultura e o Letramento Digital. Promove a Maratona Tech e o Concurso de "Programação" - Agrinho.
Inglês Paraná	- <i>Hult EF Corporate Education</i>	Trata-se de uma plataforma, que oferece um curso on-line completo de Língua Inglesa. Segundo informações do Portal da Secretária de Educação o programa de inglês teve um investimento de 13 milhões de reais. O objetivo é melhorar a pronúncia, a escrita e a conversa, visando a fluência na língua.
Jovens Embaixadores	- Embaixada e Consulados dos EUA e implementado pela Associação Grupo Mais Unidos	É um intercâmbio de curta duração nos Estados Unidos para estudantes do Brasil que estão no ensino médio e se destacam em suas comunidades. O programa é uma iniciativa oficial do Departamento de Estado dos Estados Unidos.
Jovem Senador	- Programa do Senado Federal. Parcerias: - Ministério da Educação (MEC) - Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED)	Programa Federal, destinado aos alunos de Ensino Médio, criado por meio da Resolução do Senado Federal nº 42 de 18/08/2010, engloba o Projeto Jovem Senador e o Concurso de Redação do Senado Federal. O nome-síntese Jovem Senador é utilizado para referir-se ao conjunto das atividades do Programa que é realizado anualmente através da proposição de um tema de redação como forma de ingresso. Os autores das 27 melhores redações — um de cada estado e do Distrito Federal — são automaticamente selecionados para vivenciar, em Brasília, o processo de discussão e elaboração das leis do país, conforme a atuação dos senadores da República (Senado Federal, 2023).
Matemática Paraná	- <i>Matific</i>	Durante o início da Pandemia, em 2020, a SEED-PR fechou uma parceria com a <i>Matific</i> , uma plataforma de games educativos de matemática. O <i>Matific</i> é oferecido gratuitamente aos alunos de Matemática do 6º e 7º anos, e atualmente é de uso obrigatório para os professores do componente curricular de Matemática. Segundo o <i>site</i> da <i>Microsoft</i> , a <i>Matific</i> é uma plataforma pedagógica israelense criada em 2012 que aperfeiçoa o aprendizado de matemática através de recursos lúdicos de gamificação (Microsoft Brasil, 2022).
Presente na Escola	- CELEPAR (Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná Parceria: <i>Microsoft</i>	O Programa Presente na Escola consiste em um conjunto de estratégias de acompanhamento de frequência escolar. Para isso, utiliza-se a ferramenta <i>Power BI (Business Intelligence)</i> da <i>Microsoft</i> para monitorar diariamente a presença dos alunos e saber quais locais, colégios e turmas são pontos de atenção.

Quadro 4 – Programas vinculados à educação pública paranaense entre os anos de 2019-2022 que explicitam seu vínculo com organismos privados, disponíveis no site da SEED-PR

(conclusão)

Programa	Organismos Privados Mantenedora/parceria	O que são? A que se destinam?
Tutoria Pedagógica	- Embasada no documento Guia de tutoria Pedagógica da Fundação Itaú Social ³⁷	Se justifica como sendo uma metodologia de formação continuada voltada ao desenvolvimento dos profissionais que estão à frente da gestão escolar (diretor e pedagogo). Acontece em todas as escolas da rede, por meio de acompanhamentos pedagógicos presenciais e semanais, com o objetivo de acompanhar e instigar o acesso dos estudantes e professores às diferentes plataformas.
Vôlei em Rede	- Instituto Compartilhar	Desenvolve o Ensino de Voleibol em 16 Núcleos Regionais de Educação. O Programa se desenvolve durante 02 aulas semanais em período de contraturno escolar.

Fonte: Paraná (2023h).

Nota: Dados organizados pela autora (2024).

Conforme mencionado, os 14 programas apresentados no Quadro 4 foram aqueles em que foi possível identificar o vínculo governamental com os organismos de capital privado ou os seus braços sociais. Em relação aos outros 26 programas apresentados no Quadro 3, não está explícito, em suas diretrizes, quem são os organismos privados que os propuseram.

Destacamos que as parcerias da Secretaria Estadual de Educação do Paraná com organismos privados, conforme vimos na seção anterior, atendem vários requisitos, algumas parcerias são para desenvolver programas e projetos, para prestar assessoria, vender tecnologias ou dar suporte na execução dos projetos educativos e garantir o viés ideológico da concepção gerencialista empresarial a qual a educação está submetida.

O governo do Paraná fez a gestão da educação nos anos 2019 a 2022, fatiando um pedaço para cada empresário, fundação, instituto, sob a batuta do empresário Renato Feder que ocupou a Secretaria de Educação nos anos 2019 a 2022. O fatiamento da educação pública no Paraná inclui empresas, organizações, institutos, fundações, órgãos governamentais, universidades privadas. São inúmeras e incontáveis a presença desses organismos privados, pois conforme já apontado nesta dissertação, para cada parceria estabelecida com a SEED-PR, esses Institutos, Fundações e Organizações trazem consigo seus parceiros coinvestidores, fazendo com que a complexidade e a quantidade dessas redes empresariais só aumentem.

³⁷ Os documentos sobre o Programa Tutoria Pedagógica disponibilizados pela SEED/PR não mencionam diretamente o Guia de Tutoria Pedagógica da Fundação Itaú Social. No entanto, com base nos estudos de Mendes, Horn e Rezende (2020), é possível apontar essa aproximação.

Com o discurso intencional de melhorar a educação, os organismos empresariais tendem a afastar o governo da gestão, mas não do seu financiamento, e assim manter o controle político, ideológico e pedagógico da escola. Os programas estão alinhados a uma política de governo gerencialista empresarial, sob o viés de uma pedagogia “neotecnicista” (Freitas, 2012; 2018), voltadas às parcerias público-privadas que sustentam sua metodologia em ações de controle, seja ele através dos cursos de formação de professores e gestores, seja por meio das ferramentas tecnológicas, tais como: percentual de frequência e aprovação e dos estudantes; livros de registros de classe *on-line*; aulas prontas em *slides*; chamada escolar por leitura facial; plataformas digitais de acesso obrigatório. A educação pública Paranaense passou a ter um controle do que acontece dentro das escolas por meio da vigilância sobre a gestão (diretores e equipes pedagógicas), sobre os professores e sobre os estudantes, por exemplo, com o uso de ferramentas tecnológicas como *Power BI* e com o monitoramento presencial das tutoras pedagógicas.

Segundo Freitas (2016, p. 146), “os reformadores querem resolver os problemas da escola com mais controle e terminam por construir uma política de responsabilização autoritária e não participativa”. Esses reformadores se pautam no discurso do direito à aprendizagem, apresentam projetos e programas que prometem salvar a educação, vendem mercadorias, controlam a formação dos professores e determinam novos métodos de aprendizagem. Como pano de fundo, o objetivo é manter os interesses empresariais, garantir o lucro e formar os estudantes com base nos princípios do sistema capitalista.

Dentro dessas concepções gerencialistas empresariais, o ambiente educativo ganha uma nova configuração, mudam-se os termos empregados, o currículo passa a ser adaptado a essas novas terminologias mercadológicas, as relações se tornam competitivas. Os profissionais, que nesses espaços atuam, vão perdendo suas identidades, uns se adaptam por conveniência, outros resistem e sofrem perseguição, ameaças, ataques, difamações e outros até desistem da profissão. De acordo com Freitas (2016, p. 146), para muitos,

o modelo empresarial parece encantador no sentido de que ele permite responsabilizar pelo mérito e, ao final de contas, demitir quem não apresenta resultados. É um atalho tentador. Assumem que a transferência dessas relações competitivas para dentro da escola levaria a uma melhoria da qualidade. No entanto, o ambiente educativo é diferente do ambiente de mercado. O mercado é uma área competitiva onde ganhar e perder são consequências naturais do lance dado, mas na educação só deve haver ganhadores.

Nesse sentido, conforme aponta Silva Junior (2022), aproveitando-se do discurso de senso comum, inculcido na população de que funcionários públicos são privilegiados, fazem corpo mole e tem estabilidade de emprego, a solução seria um modelo de gestão privada, que colocaria o serviço público nos eixos. A concepção de administração pública adotada pelo governador Ratinho Junior, na gestão de 2019-2022, influenciou as políticas e programas educacionais do estado nesse período, ganhou espaço um discurso pelo modelo gerencial de gestão pautado pelos princípios da administração empresarial, defendido pelos reformadores empresariais.

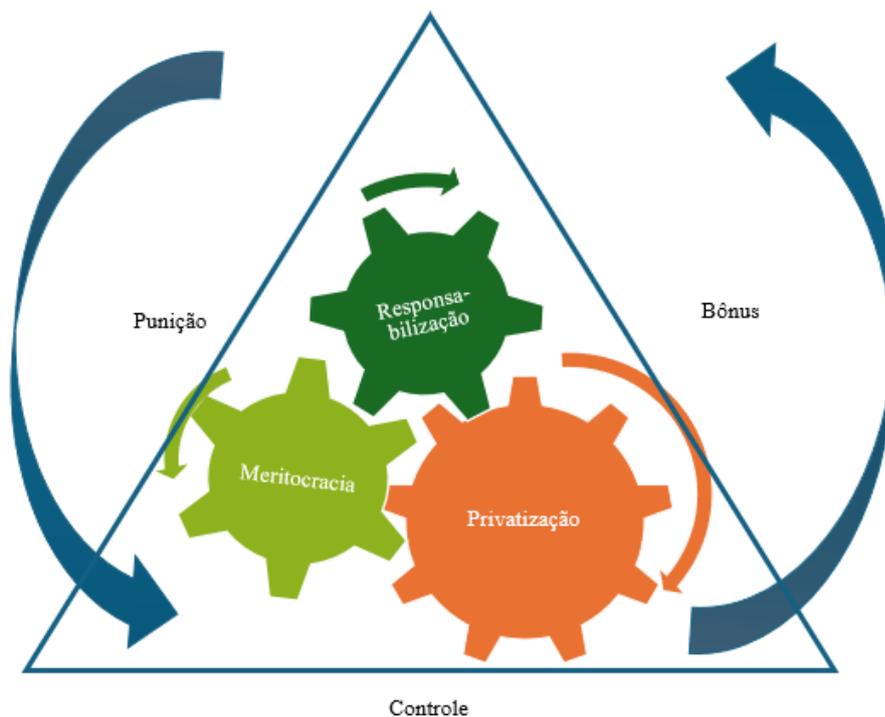
3.3 OS PROGRAMAS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ NA GESTÃO RATINHO JUNIOR (2019-2022) E AS SUAS INTER-RELAÇÕES COM A RESPONSABILIZAÇÃO, MERITOCRACIA E PRIVATIZAÇÃO: CONTROLAR, PREMIAR E PUNIR

Optamos por trazer para esta análise os programas implementados pela gestão do governador Ratinho Junior. A seleção dos programas e suas respectivas análises se deu com base naquilo que Freitas (2012) define como o novo modelo de formulação pedagógica, denominado, por ele, de “neotecnicismo”.

Conforme discutido no Capítulo 1 desta dissertação, a estrutura do neotecnicismo, segundo Freitas (2012), está entrelaçada pela “responsabilização, meritocracia e privatização”; conceitos que os reformadores empresariais utilizam para impor práticas do gerencialismo empresarial e seus interesses ideológicos (Freitas, 2012). Além do interesse das organizações empresariais pelo lucro, a complexidade dessas relações e o emaranhado de organismos empresariais envolvidos nesses processos, leva-nos à reflexão de que a intenção desse mercado também passa pelos interesses de perpetuação da ideologia capitalista, além dos interesses econômico, social e cultural e tecnológico.

Os conceitos de responsabilização e meritocracia se relacionam a todo momento e estão acompanhados de controle, recompensas, premiações, sanções e punições, seja através de divulgação pública dos resultados, seja via premiação ou bonificação que expõem o caráter meritocrático do sistema. De acordo com o Freitas (2012), a responsabilização e a meritocracia servem para criar um ambiente propício para o alinhamento às práticas gerencialistas empresariais e à privatização da educação pública. Na Figura 1 abaixo, buscamos demonstrar essas relações e inter-relações, num movimento integrado que se retroalimenta.

Figura 1 – Conceitos do Neotecnicismo e instrumentos utilizados na sua implementação e execução



Fonte: Luiz Carlos de Freitas (2012; 2018). Elaborado pela autora (2024).

Nesse processo, o controle é o elemento central, pois produz as condições que serão utilizadas para a bonificação/premiação e a punição. No entanto, dadas as relações imbricadas do processo, a punição e a bonificação também interferem no controle, uma vez que promovem o condicionamento das pessoas envolvidas no processo, com base na psicologia behaviorista, na econometria, nas ciências da informação e de sistemas, segundo Freitas (2012).

Os programas educacionais adotados pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, no período de 2019-2022, perpassam pelas categorias: responsabilização, meritocracia e privatização. Essa relação demonstra a realidade em que a educação pública paranaense está inserida e o viés das políticas gerencialistas empresariais adotadas pelo governador Ratinho Junior e as práticas explícitas de premiação e, por vezes, as práticas sutis, veladas, disfarçadas de incentivo, de resiliência, porém carregadas de coação no limite do assédio.

Assim essas categorias estão correlacionadas e interligadas, ou seja, responsabilização + meritocracia = privatização. Nessa equação, no entanto, a ordem dos fatores não altera o produto, mas se complementam, sustentam-se e retroalimentam. Os programas e ações

pedagógicas da SEED-PR também se completam, percebe-se que um programa dá sustentação ao outro, ou seja, vai se criando mecanismos e ações para controlar o processo e garantir que no final o projeto de privatização seja levado a cabo.

Nesse contexto, consideramos importante enfatizar cinco programas dentre os 40 que são desenvolvidos pela SEED-PR, pelo fato de serem centrais para a implementação do projeto gerencialista empresarial do governo Ratinho Junior, incluindo programas desenvolvidos em parceria com organismos privados e programas desenvolvidos pelo próprio governo do estado. Ressaltamos, no entanto, que cada um desses 40 programas cumpre um papel importante nesse processo e, mesmo aqueles que não são desenvolvidos em parceria direta com organismos privados são pautados por essa lógica, tendo em vista a posição política e ideológica do governador Ratinho Junior e das políticas educacionais por ele implementadas.

Conforme destacado anteriormente, há uma inter-relação entre os conceitos do neotecnicismo e as práticas de controle, bonificação/premiação e punição. Ao analisar os programas implementados na gestão do governador Ratinho Junior (2019-2022), no estado do Paraná, identificamos essas relações e inter-relações tanto na concepção como na execução desses programas, conforme demonstramos na Figura 2 a seguir:

Figura 2 – Programas (5) implementados pela gestão do governador Ratinho Junior (2019-2022) na educação pública paranaense e sua inter-relação com as categorias do neotecnicismo



Fonte: Luiz Carlos de Freitas (2012; 2018); Paraná (2023h). Elaborado pela autora (2024).

Na Figura 2, é possível observar os 5 programas, Prova Paraná (Paraná, 2023l), Presente na Escola (Paraná, 2023f), Formadores em Ação (Paraná, 2023d), Tutoria Pedagógica (Paraná, 2023a) e Colégios Cívico-Militares (2023i), executados pelo governo Ratinho Junior, que perpassam os conceitos do neotecnicismo: responsabilização, meritocracia e privatização e suas inter-relações com os instrumentos de controle, bonificação/premiação e punição aplicados em todo o processo, ou seja, tudo articulado para garantir que os gestores, pedagogos e professores executem as ações, tal qual estabelecidas pelo governo.

Com base nos estudos realizados ao longo de nossa pesquisa, identificamos os programas Prova Paraná, Presente na Escola, Formadores em Ação, Tutoria Pedagógica e Colégios Cívico-Militares como centrais na implementação do modelo gerencialista empresarial pelo governo Ratinho Junior (2019-2022) no Paraná. A seguir, abordaremos alguns elementos sobre cada um deles como forma de demonstrar essa centralidade.

A fim de destacar como ocorrem o cumprimento das políticas educacionais imposto pela SEED-PR, dentro das escolas por meio dos programas e projetos, iniciamos pela Prova Paraná³⁸. Esse é o nome dado ao sistema de avaliações censitárias, aplicadas na gestão do governador Ratinho Junior, desde o ano de 2019.

Conforme já mencionado, um dos principais objetivos do Plano Gestor do governador Ratinho Junior era aumentar a nota do SAEB (Sistema de avaliação da Educação Básica) que ocorre a cada 2 anos, para isso uma política de testes se fazia necessária. Essa prova foi criada com base no discurso que se deveria preparar melhor os alunos para a provas de larga escala. A Prova Paraná (Paraná, 2023l) é aplicada em torno de três vezes ao longo do ano. À medida que essas provas foram aplicadas, a cada edição, foi se evidenciando que o objetivo era controlar o trabalho do professor e garantir que os conteúdos, previamente selecionados, fossem seguidos à risca. Esse sistema de avaliação se tornou corriqueiro e sua aplicação é uma rotina nas escolas públicas paranaenses, demandando tempo dos professores na preparação para a prova e, posteriormente, na revisão dos resultados obtidos pelos estudantes, além da divulgação dos dados e ranqueamento das notas das escolas.

Nesse sistema, as avaliações chegam prontas, os professores e equipes pedagógicas realizam a aplicação e a correção. São elaboradas pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação

³⁸ A criação do IDEB, em nível nacional, em 2007, e o estabelecimento de metas a serem atingidas pelas escolas e redes de ensino levaram estados e municípios a criarem sistemas próprios de avaliações censitárias, como o SAEP (Sistema de Avaliação da Educação do Paraná), em 2012, no governo Beto Richa, o qual foi potencializado a partir de 2019, no governo Ratinho Junior, com a criação da Prova Paraná, atualmente aplicada trimestralmente a todos os alunos das escolas estaduais paranaenses (Silva Junior, 2022, p. 76).

da Educação (CAEd)³⁹, vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Os resultados dessas provas são disponibilizados em um *software* denominado *Power Bi (Business Intelligence)*⁴⁰, da empresa Microsoft. Um ambiente tecnológico que “reúne gráficos, fórmulas e dados, criado para fornecer informações detalhadas para a gestão de empresas” (Silva Junior, 2022, p. 90). Esses resultados são planilhados e posteriormente utilizados pela Secretaria Estadual de Educação como forma de coação, questionamentos e imposições de ações a fim de superar as defasagens detectadas pelos analistas da SEED, bem como superar as dificuldades em determinados conteúdos ou descritores. Vale destacar, que essas avaliações são padronizadas, não levam em consideração as diferenças regionais, as diferenças curriculares, as modalidades educacionais, as condições de acesso e permanência dos estudantes, as questões sociais, as pessoas com deficiência e com *déficit* de aprendizagem.

As questões da Prova Paraná, elaboradas pelo CAEd, seguem o alinhamento dos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses conteúdos são entregues ao professor através de uma sequência de aulas prontas, em formato de *slides*, disponibilizados em uma plataforma denominada RCO + Aulas⁴¹, anexo ao Livro de Registro On-line (LRCO). Esse engessamento do trabalho do professor tira qualquer autonomia do processo pedagógico, visto que o docente passa a ser obrigado a seguir esses materiais prontos, formatados e simplificados, com o objetivo de se alinhar aos conteúdos da Prova Paraná. A esse respeito, Silva Junior (2022, p. 90) destaca que:

Considerando que o IDEB é calculado levando em conta as notas da Prova Brasil e a taxa de aprovação das escolas, a Secretaria de Educação tem seguido à risca a fórmula para aumentar a nota do Paraná, treinando os alunos para a prova e controlando a evasão e a reprovação, utilizando-se de rígido monitoramento, pressão sobre educadores e pagamento de bônus mensal aos diretores das escolas que atingem as porcentagens mínimas de frequência dos alunos estabelecidas pela Seed.

³⁹ A Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Fundação CAEd) é uma fundação de apoio à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), devidamente credenciada junto ao MEC/MCTI, sendo constituída como entidade privada, sem fins lucrativos, destinada a prestar apoio especializado à execução de projetos e serviços relacionados à avaliação educacional em larga escala e ao desenvolvimento de tecnologias de avaliação e gestão da educação pública. Goza de autonomia administrativa e financeira, na forma da legislação, e foi constituída com o objetivo de apoiar a UFJF na consecução de seus objetivos vinculados à promoção da pesquisa científica e tecnológica no âmbito da gestão e avaliação educacional e o desenvolvimento profissional e institucional nas áreas de gestão, planejamento, políticas públicas e avaliação da educação (Fundação CAEd, 2023).

⁴⁰ *Power BI (Business Intelligence)*: Ferramenta tecnológica de quantificação, na qual é possível monitorar diariamente a presença dos alunos e saber quais locais, colégios e turmas são pontos de atenção (SEED-PR, 2023). Por meio dessa ferramenta também se monitora as avaliações dos alunos, a utilização das plataformas tecnológicas e as observações de sala de aula que o diretor deve fazer. Ou seja, trata-se de uma ferramenta que vigia e quantifica em número todas as ações dentro da escola.

⁴¹ RCO Mais aulas: É um padrão de Planejamento de aulas específicas de disciplinas, anos e séries, com sugestões pedagógicas e encaminhamentos metodológicos.

A política adotada pelo governo do Paraná para atingir as metas e índices vai além da aplicação das provas institucionalizadas. Para esse fim, as ações são pensadas de maneira integrada. Uma das formas implementadas pela SEED-PR, que vai ao encontro desses objetivos, é criar mecanismos para que os estudantes estejam presentes na escola todos os dias de aula. Para isso, a Secretaria de Educação criou um programa denominado Presente na Escola (Paraná, 2023f).

O Programa Presente na Escola (Paraná, 2023f) foi implementado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), em maio de 2019, trata-se de uma ferramenta de estratégias tecnológicas para acompanhamento de frequência escolar. Vinculada ao LRCO, esse programa gera relatórios diários de monitoramento da presença dos estudantes. O programa foi lançado em uma reunião de diretores dos colégios dos núcleos Regionais de Curitiba, em 2019, início do mandato de Ratinho Junior, com a prerrogativa de coibir as ausências dos estudantes, índice que afeta diretamente na nota do IDEB. O Estado do Paraná possui mais de um milhão de alunos matriculados na rede Estadual, porém, segundo dados da SEED-PR, 89 mil alunos abandonaram a escola no ano de 2018, sendo assim o principal objetivo é controlar as presenças dos alunos e a equipe pedagógica adotaria estratégias de buscas a fim de trazer o estudante de volta para a escola (Tecnologia, 2019). “A ideia, agora, é utilizar a tecnologia para criar uma base de dados que vai permitir, além do controle diário de presenças, a adoção de estratégias pedagógicas para manter ou trazer os alunos de volta para a escola”, disse Renato Feder, secretário de educação em entrevista (Tecnologia, 2019).

Com o Programa Presente na Escola, é possível verificar em tempo real os alunos que estão ausentes. O foco desse programa seria a prevenção de abandono, porém com o passar do tempo o programa foi se ampliando e o monitoramento dos dados ganhou mais detalhes com o *Power BI (Business Intelligence)*, na qual é possível, monitorar diariamente toda a rede Estadual de educação e saber quais locais, colégios e turmas estão com número baixo de frequência através do registro *on-line* diário do professor.

Em posse desses números, os Núcleos Regionais de Educação do Paraná começaram a agir em busca dos colégios com maior número de alunos ausentes, na tentativa de identificar os motivos pelos quais o aluno estaria faltando. A partir dessas identificações, o diretor era obrigado a responder questionamentos e propor ideias para tentar diminuir o número de ausências. Foi aí que o programa começou a tomar uma proporção de premiação. A escolas eram instigadas a promover ações denominadas “Boas Práticas”, para serem compartilhadas nas redes sociais, tais como: lanches diferenciados, certificar simbolicamente os mais frequentes, dar medalhas, fazer murais na escola com termômetros de presença, denominados

por algumas escolas de presençômetro, uma prática que consiste na divulgação da presença de cada turma, no pátio da escola, para que todos vejam a evolução semana a semana (Com [...], 2022).

Esse programa passou a fazer parte do dia a dia da escola, os diretores são exercitados a abrirem a plataforma diariamente e realizar o monitoramento dos alunos.

O Programa Presente na Escola controla a presença e a reprovação dos estudantes através de um rígido monitoramento, e, os diretores das escolas que atingirem as metas mínimas de frequências recebem bônus em seus pagamentos. Vale ressaltar, que o percentual mínimo de presença exigida pela SEED-PR para a bonificação de diretores é 85%, e acima, quanto mais os alunos se fizerem presentes, maior é o sistema de bônus para o diretor.

Freitas (2012) afirma que o pagamento de bônus, vinculado ao desempenho dos alunos, contribui para a destruição do Plano de Carreira Docente, uma vez que considerar a bonificação como incentivo deixa de remunerar o profissional pela formação e tempo dedicado à educação.

Na divulgação do Programa Presente na Escola, chama a atenção à menção a uma plataforma virtual denominada GESTA (Galeria de Estudos e Avaliação de Iniciativas Públicas). Essa menção é bem vaga e definida como: “uma plataforma que reúne estudos sobre desafios do setor público brasileiro” (Paraná, 2023g). Nessa mesma menção, sugere-se que seja consultado o *link* dessa iniciativa, em que contém um panorama da evasão e do abandono e as ações desenvolvidas para combater esses *déficits* (Paraná, 2023g). Seguindo as orientações contidas no *site*, para se obter mais informações, clicamos nos *links* indicados, no entanto, nenhum deles está disponível.

Em busca de mais informações sobre essa iniciativa, para entender a relação do Programa Presente na Escola e a GESTA, identificamos que a GESTA é uma empresa sem fins lucrativos, criada em 2017, com sede em São Paulo. Ela atua no setor de pesquisa e desenvolvimento científico, especializada em educação, gestão pública e políticas públicas (Gesta, 2023). Em buscas na internet, foi possível identificar que a GESTA é uma iniciativa da Fundação Brava, trata-se de uma vitrine virtual que expõe materiais para consulta sobre Engajamento Escolar, na qual se sugere que há uma coleção de vídeos sobre as principais causas do abandono escolar, um infográfico sobre o panorama da evasão e do abandono e um painel de ações desenvolvidas com o objetivo de combater o abandono escolar (Paraná, 2023f), porém, ao seguir para a página sugerida, não foi possível localizar esses materiais.

Essa política de bonificação aos diretores segue a cartilha da gestão empresarial e atende aos critérios neotecnicistas de responsabilizar e premiar. Essa bonificação é paga aos

diretores e diretores auxiliares se a sua escola atingir a porcentagem mínima de alunos presentes na escola, já que este também é um critério de avaliação do SAEB. Porém as escolas públicas paranaenses são muito diversas, e esses critérios não respeitam as modalidades de ensino, tais como: as Escolas do Campo, Escolas das Ilhas, Quilombolas e Indígenas, e até mesmo escolas urbanas, que acabam enfrentando problemas de acesso dos alunos à escola, seja por questões econômicas, sociais e culturais. Portanto, a política de bonificação implementada pelo governador do estado do Paraná é excludente, não respeita a diversidade e não age democraticamente. Conforme destaca Freitas (2012), essa ação penaliza as escolas quando acredita que a única motivação para o trabalho educativo é o dinheiro, criando uma competição danosa para o ambiente escolar.

No Estado do Paraná, a política de bonificação ganha a nomenclatura de Gratificação de Incentivo Escalonada e Mensal. A sua regulamentação pode ser conferida na Lei Estadual n.º 20.935, de 17 de dezembro de 2021, e no Decreto Estadual n.º 10.767, de 12 de abril de 2022. Em abril de 2022, o governo do Estado do Paraná divulgou no seu canal de comunicação, Agência Estadual de Notícias do Paraná (AEN), que os diretores da rede estadual de ensino do Paraná passariam a receber bônus relacionados à frequência escolar (Gratificação [...], 2023). Essa reportagem destaca que “a premissa para condicionar o bônus à frequência foi construída a partir de pesquisas acadêmicas. Em vários países do mundo, a frequência escolar é o indicativo mais sólido para mensurar a qualidade da aprendizagem e o clima escolar (Diretores [...], 2022). Essa mesma reportagem destaca que os valores pagos aos diretores serão gradativos, o cálculo é realizado por número de matrículas, confrontado com as porcentagens de frequência escolar, e devem ficar entre o valor mínimo de “R\$ 108 e a no máximo R\$ 2.430, para diretores, e no mínimo R\$ 92 e no máximo R\$ 2.070 para diretores-auxiliares” (Diretores [...], 2022).

Esse modelo de bonificação gera desconforto dentro do ambiente escolar, instigando a concorrência entre os gestores, professores e funcionários. A realidade das escolas públicas é complexa, a educação pública é universalizante, deve ser inclusiva e, portanto, pautar a educação pública em concorrência e metas não resolve os problemas enfrentados pelas escolas.

Há muitas escolas públicas que alcançam excelentes resultados nos seus processos educativos, formativos e de relações humanas, porém esses bons resultados são conquistados pelo trabalho de toda uma coletividade de educadores, de estudantes e da comunidade e não somente do diretor, transformado em gerente. Pessoalizar a bonificação somente para quem ocupa esse cargo é oficializar práticas excludentes, antidemocráticas e de concorrência, num ambiente que deveria ser pautado pela cooperação, pela humanização, e pela valorização dos profissionais.

As práticas de bonificação são largamente adotadas por empresas nas linhas de montagem, no comércio, dentre outras. Seguindo por esse viés, na educação pública paranaense, o modelo gerencialista empresarial impregnou as relações escolares, ao inserir bonificação aos diretores. Importante notar que os mentores desse modelo têm explicações sobre os motivos de que a premiação seja apenas para os diretores. Em entrevista ao Portal G1 da Rede Paranaense de Comunicação, RPC, o então secretário Renato Feder tentou explicar o motivo pelo qual somente os diretores estão sendo bonificados, segundo o secretário:

“Não tem como medir performance de professor individualizada, é muito difícil. Alguns países tentam e é um fracasso. Quanto que o aluno aprendeu exatamente? Foi mérito do professor de História? Mérito do professor de Matemática? É muito difícil. Então, a gente deu o aumento para todos os professores e o diretor, sim, você consegue medir a performance da escola. Então por isso que o bônus foi para o diretor”, explica (Diretores [...], 2022).

O discurso do secretário Renato Feder em favor da bonificação resume a individualização dos processos educativos. Obviamente que um professor isoladamente não conseguirá resolver todos os problemas da educação ou da escola, tampouco conseguirá transformar a educação sozinho. Mas é fato que sem ele, o processo formativo estará comprometido, pois em se tratando de uma ação que demanda trabalho coletivo, todos os sujeitos envolvidos na escola são fundamentais para a qualidade social do processo.

A premiação de apenas um sujeito desse processo, no caso o diretor, conforme defendido por Renato Feder, expõe outro dado da realidade que se refere às condições objetivas para que o trabalho dos professores seja possível. Vale destacar que, ao longo dos quatro anos da gestão Ratinho Junior (2019-2022), em que Renato feder foi Secretário da Educação no estado, os professores e funcionários da Rede Estadual de Educação não receberam nenhum reajuste salarial, nem mesmo a reposição da inflação, diferente do que afirmou o secretário em entrevista ao Portal G1, (Diretores [...], 2022) quando anunciou o bônus aos diretores, dizendo que deu aumento a todos os professores. Nesse caso, a bonificação de diretores cumpre também um papel compensatório a um grupo restrito de profissionais alçados a instância hierárquica superior e submetidos ao cumprimento de normas que podem suprir suas perdas salariais, já que os diretores também são professores vinculados à Rede Estadual de Educação do Paraná.

Outro ponto que pode ser destacado em relação à visão empresarial do secretário Renato Feder é que toda responsabilidade pelo processo educativo é do diretor. Essa visão é cômoda para o gestor público, seja o governador ou o próprio secretário, pois transferem a responsabilidade governamental da gestão educacional no estado a apenas um ou dois sujeitos

que estão na escola. Colocam o diretor da escola para resolver problemas e alcançar índices das quais ele, sozinho, não é capaz de resolver. Tal qual como o gerente de uma fábrica, o diretor passa a ser movido por metas, muitas vezes, inalcançáveis. Mas o secretário esquece que os alunos não são produtos ou objetos, e que a escola não é uma fábrica.

Concomitante a essas transformações, o ambiente escolar vai se tornando hostil e competitivo, esse movimento empresarial busca trazer para dentro da escola uma política que começa com a bonificação e vai até à autorização dos diretores para demitirem professores que não se enquadrem nos padrões ou em critérios estabelecidos pelo estado, acarretando a precarização do trabalho docente, desqualificando os trabalhadores da educação e desconsiderando as diversidades que constituem todo um processo educativo.

Na ocasião do anúncio do pagamento das Gratificação de Incentivo Escalonada e Mensal, o Sindicato dos Professores e Funcionários do Paraná, APP Sindicato, emitiu uma nota alertando que “gratificação não é política pública. É lavar as mãos e culpabilizar quem não atinge uma meta arbitrária” (Gratificação [...], 2022). A nota também destaca que, ao premiar e punir diretores, “o governo ignora e desestimula o trabalho incansável de busca ativa realizado por pedagogos(as) e demais trabalhadores(as). Equipes diretivas trabalham e muito, mas não sozinhas” (Gratificação [...], 2022).

Sob a lógica privatizante do trabalho docente, a política de testes e avaliações são uma obstinação por parte dos reformadores empresariais, sendo utilizada em vários setores para diversos fins, vide exemplo das provas para recrutar os novos Chefes dos Núcleos Regionais, mencionado na seção anterior. Na educação do Paraná, essas avaliações têm servido como mecanismos de seleção e recrutamento, e para manter o controle e a vigilância dos docentes, gestores.

Na gestão do governador Ratinho Junior, os sistemas de provas e avaliação foram também utilizados na contratação de professores temporários (PSS), na seleção para candidatos a diretores e no ingresso do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE).

Em relação à contratação de professores pelo Processo Seletivo Seriado (PSS), a SEED-PR passou a realizar uma prova, contratada junto a uma empresa, que consistia em três etapas: prova escrita, prova didática (gravação de vídeo) e prova de títulos. O edital da prova que selecionou professores temporários para atuarem na Rede Estadual de Educação do Paraná foi publicado em outubro de 2020 pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná. O edital referente a essa prova foi de n.º 71/2020 - GS/SEED do Processo Seletivo Simplificado (PSS).

Observamos que os contratos temporários têm amparo na Lei n.º 108/2005 e deveriam ser realizados apenas para suprir vagas e ausências temporárias e emergenciais nas instituições de ensino, porém, nos anos de gestão do governo Ratinho Junior, foram intensificados por meio de provas e não foram realizados nem um tipo de concurso público para suprir a necessidade de contratação de professores. Cabe apontar que o último concurso para professores foi realizado no ano de 2023, com número escasso de vagas. Anteriormente, aconteceu um concurso no ano de 2014, que também abriu um número de vagas bastante reduzido. A realização de prova para concurso público, com intervalo de quase 10 anos e com baixíssimo número de vagas para professores do quadro próprio do estado do Paraná e a realização de provas para contratos precários, com duração de um ano, revela uma posição clara do governo pelo sucateamento do serviço público e da carreira dos professores.

O Edital n.º 71/2020 - GS/SEED do Processo Seletivo Simplificado (PSS) foi publicado em 2020, no auge da Pandemia da Covid-19, que levou milhares de pessoas à morte. Segundo dados de monitoramento do estado, divulgados no *site* do Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná (SIMEPAR) (38 mil [...], 2021), até setembro de 2021, cerca 38 mil paranaenses morreram em decorrência da Covid-19. A reportagem no Jornal Brasil de Fato, em 23 de junho de 2021, destaca que:

Desde o início da pandemia, já são cerca de 200 mortes por covid-19 de profissionais de educação da rede pública do Paraná. Só no mês de junho de 2021, já são mais de 15 notas de falecimento feitas pela APP-Sindicato, que representa a categoria. Não há, porém, nenhuma menção da Secretaria Estadual de Educação sobre esses óbitos (Caldas, 2021).

No período da Pandemia de Covid-19, o governo Ratinho Junior aproveitou para acelerar seu projeto político gerencialista empresarial para a educação. Colocando em prática a cartilha do neoliberalismo econômico, reforçou a opressão, o controle, a vigilância e a punição sobre as escolas. No contexto da pandemia, a imposição da prova presencial de seleção para professores PSS, Edital n.º 71/2020 - GS/SEED, o governador contrariou as normas mundiais de orientação pelo distanciamento social, posto que o governador Ratinho Junior manteve o edital de inscrição para a prova. Diante de tantos ataques e imposições do governo contra a categoria, no dia 18 de novembro de 2020, um grupo de professores ocupam a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), pedindo para que os deputados intercedessem junto ao governador pela revogação da prova para contratação de professores (Grupo [...], 2020).

Sem êxito nas negociações, as mobilizações seguiram por outros caminhos. Segundo reportagem do portal do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), os professores

decidiram, nesta quinta-feira (19) [de novembro de 2020], por encerrar deixar a ocupação da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) iniciada no dia anterior (18). Cerca de 75 pessoas estavam na ocupação e outras cerca de 300 pessoas aguardavam a saída ao lado de fora. Após desocuparem o prédio, centenas de educadores seguiram até o Palácio Iguazu, sede do governo do estado, onde permanecerão em vigília até um retorno positivo à pauta da mobilização. Um grupo de 47 professores, funcionários e estudantes iniciou uma greve de fome (Professores [...], 2020).

O início da greve de fome se deu a partir da intransigência do governo em negociar com as lideranças do Sindicato. A greve de fome durou 8 dias e tinha como principal pauta a revogação da prova para contratação de professores PSS, que, segundo a APP Sindicato, “ocorre há 15 anos no Paraná e nunca foi realizada com prova e cobrança de inscrição” (Governo, 2020). Soma-se a esses fatores o fato que a prova custou quatro milhões de reais para os cofres públicos (Reunião [...], 2020). A greve de fome não teve muita repercussão e o governo não cedeu às reivindicações dos grevistas. Após o recuo dos manifestantes, o governo manteve a prova, apenas adiou a data por orientação judicial⁴² e retirou as etapas da redação e, referente à prova didática, manteve a avaliação escrita.

Chama a atenção o tratamento da mídia ligada ao grupo Globo em relação à prova presencial, em plena pandemia, e à greve de fome. A posição da mídia paranaense pode ser compreendida no contexto que o governador Ratinho Junior pertence a uma família que detém o controle de importantes canais de comunicação no Paraná, como emissora de Tv e Rádio. Uma reportagem, no jornal Brasil de Fato, descreve bem a complexidade do momento:

Que moral essa mídia teria de propagar que uma greve é justa, que é preciso lutar contra precarização e por direitos dos trabalhadores, quando essa mídia é um péssimo exemplo dentro de seus próprios currais? Não estranha calarem a voz dos trabalhadores. Não estranha o silêncio dos canalhas. Não estranha, mas não deixa de indignar (Carrano, 2020).

Podemos observar que a política de provas e testes foi constante no período analisado (2019-2022) e nem mesmo a pandemia freou esse processo. Esse posicionamento do governador do estado e da SEED-PR reforçam as demais ações de cunho gerencialista

⁴² O Ministério Público do Paraná (MP-PR) pedia o adiamento da aplicação da prova na Justiça. No mesmo pedido, o MP-PR fez a requisição para que também fossem adiadas as eleições para diretores de colégios estaduais do Paraná, que foi acatada pela 5ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (Governo [...], 2020).

empresarial implementadas no período. Além da prova de seleção para professores temporários, a SEED-PR também realizou prova para diretores de escola e prova para a seleção dos docentes concursados para ingresso no PDE, que foi instituído em março de 2004 como parte integrante do plano de carreira docente, como uma política pública de formação profissional.

Em seu formato original estava previsto o afastamento do professor para que esse pudesse se dedicar aos estudos e qualificar a sua formação. O programa PDE era desenvolvido no âmbito das Universidades Públicas Estaduais, que assumiam a formação dos docentes por um ano e meio. Assim os docentes produziam pesquisas e aplicavam nas suas escolas de lotação. Essa formação também era parte da valorização dos professores que após concluírem o curso avançavam no plano de carreira. Com o advento de governos que não compactuam com esse modelo de formação consistente, o programa foi sendo diminuído e remodelado. Delavy (2022) cita, em seu artigo, o trabalho do professor que veio a concluir o PDE-PR 2019/2020, esse professor relata na conclusão do seu trabalho que, devido ao aligeiramento e a precarização da oferta do PDE, o seu trabalho “em nada contribuiu para o seu processo formativo, nem mesmo o acréscimo financeiro aos proventos mensais daquele que concluiu o processo formativo” (Delavy, 2022, p. 169).

Essa remodelação pela qual o Programa PDE passou perdeu sua identidade de curso de formação continuada para se tornar um curso de treinamento no uso das metodologias gerencialistas empresariais impostas como métodos de trabalho. Há muitos instrumentos e formas de aferir a eficácia do trabalho docente, esse formato de testes e avaliações de desempenho, desconexas do mundo do trabalho educativo do professor, não cumpre com o processo de formação continuada. Delavy (2022, p. 173) alerta “que tratar a formação continuada PDE-PR nestes termos significa perverter a universalização da formação continuada e a consequente melhoria nas condições da escola pública paranaense a uma casta meritocrática sem relação concreta com a realidade da escola” (Delavy, 2022, p. 173).

As políticas educacionais do estado do Paraná se encontram em estado de constantes retrocessos, isso quando consideramos sob a perspectiva da defesa de uma educação emancipadora. São muitas as políticas de desmonte que perpassam a educação. Para este modelo de gestão empresarial, neoliberal, a formação do professor deve estar limitada ao treinamento burocrático, conhecer as ferramentas tecnológicas e operar os inúmeros aplicativos e plataformas as quais os alunos são submetidos. “O professor pesquisador, o professor estudioso, capaz de compreender o contexto social em que se insere, entender o processo de aprendizagem de seu aluno e intervir nele para promover desenvolvimento, está sendo

completamente descartado” (Pimenta; Ramos; Santarosa, 2022, p. 156). Não há espaço para a criação e nem para o trabalho coletivo.

As consequências dessa nefasta política para a formação continuada afetou a autonomia do professor na busca por cursos de formações em instituições públicas e renomadas. Não só o programa PDE restringiu o acesso do professor a uma formação de qualidade, como o governo criou seu próprio curso de formação, denominado de Formadores em Ação (Paraná, 2023d). Esse curso é ofertado em ambiente virtual e os aplicadores do curso são os próprios professores, que passaram por um processo de seleção e se ausentam da sala de aula para atuarem como disseminadores das metodologias, programas e projetos da SEED-PR. Conforme relata Grison, Horn e Maeso (2022, p. 189),

Tais formações são conectadas com o processo de promoções e progressões de carreira, onde a partir de 2022 passaram a ser ofertados esses cursos com uma pontuação muito maior no avanço da carreira docente do que um curso realizado em uma instituição externa, seja ela pública ou privada. Indireta e diretamente os professores são obrigados a realizarem as formações impostas, pois do contrário encontrarão dificuldades para alcançarem a pontuação necessária e subirem de nível na carreira, visto que a orientação estabelece uma série de gatilhos e limitadores para cursos externos à Secretaria de Educação, além do fato de que ter realizado os “cursos” da Secretaria de Educação causa impactos na classificação para distribuição de aulas.

O programa de formação continuada para o Estado do Paraná, na gestão 2019-2022, de Ratinho Junior, é divulgado pelo *site* da SEED-PR como uma prática exitosa e descreve as edições com sucesso. Segundo informações registradas na página de Boas Práticas do governo do Estado, “a primeira edição do programa 14 mil cursistas no primeiro semestre de 2021 e 11 mil cursistas no segundo semestre, sendo que destes, 1.259 passaram a atuar como formadores, multiplicando experiências enriquecedoras e conhecimento” (Grupo [...], 2023).

Diante do relato exitoso do governo em relação ao programa Formadores em Ação (Paraná, 2023d), faz-se importante destacar que os professores são condicionados a se inscreverem nos cursos ofertados. Isso, porém, é feito de forma muito sutil, por exemplo, a vinculação à participação e à conclusão do curso do Programa Formadores em Ação como requisito na classificação para distribuição de aulas entre os professores concursados.

É nessa realidade de precarização e empresariamento da educação que os professores paranaenses se encontram. No entanto, essas ações não se restringem apenas ao aspecto profissional, salarial ou de carreira, elas impactam gravemente a saúde mental, pois os professores estão o tempo todo sob pressão, sob controle, sob vigilância e chantagem.

Com o intuito de manter o controle total e garantir que as políticas e projetos educacionais sejam aplicadas no cotidiano escolar, a SEED-PR vem, desde 2019, inserindo na rotina das escolas um agente do estado denominado “Tutor”. Sob a prerrogativa de acompanhamento e alinhamento das escolas com os programas de governo, os diretores e Equipes pedagógicas recebem a visita quinzenal de um professor, nomeado pelos Núcleos Regionais de Educação, com a função de realizar “tutorias” com as equipes.

O Programa de Tutoria Pedagógica (Paraná, 2023a) implementado na rede estadual de educação no Paraná foi idealizado pela Fundação Itaú Social (Mendes; Horn; Rezende, 2020). A Fundação Itaú⁴³ Social dispõe de um caderno denominado “Guia de tutoria pedagógica” (Fundação Itaú Social, 2014). O Caderno de Tutoria Pedagógica do banco Itaú se apresenta como

uma metodologia de formação em serviço, pautada em competências, realizada no cotidiano da escola por um profissional mais experiente, que reconhece, valoriza e parte dos conhecimentos e da vivência do tutorado para desencadear o processo de aprendizagem, buscando agregar novos conhecimentos, de caráter prático e modelar. A tutoria pode ser oferecida para o professor (Tutoria de Área), na sua prática de sala de aula, e/ou para as lideranças responsáveis pela gestão pedagógica da escola (Fundação Itaú Social, 2014).

A utilização do Guia de Tutoria Pedagógica da Fundação Itaú Social pelo Programa Tutoria Pedagógica da SEED-PR é destacada também na tese de Primo (2021). Segundo ela,

que de acordo com a resposta colhida no questionário aplicado aos técnicos do NRE de Londrina, foi um dos primeiros documentos orientadores disponibilizados pela SEED-PR para leitura dos tutores, com a finalidade de subsidiá-los no trabalho de tutoria junto às equipes gestoras das escolas (Primo, 2021, p. 263).

Ainda a esse respeito, Mendes, Horn e Rezende (2020, p. 4) asseveram que o Guia de tutoria pedagógica “foi elaborado em linguagem empresarial e de mercado e se ocupa, principalmente, dos resultados das avaliações institucionais de larga escala”. Essa forma de descrever e justificar a presença da Tutoria pedagógica esconde o trabalho de fiscalização e vigilância, herança da ditadura militar e reflexo da lógica empresarial que defende que o trabalhador só irá produzir se for vigiado, cobrado se estiver submetido a metas.

⁴³ No ano de 2022, o governo do estado do Paraná firmou um acordo de cooperação técnica com a Fundação Itaú para a Educação e Cultura. Esse acordo foi firmado junto à Secretaria Estadual de Educação e do Esporte do Paraná – SEED. A Fundação Itaú para a Educação e Cultura, tem como objeto de trabalho a implementação do itinerário para a Formação Técnica e Profissional. Em consonância com as Diretrizes Curriculares de Nível Médio, desenvolvendo diferentes metodologias, para a integração desses itinerários nas vivências escolares e em atividades de empreendedorismo (Paraná, 2023c).

Segundo Dias (2022, p. 102), “o sonho da SEED, é que a direção, em parceria com o tutor enviado, escancare a realidade escolar”. A presença dos tutores no ambiente escolar traz a sensação de desconforto e desconfiança do trabalho desenvolvido pela direção e equipe pedagógica, além de retirar a autonomia dos profissionais da educação da escola.

O Acompanhamento pedagógico realizado pela Tutoria visa atender um roteiro pré-estabelecido pelo Caderno de Tutoria Pedagógica do Banco Itaú, que contempla o acompanhamento da rotina de gestores e professores. O trabalho da tutoria consiste em visitar o diretor periodicamente (semanal ou quinzenal), passar uma agenda de tarefas a serem cumpridas e, na próxima visita, cobrar se as tarefas foram cumpridas ou não. Essas visitas de tutoria são registradas por meio de relatórios que o tutor realiza e apresenta a seus superiores (Chefes de Tutorias), que se encontram na sede da Secretaria Estadual de Educação, em Curitiba. Essa agenda de tarefas consiste em roteiros de tutoria pedagógica “utilizados por professores/tutores designados pela SEED-PR para visitar semanalmente [quinzenalmente em alguns casos] um conjunto de escolas por ela tutoradas, e implementar as políticas pedagógicas emanadas da mantenedora” (Mendes; Horn; Rezende, 2020, p. 4).

Os estudos de Primo (2021) apontam que o programa enfatiza a customização do trabalho, porém a estratégia padronizada para o gerenciamento das ações de gestão escolar reforça o gerencialismo dessa concepção de gestão. Isso é observado tanto nos documentos como nos treinamentos e reuniões entre os técnicos da SEED-PR com os técnicos dos Núcleos Regionais de Educação, quanto em reuniões realizadas pela SEED-PR com as equipes envolvidas nesse programa. Nesse sentido, segundo Primo (2021), o Programa de Tutoria Pedagógica tem lógica gerencialista e burocrática, e, apesar de preservar o discurso de uma gestão com características democráticas, o que se destaca são os aspectos gerenciais.

Para que o diretor da escola siga as orientações da tutoria, ele deve organizar a escola de acordo com as metas estabelecidas e garantir que seus professores realizem as atividades nas plataformas tecnológicas, preencham seus diários de classe *on-line*, realizem a chamada *on-line*, e que os alunos sejam monitorados pela plataforma *Power BI*, diariamente. Esse cumprimento de tarefas asseguram o alinhamento da direção ao projeto gerencialista empresarial da educação básica pública no Paraná. Sob pressão, controlados pelas tecnologias de monitoramento dos índices e pelas tutorias e cientes das sanções que podem ser aplicadas, os diretores e pedagogos acabam cumprindo o que lhes é determinado, isso garante que a

direção cumpra as exigências da SEED-PR, não sendo perseguida e nem destituída de seu cargo⁴⁴, mesmo que tendo sido eleita pela comunidade escolar.

Em relação à fragilidade que a função do diretor ocupa nesse modelo gerencialista, destacamos que, em junho de 2021 o governo publicou a Resolução nº 2.857/2021, que regulamentava procedimentos e atribuições legais para os novos Diretores Escolares, eleitos em 2021. Entre essas atribuições, o documento obriga o diretor a realizar a “Observação de Sala de Aula”. Na resolução ficou estabelecido que uma das funções do Diretor é o acompanhamento de uma aula por dia letivo, a qual deverá ser previamente comunicada ao docente, e, conforme estabelece o Artigo I da resolução:

I. O Diretor e o Diretor auxiliar devem utilizar o instrumento de observação constante no Anexo I da presente Resolução para documentar o acompanhamento pedagógico que tem como propósito valorizar as boas práticas de ensino, identificar e aprimorar o que necessita ser melhorado e apoiar o professor sempre que necessário para que ofereça aos estudantes aulas que potencializem sua aprendizagem (Paraná, 2021).

Essa obrigatoriedade de observar as aulas dos professores estabelece no ambiente escolar posições hierárquicas que provocam um profundo mal-estar, o diretor não é mais aquela figura que intermedia os processos de gestão democrática na escola e sim um gerente que fiscaliza se as aulas estão sendo lecionadas de acordo com as políticas do governo. Embora os tutores tentem afirmar que essa ação se trata de uma estratégia de formação em serviço, essa prática tem como objetivo avaliar os professores individualmente e violar a autonomia escolar.

O governo do estado do Paraná, sob gestão de Ratinho Junior, e a Secretaria de Estado da Educação, sob gerência de Renato Feder, criaram um amplo e sofisticado modelo de controle e vigilância do professor. Não são somente as observações de sala de aula que são utilizadas para esse fim, mas o uso das plataformas tecnológicas, os registros de classes, a utilização das aulas prontas em *slides*, tudo é monitorado em tempo real através do uso das ferramentas tecnológicas compradas pelas SEEDs das grandes corporações nacionais e internacionais.

Diante do exposto, percebemos que a gestão escolar fica limitada diante das possibilidades de argumentar ou construir a sua organização de gestão pedagógica com o seu corpo docente. Falta autonomia e sobra instrumentos de coação, pois a ação da Observação de Sala de Aula vem como imposição e, no final, caberá ao diretor apresentar ao professor as suas

⁴⁴ Em 2021, o governo do estado destituiu três diretores de escolas em ações antidemocráticas e ilegais, quando a Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED) afastou do cargo diretores de escolas por não estarem cumprindo metas em relação à volta as aulas, após a Pandemia de Covid-19.

irregularidades em sua forma de ensinar. Um diagnóstico baseado apenas em um recorte que não retrata com nitidez as relações de sala de aula e nem sempre revelam o perfil do professor. Essas relações se tornam perigosas dentro do ambiente escolar, pois não serão todos os gestores que terão a capacidade de refletir e compreender toda a complexidade da dinâmica que envolve uma sala de aula. A fim de demonstrar a perversidade que é esse instrumento de coação e vigilância, denominado de Observação de Sala de Aula, Horn (2022, p. 11), ao se referir a esse instrumento de controle e negação dos sujeitos, afirma que “esta é mais uma das violentas práticas de assédio moral contra os educadores, de pura desqualificação do trabalho docente”.

Ao analisar o conjunto dos programas e projetos para a educação básica do Governo Ratinho Junior, na gestão de 2019 a 2022, evidenciamos a presença de uma complexa rede de ações institucionalizadas pelo setor privado interferindo diariamente na gestão escolar, no trabalho docente e na formação dos estudantes. As políticas educacionais adotadas pelo governo paranaense atacam os preceitos legais da escola pública, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada. Não é à toa que questionamos a presença desses programas dentro da escola. No formato em que são ofertados e nas finalidades a que se destinam, esses programas adentram às escolas públicas sem amplo debate, sem fundamentação pedagógica, puramente para cumprir uma agenda neoliberal, conservadora (moral) e empresarial.

Outro programa que merece destaque é o Programa das Escolas Cívico-Militares no estado do Paraná. Sua criação está diretamente ligada à criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares do Ministério da Educação na gestão do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). O programa federal foi criado por meio do Decreto Presidencial nº 9.465/2019 (Brasil, 2019), publicado no dia 02 de janeiro de 2019. Esse decreto menciona a criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares e normas para as parcerias do Ministério da Educação com instituições militares.

Ainda em 2019, foi publicado, no dia 5 de setembro, o Decreto nº 10.004/2019, que criou o “Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), com a finalidade de promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio” (Brasil, 2019b). No art. 1º, inciso 1º, consta que o “Pecim será desenvolvido pelo Ministério da Educação com o apoio do Ministério da Defesa e será implementado em colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na promoção de ações destinadas ao fomento e ao fortalecimento das Escolas Cívico-Militares (Ecim)” (Brasil, 2019b). E, por fim, em 20 de novembro de 2019, foi publicada a Portaria nº 2.015/2019, que “Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), em

2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar (Ecm) nos estados, nos municípios e no Distrito Federal” (Brasil, 2019b).

As ações voltadas à militarização da educação no Brasil compunham um conjunto de outras ações voltadas à militarização da sociedade. O processo de militarização das escolas foi parte da concretização de propostas de governo do presidente Jair Bolsonaro que tinha na militarização da sociedade um dos pilares de sustentação de seu governo e uma das suas principais bandeiras junto a seus apoiadores e seguidores.

A regulamentação do modelo de escolas cívico-militares no Brasil, na gestão do presidente Jair Bolsonaro, vai muito além das propagandas, da ideologia da extrema direita e das ações de militarização da sociedade. O presidente Jair Bolsonaro deu sequência ao projeto neoliberal, em processo avançado desde a gestão do presidente Michel Temer (2016-2018).

A esse respeito, Luiz Carlos de Freitas (2018) destaca que a militarização da educação e das escolas se insere no conjunto das políticas neoliberais e das ações de privatização. Nesse contexto, Freitas (2018, p. 116) salienta também que “É importante não esquecermos que o neoliberalismo é uma junção entre liberalismo econômico e autoritarismo social”. Essa afirmação nos remete aos estudos e apontamentos sobre as raízes autoritárias do neoliberalismo desde a sua origem e durante seu avanço nos diversos países do mundo com o financiamento de ditaduras militares, perseguição e criminalização de sindicatos e de lideranças populares, numa convivência harmônica com governos ditatoriais, desde que seus objetivos econômicos estejam preservados e garantidos.

Freitas (2018), ao discorrer sobre a ampliação do controle dos neoliberais sobre a escola, traz elementos que contribuem para a compreensão do processo de militarização das escolas. Como cerne desse processo está a disciplinarização dos sujeitos da escola pública que são submetidos a práticas de meritocracia, concorrência, competição e a padronização. Citando os estudos de Diane Ravitch (2013), Freitas (2018) menciona que nos Estados Unidos existe um tipo de escola denominado *no excuses* ou sem desculpa ou tolerância zero.

A origem dessas escolas está relacionada à ideia de que não é preciso gastar dinheiro para consertar as escolas, basta que elas sejam exigentes na disciplina e sem absurdos pedagógicos. Diferente do que apregoam os defensores dessa concepção de escola, a disciplina severa, a tolerância zero e a eliminação dos “tomates podres” geram mais autoritarismo e mais segregação. Esse processo, nos Estados Unidos, tem criado uma linha direta entre as escolas e a prisão (Freitas, 2018). Freitas alertava, já em 2018, que “No Brasil, com a chegada destas políticas, se nada for feito, caminharemos na mesma direção” (Freitas, 2018, p. 119).

Miguel Arroyo (2019), em entrevista a Ana Maria Basílio, ao descrever as escolas militarizadas, afirma que o que está posto é a criminalização dos estudantes das escolas públicas, pois um dos pilares que sustentam a militarização é que a gestão da escola por parte de um militar e a presença de outros militares exercendo funções no interior da escola combateria a violência. Para Arroyo, essa é uma política criminalizante dos pobres. O mesmo autor ainda questiona: “quais escolas serão militarizadas? Não serão as privadas, mas as públicas, locais que recebem as infâncias populares das favelas, dos campos. Digo isso para que pensemos: que infâncias estão sendo pensadas como violentas?” (Arroyo, 2019).

A criminalização das infâncias e adolescências a estudantes das escolas públicas se amplia com a militarização das escolas, na visão de Arroyo (2019), pois, segundo ele, defendia-se a ideia de entregar as crianças e adolescentes à justiça penal, tirando-os da escola e levando-os para as prisões. Com a militarização, no entanto, essa lógica se inverte, pois, coloca-se a polícia dentro da escola, “a novidade agora é que não vamos mais tirá-los das escolas, mas colocar as próprias unidades sob o controle da justiça penal, sob a lógica policial, militar” (Arroyo, 2019). Ainda, segundo Arroyo (2019), nessa mesma entrevista, não são as infâncias e adolescências que são violentas, elas são violentadas. Para ele, a militarização das escolas públicas é o decreto de falência não só da instituição, mas dos educadores e dos gestores formados para essa finalidade.

No estado do Paraná, o governador Ratinho Junior iniciou o processo de militarização das escolas públicas no ano de 2020 com a aprovação da Lei nº 20.338/2020. Essa lei, no breve período de promulgação, já passou por algumas alterações, revogando alguns artigos e criando outros. De acordo com as informações disponíveis no *site* da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, podemos observar que a Lei 20.338/2020 foi alterada três vezes, pela Lei nº 20.505/2021, Lei nº 20.771/2021 e Lei nº 21.327/2022.

Dentre as alterações da Lei 20.338/2020, é possível observar que várias dessas alterações dizem respeito à remuneração ou gratificação dos militares que atuam nas escolas militarizadas.

O primeiro processo de implementação das Escolas Cívico-Militares no Paraná ocorreu no ano de 2020, em plena pandemia de Covid-19. Nesse processo, mais de 200 escolas foram militarizadas. Os dados atualizados sobre esse modelo de escola disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação (Paraná, 2023i) apontam que, no ano de 2023, o estado conta com 195 colégios militarizados pelo Programa dos Colégios Cívico-Militares do Paraná e mais 12 pelo Programa das Escolas Cívico-Militares regidos pelo Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. O programa federal, no entanto, foi revogado em 2023, na gestão do

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023, “Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares” (Brasil, 2023).

No ano de 2023, o governo do estado do Paraná deu sequência ao projeto de militarização das escolas públicas. Ratinho Junior objetiva transformar mais 126 colégios estaduais em colégios militarizados, de acordo com o Edital n.º 101/2023 - GS/SEED (Paraná, 2023j). Conforme consulta pública, realizada nas escolas, no mês de novembro e, algumas, no mês de dezembro de 2023, 82 colégios, dos 126 aprovaram a militarização que iniciará em 2024 (Paraná, 2023k).

Ainda no mês de dezembro, o governo do estado do Paraná realizou mais consultas públicas, a fim de militarizar outras 28 escolas públicas estaduais. Esses processos aconteceram com base no Edital, N.º 109/2023 - GS/SEED; Edital N.º 110/2023 - GS/SEED; e Edital N.º 112/2023 - GS/SEED. As consultas previstas nesses três editais aconteceram entre os dias 11 e 18 de dezembro de 2023. Os resultados das consultas à comunidade foram divulgados por meios do Edital N.º 121/2023 - GS/SEED; Edital N.º 122/2023 - GS/SEED; e Edital N.º 123/2023 - GS/SEED. Segundo esses editais, das 28 escolas, 23 serão militarizadas em 2024. Importante ressaltar que a consulta envolve a comunidade escolar; e pais, mães, estudantes maiores de 16 anos, professores e agentes educacionais participam da votação.

Além das escolas que passaram pelo processo de consulta à comunidade, no mês de dezembro, o governo do Paraná anunciou a incorporação de mais 12 escolas que estavam sob a gerência do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, uma vez que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva divulgou o fim desse Programa em nível nacional.

O governador Carlos Massa Ratinho Junior confirmou nesta quinta-feira (13), em entrevista à Rádio CBN, que o Governo do Estado vai assumir o modelo cívico-militar nas 12 escolas administradas atualmente pelas Forças Armadas no Estado. O governo federal anunciou nesta semana que vai encerrar de forma progressiva o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. No Paraná, além dos 12 colégios sob responsabilidade das Forças Armadas, a rede estadual conta ainda com 194 escolas cívico-militares (Governador [...], 2023).

Em notícia veiculada pela AEN, no dia 13 de julho de 2023, o governador Ratinho Junior anunciou que o estado do Paraná iria incorporar as escolas cívico-militares federais. Ainda, de acordo com a notícia, o governo do Paraná planeja elevar o número de escolas cívico-militares no estado para 400 unidades, em 2024.

Ao final desse processo, o Paraná soma 312 escolas que serão geridas pelo modelo militar, segundo notícia divulgada pela Agência Estadual de Notícias, no dia 20 de dezembro de 2023, o “Paraná terá 312 escolas estaduais cívico-militares em 2024” (Paraná, 2023e).

Em relação ao processo de militarização das escolas no Brasil, os estudos referentes a esse tema apontam que ele fere princípios democráticos assegurados pela Constituição Federal de 1988, suprime a gestão democrática, limita o direito à educação e o princípio da universalização da educação, fere o princípio público da educação, criminaliza os estudantes da periferia, instrumentaliza as disciplinas ofertadas exclusivamente nesses colégios, dentre outros fatores, conforme se observa em alguns estudos sobre esse tema, nas produções de Ximenes, Tuchi e Moreira (2019); Zan e Krawczyk (2019); Freitas (2018); Costa (2020); Boutin, Darcoletto, Costa e Flach (2022); Camilo, Neves, Beloni e Dutra (2023).

No caso específico da militarização das escolas no Paraná, iniciado, em 2020, com a aprovação da Lei 20.338/2020, Boutin, Darcoletto, Costa e Flach (2022) enfatizam a relação entre o movimento das ocupações de escolas ocorrido, em 2016, e a militarização dessas escolas. Com base em dados das escolas ocupadas, em 2016, e as que foram militarizadas, evidenciam que

As análises indicam que há interesse governamental — na esteira dos interesses da classe burguesa — em conter os/as jovens e, nessa direção, as escolas cívico-militares foram uma reação do estado para tentar controlar e disciplinar os/as estudantes, na tentativa de frear um movimento que, não conformista, lutava pelos direitos sociais da juventude da classe trabalhadora, em especial, pelo direito à escola pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada (Boutin; Darcoletto; Costa; Flach, 2022, p. 286).

Dentre outras considerações, Boutin, Darcoletto, Costa e Flach (2022) asseveram que as escolas cívico-militares, no Paraná, fazem parte de um novo projeto de escola em resposta à luta contra a hegemonia da classe dominante, portanto, elas são “parte do pacote de reação do estado contra aqueles/as que lutam contra a hegemonia da classe dominante, nesse caso em específico, os/as ocupas, que precisam ter sua voz calada e o gérmen de sua organização política freado” (Boutin; Darcoletto; Costa; Flach (2022, p. 302).

O Programa das Escolas Cívico-Militares, no estado do Paraná, entre todos os programas analisados, representa o mais grave ataque à educação pública, democrática, gratuita, laica, universalizante e de qualidade social. Ponderamos, no entanto, que conforme já apontado ao longo da dissertação, esses programas não são pensados e executados de maneira isolada. Há uma inter-relação entre eles, no sentido de aparentar unidade no processo de implementação da lógica gerencialista neoliberal. Porém, no caso das escolas cívico-militares,

há o agravante de que o requisito para os militares atuarem na gestão dessas escolas, ou em funções de monitoria, é apenas que sejam militares da reserva e tenham bom comportamento. Não há nenhum requisito relacionado à formação pedagógica, licenciatura, experiência ou contato com cotidiano da escola.

O governo do estado não considera estudos, pesquisas, ou qualquer tipo de dado objetivo que demonstre o equívoco na adoção desse modelo educacional para as escolas públicas. O governador do estado ainda se pauta pelos resquícios antidemocrático, pela propaganda armamentista e militarizante, pelo populismo de extrema direita, amplamente difundidos durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), da qual o governador Ratinho Junior é simpatizante e praticante, que apela a soluções mágicas e, por vezes, manipuladas, para situações complexas na sociedade e, nesse caso, na educação.

Segundo os dados da SEED-PR, o Paraná, em 2023, conta com 2.104 escolas estaduais. Como já mencionamos, o governador Ratinho Junior pretendia chegar ao número de 400 escolas públicas militarizadas no estado, e conseguiu chegar ao número de 312, em dezembro de 2023. Esse número representa aproximadamente 1/6 da totalidade das escolas estaduais no Paraná.

Ao atingir o número de 312 escolas militarizadas, Ratinho Junior colocou o Paraná entre os primeiros colocados com escolas nesse modelo. Esse ato, aos olhos do governo, é motivo de orgulho e propagandeado como conquista, quando, na verdade, o que está em curso é um projeto que rebaixa o Paraná ao patamar de estado militarizado, com uma educação controlada, vigiada, sem liberdade, aos moldes dos países ditatoriais. Aqui, no entanto, sob uma falsa democracia, apresentada como consulta à comunidade.

Nesse processo, desconsidera-se aqueles que seriam a ponta do processo, os estudantes, que nessa complexa rede de interesses privados e empresariais se tornam laboratórios de experimentos metodológicos, pautados em um modelo de ensino centralizado em “bugigangas tecnológicas” (Pimenta; Ramos; Santarosa, 2022, p. 156). Esse modelo de educação, pautado apenas no discurso do direito à aprendizagem, desconsidera o mais importante que é o direito à educação, à formação humana, na perspectiva da educação emancipadora. Segundo informações de Buchman (2022, p. 248), “essa política de sucateamento afeta diretamente a realidade dos mais de 1,5 milhões de estudantes paranaenses, que sentem no seu cotidiano os efeitos desse projeto”. O autor ainda reforça que é necessário lutar

por um sistema de educação que seja compatível com a realidade do estudante, principalmente daqueles estudantes oriundos da classe trabalhadora, da periferia, do campo, estudantes de quem lhes são negados o direito de estudar, estudantes que são submetidos a um modelo que visa o lucro de grandes empresários em vez da aprendizagem e do desenvolvimento (Buchman, 2022, p. 250).

Ratinho Junior e Renato Feder impuseram para a educação pública paranaense um modelo de educação gerencialista empresarial, que atende aos interesses e ao projeto político do governador, expostos em propagandas em TV, *internet*, *outdoors*. Esse modelo de educação em curso no Paraná contraria a construção de um projeto de escola pública democrática, gratuita e de qualidade social. Para que essa construção se efetive, o Estado deve assumir a responsabilidade pela qualidade dos seus serviços e da oferta da como direito social. O que se percebe, no entanto, é uma tentativa de desresponsabilização do estado com os serviços públicos e nesse campo emergem as terceirizações, as concessões e as privatizações.

Nessa luta pela construção democrática do direito e manutenção da educação, somos professores(as) e pedagogos(as), funcionário(as) e estudantes, que nos dispomos a dar voz a aqueles que todos os dias se sentem acuados, coagidos e obrigados a fazer valer um projeto de sociedade neoliberal que suga até a última gota de nossa saúde física e mental, e subtrai o que há de mais precioso no processo formativo e educativo que é o acesso dos estudantes ao conhecimento científico, filosófico, artístico historicamente acumulado, que devem estar voltados à emancipação humana.

Ao longo desse capítulo, buscamos analisar a educação pública paranaense no mandato do governador Ratinho Junior (2019-2022) como mercadoria subordinada ao gerencialismo empresarial. Nesse sentido, iniciamos discutindo as parcerias entre os institutos e fundações de capital privado e a educação pública paranaense. Em seguida, a análise se voltou aos programas ofertados pela Secretaria de Estado da Educação no Paraná para professores e estudantes (2019-2022) e, por fim, analisamos cinco programas do governo do estado do Paraná na gestão Ratinho Junior (2019-2022) e as suas inter-relações com os conceitos de responsabilização, meritocracia e privatização ligados ao neotecnicismo e as suas práticas de controle, premiação e punição que dão as condições para que se implemente uma educação sob a lógica gerencialista empresarial.

CONCLUSÃO

Há uma frase muito utilizada por movimentos sociais e trabalhadores que lutam por direitos sociais e contra o capital, que chama a atenção para o fato de que, quando tudo for privado, seremos privados de tudo. Iniciamos essa conclusão nos reportando a essa frase, pois, ao longo desta dissertação, buscamos analisar as influências do modelo gerencialista empresarial nas políticas do governo paranaense sob a gestão de Carlos Roberto Massa Junior (PSD) para a educação, no período de 2019 a 2022.

Esta análise nos levou a buscar elementos dessa relação presentes na história do Brasil, como forma de fundamentarmos as redefinições entre o público e o privado no contexto neoliberal, que visa, a todo custo, tornar tudo privado, tornar tudo mercadoria, e, no caso específico da educação pública paranaense, na gestão do governador Ratinho Junior, torná-la um balcão de negócios.

Com o propósito de responder ao objetivo geral de analisar as influências do modelo gerencialista empresarial nas políticas do governo paranaense sob a gestão de Carlos Roberto Massa Junior (PSD) para a educação, no período de 2019 a 2022, constatamos que há uma predisposição por parte do governo do Paraná em ampliar ainda mais as parcerias com institutos e fundações privadas para gerar e administrar a educação por meio de um modelo transportado da gestão empresarial que objetiva o controle ideológico e acesso ao dinheiro público pela iniciativa privada, em detrimento do serviço público, gratuito e estatal.

Consideramos importante trazer para as discussões desta dissertação um aprofundamento histórico das relações estabelecidas entre o público e o privado no Brasil, e as definições e redefinições dessas fronteiras ao longo dos períodos, que vão desde a colonização portuguesa, perpassam pelo Brasil República, indo até o período de redemocratização do país. Esse embate histórico entre as relações público e o privado está vinculado com as pautas de lutas ao longo dos períodos da história do Brasil e de como as leis foram se alterando com o passar do tempo.

Por meio das análises dos períodos históricos, foi possível detectar que as relações entre o público e privado não é algo novo e nem tão fácil de resolver, envolve embates de interesses de vários setores da sociedade, principalmente da burguesia, que coloca o Estado a seu serviço, de modo que seus interesses e demandas sejam atendidos como forma de manutenção do poder econômico, do poder político e da manutenção do seu controle sobre a sociedade.

Os primeiros ensaios sobre a noção de público no Brasil estão relacionados com o período da Proclamação da República, no entanto, foi possível constatar que nesse período estiveram presentes alguns germes dessa concepção, pois a classe dominante brasileira, mesmo após o início do período republicano, manteve práticas oligárquicas herdadas do período colonial e do período Imperial.

Ao longo do século XX, graças às lutas sociais, as relações entre o público e o privado vão se definindo, sendo que o público passa a ser sinônimo de estatal e voltado a atender demandas da população vulnerável, deixada à margem pelo sistema capitalista. Nesse contexto, a noção de público se amplia graças às lutas dos trabalhadores organizados em partidos políticos de viés socialista e anarquista, assim como por meio da organização de sindicatos de trabalhadores e de movimentos sociais, concepção com a qual concordamos e defendemos.

Após o processo de redemocratização do país, as estruturas sociais vão ganhando outros contornos. O acúmulo de lutas e o avanço no processo de mobilização da classe trabalhadora fez com que se fortalecesse no país a consciência e a defesa dos direitos sociais, diretamente ligados à concepção de público, entendido como estatal, também na perspectiva da garantia de condições de atendimento às camadas sociais que demandavam por esses direitos no sistema capitalista. Muitos desses direitos demandados principalmente por trabalhadores estão expressos na Constituição Federal de 1988. Dentre esses direitos, destacamos a educação pública, prevista pelo Estado como direito social, que trouxe consigo uma abertura maior para se falar em gestão democrática e maior participação nas decisões coletivas. A garantia desse direito social não está isolada na Constituição e não é resultado de concessões do Estado, mas de constante mobilização da classe trabalhadora. A Constituição compõe um conjunto de direitos que são resultados das lutas históricas, principalmente das lutas contra a ditadura militar e em defesa da redemocratização do país, nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

Dentro dos estudos em relação à concepção de público e privado no contexto dos direitos sociais, podemos observar que a década de 1980 foi um período de grandes conquistas desse ponto de vista, por mais que estejamos sobre as regras do Estado Burguês e de heranças da classe dominante no Brasil, classe essa que ainda mantém sólidos seus privilégios e suas influências.

Dadas essas considerações iniciais, destacamos também que, assim como a década de 1980 representou grande avanço do ponto de vista das conquistas de direitos, é nesse mesmo período que o Brasil passa a adotar as políticas de cunho neoliberal, demarcadas principalmente pelo Consenso de Washington. Ou seja, ao mesmo tempo em que se avançava as conquistas sociais, a sociedade passa a ser pautada no neoliberalismo.

A garantia do acesso à educação também passou a ser difundida como melhoria na condição de vida, porém essa afirmação enfatiza um certo romantismo de que os problemas da sociedade se resolveriam, quando, na verdade, esse ideário liberal fez a educação se voltar para os fins do mercado. Por mais que aconteceram avanços do ponto de vista da garantia do direito à educação pública, a doutrina do liberalismo tinha os meios para direcionar o projeto de educação nacional para atender aos interesses do mercado. Isso se evidencia na década de 1990 quando o neoliberalismo se estrutura nos programas de governo a partir do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, comandado por Luiz Carlos Bresser Pereira, no contexto do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Se no liberalismo a educação era negada e, por vezes, reprimida (Arroyo, 2004), no neoliberalismo essa problemática se agrava ainda mais. Esse fato, no entanto, não apaga as lutas das classes exploradas pelo sistema capitalista. As ações de negação da educação à classe trabalhadora são confrontadas por lutas populares que são travadas no campo educacional para que, de fato, a educação fosse um direito e um meio de transformação social. Para isso, não bastava somente o acesso à educação, essa teria que ser construída para a formação integral do ser humano, em que o cidadão fosse capaz de pensar, decidir e participar ativamente da vida em sociedade. O conjunto de lutas pelo direito à educação deve ser entendido em um sentido mais amplo. Defender o direito à educação, enquanto formação do indivíduo, vai além de defender a educação somente pela instrução (Arroyo, 2004).

As reformas educacionais amplamente difundidas no Brasil, aliadas à reestruturação capitalista dos anos de 1990, orquestrada por meio do Plano Diretor da Reforma do Estado, caracterizam-se pela introdução de mecanismos da administração gerencialista para a educação pública. A reforma de caráter gerencial impôs para os sistemas educacionais um formato de educação financiada e monitorada por setores privados sob a prerrogativa de que as instituições educacionais não tinham capacidade técnica de administração e gestão de pessoas.

Esse discurso também se baseia na ideologia de que o público é ineficiente, ineficaz, gasta muito e não atende às reais necessidades da população, enquanto o privado, sob a lógica e as normas do mercado, é tido como eficiente, eficaz, de qualidade e com respostas a todos os problemas que o público, via Estado, não dá conta de resolver. Essa defesa, no entanto, omite que, em grande medida, o privado só se mantém por estar financiado e mantido com os recursos públicos.

No que diz respeito à educação, é possível observar que ela passa a sofrer sérias interferências de organismos internacionais que se apresentam com disponibilidade para implementar e monitorar as políticas de governo para a educação pública, colocando-se como

salvadores da pátria, com receituários e cartilhas prontas pensadas para a educação dentro de uma lógica gerencialista e mercadológica.

O projeto pensado pelos neoliberais para escola pública contempla submeter esse serviço à lógica do mercado, já que uma educação que se insere na mercantilização de seus serviços é passível de lucro. As constantes subordinações da educação ao capital estão atreladas às políticas gerencialistas, que tentam transpor para o ambiente educacional a lógica empresarial, um modelo de organização de gestão com interferências claras do mercado.

A fim de cumprir com o objetivo desta pesquisa em analisar as influências do modelo gerencialista empresarial nas propostas das políticas do governo Ratinho Junior para a educação, no período de 2019 a 2022, trilhamos um caminho em que fosse possível identificar as relações do neoliberalismo com o gerencialismo empresarial, nas políticas voltadas para a educação. Conforme apresentado, este estudo demonstrou a massiva presença das entidades privadas na educação paranaense, por meio de acordos de parcerias realizados com a iniciativa privada para desenvolver programas para a educação. Esses acordos e parcerias é que sustentam o modelo gerencialista empresarial transportado do mundo empresarial para a educação pública, sustentado com dinheiro público, com a finalidade de resolver os problemas que supostamente o público não tem competência para resolver, quando, na verdade, os interesses são de controle do processo formativo, controle dos conteúdos e imposição da lógica do mercado, nesse caso, a lógica neoliberal.

As questões que levantamos nesta dissertação não encerram as discussões sobre o gerencialismo empresarial no estado do Paraná, mas abrem a possibilidade de ampliação dos debates em torno da implementação de programas e projetos de concepção gerencialista empresarial, estabelecidos a partir dos princípios neoliberais da responsabilização, da meritocracia e da privatização, evidenciado a partir do avanço das políticas educacionais no estado do Paraná.

O direcionamento que o Estado do Paraná dá para as suas políticas educacionais, no período de 2019 a 2022, responde aos anseios do neoliberalismo. A gestão do governador Ratinho Junior escancarou as portas do Palácio do Iguazu e da Secretaria da Educação para a entrada dos empresários, começando pela nomeação do empresário Renato Feder como Secretário de Educação. A educação pública paranaense, que já havia sido gerida pelas políticas neoliberais, na década de 1990, no Governo de Jaime Lerner, e, nos anos 2010 a 2018, com o Governo Beto Richa, avançou ainda mais rápido para o modelo gerencialista empresarial na Gestão do Governo Ratinho Junior. A gestão da educação pública, nesse contexto, passa por

mudanças significativas na medida em que os empresários ditam os rumos das políticas educacionais.

É possível perceber que a composição da gestão do estado do Paraná, nesse período, encontrava-se alinhada a grandes grupos empresariais, embora Ratinho Junior afirme em seu Plano de Governo que seu objetivo seria pensar estrategicamente e agir democraticamente, isso se torna uma falácia, um *slogan* de campanha que fica na subjetividade. Um *slogan* que usurpa o significado de democracia, pois, o princípio democrático, em sua essência, pressupõe que todos os segmentos da sociedade sejam contemplados nas decisões de interesse público, principalmente os segmentos mais vulneráveis, os segmentos que são vítimas do sistema capitalista pela exploração. Podemos dizer que Ratinho Junior tem, de fato, pensado estrategicamente, porém para atender interesses empresariais, ou seja, interesses privados, já que são inúmeras parcerias, convênios e acordos de cooperação com essas empresas, ao passo que reduz a atuação do estado no sentido público da gestão, afetando, duramente, dentre outras questões, a gestão democrática que foi conquistada na Constituição Federal de 1988.

O ato de diminuir a gestão democrática se insere no contexto de que a democracia é um entrave ao neoliberalismo, que se pauta por comandos que devem ser seguidos, a fim de cumprir metas, receituários e normas, ou seja, os neoliberais precisam de um gerente para seus negócios. Ao adotar essas políticas, o governo do estado e a SEED-PR teriam muitos problemas se mantivessem a gestão democrática pautada pela ampla participação da comunidade escolar e pelo respeito às decisões dessa comunidade. Dificilmente um governo neoliberal, que adota metas elaboradas nos gabinetes, que condiciona o trabalho de diretores a atender tais metas, fundamentados em consultorias de empresários ou de seus gerentes que desconhecem o chão da escola pública, irá tolerar que a comunidade participe da gestão da escola.

A educação pública paranaense está impregnada de grupos empresariais nacionais e internacionais. Cada um a seu modo oferece falsas soluções para os problemas escolares, que antes eram amplamente discutidos nas formações pedagógicas, motivos de pesquisas acadêmicas, embasados em autores conceituados, hoje são colocados em discussões por empresas ligadas ao ramo de cosméticos, bancos, construtoras, cervejarias, lojas de *fast food*, lojas de conveniências, ou seja, setores que entendem de bolsas de valores, de manobras contábeis, de inserção no meio político, a fim de alterarem legislações e precarizarem direitos com o objetivo de acúmulo de riqueza e nada tem a ver com educação pública.

Reforçamos, com esta pesquisa, que a educação paranaense referenciada pelos reformadores empresariais não está baseada em “evidências empíricas consistentes” (Freitas (2012, p. 388)). Essa atitude mostra que esses grupos não estão ancorados na dimensão ética da

construção dos processos pedagógicos. Freitas (2012) ressalta que “praticar política pública sem evidência empírica [...] caracteriza violação da ética, já que não se devem fazer experimentos sociais com ideias pouco consolidadas”. Evidencia-se que no Estado do Paraná as políticas educacionais tomaram caminhos diferentes do que foi traçado na Constituição como princípio para uma educação pública, democrática e de qualidade social, compreendendo a formação plena do indivíduo e não apenas a sua inserção no mercado de trabalho. Um projeto de democratização para a educação pública parte de princípios de construção coletiva, participativa, autonomia dos processos pedagógicos, princípio esses que foram totalmente excluídos das orientações da Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

O chamado gerencialismo empresarial remete a uma gestão promovida por empresários alinhados às agendas neoliberais do livre mercado. Para esses empresários, a lógica empresarial está em tudo, e, embora a gestão das escolas continue sendo pública, essas devem ser direcionadas pela lógica privada. Os denominados reformadores empresariais operam construindo redes de aliança com os grandes empresários vinculados a institutos, fundações e organizações de forma a garantir a dominação das políticas educacionais e sua concepção ideológica.

Esses Institutos e Fundações são oriundos de um processo ideológico que vê a educação como mercadoria, em que tudo pode ser comprado e vendido, transformando as relações educacionais em um campo de negócios rentáveis e promissores, no qual possam ampliar seus lucros e diversificar seus negócios para áreas rentáveis, afinal, os capitalistas não se interessariam por algo que não lhes garanta retorno financeiro ou ofereça risco de prejuízo. Importante destacar que o conteúdo pedagógico e a gestão escolar são submetidos a métodos e produtos comprados pelo governo por meio dessas parcerias com o setor privado, que ora oferecem assessoria, ora vendem produtos, ora controlam o processo e ora englobam todas essas ações, numa complexa e bem-montada rede de serviços e de produtos.

Mediante a um cenário em que o neoliberalismo quer converter tudo e todos em mercadoria, reafirmamos a educação como um bem público e direito social e estatal historicamente conquistado que não está à venda, pois não se compra o aprendizado, não se vende o saber, não se comercializa o acesso e a produção do conhecimento. Defender a educação pública, hoje, equivale a defender a democracia, pois, no sistema capitalista, a educação pública e democrática é o que vai garantir que os filhos da classe trabalhadora tenham acesso ao conhecimento historicamente acumulado e às possibilidades de construção da emancipação humana.

Este modelo de gestão, implementado pelo governo Ratinho Junior fere os princípios da gestão democrática, conquistados por meio da mobilização popular, pois a gestão democrática não condiz com a gestão empresarial, visto que a gestão democrática pressupõe a compreensão do sentido público, enquanto a gestão empresarial consiste nas práticas de interesse privado. A excelência do modelo empresarial que se busca implantar nas políticas de gestão da escola pública apresenta a intencionalidade de minimizar a presença do Estado na execução das políticas públicas para a Educação, assim como para qualquer outro serviço social.

O que está em curso no estado do Paraná não se diferencia do resto do país. Vemos uma crescente reconfiguração das relações entre o público e o setor privado. Freitas (2012) alerta para essas transformações e as define como processo de privatização, diante do avanço e das interferências do setor privado nas escolas públicas. A privatização pode se dar de diversas formas e Tonet (2012) nos lembra que privatização não é uma simples política econômica, mas uma expressão da luta de classes, "ou seja, é o modo como a classe burguesa procura apreender a seu favor a apropriação da riqueza socialmente produzida" (Tonet, 2012, p. 85).

Ainda em Tonet (2012), este ressalta que a apropriação privada da riqueza é própria do sistema capitalista e em torno dela se intensifica a presença do setor privado de caráter mercantil. Desse modo, cresce absurdamente a presença de organismos privados denominados sem fins lucrativos e que, de uma forma ou de outra, acessam o dinheiro público, que deveria ser investido em educação pública, e, de outro lado, intencionalmente crescem as políticas de sucateamento da educação, através de diminuição de recursos e ataque aos trabalhadores da educação, com achatamento salarial e não cumprimento de planos de carreira, terceirizações de funcionários e extinção de cargos de carreira. Em contrapartida, criam-se mecanismos mirabolantes para justificar a falta de investimentos em educação, tais como recompensa, bonificações, recursos pontuais e meritocracia institucionalizada na gestão escolar.

A imposição da lógica mercantil para os sistemas educacionais, em especial o sistema paranaense, objeto de nossa pesquisa, tem como consequência o rebaixamento da educação pública, porém é maquiada por índices, propagandas manipuladas, e controle total dos processos educativos, por meio de monitorias, controle e vigilância dos programas ofertados para a educação pública, frutos de parcerias com institutos, fundações e organizações privadas. Sobre esta prerrogativa, podemos apontar que a SEED/PR utiliza de mecanismos de controle e vigilância e coação para fazer valer seu projeto de sociedade, impactando na autonomia do trabalho docente.

Em Freitas (2014b), encontramos uma lista de ações que os reformadores empresariais utilizam para manter o controle sobre as escolas e que foram identificadas nos programas para a educação paranaense no governo de Ratinho Junior em sua gestão de 2019 a 2022. Dentre essas, podemos elencar ações para provocar o sentimento de que a educação está em crise e somente uma mudança de paradigma com tendências gerencialistas empresariais poderia salvá-la; sensibilizam a população através das mídias com soluções mágicas; centram a qualidade da educação em constantes testes e avaliações, realizando *ranqueamento* de escolas com o objetivo de gerar concorrência; instigam procedimentos meritocráticos nas escolas com divulgação e premiação de alunos por notas, afastam os estudantes do real aprendizado da vida real; fomentam disciplinas voltadas ao empreendedorismo, atacam a classe do magistério e os sindicatos; desenvolvem sistemas de avaliação em larga escala, dificultam os processos de autonomia da gestão escolar e, por conseguinte, criam mecanismos e ferramentas tecnológicas que garantem o controle extremo e a vigilância total dos processos pedagógicos que ocorrem no ambiente escolar. Por último, e não menos importante, esses reformadores financiam intensamente as presenças das fundações e institutos na execução dos programas educacionais do governo, isso quando não são eles próprios que criam associações privadas para garantir dinheiro público direto em suas empresas.

Podemos concluir que essas estratégias compõem métodos mais sutis que os tradicionais, porém o seu funcionamento está atrelado à manipulação ideológica e à disseminação da ideia de que esse modelo educacional seja eficiente, quando na verdade reduz a formação dos filhos da classe trabalhadora a meros executores de tarefas, treinados para ocuparem um lugar no mercado de trabalho de baixa remuneração, sobreviver ao desemprego ou empreender, tolhendo-lhes a formação do pensamento crítico, o acesso ao ensino superior e à educação de qualidade, a qual os filhos da classe dominante acessam.

A educação pública, como um espaço privilegiado de formação para os filhos da classe trabalhadora, não deveria estar voltada aos ditames do mercado e sim à formação humana emancipadora, portanto, faz-se necessário lançar críticas sobre a apropriação ao sistema público de educação pelos organismos privados que se desenvolvem utilizando dinheiro público que deveria ser aplicado na expansão da educação pública e gratuita.

Concordamos com Freitas, ao apontar que “a passagem da escola pública, uma instituição social historicamente construída, para uma organização empresarial de prestação de serviços, insere a escola e a formação da juventude na lógica incerta do livre mercado” (Freitas, 2018, p. 126). A lógica empresarial, além de excludente, gera e alimenta a competição e a concorrência em detrimento da cooperação, da solidariedade e da humanização.

A educação pública ocupa um papel fundamental na sociedade. Obviamente que numa sociedade regida por princípios capitalistas, a depender dos representantes da classe dominante, a educação pública não será prioridade, no entanto, conforme salienta Freitas (2018, p. 128-129), a escola pública “é a única instituição educativa vocacionada a acolher a todos de forma democrática. As dificuldades que ela tem para cumprir essa tarefa devem nos mobilizar para uma luta que a leve a cumprir essa intenção com qualidade e não, pelo oposto, nos leve a apostar na sua destruição”.

Ao longo do desenvolvimento desses estudos e da elaboração desta dissertação, foi possível identificar as relações entre as ações do governo do estado do Paraná (2019-2022) e o que acontece no chão da escola. Há trabalhadores da educação acuados, ameaçados, sufocados, desanimados, desesperançados, adoecidos e amedrontados. Muitos se calaram, outros foram calados, outros tantos perseguidos, muitos outros demitidos. Há ainda os amedrontados, que diante das ameaças e da coação se calam, se retraem e seguem a cartilha político-ideológica do governo do estado. O desenvolvimento desta dissertação envolveu um pouco de tudo isso, inclusive a insegurança de pesquisar e de apontar questões que contrapõem interesses de organizações extremamente poderosas.

Essas sensações e constatações são também parte do projeto de dominação e de controle, pois, a partir do medo, limitam a compreensão do projeto político, econômico, ideológico em curso e com isso abrem caminho para que o avanço daquilo que objetivam se dê de forma mais rápida e sem oposição que possa representar mudança de rota.

Essa relação é tão complexa que observamos que setores que se apresentam como progressistas na sociedade, como o caso do Partido dos Trabalhadores, em nível nacional, tem aliança com o PSD, partido do governador Ratinho Junior. No Paraná, colocam-se como oposição, mas são limitados perante os interesses da administração do executivo federal que não pode ter abalos nos pactos de governabilidade, nas alianças, na frente ampla, agindo, por vezes, como um gato numa loja de cristais.

Por fim, consideramos que há uma complexidade de relações que só serão superadas à medida que forem mais bem compreendidas, o que, por si só, representa um grande desafio, dadas as condições dos trabalhadores da educação que ousam enfrentar a lógica gerencialista empresarial e construir outras relações. Trata-se de uma luta extremamente desigual, mas que deve ser travada. De um lado estão os grandes grupos empresariais, os grandes veículos de comunicação social, como Redes de TV – vale lembrar que Ratinho Junior é filho do dono de uma grande emissora de TV do estado –, de Rádio, de Revistas e de Jornais; e, de outro, os trabalhadores, com mídias alternativas, com sua voz, sua coragem, sua vontade em construir

uma educação verdadeiramente pública, estatal e de qualidade social. Nesse lado está também a Universidade Pública, que, mesmo diante de tantos ataques, de corte de recursos, de criminalização, de corte de direitos, ainda possibilita que estudos como esses sejam possíveis e deem condições para que o rolo compressor do neoliberalismo, que a máquina trituradora do capitalismo seja compreendida e que se construam processos de consciência e de resistência, para quiçá, barrá-lo e quiçá, derrotá-lo, para o bem dos trabalhadores, para o bem da sociedade e para a sobrevivência da humanidade.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T., OLIVEIRA, R. P., & MOCARZEL, M. O público, o privado e o comunitário: Novas categorias administrativas para as escolas brasileiras e a disputa pelo fundo público na educação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.30.7172>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- ADRIÃO, T.; CAMARGO, R. B. A gestão democrática na CF de 1988. *In*: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (orgs.). **Gestão, Financiamento e Direito à Educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007, p. 63-71.
- ALVES, D. B.; GARCIAS, M. de O.; CAMPOS, S. A. C. Infraestrutura das escolas públicas do Paraná: uma aplicação da análise fatorial. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 34, p. e10152, 2023. DOI: 10.18222/ea.v34.10152. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/ea/article/view/10152>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- APOIO à pré-seleção de gestores da educação. **Fundação Lemann**. 09 jan. 2019. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/apoio-a-pre-selecao-de-gestores-da-educacao>. Acesso em: 05 nov. 2023.
- APPEL, M. W. **Educação e poder**. Portugal. Porto Editora. 2001.
- APPEL, M. W. **Educando à Direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.
- ARROYO, M. O Direito do trabalhador à educação. *In*: GOMEZ, C. M.; FRIGOTTO, G.; ARRUDA, M.; NOSELLA, P. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 2004.
- ARROYO, M. Entrevista com sociólogo e educador. Entrevista cedida a Ana Luiza Basílio. **Carta Capital**, 17 set. 2109. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/miguel-arroyo-escolas-militarizadas-criminalizam-infancias-populares/>. Acesso em 15 nov. 2023.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. **Biografia**: Carlos Roberto Massa Junior. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/ratinho-junior>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra. 2006
- BOLTIM, A. C. B. D.; DARCOLETO, C. A. da S.; COSTA, R. C. da; FLACH, S. de F. Relações entre as ocupações Secundaristas e a implantação das escolas cívico Militares no Paraná. *In*: GROppo, L. A.; SALLAS, A. L. F.; SOFIATI, F. M. (orgs). **A presença da felicidade: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016**. Curitiba: CRV, 2022.

BORGES, F. A.; SANTOS, T. S.; CEOLIM, A. J. Práticas Docentes Pós- formação pelo Programa PDE de Matemática. **Alexandria Revista de Educação e Tecnologia**. V.13, n.2, p 167-190. Nov 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.5007/1982-5153.2020v13n2p167>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BOTTOMORE. T. Educação. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983.

BRANDALISE, M. Â. T. Tecnologias de informação e comunicação nas escolas públicas paranaenses: avaliação de uma política educacional em ação. **Educação em Revista**, v. 35, p. e206349, 2019.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854**. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. Brasília: Câmara dos Deputados. 1854.. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Coleção DF**: Manoel Deodoro da Fonseca. Museu Histórico Nacional. Diretório Brasil de Arquivos. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/manoel-deodoro-da-fonseca>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRASIL. **Entenda o MROSC**: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014. Secretaria de Governo da Presidência da República. Brasília: Presidência da República, 2016. 130p.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/92058/constituicao-dos-estados-unidos-do-brasil-46#cap%C3%ADtulo-ii-670>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 nov. 2022.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995. 86p. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015**. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento [...]”. Brasília: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em: [1935.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm#art1). Acesso em: 02 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019a.** Ministério da Educação, Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/decreto-9465-janeiro-2019-ensinomilitar.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2023

BRASIL. **Decreto Nº 10.004, de 5 de setembro de 2019b.** Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 173, p. 2-3, 6 set. 2019b. Disponível em: file:///D:/usuario/Downloads/decreto_n10004_de_5_de_setembro_de_2019_dou_pecim.pdf. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. **LDB:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 5ª ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2021. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/593336/LDB_5ed.pdf. Acesso em: 16 maio 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 11.611, de 19 de julho de 2023.** Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11611.htm. Acesso em: 01 mar 2024.

BRECHT, B. **Poemas 1913-1956.** Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Editora 34, 2000.

BRESSER- PEREIRA, L.C. **A Reforma do Estado dos anos 90:** Lógica e Mecanismos de Controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1, 1997. 58 p. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno01.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRESSER- PEREIRA, L.C. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. **Revista do Serviço Público Ano 50.** Número 4 Out-Dez 1999. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/354/360/1330>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRESSER-PEREIRA, L C. Os primeiros passos da reforma gerencial do Estado de 1995. **Revista Brasileira de Direito Público-RBDP**, Belo Horizonte, ano 6, n. 23, p. 145-186, out./dez. 2008.

BUCHMAN, L. G. M. As consequências do Projeto Neoliberal do governo Ratinho Junior para os estudantes do Paraná. *In:* HORN. G. B. *et al.* (orgs.). **Mercantilização da Educação Pública no Paraná:** Autoritarismo, violência e plataformização do ensino. Curitiba: Platô Editora, 2022.

CALDAS, A. C. No PR, crescem óbitos de professores por covid e sindicato critica aulas presenciais. **Brasil de Fato**, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/23/no-pr-crescem-obitos-de-professores-por-covid-e-sindicato-critica-aulas-presenciais>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CAMILO, M., NEVES, M. C. D., BELONI, B., M., ALESSANDRA DUTRA, A. A necropolítica das Escolas Cívico-Militares do Paraná. **Educere - Revista da Educação da UNIPAR**, Umuarama, v.2 3, n. 3, p. 1128-1151, 2023. Disponível em: DOI: 10.25110/educere.v23i3.2023-007. Acesso em: 23 nov. 2023.

CARRANO, P. Sobre a greve de fome e o silêncio dos canalhas. **Brasil de Fato**, 25 nov. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/25/artigo-sobre-a-greve-de-fome-dos-professores-no-parana-e-o-silencio-dos-canalhas>. Acesso em: 28 nov. 2023.

CARDOSO, T. F. L. A Construção da escola pública no Rio de Janeiro Imperial. **Revista Brasileira de História da Educação**. n. 5, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/issue/view/1388>. Acesso em: 12 ago. 2023.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHASIN, J. **Método dialético**. [1988]. Disponível em: <http://orientacaomarxista.blogspot.com.br/2010/10/metodo-dialetico-jose-chasin.html> Acesso em: 15 jul. 2023.

CHIZZOTTI, A. A Constituinte de 1823 e a educação. In: FÁVERO, O. (org.). **A educação nas constituintes Brasileiras: 1823- 1988**. 3º ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. 2º ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

COM tecnologia e novas metodologias, Paraná reforça ações para manter alunos em sala. **Agência Estadual de Notícias**. 20 abri. 2022. Editoria Educação. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-tecnologia-e-novas-metodologias-Parana-reforca-acoes-para-manter-alunos-em-sala#:~:text=PRESEN%C3%87%C3%94METRO%20%E2%80%93%20Com%20diferentes%20nomes%2C%20masa%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20semana%20a%20semana>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CONHEÇA a Vamos. **Quem somos**. 2023. Disponível em: <https://parceriavamos.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 16 de nov. 2023.

COSTA, E. A. da. **No caminho, com Maiakóvski**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/12763/no-caminho-com-maiakovski>. Acesso em: 22 jun. 2023.

COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República**. 7. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, R. C. da. A práxis marxista e o intelectual orgânico em Gramsci: a emancipação humana como horizonte. **Germinal: Marxismo e educação em Debate**, 2020. v. 11, n. 3, p. 235-247. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v11i3.33635>. Acesso em: 12 jul. 2023.

COSTA, R. C. da. Sob o olhar vigilante do empresário Feder: explorar, vigiar e punir. **Brasil de Fato**, Ponta Grossa-PR, 21 abr. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2021/04/21/opiniaio-sob-o-olhar-vigilante-do-empresario-feder-explorar-vigiar-e-punir>. Acesso em: 02 ago. 2023.

COSTA, R. C. da. O Poder do Povo versus o poder de poucos: A gestão Democrática Preterida pela Gestão pela Gestão empresarial no âmbito Educacional. In: HORN, G. B. *et al.* (orgs.). **Mercantilização da Educação Pública no Paraná: Autoritarismo, violência e plataformização do ensino**. Curitiba: Platô Editora, 2022a.

COSTA, M. C. da. A Inserção de Atores Privados no Sistema Educacional do Estado do Paraná (2019-2022) e a Ressignificação do Direito à Educação. *In: DOMICIANO, C. A. (orgs.) et al. Processos de privatização da educação pública brasileira: diálogos entre pesquisadores.* Itapiranga: Schreibern, 2022b. 272p.

COSTA, R. C. da. A implementação da Reforma do Ensino Médio no Estado do Paraná: o avanço das políticas neoliberais e os ataques à Educação do Campo. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 8, p. 1-23, 2023. DOI: 10.5212/retepe.v.8.21592.002. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/21592>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CSN Inaugura o Ciclo das Privatizações. **Memorial da Democracia**. 1993. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/csn-inaugura-o-ciclo-das-privatizacoes>. Acesso em 15 ago. 2023.

CUNHA, L. A. **Educação e Desenvolvimento Social**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

CUNHA, L. A. **A educação brasileira na primeira onda laica: do Império à República**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2017.

CUNHA, L.A. MEC USAID. *In: centro de pesquisas documentação de história contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-mec-usaid>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

CURY, C. R. J. A educação e a primeira Constituinte Republicana. *In: FÁVERO, O. (org.). A educação nas constituintes Brasileiras: 1823-1988*. 3º ed. Campinas: Autores Associados, 2005a.

CURY, C. R. J. A educação nas Constituições Brasileiras. *In: STEPHANOU, M; BASTOS, M. H. C. (orgs.). Histórias e memórias da educação no Brasil*. 3 volumes. Rio de Janeiro: Vozes, 2005b

CURY, C. R. J. Financiamento da Educação Brasileira: do subsídio literário ao FUNDEB. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1217-1252, out./dez. 2018.

DA MOTTA, V. C.; LEHER, R.; GAWRYSZEWSKI, B. A pedagogia do capital e o sentido das resistências da classe trabalhadora. **SER Social**, [S. l.], v. 20, n. 43, p. 310–328, 2018. DOI: 10.26512/ser-social.v20i43.18862. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18862. Acesso em: 26 out. 2023.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789. Universidade Federal de Santa Maria: Biblioteca Virtual, 2018. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

DEITOS, J. M. **A hegemonia empresarial na educação brasileira: uma análise do Movimento Todos pela Educação**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019

DELAVY, M. A. M. O Professor sujeitoado: o fim do PDE-PR como estratégia do gerenciamento neoliberal na educação pública paranaense, p. 165-177. *In*: HORN, G. B. *et al.* (orgs.) **Mercantilização da Educação Pública no Paraná: Autoritarismo, Violência e Plataformização do Ensino**. Curitiba: Platô Editora. 2022.

DIAS, L. A Aula online como tentativa de disciplinar o professor paranaense, p. 95-105. *In*: HORN, G. B. *et al.* (orgs.) **Mercantilização da educação pública no Paraná: autoritarismo, violência e plataformização do ensino**. Curitiba: Platô Editora. 2022.

DIRETORES de colégios terão bônus condicionados à frequência dos alunos a partir de maio. **Agência Estadual de Notícias do Paraná-AEN**. 29 abr. 2022. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Diretores-de-colegios-terao-bonus-condicionados-frequencia-dos-alunos-partir-de-maio>. Acesso em: 27 nov. 2023.

DIRETORES da rede estadual passam a receber bônus no salário; pagamento depende da frequência escolar. **G1 PARANÁ; RPC Curitiba**. 9 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2022/05/09/diretores-da-rede-estadual-passa-m-a-receber-bonus-no-salario-pagamento-depende-da-frequencia-escolar.ghtml>. Acesso em: 26 nov. 2022.

EVANGELISTA, O. (org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. 1ª ed. Araraquara, São Paulo: Junqueira&Marin, 2014, 288p.

FARIAS, A. M. Conglomerado de aparelhos privados de hegemonia empresariais Lemann e sócios. **Germinal: marxismo e educação em debate**. v. 13, n. 2, p. 735-765, 2021. Disponível em: DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.44302>. Acesso em: 5 nov. 2023

FARIAS, A. M. O Conglomerado de Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais Lemann e sócios na “seleção pública” de pessoas para a gestão educacional do Estado do Paraná. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 18, p. 1–27, 2022. Disponível em: DOI: [10.5212/PraxEduc.v.18.20670.002](https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.18.20670.002). Acesso em: 09 out. 2023.

FERNANDES, Florestan. **O Desafio Educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo, 2006.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. 2004. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>

FLACH, S. F. Contribuições para o debate sobre a qualidade social da educação. **Contexto & Educação**, Ijuí, ano 27, n. 87, p. 4-25, 2012. <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2012.87.4-25>. Acesso em: 20 out. 2023

FLACH, S. de F. A escolha de diretores de escolas e sua relação com o princípio da gestão democrática no ensino público em municípios paranaenses. **Perspectiva**, v. 37, n. 1, p. 316–338, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2019.e51867>. Acesso em: 15 set. 2023.

FLACH, S. de F. O debate em torno da qualidade da educação: interesses em disputa. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 43, n. 121, p. 9-17, set.-dez 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/wCSdjmp5sLWwfFWK6TFsd7H/>. Acesso em: 15 out. 2023 <https://doi.org/10.1590/CC269569>.

FREITAS, L. C. de. Os Reformadores Empresariais da Educação: da Desmoralização do Magistério à Destruição do Sistema Público de Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 02 abr. 2023.

FREITAS, L. C. de. Políticas de responsabilização: entre a falta de evidência e a ética. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 148, p. 348–365, jan. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000100018>. Acesso: 20 out. 2023.

FREITAS, L. C. de. Os Empresários e a Política Educacional: Como o Proclamado Direito à Educação de Qualidade é Negado na Prática pelos Reformadores Empresariais. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 6, n. 1, p. 48–59, 2014a. DOI: 10.9771/gmed.v6i1.12594. Disponível em: Acesso em: 17 jan. 2024.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 129, p. 1085–1114, out. 2014b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014143817>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FREITAS, L. C. de. Três Teses sobre as Reformas Empresariais da Educação: Perdendo a Ingenuidade. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, maio-ago., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016160502>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FREITAS, L. C. de. **A Reforma Empresarial da Educação**: Novas direta, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G. Educação omnilateral. In: CALDART, R. S. *et al.* (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 267-274.

FRIGOTTO, G. Emancipação humana. In: DIAS, A. P. *et al.* (org.). **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.p. 383-389.

FUNDAÇÃO BRAVA *et al.* **Gestão de pessoas no setor público**: atração e seleção para cargos de liderança em governos estaduais. 2020. Disponível em: <https://www.ihumanize.org/wp-content/uploads/2021/08/GPSP-1.-Sistematizacao-dos-Cases-Estaduais.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023

FUNDAÇÃO CAED. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2023. Disponível em: <https://fundacaocaed.org.br/#!/fundacao>. Acesso em: 27 nov. 2023.

FUNDAÇÃO FHC. **Fernando Henrique começa a governar o Brasil**. Acervo FHC e Ruth. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/acervo-fhc-e-ruth/fhc-acao-politica/fernando-henrique-comeca-a-governar-o-brasil>. Acesso em: 27 nov. 2023.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Guia de tutoria pedagógica**. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2014.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Coinvestimento e Filantropia Colaborativa: O Poder das Parcerias**. 2023. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/co-realizadores>. Acesso em: nov. 2023.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. *In*: SILVA, T. T. Da.; GENTILI, P. (org.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. CNTE: Brasília-DF, 1996.

GESTA. **Galeria de Estudos e Avaliação de Iniciativas Públicas**. Disponível em: <https://gesta.org.br/tema/engajamento-escolar/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

GHIRALDELLI, P. Jr. **História da Educação Brasileira**. 4º ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

GOVERNADOR lança programa Presente na Escola para combater evasão escolar. **Agência de Notícias do Paraná**. 27 maio 2019, 15h05. Disponível em <https://www.vvale.com.br/educacao/governador-lanca-programa-presente-na-escola-para-combater-evasao-escolar/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

GOVERNO adia prova para 10 de janeiro prova do PSS para contratação de professores no Paraná. **G1 Paraná**. 11 dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/12/11/governo-adia-prova-para-do-pss-para-contratacao-de-professores-no-parana-para-10-de-janeiro.ghtml>. Acesso em: 28 nov. 2023.

GRATIFICAÇÃO atrelada a frequência não combate evasão e divide escolas. **APP-Sindicato**. 2022. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/gratificacao-atrelada-a-frequencia-nao-combate-evasao-e-divide-escolas/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

GRATIFICAÇÃO a diretores que reduzirem abandono escolar chegará aos colégios menores. **Agência Estadual de Notícias**. Governo do Estado do Paraná. 16 fev. 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Audio/Gratificacao-diretores-que-reduzirem-abandono-escolar-chegara-aos-colegios-menores>. Acesso em: 12 nov. de 2023.

GRESPLAN, J. **Marx: Uma Introdução**. 1º Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

GRISON, E. M.; HORN G. B.; MAESO, B. E. A. “Outubros em abril”: currículo, cultura e saúde mental e os docentes e as escolas públicas paranaenses, p. 178-195. *In*: HORN, G. B. *et al.* (orgs.). **Mercantilização da educação pública no Paraná: autoritarismo, violência e plataformização do ensino**. Curitiba: Platô Editora. 2022.

GRUPO de Estudos Formadores em Ação. Governo do Estado do Paraná. **Boas Práticas ODS**. 2023. Disponível em: <https://www.boaspraticasods.pr.gov.br/Iniciativa/Grupo-de-Estudos-Formado-res-em-Acao>. Acesso em: 26 nov. 2023.

GRUPO de professores ocupa prédio administrativo da ALEP e pede revogação de edital do PSS. **G1 Paraná**, 18 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/11/18/grupo-de-professores-ocupa-predio-administrativo-da-alep-e-pede-revogacao-de-edital-do-pss.ghtml>. Acesso em: 28 nov. 2023.

HORN, G. B; Apresentação. *In*. HORN, G. B. *et al.* (orgs). **Mercantilização da Educação Pública no Paraná: Autoritarismo, Violência e Plataformização do Ensino**. Curitiba: Platô Editora. 2022.

HORTA, J. S. B. A constituinte de 1934: Comentários. *In*. FÁVERO, O. (org.). **A educação nas constituintes Brasileiras: 1823-1988**. 3º ed. Campinas SP. Autores Associados 2005.

MASSA JUNIOR, C. R., **Paraná 2022: Plano de Governo**. Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos-governo-parana>. Acesso em: 05 nov.2023.

LAVAL. C. **A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEHER. R. Reforma do Estado: O Privado contra o Público. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1. p. 203-228, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000200003>. Acesso em: 10 jul. 2023.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, v. 38. n. 1, São Paulo, 2012 p. 13-28. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011005000001>. Acesso em: 14 ago. 2023.

MARTINS, J. de S. **O poder do atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K., ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. Navegando Publicações Campinas, SP: Navegando, 2011.

MARX K., ENGELS. F. **Manifesto comunista**. 1. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2021.

MATTEUCCI, N., 1998: verbete “República”. *In*: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; G. PASQUINO. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

MENANDRO, H. Reformas de base. *In*: Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-carioca>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MENDES, A. A. P.; HORN, G. B.; REZENDE, E. T. de. As políticas neoliberais e o pragmatismo gerencial na educação pública paranaense. **Roteiro**, [S. l.], v. 45, p. 1–24, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/22393>. Acesso em: 20 set. 2022.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

O PROGRAMA. **O que é o Programa Aprender Valor?** Aprender Valor. Disponível em <https://aprendervalor.caeddigital.net/#!/programa>. Acesso em: 30 set. 2023.

OLIVEIRA, R. P. de. A educação na Assembleia Constituinte de 1946. *In*: FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes Brasileiras: 1823-1988**. 3. ed. Campinas SP. Autores Associados 2005.

OSTROWIECKI, A., FEDER, R. **Carregando o elefante**: como livrar-se do peso que impede os brasileiros de decolar. 7. ed. São Paulo: Hemus, 2007.

PALÚ, J.; ARBIGAUS, J. de S. Expansão da Privatização na/da Gestão Educacional das Redes Estaduais de Ensino Brasileiras: Agentes e Intencionalidades. *In*: DOMICIANO, C. A. *et al.* (orgs.). **Processos de privatização da educação pública brasileira**: diálogos entre pesquisadores. Itapiranga: Schreibern, 2022. 272 p.

PARANÁ. Protocolo nº 15.527.113-2/18, de 06 de janeiro de 2019. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR: Poder Executivo, 2019.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SEED nº 2.857-02/07/2021**. Estabelece os procedimentos complementares referentes à atuação, atribuições e competências do Diretor e do Diretor Auxiliar das instituições de ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, Curitiba: SEED-PR, 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Tutoria Pedagógica**. Curitiba: SEED-PR, 2023a. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/tutoria_pedagogica. Acesso em: 12 out. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Governo do Estado do Paraná**. Curitiba: SEED-PR, 2023b. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br>. Acesso em: 02 ago. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Parcerias, Convênios e Doações da Seed-PR**. Curitiba: SEED-PR. 2023c. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Convenios>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PARANÁ. **Formadores em Ação**: Editais. Escola Digital. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Curitiba: SEED-PR, 2023d. Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/formadores_acao/editais_ Acesso em: 15 ago. 2023.

PARANÁ terá 312 escolas estaduais cívico-militares em 2024. **Agência Estadual de Notícias**. Governo do Estado do Paraná. 2023e. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-tera-312-escolas-estaduais-civico-militares-em-2024>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Programa Presente na Escola. **Apresentação**. Governo do Estado do Paraná. Curitiba: SEED-PR. 2023f. Disponível em: <https://www.presentenaescola.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Boas Práticas**. Gesta. Governo do Estado do Paraná. Curitiba: SEED-PR. 2023g. Disponível em: <https://www.presentenaescola.pr.gov.br/Pagina/Boas-Praticas>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Programas**. Curitiba, SEED, Curitiba: SEED-PR. 2023h. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Pagina/Programas-e-Projetos>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Colégios Cívico-Militares. Curitiba: SEED-PR. 2023i. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/colegios_civico_militares. Acesso em: out. 2023.

PARANÁ. **Edital n.º 101/2023 – GS/SEED**. Torna pública a relação das instituições de ensino que realizam o processo de Consulta Pública à comunidade escolar para a implementação do Programa dos Colégios Cívico-Militares do Paraná. SEED-PR. 2023j. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/colegios_civico_militares/editais#:~:text=Edital%20n.%C2%BA%20101%2F2023,contida%20no%20Anexo%20deste%20Edital. Acesso em: 17 nov. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Consulta pública: 82 dos 126 colégios optam pelo modelo cívico-militar para 2024. **Agência Estadual de Notícias**. Governo do Estado do Paraná. 30 nov. 2023k. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Consulta-publica-82-dos-126-colegios-optam-pelo-mode-lo-civico-militar-para-2024>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Prova Paraná**: avaliação diagnóstica. SEED-PR. 2023l. Disponível em: <https://www.prova-parana.pr.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2023.

PARO, V. H. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. *In*: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (org.). **Gestão, Financiamento e Direito à Educação**: análise da LDB e da Constituição Federal. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007, p. 73-81.

PEREIRA, F. M. **Traços Genealógicos nas denúncias de corrupção no segundo Governo Beto Richa**. Universidade Federal do Paraná, 2018 Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/nep.v4i1.60230>. Acesso em: 23 ago. 2023.

PERONI, V. M. V. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. *In*: PERONI, V.; BAZZO, V.L.; PEGORARO, L. (Org.). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**: entre o público e o privado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PERONI, V. M. V., Mudanças no papel do Estado e políticas públicas de educação: notas sobre a relação público/privado. *In*: PERONI, V. M. V.; ROSSI, A. J. (orgs.). **Políticas educacionais**

em tempos de redefinições no papel do Estado: implicações para democratização da educação. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2011.

PERONI, V. M. V. (Org). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação.** São Leopoldo: Oikos, 2015.

PERONI, V. M. V; OLIVEIRA, C.M.B.de O. O Marco Regulatório e as Parcerias Público-Privadas no Contexto Educacional. **Práxis Educacional.** 2019. Vitória da Conquista, Bahia, v. 15, n. 31, p. 38-57. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.22481/praxis.v15i31.4657>. Acesso em: 14 nov. 2023.

PERONI, V. M. V., LIMA, P. V. de. A educação básica no contexto de avanço neoliberal, neoconservador e neofascista: a conjuntura atual e os desafios para a democratização da educação. **Revista Educere Et Educare**, v. 18, n. 47, Dossiê AnpedSul, 2023. DOI: 10.48075/educare.v18i47.30213.

PIMENTA, Â. M. F; RAMOS, J. B.; SANTAROSA, R. S. D. Uso de plataformas digitais no ensino de língua portuguesa: a negação da perspectiva interacionista de linguagem e o fim da autonomia docente. *In:* HORN. G. B. *et al.* (orgs.). **Mercantilização da educação pública no Paraná:** autoritarismo, violência e plataformização do ensino. Curitiba: Platô Editora. 2022.

PINHEIRO, F. P. O público e o Privado na educação: Um conflito fora de moda? *In:* FÁVERO, O. (org.). **A educação nas constituintes Brasileiras:** 1823-1988. 3. ed. Campinas SP: Autores Associados 2005.

PIRES, D. de O; PERONI, VIDAL, V. M. Apresentação Dossiê Temático: As parcerias entre o poder público e o terceiro setor: implicações para a democratização da educação. **Práxis Educacional.** 2019. v. 15, n. 31, jan./mar. 2019.

POLITZER, G. **Curso de filosofia:** princípios fundamentais. 2. ed. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

PRIMO, P. **Políticas e a Gestão da Educação:** Um Estudo Sobre o Programa de Tutoria Pedagógica na Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná (2019 - 2020). Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021. p. 337.

PROFESSORES do Paraná desocupam ALEP e iniciam greve de fome em defesa da educação pública. **ANDES Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior.** 19 nov. 2020. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/professores-do-parana-desocupam-alep-e-iniciam-greve-de-fome-em-defesa-da-educacao-publica1>. Acesso em: 10 nov. 2023.

PUBLIX IDEIAS. **Desenvolvimento da educação Brasileira.** Brasília-DF, 2019. Diretor: Alexandre Borges Afonso. Disponível em: <https://institutopublic.com.br/desenvolvimento-da-educacao-brasileira/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FEDER, R. **Every Body Wiki.** Biografia. 2023. Disponível em: https://pt.everybodywiki.com/RenatoFeder#google_vignette. Acesso em: 21 ago. 2023.

REUNIÃO entre sindicato e governo termina sem acordo sobre PSS para professores no Paraná. **G1 Paraná,** 19 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/11/19/>

reuniao-entre-sindicato-e-governo-termina-sem-acordo-sobre-pss-para-professores-no-parana. ghtml. Acesso em: 28 nov. 2023.

RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

ROCHA, M. B. M. da. Tradição e Modernidade na Educação: O Processo Constituinte de 1933-34. In: FÁVERO, O. (org.). **A educação nas constituintes Brasileiras: 1823 – 1988**. 3.ed. Campinas SP. Autores Associados 2005.

SANFELICE, J. L. Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC. **Educ. Soc.**, 2003. v. 24, n. 85, p. 1391-1398, dez. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000400015>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SÃO PAULO. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo: Rubens Paiva. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo-ALESP**. 2023. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/comissoes/comissao-da-verdade/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SANTANA, E. Carlos Massa Ratinho Junior é empossado como governador do Estado na Assembleia Legislativa. **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**. 1 jan. 2019. Disponível em: <http://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/carlos-massa-ratinho-junior-e-empossado-como-governador-do-estado-na-assembleia-legislativa>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SAVIANI, D. **A Nova Lei da Educação: Trajetórias, Limites e Perspectivas**. 12º edição. Campinas -SP, 2011.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica**, quadragésimo ano novas aproximações. São Paulo: Editores Associados, 2019.

SCAFF, E. A. da S. Plano Estadual de Educação do Paraná: desmonte da coordenação federativa e fragilidade da interface socio estatal. **Educação e Pesquisa**, v. 49, 2023. Disponível em: DOI: 10.1590/S1678-4634202349256316port. Acesso em: 13 nov. 2023.

SHIROMA, E. O. Política de profissionalização aprimoramento ou desintelectualização do professor? **InterMeio** - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, v. 9, n. 17, p. 64-83, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2605>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SHIROMA, E. O. Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualizações nas formas de gestão de professores. **Perspectiva**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 127-160, 2011. Disponível em: DOI: 10.5007/2175-795X.2011v29n1p127. Acesso em: 5 nov. 2023.

SHIROMA, E. O. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das organizações multilaterais. **Momento-Diálogos em Educação**. 2018.v. 27, n. 2, p. 88-106. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/momento.v27i2.8093>. Acesso em: 23 set. 2022.

SILVA, T. F.; FRANCESCON, P. K. Educação em tempos de pandemia: uma análise do Aula Paraná. **Educação em Análise**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 222–242, 2022. Disponível em: DOI: 10.5433/1984-7939.2022v7n1p222. Acesso em: 13 nov. 2023.

SILVA JUNIOR, S. B. da. Prova Paraná: controle, meritocracia e responsabilização, p. 76-93. In: HORN, Geraldo Balduino *et.al* (orgs.). **Mercantilização da educação pública no Paraná: autoritarismo, violência e plataformização do ensino**. Curitiba: Platô Editora. 2022.

SILVA, J. C. **A Escola Pública no Brasil: Problematizando a questão**. UEPG Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguagens, Letras e Artes, Ponta Grossa, 15 dez. 2007.

SILVA, K. V.; SILVA M. H. Verbete Neoliberalismo. **Dicionário de conceitos históricos**. 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, A. P. da. **Os processos da Gestão Democrática da Educação Básica no Contexto do Sistema de Ensino Público no Estado do Paraná**. 2020. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020.

38 MIL paranaenses já perderam a vida em decorrência da Covid 19. **SIMEPAR**, Curitiba. 2021. Disponível em: <https://simepar.org.br/38-mil-paranaenses-ja-perderam-a-vida-em-decorrenca-da-covid-19/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SOUZA, T. G. de. **Privatização na educação básica do Paraná: análise sobre a atuação de empresas educacionais e sistemas privados de ensino**. 2021. 662 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de pós graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, Maringá Biblioteca Depositária: BCE - Biblioteca Centrada da UEM. 2021.

TAVARES, A. C. C. *et al.* **O fórum nacional em defesa da escola pública – FNDEP na agenda política brasileira de 1988**. VI CONEDU – v. 1. Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 2587-2603. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65499>. Acesso em: 20 ago. 2023.

TECNOLOGIA e integração vão combater evasão nas escolas do Paraná. **Agência Estadual de Notícias**. 27 maio 2019. Editoria Educação. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Tecnologia-e-integracao-va-combater-evasao-nas-escolas-do-Parana>. Acesso em: 09 nov. 2023.

TONET, I. **Educação contra o Capital**. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

VIEIRA, S. L., FARIAS, I. M. S de. **Política Educacional no Brasil: Introdução histórica**. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2011.

VIEIRA, S. L. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1469>. Acesso em: 13 ago. 2023.

XAVIER, L. N. Dossiê: O Público e o Privado na Educação Brasileira. **Revista brasileira de história da educação**, nº 5 jan./jun., 2003. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/issue/view/1388>. Acesso em: 13 ago. 2023.

XIMENES, S. B.; STUCHI, C. G.; MOREIRA, M. A. M. A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 612, 2019. DOI: 10.21573/vol35n32019.96483. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/96483>. Acesso em: 04 fev. 2024.

ZAN, D.; KRAWCZYK, N. Ataque à escola pública e à democracia: notas sobre os projetos em curso no Brasil. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 607–620, 2020. DOI: 10.22420/rde.v13i27.1032. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1032>. Acesso em: 04 fev. 2024.

**APÊNDICE A – TESES E DISSERTAÇÕES LEVANTADAS A PARTIR DAS
ANÁLISES DAS PRODUÇÕES REFERENTES ÀS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS BRASILEIRAS**

Quadro 5 – Teses e dissertações sobre neoliberalismo, gerencialismo, empresariamento nas políticas educacionais brasileiras disponíveis no Banco de teses e dissertações da CAPES, no período: 2018 a 2023

(continua)

Tipo de trabalho/Título		Autor/ Ano	Orientador/ Programa	Temática/Palavras-Chave
T- Tese / D- Dissertação				
T-01	Título: A Influência do Gerencialismo e da Performatividade na Gestão das Escolas de Educação Básica.	Autor: Haroldo Andriguetto Junior Ano: 2020	Orientadora: Profa. Dra. Maria Lourdes Gisi. Programa: Pós-Graduação em Educação PUC/PR Local: Curitiba/PR	Buscou analisar como manifesta-se a influência da lógica performativa e gerencialista nas práticas de gestão das escolas de educação básica de Curitiba e região metropolitana. O Pesquisador realizou uma análise da implementação da lógica da administração empresarial nas instituições escolares (Junior, 2020). Palavras-Chave: Gerencialismo; Performatividade; Gestão educacional.
T-02	Título: A Gestão da Escola de Educação Básica na Contemporaneidade: Os Efeitos das Contradições nas Políticas Educacionais.	Autor: Paulinho Vogel Ano: 2018	Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Eyng Programa: Pós-Graduação em Educação PUC/PR Local: Curitiba/PR	Problematiza a gestão da escola de educação básica, considerando elementos das políticas educacionais que produzem a dispersão das intencionalidades educativas e impactam no trabalho da gestão. A pesquisa reforça a tese de que as contradições existentes nas concepções de gestão e na função da escola de educação básica na efetivação das políticas educacionais básicas (Vogel, 2018). Palavras-Chave: Políticas Educacionais; Gestão Educacional; Função da Escola; Pós-Modernidade.
T-03	Título: Parcerias Público-Privadas Nas Políticas para Formação Continuada de Professores do Ensino Médio: Mercantilização da Educação Pública Brasileira.	Autor: Adilson Luiz Tiecher Ano: 2020	Orientadora: Profa. Dra. Romilda Teodora Ens Programa: Pós-Graduação em Educação PUC/PR Local: Curitiba/PR	Essa pesquisa analisa as Parcerias Público-Privadas (PPP) nas políticas de formação dos professores que atuam no Ensino Médio brasileiro, em especial a partir do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, de 2007, que mobilizou o empresariado nacional para reorganizar a educação pública (Tiecher, 2020). Palavras-Chave: Política Educacional. Parceria Público-Privada. Ensino Médio. Formação continuada de professores. Mercantilização da educação pública.
T-04	Título: A performatividade e o trabalho docente na escola pública: concepções e alguns de seus efeitos	Autor: Susana Schneid Scherer Ano: 2020	Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Cóssio Programa: Pós-Graduação em Educação: UFPEL Local: Pelotas/RS	Teve como objetivo investigar os efeitos da performatividade, no contexto das políticas educacionais, sobre o trabalho docente na escola pública. O conceito de performatividade é desenvolvido pelo pesquisador inglês Stephen Ball com vistas a exprimir a cultura de desempenhos disseminada como método político para transformar as subjetividades e consolidar uma concepção de professor, educação e sociedade de mercado (Scherer, 2020).

Quadro 5 – Teses e dissertações sobre neoliberalismo, gerencialismo, empresariamento nas políticas educacionais brasileiras disponíveis no Banco de teses e dissertações da CAPES, no período: 2018 a 2023

(continuação)

Tipo de trabalho/Título		Autor/ Ano	Orientador/ Programa	Temática/ Palavras-Chave
T- Tese / D- Dissertação				
T-04				Palavras-Chave: Políticas educacionais; Performatividade e gerencialismo; Escola pública; Trabalho docente.
T-05	Título: Gerencialismo, Responsabilização e o Trabalho do Diretor de Escola: Adesões e Resistências	Autor: Iraci José Francisco Ano: 2022	Orientador: Prof. Dr. Evaldo Piolli Programa: Pós-Graduação em Educação- UNICAMP Local: Campinas/SP	A presente pesquisa buscou analisar a reconfiguração do trabalho do diretor de escola, as adesões e resistências desses profissionais, diante das políticas educacionais implantadas no sistema público estadual de ensino empregadas pela Seduc/SP, em parceria com o setor empresarial (Francisco, 2022). Palavras-Chave: Diretores de escola; Gerencialismo; Responsabilização; Sofrimento; trabalho; Gestão educacional.
T-06	Título: Preceitos Privados de Gestão na esfera da Escola Pública da Rede de Ensino Manaus-AM	Autor: Edilberto Santos Moura Ano: 2022	Orientadora: Prof. Dra.: Arminda Rachel B. Mourão Programa: Pós Graduação em Educação- (UFAM) Local: Manaus/ AM	Tem como objetivo principal analisar como é feita a implantação do modelo de gestão gerencial na rede de ensino de Manaus no recorte temporal de 2013 a 2020 alinhado com os interesses das políticas neoliberais (Moura, 2022). Palavras-Chave: Gestão democrática; Qualidade; Público Privado; Gerencialismo; Contradição
T-07	Título: Educação Básica Em Disputa: O Jogo dos Empresários no Mercado Mundial do Conhecimento no Século XXI	Autora: Camila Azevedo Souza Ano: 2019	Orientadora: Profa. Dra. Sonia Maria Rummert Programa: Pós-Graduação em Educação- UFF Local: Niterói/ RJ	A presente pesquisa buscou evidenciar a disputa pela educação básica no jogo dos empresários no mercado mundial do conhecimento, apreendendo o modus operandi da empresa internacional de consultoria McKinsey & Company na consolidação de vínculos estratégicos com intelectuais orgânicos que protagonizam o movimento contemporâneo da mundialização da educação, com destaque para as repercussões no Brasil e em Portugal (Souza, 2019). Palavras-Chave: trabalho e educação; consultocracia; mercantilização da educação.
T- 08	Título: EdTech e a Plataformização da educação	Autora: Paula Alves Pereira da Silva Ano: 2022	Orientadora: Profa. Dra. Raquel Goulart Barreto	Este estudo investiga as EdTech, empresas que oferecem serviços envolvendo uso de tecnologia destinada a educação, analisando sua inscrição no atual contexto marcado pela centralidade das tecnologias da informação e comunicação (TICs) na educação e

Quadro 5 – Teses e dissertações sobre neoliberalismo, gerencialismo, empresariamento nas políticas educacionais brasileiras disponíveis no Banco de teses e dissertações da CAPES, no período: 2018 a 2023

(continuação)

Tipo de trabalho/Título		Autor/ Ano	Orientador/ Instituição	Temática/ palavras-chave
T- Tese / D- Dissertação				
			<p>Programa: Pós-Graduação em Educação - UERJ</p> <p>Local: Rio de Janeiro/ RJ</p>	<p>buscando identificar sua correlação com o fenômeno da plataformização da educação (Silva, 2022).</p> <p>Palavras-Chave: EdTech; Plataformização da educação; Aprendizagem; Neotecnicismo.</p>
T- 09	<p>Título: A participação do setor empresarial na política educacional brasileira e a discussão da qualidade na educação</p>	<p>Autora: Joselaine Andreia de Godoy Stenico</p> <p>Ano: 2019</p>	<p>Orientadora: Profa. Dra. Joyce Mary Adam</p> <p>Programa: Pós-Graduação em Educação - UNESP</p> <p>Local: Rio Claro/ SP</p>	<p>Esta tese analisa a participação do empresariado na definição das políticas educacionais no Brasil e a relação com o discurso da qualidade. Mais especificamente, as reflexões e análises incidem sobre a mobilização dos Organismos Internacionais e do projeto de educação proposto pelos “Todos Pela Educação” (TPE) no domínio da educação e a respectiva relação com o discurso da qualidade educacional e a participação empresarial nesse contexto (Stenico, 2019).</p> <p>Palavras-Chave: Qualidade educacional; Políticas Públicas Educacionais; Empresariado e educação; Educação e trabalho</p>
T-10	<p>Título: Gestão Democrática como Dispositivo Gerencialista</p>	<p>Autor: Rudnei Joaquim Martins</p> <p>Ano: 2020</p>	<p>Orientadora: Profa. Dra. Valéria Silva Ferreira</p> <p>Programa: Pós-Graduação em Educação- UNIVALI</p> <p>Local: Itajai/SC</p>	<p>A presente pesquisa defende a tese de que a gestão democrática da educação básica, nos documentos oficiais após a Constituição Federal de 1988, apresenta-se como dispositivo de segurança gerencialista utilizado pelo Estado para atingir a sua governamentalidade (Martins, 2020).</p> <p>Palavras-Chave: Governamentalidade; Gestão democrática; Gerencialismo; Dispositivo de segurança.</p>
D-11	<p>Título: Pensamentos (Neo)Liberais sobre Educação: Uma Análise da Produção Discursiva do Instituto de Estudos Empresariais (1994-2020)</p>	<p>Autor: Joao Abel Pasini Leandro</p> <p>Ano: 2021</p>	<p>Orientadora: Profa. Dra. Viviane Klaus</p> <p>Programa: Pós-Graduação em Educação - UNISINOS</p> <p>Local: São Leopoldo /RS</p>	<p>Esta dissertação teve como objetivo narrar de que forma o Fórum da Liberdade de Porto Alegre tornou-se um dos principais produtores de discursos neoliberais no Brasil contemporâneo através de suas práticas discursivas relacionadas à Educação, engendradas pela série de livros Pensamentos Liberais. Abordou as o discurso das reformas empresariais e os efeitos nas concepções de educação (neo)liberal no campo educacional brasileiro (Leandro, 2021).</p> <p>Palavras-Chave: Think tanks; Comunidade: escolar; Política; Economia; Discurso.</p>

Quadro 5 – Teses e dissertações sobre neoliberalismo, gerencialismo, empresariamento nas políticas educacionais brasileiras disponíveis no Banco de teses e dissertações da CAPES, no período: 2018 a 2023

(continuação)

Tipo de trabalho/Título		Autor/ Ano	Orientador/ Instituição	Temática/ palavras-chave
T- Tese / D- Dissertação				
D-12	Dissertação: “Os Processos da Gestão Democrática da Educação Básica no Contexto do Sistema de Ensino Público no Estado do Paraná”	Autor: Adriane Pinheiro da Silva Ano: 2020	Orientadora: Profa. Dra. Romilda Teodora Programa: Pós-Graduação em Educação- (PUCPR) Local: Curitiba/ PR	O presente trabalho de dissertação tem o objetivo de analisar os processos de participação que materializam a gestão democrática do ensino público na estrutura organizacional e administrativa do estado do Paraná (Silva, 2020). Palavras-Chave: Gestão Democrática; Ensino Público; Participação; Formação.
D-13	Título: Política e Gestão da Educação em Tempo Integral: A Participação da Fundação Itaú Social	Autor: Thamires Ciappina Ano: 2019	Orientadora: Profa. Dra. Elma Julia Gonçalves de Carvalho Programa: Pós-Graduação em Educação- UEM Local: Maringá/PR	O objetivo desta pesquisa é analisar a nova arquitetura da gestão da educação em tempo integral (ETI) proposta pela Fundação Itaú Social (FIS), a fim de compreender como as parcerias entre o setor público e o privado estão sendo materializadas na educação básica pública brasileira (Ciappina, 2019). Palavras-Chave: Educação; Política e Gestão em Educação; Educação em Tempo Integral; Parceria Público e Privada; Fundação Itaú Social.
D-14	Título: A Mercantilização da Educação Pública: A OSCIP “Parceiros da Educação”	Autor: Davi Ferreira Nogueira Ano: 2021	Orientadora: Profa. Dra. Maria Ciavatta Programa: Pós-Graduação em Educação - UFF Local: Niterói/ RJ	A pesquisa busca verificar que a educação básica pública vem sofrendo uma ofensiva de mercantilização e privatização orquestradas pelas frações do empresariado, numa conjuntura advinda da consolidação e expansão da reestruturação produtiva segmentada pela contrarreforma neoliberal da década de 1990. Demonstra a articulação da classe dominante para a formulação de políticas educacionais, bem como do seu caráter vinculado com a agenda neoliberal de mercantilização e desmonte dos serviços públicos, contribuindo para o sucateamento das instituições educacionais e a precarização do trabalho (Nogueira, 2021). Palavras-Chave: Empresariamento da educação pública; Aparelhos Privados de Hegemonia; Mercantilização da educação.
D-15	Título: Empresariamento da Educação e Formação Continuada de Professores: Um Estudo sobre os	Autora: Lilian Fabiana Ribeiro Nascimento Garcia	Orientadora: Profa. Dra. Viviane Klaus Programa: Pós Graduação em Educação -	Pesquisa realizada através de análise documental de dezessete relatórios da Fundação Lemann e entre os principais achados destacam-se: a desapropriação dos saberes docentes e a transformação dos professores em executores de manuais didáticos; a reconfiguração do

Quadro 5 – Teses e dissertações sobre neoliberalismo, gerencialismo, empresariamento nas políticas educacionais brasileiras disponíveis no Banco de teses e dissertações da CAPES, no período: 2018 a 2023

(continuação)

Tipo de trabalho/Título		Autor/ Ano	Orientador/ Instituição	Temática/ palavras-chave
T- Tese / D- Dissertação				
D-15	Projetos Desenvolvidos pela Fundação Lemann (2002-2018)	Ano: 2021	UNISINOS Local: São Leopoldo /RS	conteúdo próprio da educação a partir do empresariamento da educação; a performatividade e a cultura do desempenho como indicativos da suposta “qualidade” educacional (Garcia, 2021). Palavras-Chave: Formação de Professores; Performatividade; Fundação Lemann; Empresariamento da educação.
D-16	Dissertação: Políticas Curriculares para a Educação Básica: A Participação do ‘Terceiro Setor’: Atuação do Movimento pela Base Nacional Comum e Redes Políticas (2013-2018)	Autora: Andressa Garcia de Macedo Ano: 2021	Orientadora: Profa. Dra. Jani Alves da Silva Moreira Programa: Pós-Graduação em Educação – UEM Local: Maringá/ PR	O objetivo é analisar a participação e a influência do terceiro setor na formulação da política curricular para a Educação Básica, a fim de compreender a atuação e a influência da rede de política, a partir da atuação da Organização Não Governamental Movimento Pela Base Nacional Comum (MPB) (Macedo, 2021). Palavras-Chave: Política Curricular; Movimento Pela Base Nacional Comum; Terceiro Setor; Educação Básica; Privatização da educação.
D-17	Título: Instituto Ayrton Senna: Proximidades e Contradições da Atuação Empresarial na Educação Pública no Brasil.	Autora: Adriana Alvares de Lima Depieri Ano: 2019	Orientadora: Dra. Lisete Regina Gomes Arelaro Programa: Pós-Graduação em Educação-USP Local: São Paulo/ SP	Esta pesquisa investigou a atuação do Instituto Ayrton Senna (IAS) no cenário político brasileiro como uma organização de uma fração da classe dominante e sua estratégia de atuação na educação pública do Brasil. Buscou, por meio de fontes documentais produzidas pelo próprio Instituto Ayrton Senna e uma rica e volumosa literatura produzida sobre a atuação do IAS compreender a formação histórica de instituições de caráter privado e sua intrínseca relação com o Estado (Depieri, 2019). Palavras-Chave: Educação pública; Empresários e a educação; Instituto Ayrton Senna; Privatização; São Paulo.
D-18	Título: Financeirização da Educação Básica: tendências no período 2010-2019	Autora: Hellen Balbinotti Costa Ano: 2020	Orientador: Prof. Dr. Roberto Leher Programa: Pós-Graduação em Educação-UERJ Local: Rio de Janeiro/ RJ	Esta dissertação tem como objetivo investigar a migração de conglomerados educacionais para o segmento da Educação Básica. A partir da não autorização da fusão entre Kroton e Estácio, barrada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e da crise do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies),

Quadro 5 – Teses e dissertações sobre neoliberalismo, gerencialismo, empresariamento nas políticas educacionais brasileiras disponíveis no Banco de teses e dissertações da CAPES, no período: 2018 a 2023

(conclusão)

Tipo de trabalho/Título		Autor/ Ano	Orientador/ Instituição	Temática/palavras-chave
T- Tese / D- Dissertação				
				<p>especialmente a partir de 2015, mercadológicas destes grupos, e de outras grandes corporações sob o controle de fundos de investimentos, como a expansão para o segmento de educação à distância e aquisições de escolas e produtos voltados para a Educação Básica (Costa, 2020).</p> <p>Palavras-Chave: Financeirização da Educação. Educação Básica. Políticas públicas. Mercantilização da Educação.</p>
D-19	<p>Título: “Onde tem Base, tem Movimento” Empresarial: Análise da Atuação dos Atores Privados do Movimento Todos pela Base nas Redes Públicas Estaduais da Região Sudeste.</p>	<p>Autora: Andresa Cóstola</p> <p>Ano: 2021</p>	<p>Orientadora: Profa. Dra. Raquel Fontes Borghi</p> <p>Programa: Pós-Graduação em Educação-UNESP</p> <p>Local: Rio Claro/SP</p>	<p>A pesquisa tem como objetivo investigar a atuação dos atores privados que compõe o Movimento Todos pela Base (MBNC) nas redes públicas estaduais de ensino da Região Sudeste, no período de 2013 a 2019, trazendo ao debate as influências que o setor privado tem causado na construção e significação do currículo nesse momento atual de reforma curricular (Cóstola, 2021).</p> <p>Palavras-Chave: Privatização; Reformadores empresariais; Currículo; Base Nacional Comum Curricular.</p>

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Elaborado pela pesquisadora. Busca realizada entre os meses de março a maio de 2023.

Nota: A temática e os objetivos foram sintetizados conforme as informações contidas nas referidas pesquisas.

**APÊNDICE B – TESES E DISSERTAÇÕES REFERENTES ÀS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS PARANAENSES**

Quadro 6 – Teses e dissertações sobre neoliberalismo, gerencialismo, empresariamento nas políticas educacionais brasileiras disponíveis no Banco de teses e dissertações da CAPES, no período: 2018 a 2023

Tipo de trabalho/Título		Autor/ Ano	Orientador/ Instituição	Temática/ palavras-chave
T- Tese / D- Dissertação				
T-01	Título: Políticas Educacionais e a Gestão da Educação: Um Estudo sobre o Programa de Tutoria Pedagógica na Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná (2019 - 2020)	Autora: Polyane Primo Ano: 2021	Orientadora: Profa Dra. Tania Costa Fernandes Programa: Pós-Graduação em Educação – UEL Local: Londrina/PR	Seu problema versa sobre o modelo de gestão assumido pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná - SEED, sobretudo no período correspondente ao Governo Carlos Massa Ratinho Jr, e de que modo o Programa de Tutoria Pedagógica explicita as fundamentações ideológicas que caracterizam esta gestão (Primo, 2021). Palavras-Chave: Políticas Educacionais; Gestão da Educação; Programa de Tutoria Pedagógica; Educação Pública Paranaense.
T-02	Título: Privatização na Educação Básica do Paraná: Análise sobre a atuação de Empresas Educacionais e Sistemas Privados de Ensino	Autora: Thais Godoi de Souza Ano: 2021	Orientadora: Profa. Dra. Jani Alves da Silva Moreira Programa: Pós-Graduação em Educação – UEM Local: Maringá/PR	O objetivo dessa tese foi analisar a atuação de grupos empresariais na educação básica pública do Paraná a fim de identificar o custo da adoção de sistemas privados de ensino pela rede municipal de ensino paranaense e as implicações dessa ação para as políticas da educação básica pública (Souza, 2021). Palavras-Chave: Políticas educacionais; Privatização da educação; Sistemas privados de ensino; Empresas educacionais; Municípios paranaenses; Transferência de recursos públicos.
D-03	Título: Os Processos da Gestão Democrática da Educação Básica no Contexto do Sistema de Ensino Público no Estado do Paraná.	Autora: Adriane Pinheiro da Silva Ano: 2020	Orientadora Profa. Dra. Romilda Teodora Programa: Pós-Graduação em Educação – PUCPR Local: Curitiba/PR	Tem o objetivo de analisar os processos de participação que materializam a gestão democrática do ensino público na estrutura organizacional e administrativa do estado do Paraná (Silva, 2020). Palavras-Chave: Gestão Democrática; Ensino Público; Participação; Formação.

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Elaborado pela pesquisadora. Busca realizada entre os meses de março a maio de 2023.

Nota: A temática e os objetivos foram sintetizados conforme as informações contidas nas referidas pesquisas.

**APÊNDICE C – ARTIGOS REFERENTES ÀS POLÍTICAS EDUCACIONAIS
PARANAENSES**

Quadro 7 – Artigos sobre neoliberalismo, gerencialismo, empresariamento nas políticas educacionais paranaenses, disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, no período: 2018 a 2023

(continua)

Título		Autor/ Ano	Palavras-Chave:	Temática
Código: A (Artigo)		Publicação/ Local		
A1	Título: Tecnologias de informação e comunicação nas escolas públicas paranaenses: avaliação de uma política educacional em ação.	Autora: Profa. Dra. Mary Ângela Teixeira Brandalise Ano: 2019 Publicação: Educação em Revista Local: Belo Horizonte	<ul style="list-style-type: none"> ● Avaliação de políticas educacionais. ● Tecnologias educacionais. ● Teoria da política em ação. ● TIC na escola. 	Embora seja um artigo publicado em 2019, o trabalho é fruto de uma pesquisa avaliativa, realizada em 2016, que se refere ao Projeto CONECTADOS desenvolvido em escolas públicas paranaenses no período de 2015- 2016. Se trata da análise de uma política educacional do Estado do Paraná focada no uso das TICs, coordenado pela Diretoria de Políticas e Tecnologias Educacionais da SEED-PR. O texto aborda a política proposta para inserção das TICs nas escolas públicas paranaenses via Projeto CONECTADOS; discute os pressupostos da teoria da política em ação ou da atuação política e do ciclo de políticas para análise e avaliação de políticas, programas e projetos educacionais e por fim faz-se uma análise da política em ação a partir dos dados empíricos coletado (Brandalise, 2019).
A2	Título: O Conglomerado de Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais Lemann e sócios na “seleção pública” de pessoas para a gestão educacional do Estado do Paraná.	Autora: Profa. Dra. Adriana Medeiros Farias Ano: 2022 Publicação: Revista Práxis Educativa Local: Ponta Grossa	<ul style="list-style-type: none"> ● Estado ampliado. ● Gestão pública da educação. ● Aparelhos Privados de Hegemonia. 	A presente pesquisa é parte de estudos pós- doutoral da professora Adriana Medeiros Farias, realizado na Universidade Federal Fluminense(UFF) e de sua continuidade no âmbito do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH) da Universidade Estadual de Londrina(UEL) e trata de levantamento de informações e a respeito da seleção de gestores públicos realizadas no período de 2016a 2019, denominadas pelos proponentes de “seleção pública”, “pré-seleção” e “credenciamento” para cargos comissionados na gestão pública educacional, incluindo a seleção de chefes dos Núcleos Regionais de Educação para o estado do Paraná em 2019. Primeiro mandato do então governador Ratinho Junior (Farias, 2022).

Quadro 7 – Teses e dissertações sobre neoliberalismo, gerencialismo, empresariamento nas políticas educacionais brasileiras no Banco de teses e dissertações da CAPES, no período: 2018 a 2023

(continuação)

Título		Autor/ Ano	Palavras-Chave:	Temática
Código: A (Artigo)		Publicação/ Local		
A-03	Título: As políticas neoliberais e o pragmatismo gerencial na educação pública paranaense	Autores: Prof. Dr. Ademir Aparecido Pinhelli Mendes; Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn; Prof. Dr. Edson Teixeira de Rezende Ano: 2022 Publicação: Revista Roteiro Local: Joaçaba/ SC	<ul style="list-style-type: none"> ● Políticas neoliberais. ● Pragmatismo gerencial. ● Trabalho pedagógico. ● Educação básica 	A produção deste artigo trata-se de um estudo e análise documental do Guia de Tutoria Pedagógica do Banco Itaú adotados pela Secretária Estadual de Educação do Paraná, onde através desse documento elaborou 15 roteiros de tutoria pedagógica, lançados pelo Departamento de Acompanhamento Pedagógico da Secretaria de Estado de Educação do Paraná, para realizar o monitoramento e supervisão do trabalho pedagógico nas escolas estaduais. Este artigo tem como objetivo analisar as políticas neoliberais que vêm sendo implantadas pelo governo do Paraná e a transferência do dinheiro público para o setor privado através de convênios com institutos, fundações e organizações não governamentais instituídas para realizar nas escolas atividades pedagógicas inerentes às atribuições do Estado, como reforço escolar, atividades de contraturno, consultorias pedagógicas entre outras (Mendes; Horn; Rezende, 2022).
A-04	Título: A gestão democrática nos sistemas municipais de ensino do Paraná: uma análise a partir dos conselhos municipais de educação	Autora: Profa. Dra. Simone de Fátima Flach Ano: 2020 Publicação: Revista do Centro de Ciência da Educação Local: Florianópolis	<ul style="list-style-type: none"> ● Sistema Municipal de Ensino. ● Conselhos Municipais de Educação. ● Gestão democrática. ● Políticas Educacionais. 	O presente texto, trata-se de uma pesquisa realizada pela autora, durante o seu Pós-doutorado, junto à Universidade Tuiuti do Paraná – UTP, sob a supervisão da Prof. Dra. Anita Helena Schlesener, a qual analisa a gestão democrática no âmbito das secretarias Municipais de Educação do Paraná. A pesquisa tem por objetivo evidenciar como esses órgãos municipais se organizam para a efetivação e escolha de seus diretores escolares, através dos Conselhos Municipais de Educação que se assinalam como possibilidade para este exercício democrático. Porém este trabalho também aponta os limites dentro desses processos de escolha de diretores quando vinculados aos interesses hegemônicos que norteiam as políticas municipais (Flach, 2020).

Quadro 7 – Teses e dissertações sobre neoliberalismo, gerencialismo, empresariamento nas políticas educacionais brasileiras no Banco de teses e dissertações da CAPES, no período: 2018 a 2023

(continuação)

Título		Autor/ Ano	Palavras-Chave:	Temática
Código: A (Artigo)		Publicação/ Local		
A-05	Título: Práticas Docentes Pós-Formação pelo Programa PDE de Matemática	Autores: Prof. Fábio Alexandre Borges; Profa. Talita dos Santos; Prof. Amauri Ceolim Ano: 2020 Publicação: Alexandria: Revista de Educação Ciência e Tecnologia Local: Florianópolis/SC	<ul style="list-style-type: none"> ● Formação docente continuada. ● Programa de desenvolvimento Educacional. ● Professores de matemática. 	O presente trabalho tratou de investigar as percepções dos professores de matemática acerca de suas práticas docentes antes e depois da participação no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), uma política de formação continuada para professores da rede pública paranaense para elevação de nível no plano de carreira. Esse programa se trata de uma parceria entre a educação básica com instituições públicas de ensino superior. Para esse trabalho foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professoras do ensino de matemática (Borges; Ceolim, 2020).
A-06	Título: Plano Estadual de Educação do Paraná: desmonte da coordenação federativa e fragilidade da interface socioestatal	Autora: Profa. Elisângela Alves da Silva Scaff Ano: 2023 Publicação: Educação e Pesquisa - USP Local: São Paulo/SP	<ul style="list-style-type: none"> ● Planejamento educacional. ● Interface socioestatal. ● Plano Nacional de Educação. ● Plano Estadual de Educação. ● Coordenação Federativa. 	Este artigo objetiva identificar como foram realizadas a elaboração, o monitoramento e a avaliação do Plano Estadual de Educação do estado do Paraná (PEE-PR), considerando o recorte temporal de 2015 a 2020, que compreende desde a aprovação do PEE-PR até o encerramento do referido plano. Nesse contexto foi considerado a interface socioestatal na qual sujeitos sociais e estatais negociam e disputam espaços na definição das políticas públicas. A pesquisa é de cunho documental e suas fontes são o PEE – PR e as páginas eletrônicas oficiais da Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEED-PR), do Conselho Estadual de Educação (CEE-PR), do Fórum Estadual de Educação (FEE-PR) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) (Scaff, 2023).
A-07	Título: Infraestrutura das escolas públicas do Paraná: uma aplicação da	Autores: Prof. Dr. Daniel Brito Alves Prof. Dr. Marcos de Oliveira Garcias	<ul style="list-style-type: none"> ● Infraestrutura. ● Escolas. Análise Fatorial.	Este estudo buscou analisar a infraestrutura das escolas públicas do Paraná através dos microdados do censo escolar de 2017 a 2019, empregou-se a metodologia de Análise Fatorial para realizar o perfil das escolas. Avaliou-se

Quadro 7 – Teses e dissertações sobre neoliberalismo, gerencialismo, empresariamento nas políticas educacionais brasileiras no Banco de teses e dissertações da CAPES, no período: 2018 a 2023

(conclusão)

Título		Autor/ Ano	Palavras-Chave:	Temática
Código: A (Artigo)		Publicação/ Local		
A-07	análise fatorial	Prof. Dr. Samuel Alex Coelho Campos Ano: 2023 Publicação: Estudos em Avaliação Educacional, Local: São Paulo/ SP		a infraestrutura das escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, considerando aspectos como estrutura física, equipamentos e recursos humanos. Os resultados indicam que as escolas rurais e as escolas da mesorregião Sudeste Paranaense requerem maior atenção das políticas públicas, pois apresentam infraestrutura inadequada para o ensino de qualidade (Alves; Garcias; Campos, 2023).
A-08	Título: Educação em Tempos de Pandemia: Uma Análise do Aula Paraná.	Autores: Profa. Ms. Tatiana Freitas Silva Prof. Dra. Paula Kracker Francescon Ano: 2022 Publicação: Educação em Análise Local: Londrina	<ul style="list-style-type: none"> • Pedagogia Histórico-Crítica. • Educação Básica. • Aulas remotas. • Neoliberalismo. 	Trata-se de uma pesquisa realizada em torno de uma notícia vinculada pelo Estado do Paraná sobre o modelo de aulas remotas implantado no período da Pandemia 2020, com base num discurso neoliberal e de uma concepção de educação como mercadoria. O objetivo deste trabalho é refletir sobre a educação do Paraná no período da Pandemia e a implantação das aulas a distância para a educação Básica, denominado no Estado de “Aula Paraná (Silva; Francescon, 2022).
A-09	Título: A implementação da Reforma do Ensino Médio no Estado do Paraná: o avanço das políticas neoliberais e os ataques à Educação do Campo	Autor: Prof. Dr. Regis Clemente da Costa Ano: 2023 Publicação: Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas neoliberais. • Reforma do Ensino Médio. • Educação do Campo. 	Trata-se de uma análise sobre o avanço da Políticas neoliberais e seus impactos para a Educação do Campo no Estado do Paraná, com embasamento na Lei nº13.415/2017 que trata da reforma do Ensino Médio. A análise deste artigo traz a discussão sobre a implantação das novas matrizes curriculares elaboradas para a educação do Campo após a implantação da Reforma do Ensino Médio no Estado do Paraná (Costa, 2023).

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES. Elaborado pela pesquisadora. Busca realizada entre os meses de setembro a dezembro de 2023.

Nota: A temática e os objetivos foram sintetizados conforme as informações contidas nas referidas pesquisas.

**APÊNDICE D – RELAÇÃO DE INSTITUTOS E FUNDAÇÕES PRIVADAS NO
PARANÁ E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS**

Relação de Institutos e Fundações privadas no estado do Paraná e suas principais características, localizadas no site da SEED/PR em Parcerias, Convênios e Doações, no período de 2019 a 2022.

1. INFORMAÇÕES DA EMPRESA

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (INSTITUTO ÊXITO DE EMPREENDEDORISMO), CNPJ n.º 33.638.027/0001-63, com sede na Rua Joaquim Floriano, n.º 466, conjunto 1001-C, Itaim Bibi, CEP 04.534-002, no município de São Paulo/SP.

Segundo informações do site da empresa, se trata de uma organização sem fins lucrativos que atua na área de educação e desenvolvimento social. Foi fundada em 2003 por um grupo de 38 empresários e educadores com o objetivo de promover a educação de qualidade e o desenvolvimento social de crianças, jovens e adultos no Brasil. Hoje conta com mais 900 parceiros. Segundo o site, o Instituto Êxito acredita que a educação é a chave para a transformação social. A organização trabalha para promover uma educação de qualidade que seja acessível a todos, independentemente de sua origem social ou econômica. O instituto também acredita que a educação deve preparar os jovens para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade. Acredita que no Brasil todos podem ter acesso a uma educação de qualidade que os prepare para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade. O Instituto Êxito desenvolve uma variedade de programas e projetos na área de educação e desenvolvimento social, incluindo:

Educação básica: O instituto oferece programas de educação básica para crianças e jovens de baixa renda.

Educação profissional: O instituto oferece programas de educação profissional para jovens e adultos que desejam se qualificar para o mercado de trabalho.

Educação de jovens e adultos: O instituto oferece programas de educação de jovens e adultos para pessoas que não concluíram a educação básica.

Educação para o empreendedorismo: O instituto oferece programas de educação para o empreendedorismo para jovens e adultos que desejam abrir seu próprio negócio.

Educação para a cidadania: O instituto oferece programas de educação para a cidadania para promover a participação e a cidadania ativa.

1.1 PARCERIA COM A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

A SEED/PR por meio do departamento de Educação Profissional – DEP, estabelece termo de parceria com o Instituto Êxito de Empreendedorismo para Contribuição técnica, científica e pedagógica na área de empreendedorismo e inovação, destinada aos profissionais e estudantes do Ensino Médio da rede pública estadual de educação através da oferta de educação a distância (EAD), mediante plataformas e conteúdos digitais a serem disponibilizados gratuitamente.

Departamento responsável: Departamento de Educação Profissional - DEP

Vigência: Início em 09/12/2021 / Fim: 08/12/2026

Publicação em Diário Oficial: 11074, de 09/12/2021

DIOE da Dispensa de Chamamento Público: 11062, de 23/11/2021

Termo de Adesão: Termo de cooperação técnica n.º 202100445.

Fontes de Pesquisas:

<https://www.educacao.pr.gov.br/Convenios>

<https://www.institutoexito.com.br/quem-somos.html>

2. INFORMAÇÕES DA EMPRESA

SINCRONIZA ORIENTAÇÃO E ASSESSORIA EM EDUCAÇÃO LTDA, empresa de responsabilidade limitada, com sede na Rua Francisco Bayardo, n.º 551, Apto 162, Perdizes, CEP 05020-010, no Município de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 26.837.644/0001-22, e o **INSTITUTO LEMANN**, associação apartidária e privada sem fins econômicos, regularmente constituída e com sede na Rua dos Pinheiros, n.º 870, 18º andar, Pinheiros, CEP 05422-001, São Paulo/SP.

Segundo informações do site da empresa: A Sincroniza é uma empresa de educação que nasceu em 2017, a partir da experiência de três sócias na implementação de projetos de tecnologia educacional, atua na de formação de equipes escolares para aplicação de projetos educacionais em escala. A empresa atua em parceria com a Fundação Lemann, mas também atende outros parceiros e desenvolve projetos que envolvem metodologias

ativas, tais como: *Imaginable Future e Khan Academy*. O propósito da Sincroniza é apresentar produtos educacionais e metodologias ativas nas redes de ensino.

2.2 PARCERIA COM A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Através de Termo de Convênio publicado em 12/05/2022 em Diário Oficial, a presente parceria teria como objeto de ação proporcionar a 450 técnicos, professores tutores dos Núcleos Regionais de Educação, pedagogos e professores formadores das instituições de ensino inscritos em grupo de estudo específico e tutores da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná - Seed uma formação continuada, aplicada pela Sincroniza, para potencializar a implementação do ensino híbrido nas escolas da Rede Estadual de Ensino, por meio do curso Ensino Híbrido na Prática a fim de proporcionar formação aos professores após o período de volta às aulas, em decorrência da COVID-19

Departamento responsável: Núcleo Formadores em Ação - NFORM.

Vigência: Vigorará até 30/08/2022 a partir de sua publicação em Diário Oficial.

Termo de Convênio no diário Oficial: n.º 202200008

Fontes de Pesquisa:

<https://www.educacao.pr.gov.br/Convenios>, <https://www.sincronizaeducacao.com.br/projetos/>,

<https://slidetodoc.com/1-encontro-como-se-preparar-para-o-ensino/>

3. INFORMAÇÕES DA EMPRESA

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC/PR, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Paraná.

SESC é a sigla para Serviço Social do Comércio, segundo o site instituição ela foi criada por empresários do comércio de bens, serviços e turismo com objetivo de proporcionar bem-estar e qualidade de vida aos trabalhadores e seus familiares. Com o passar do tempo, os trabalhos da instituição foram sendo estendidos a toda a população, através de ações sociais e parcerias com o governo e iniciativas privadas.

3.1 PARCERIA COM A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

O projeto do Sistema Fecomércio Paraná (SESC/PR), em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, oferece atividades de complementação curricular. Responsável pelas Classes de Apoio aos estudantes que estejam cursando o Ensino Fundamental e Ensino Médio das Escolas Públicas Estaduais, onde há unidade SESC, ou estudantes nas cidades que receberão o projeto bem como o atendimento da Comunidade Escolar (estudantes, professores e familiares) visando estimular que esses participem das ações de educação complementar nos eixos de letramento/arte educação e raciocínio lógico em regime de contraturno escolar. As atividades são realizadas 02 (duas) vezes por semana. O SESC também presta atendimento às comunidades escolares (estudantes, professores e familiares) na forma de oficinas, palestras, cursos e workshops, de acordo com cronograma estabelecido entre o SESC/PR e as escolas parceiras.

Departamento responsável: Departamento de Desenvolvimento Curricular - DDC

Vigência: Início: 16/04/2019 | Fim: 31/12/2023.

Publicado em Diário Oficial: Termo: 10417, de 16/04/2019 | 1º aditivo: 10644, de 28/06/2019 | 2º aditivo: 11368

Fonte da pesquisa:

<https://www.educacao.pr.gov.br/Convenios>

<https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Futuro-Integral-oferece-atividades-diferenciadas-estudantes>

4. INFORMAÇÕES O INSTITUTO

INSTITUTO GRPCOM, com sede na Rua Júlio Perneta, 526, Mercês, CEP: 80.810-110, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.955.882/0001-0.

O Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM), ligado ao jornal Paranaense Gazeta do Povo, criado em 2001 se trata de uma empresa que atua na sociedade civil com o interesse de apoiar profissionais da educação e o terceiro setor. Segundo informações no site da empresa, o grupo surgiu por meio de ações corporativas em ações sociais na comunidade paranaense. Um dos projetos da empresa é o Ler e Pensar que foi pensado e desenvolvido na redação do jornal da Gazeta do Povo.

4.1 PARCERIA COM A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

O Ler e Pensar é um Projeto de Educação realizado pela Gazeta do Povo e pelo Instituto GRPCOM. Ofertado gratuitamente para professores e profissionais da rede pública e básica de Educação de todo o Brasil, o Projeto objetiva direcionar o trabalho de formação com os professores da Rede Estadual de Educação com a oferta de conteúdos e formação de professores que contemplem temas como: o Novo Ensino Médio, o trabalho com projetos, a leitura, a cidadania e alfabetização midiática.

Departamento responsável: Departamento de Desenvolvimento Curricular - DDC

Vigência: 31/10/2022 até 31/10/2023

Acordo de Cooperação

DIOE: 11291, de 31/10/2022

Protocolo: 19.090.454-7

Fonte da pesquisa:

<https://www.educacao.pr.gov.br/Convenios>

<https://institutogrpcom.org.br/sobre/>

5. INFORMAÇÕES DA EMPRESA

SEBRAE, SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARANÁ –organização da sociedade civil na forma de associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, com sede, foro e administração na Rua Caeté, n.º 150, CEP 80.220-300, no município de Curitiba/PR, inscrito no CNPJ n.º 75.110.585/0001-00.

Através de pesquisas na internet foi possível identificar que esse órgão pertencia ao governo, porém foi desvinculado da Administração Pública Federal em 1990, onde se denominava CEBRAE (Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa) e passou a se chamar Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), através de um decreto presidencial (Nº 99.570, de 9 de outubro de 1990) que o transformou em serviço social autônomo. Apesar de desvinculado da esfera pública, o Sebrae atua em parceria com os setores público e privado, na promoção da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, implementação de políticas de desenvolvimento e da desburocratização. Através da disponibilização de programas de capacitação, de promoção e orientação para o acesso ao crédito, à mercado e o estímulo ao associativismo nos pequenos negócios. As ações realizadas pelo Sebrae são direcionadas a atender os interesses dos empreendedores, desde quem pretende abrir o primeiro negócio, quando ainda estão pensando em empreender, até pequenas empresas que já estão consolidadas e buscam um novo posicionamento no mercado.

5.1 PARCERIA COM A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Essa parceria do SEBRAE com a Rede Estadual de Educação foi estabelecida através de um acordo de cooperação visando desenvolver a Educação Empreendedora no âmbito das escolas paranaenses. Este acordo tem por objetivo atuar dentro do componente curricular denominada de Empreendedorismo, presente na Matriz Curricular das instituições que ofertam a educação integral. Segundo o termo de cooperação técnica com a SEED, o SEBRAE tem por meta atender aproximadamente 17.000 estudantes entre os anos de 2021 e 2022, garantir suporte técnico e pedagógico para as 64 instituições de ensino que ofertam educação Empreendedora /Atividade Empreendedorismo através da formação dos professores, disponibilização de materiais didáticos para alunos e professores e realização da Feira do Jovem Empreendedor para demonstração de resultados.

Departamento responsável: Departamento de Programas para Educação Básica - DPEB

Vigência: 01/06/2023 até 01/06/25

Acordo de Cooperação

DIOE: 11188, de 01/06/2022

Protocolo: 17.883.181-0

Fontes de Pesquisa:

<https://www.educacao.pr.gov.br/Convenios>

<https://transparencia.sebrae.com.br/institucional#>

6. INFORMAÇÕES SOBRE A FUNDAÇÃO

FUNDAÇÃO ITAÚ PARA EDUCAÇÃO E CULTURA. Avenida Paulista, nº 1938, 16º andar. Bela Vista. CEP: 01310-942. São Paulo/SP. CNPJ: 59.573.030/0001-30.

Segundo informações do site da empresa, o Itaú Unibanco tem atuado na sociedade a mais de 35 anos. Com o intuito de ampliar seus serviços na sociedade, essa empresa cria em 2019 a Fundação Itaú com a missão de promover a educação, a cultura, a assistência social, a defesa e a garantia de direitos, bem como o fortalecimento da sociedade civil. Dessa maneira, a fundação passa a se estruturar em três vertentes – Itaú Social, Itaú Cultural e Itaú Educação e Trabalho

6.1 PARCERIA COM A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Através de um Acordo de Cooperação técnica firmado junto à Secretaria Estadual de Educação e do Esporte do Paraná - SEED, a Fundação Itaú para a Educação e Cultura, tem como objeto de trabalho a implementação do itinerário para a Formação Técnica e Profissional. Em consonância com as Diretrizes Curriculares de Nível Médio, desenvolvendo diferentes metodologias, para a integração desses itinerários nas vivências escolares e em atividades de empreendedorismo. Segundo o Plano de trabalho firmado com a instituição, a Fundação Itaú tem como objetivo a realização de reuniões de apoio técnico com os servidores da SEED e professores da rede Estadual a fim de apresentar e desenvolver os conceitos e as estratégias para a implementação da Educação profissional e tecnológica no Estado, bem como também atuar nas avaliações e monitoramento dos estudantes. Ainda, segundo o Plano de Trabalho firmado entre as partes, a parceria se justifica para que a Fundação Itaú venha “a cooperar com sua expertise” para que a SEED/PR possa atingir suas metas em relação em Ensino Profissional Tecnológico.

Departamento responsável: Departamento de Educação Profissional - DEP

Vigência: Vigorará a partir de sua publicação em Diário Oficial até 31/12/2025.

Acordo de Cooperação: Protocolo nº 18.130.745-5

Publicação em DIOE: 11180, de 30/05/2022

Fontes:

<https://www.educacao.pr.gov.br/Convenios>

<https://fundacaoitau.org.br/>

7. INFORMAÇÕES SOBRE O INSTITUTO

O ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, com sede na Rua Josafá Belo, nº 88, Bairro Cidade Jardim, Cep 30380-100, na cidade de Belo Horizonte, MG. Inscrito no CNPJ/MF sob o nº 36.566.550/0001-32.

A presente associação está vinculada à empresa MRV & CO, uma construtora de empreendimentos imobiliários atuante no território nacional na aérea da construção civil. Já o Instituto MRV é um braço social da empresa, voltada para atuar em programas educacionais. Assim nasceu o Instituto Iungo, na cidade de Belo Horizonte em 2020, veio com intuito de atuar na formação de professores e gestores escolares, produzir materiais didáticos e pedagógicos e pesquisas para ouvir professores das escolas públicas. Este instituto tem atuado em diversas frentes, podemos destacar uma de suas atividades que é atuação junto ao Núcleo de Pesquisa em Novas Arquiteturas Pedagógicas da Universidade de São Paulo (NAP/USP) que ouviu professores de escolas públicas de todo o Brasil com questionário abertos aplicados em 2021 no contexto de aulas remotas da Pandemia de Covid 19. O Instituto acredita que este trabalho pode trazer um impacto relevante para a educação do país. Através de pesquisa no site identificamos que este instituto atua junto a 15 secretarias de educação no território nacional.

7.1 PARCERIA COM A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

A parceria realizada com a Seed e o Instituto Iungo objetiva o desenvolvimento de cursos de formação continuada para atuarem para representantes dos 32 Núcleos Regionais de Educação, diretores, pedagogos e docentes das 1697 escolas da Rede Estadual que ofertam Ensino Médio. Esses cursos são ofertados através da Plataforma Nosso Ensino Médio, um ambiente virtual que apresenta trilhas de aprendizagem com atividades para os educadores realizarem on-line, foram previstos para funcionar de forma assíncrona através de atividades na plataforma e de forma síncrona através de reuniões com as Equipes das Secretarias e Núcleos Regionais. O Trabalho deste Instituto tem como foco a implementação dos Itinerários Formativos e a Formação Básica do Novo Ensino Médio através de cursos de formação para a rede Estadual de Educação do Paraná.

Departamento responsável: Departamento de Desenvolvimento Curricular - DDC

Vigência: Início: 12 (doze) meses a partir de sua publicação na Imprensa Oficial.

Acordo de Cooperação: Protocolo nº 18.183.428-5

DIOE: 11177, de 25/05/2022

Fontes:

<https://www.educacao.pr.gov.br/Convenios>

<https://iungo.org.br/>

<https://www.mrv.com.br/institucional/pt/a-mrv/historia>

<https://nossoensinomedio.org.br/>

8. INFORMAÇÕES SOBRE EMPRESA

ASSOCIAÇÃO NOVA ESCOLA, situada na Rua dos Pinheiros, 870, 21º andar, São Paulo/SP. Inscrita no CNPJ/MF 23.741.834/0001-53. Telefone: (11) 3512-9412.

A Associação Nova Escola é herdeira da revista de mesmo nome vinculada à Fundação Victor Civita. Foi criada em 2015, com o apoio de sua mantenedora, a Fundação Lemann. Se trata de uma organização de impacto social sem fins lucrativos que atua no setor da educação com o discurso de contribuir para a melhoria da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes. Hoje, a Nova Escola é uma plataforma digital que produz reportagens, cursos autoinstrucionais, formações, planos de aula e materiais educacionais para fortalecer os professores brasileiros. Segundo informações do site da fundação a plataforma é acessada por cerca de 3,1 milhões de pessoas por mês.

8.1 PARCERIA COM A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Em outubro de 2021, o Estado do Paraná celebra um acordo de Cooperação Técnica com a Associação Nova Escola, para que esta possa produzir materiais didáticos do componente curricular de Língua Inglesa para alunos e professores do Estado do Paraná. Os materiais deverão estar alinhados ao currículo do estado e disponibilizados para impressão e distribuição pela rede. Neste acordo é previsto a capacitação da equipe de formadores da rede com orientações para um uso efetivo dos materiais em sala de aula com o propósito de disseminação deste material para os demais professores da rede.

Departamento responsável: Departamento de Programas Para a Educação Básica - DPB

Vigência: Da publicação em Diário Oficial até 30 de março de 2023

Acordo de Cooperação: Protocolo nº 16.612.554-5

DIOE: 11047, de 03/11/2021

Fontes:

<https://www.educacao.pr.gov.br/Convenios>

<https://novaescola.org.br/quem-somos>

9. INFORMAÇÕES SOBRE EMPRESA

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB), autarquia federal instituída pela Lei nº 4.595/1964, inscrito no CNPJ 00.038.166/0001-05, com sede em Brasília, Distrito Federal.

O Banco Central do Brasil (BCB) é uma autarquia federal vinculada, mas não subordinada, ao Ministério da Economia. É dirigido por um presidente e seus diretores. O Banco Central do Brasil coordena o Programa Aprender Valor que tem o objetivo de levar a educação Financeira aos Estudantes de escolas públicas brasileiras do ensino fundamental. O Programa é financiado com recursos do Ministério da Justiça. É desenvolvido em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O Programa é desenvolvido através de uma plataforma exclusiva para formação online de professores e gestores escolares, aplicação de projetos escolares e avaliações de aprendizagem. O Programa Aprender valor atua em parcerias com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação.

9.1 PARCERIA COM A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Através de um acordo de cooperação técnica estabelecido entre a SEED/PR e o Banco Central do Brasil no ano de 2020, este se torna responsável pela aplicação, monitoramento e avaliação do Programa Aprender Valor dentro das escolas paranaenses. Este programa tem objetivo a implementação da disciplina de educação financeira. Os

objetivos e as estratégias desenvolvidas pelo Programa Aprender Valor estão descritos no Plano de Trabalho, firmado entre as partes, onde nos chama a atenção o diagnóstico utilizado para justificar a necessidade do Programa: a situação de endividamento, inadimplência e restrições no CPF que acomete a vida do cidadão, somado a isso outro ponto de atenção seria o fato do cidadão não ter hábito de poupar e se programar para realizar um sonho. Diante desse quadro econômico o Aprender Valor estabeleceu como estratégia: a realização de pesquisas com Gestores e Professores; desenvolvimento de recursos pedagógicos, criação de uma plataforma de gestão e avaliação de Aprendizagem e de impacto. Na prática os temas são abordados de forma transversal às disciplinas de matemática, língua portuguesa e ciências humanas. O Paraná participa do Aprender Valor desde a primeira fase, no início de 2020. Em agosto de 2023, o Estado já responde por 1.122 escolas municipais e 415 estaduais cadastradas no programa.

Departamento responsável: DDC/CUR

Vigência: Início: 11/03/2020 | Fim: 10/03/2023

DIOE: 10.647, de 17/03/2020

Protocolo: 16.272.117-8

Fontes:

<https://www.educacao.pr.gov.br/Convenios>

<https://aprendervalor.bcb.gov.br/site/aprendervalor/conhecer>

<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Escola-do-Parana-e-premiada-em-programa-de-educacao-financeira-do-Banco-Central#&gid=1&pid=1>

10. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA

VETOR BRASIL, Avenida Angélica, nº 2529, 5 andar, sala 5-100 e 5-113, Bela Vista, São Paulo/SP. CNPJ: 23.502.911/0001-12. Telefone: (11) 96338-3595.

Segundo informações do site Projeto Draft, referenciado abaixo, o embrião para o nascimento da Vetor Brasil surgiu em 2013, em meio as manifestações de junho onde milhares de pessoas foram às ruas. Nessa mesma época jovens se uniram na missão de levar recém formados a atuarem em governos estaduais e municipais. Fundada oficialmente em 2014 a Vetor Brasil criou uma rede para recrutamento de pessoas com conhecimento acadêmico que desejem trabalhar no setor público. Essas pessoas recrutadas são denominadas *trainee*. Para selecionar os mais aptos a Vetor realiza uma série de entrevistas e análise de currículos onde a preferência é por jovens com até três anos de formados de várias formações, seja de exatas, humanas ou biológicas. O propósito desse recrutamento seria oferecer pessoas com perfil acadêmico adequado aos desejos de governos.

10.1 PARCERIA COM A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

O presente acordo de cooperação técnica entre a SEED/PR e a Vetor Brasil tem por objetivo a implantação do Programa de Residência em Gestão Pública. O Programa consiste em alocar residentes em gestão Pública para atuar na Secretaria Estadual de Educação no processo de implementação da BNCC. Para isso a Vetor Brasil apoiará a SEED com a recomendação de profissionais ficando responsável por pré selecionar, formar e acompanhar o candidato na execução do curso de pós graduação *latu sensu*. Segundo informações do Plano de Trabalho realizado entre as partes, a Vetor Brasil fica responsável para designar um representante de seu quadro para fornecer apoio institucional para a implantação do programa.

Departamento responsável: Diretoria de Educação - DEDUC

Vigência: Início: 13/08/2020 | Fim: 13/08/2025

DIOE: 10.749, de 13/08/2020

Protocolo: 16.604.218-6

Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 02/2020 – GS/Seed: Inexigibilidade, extrato DIOE 10743

Fontes:

<https://www.educacao.pr.gov.br/Convenios>

<https://www.vetorbrasil.org/transparencia/>

<https://www.projetedraft.com/politica-mao-na-massa-a-vetor-brasil-quer-criar-uma-rede-de-transformadores-na-gestao-publica-do-pais/>

11. INFORMAÇÕES SOBRE OS INSTITUTOS

Acordo de cooperação: INSTITUTO SONHO GRANDE constituída no endereço: Doutor Renato Paes de Barros, nº717, conj. 64 Itaim, Bibi, São Paulo/SP, INSTITUTO NATURA situada m Avenida Brigadeiro Faria Lima 201, Conj. 171, Pinheiros São Paulo/ SP. e INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE), Avenida Eng. Antônio Góes, nº 60- 17º andar, bairro Pina, Recife/ PE.

O Instituto Sonho Grande é parceiro da Fundação Lemann, atua junto às secretarias de Educação na implementação e expansão do Ensino Médio Integral através de aplicação de ferramentas, práticas pedagógicas, formação de professores e aplicação de recursos. **O Instituto Natura** foi criado em 2005, pela Natura Cosméticos, com a intencionalidade de promover educação de qualidade para crianças e jovens no Brasil. A empresa já vinha de uma longa história de atuação social, com projetos voltados para a educação, a cultura e o meio ambiente. Atualmente vem atuado na implementação de políticas públicas para a educação em parcerias com governos Estaduais e Municipais. **Instituto de corresponsabilidade pela Educação (ICE):** foi fundado por um grupo de empresários em 2003, em Recife, Pernambuco, após a extinção do Programa de Expansão e Fortalecimento da Educação Básica (Proeb), lançado pelo governo de Pernambuco, sob o comando de Jarbas Vasconcelos (MDB-1999-2006). Pernambuco passou a ser um dos estados com as melhores notas do Brasil no Exame Nacional do Ensino Fundamental (Enem). O ICE foi fundado para dar continuidade ao trabalho iniciado pelo Proeb. O instituto desenvolveu um Modelo de Escola da Escolha, que é baseado em uma educação integral, em tempo integral, e na corresponsabilidade entre escola, família e comunidade. O instituto atua nas cinco regiões do Brasil através de parcerias com o setor público no propósito de assessorar a implementação das escolas em tempo integral. Ao longo de sua existência, o ICE firmou parcerias com investidores como o Instituto Natura, Instituto Sonho Grande, Itaú BBA, FIAT, Jeep e ESM.

11.1 PARCERIA COM A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Através de um acordo de cooperação firmado em novembro de 2019 entre a SEED/ PR e os institutos Sonho Grande, Natura e ICE, esses teriam a incumbência de disponibilizar recursos técnicos e pedagógicos para o desenvolvimento do projeto Escola da Escolha com o intuito da implementação da educação Integral no Ensino Médio. Para os encaminhamentos da implantação desta proposta ficou estabelecido através do Plano de Trabalho a atuação desses institutos na formação das Equipes e profissionais dos Núcleos Regionais de Educação, através das orientações, monitoramentos e elaboração de planos de ação para a implantação do Ensino Médio em Tempo Integral. Através desse acordo de parceria a Secretaria de Educação do Paraná se compromete a disponibilizar recursos para adequação das infraestruturas físico-pedagógicas e disponibilizar informações financeiras para realização do Planejamento de Custeio do Projeto. Cabe a esses institutos captarem recursos junto à outras empresas, formar pessoas para assessorar e monitorar o programa, realizar visitas nas escolas e elaborar relatórios. Este acordo firmado em outubro de 2019, tem a duração de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser estendido para até 5 anos de duração.

Departamento responsável: Departamento de Programas para Educação Básica - DPEB

Vigência: Início: 20/11/2019 Fim: 20/11/2022

Publicação em DIOE: 10567, de 20/11/2019

Protocolo: 15.793.803-7

Fontes:

<https://www.educacao.pr.gov.br/Convenios>

<https://www.institutonatura.org/ensino-medio/>

12. INFORMAÇÕES SOBRE OS INSTITUTOS

INSTITUTO COMPARTILHAR. Entidade privada de fins não econômicos, inscrita no CNPJ/MJ nº 05 640 208/0001-99, com sede na Rua Quitanda, nº 20 sala 706 – Centro, Rio de Janeiro, com sua filial em Curitiba/PR situada na Avenida João Gualberto, 1731, sala 205 – Alto da Glória.

O Instituto Compartilhar surgiu em 2003, em Curitiba, Paraná, a partir da iniciativa do técnico de voleibol Bernardo Rezende, o Bernardino. O objetivo do instituto é promover a inclusão social e o desenvolvimento humano por meio do esporte, especialmente o vôlei. O instituto iniciou suas atividades em Curitiba, com um projeto piloto em uma escola pública da cidade. O projeto se expandiu e foi levado para outras cidades do Paraná e de estados brasileiros. A proposta do Instituto Compartilhar é atuar com programa socio esportivos, Formação de Professores e mobilização social. O Maior projeto do Instituto é o Vôlei em Rede, o qual é oferecido para alunos de escolas públicas através de projetos de contraturno.

12.1 PARCERIA COM A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Através de parceria firmada em dezembro de 2019 com o Instituto Compartilhar, a Secretaria Estadual de Educação objetivou a promoção de iniciação esportiva para crianças e adolescentes da rede pública através do

projeto Vôlei em Rede. Atualmente o projeto está sendo desenvolvido em 17 municípios do Paraná por professores de Educação Física do Quadro Próprio do Magistério.

Departamento responsável: Departamento de Programas para Educação Básica - DPEB

Vigência: Início: 17/12/2019 | **Fim:** 31/12/2023

Publicado em DIOE: 10586, de 17/12/2019

Protocolo: 15.729.300-1

Fontes

<https://www.educacao.pr.gov.br/Convenios>

<https://compartilhar.org.br/nossos-projetos/>

Fonte: Pesquisa realizadas com base em informações disponibilizadas no site da Secretária Estadual de Educação, na página Parcerias, Convênios e Doações (Paraná, 2023c).

Nota: Para demais informações sobre os Institutos e Fundações foi realizada uma busca em *sites* da internet com o objetivo de identificar maiores detalhes sobre eles, devidamente referenciados em suas fontes.

**APÊNDICE E – RELAÇÃO DOS PROGRAMAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DO
PARANÁ**

Quadro 8 – Relação dos Programas para a Educação Básica do Paraná, seus objetivos e respectivas parceria/mantenedoras no período de 2019-2022

(continua)

Programas		O que é? A que se destina?	Mantenedora/Parcerias
01	Programa Mais Merenda (Alimentação Escolar)	O Programa Mais Merenda faz parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foi implantado em 2020 em um formato piloto, sendo ampliado para toda a rede estadual em junho de 2022. O objetivo é garantir que todos os alunos tenham acesso a três refeições por turno, incluindo um lanche na entrada e outro na saída de cada turno (Fundepar, 2023).	Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR)
02	Aplicativo Escola Paraná Aluno	Segundo a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2023). Se trata de um aplicativo para celular que foi desenvolvido pela Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR no âmbito do contrato de prestação de serviços firmados com a SEEDR/PR, onde são disponibilizados recursos como envio de mensagens, boletim escolar, a grade de horários, os eventos da escola, entre outros. Seu objetivo é aprimorar a comunicação entre alunos, responsáveis, educadores, a escola e a Secretaria de Educação do Paraná.	Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR)
03	Aplicativo Escola Paraná Professores	Trata-se de um aplicativo desenvolvido pela CELEPAR (Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná) para uso dos professores através do qual se acessa a grade de horário do dia e o sistema de chamada online para o registro das presenças dos estudantes que em 2023 passou a contar com a biometria fácil, ou seja, a chamada dos estudantes através de leitura e reconhecimento de rostos.	Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR)
04	Aprender Valor	O Programa Aprender Valor é uma parceria do Governo do Paraná com Banco Central do Brasil para ensinar Educação Financeira e Educação para o Consumo aos estudantes das escolas públicas brasileiras. É financiado com recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Banco Central do Brasil, 2023).	Parceria: Banco Central do Brasil
05	Atividades de ampliação de jornada	Programa que organiza o funcionamento das atividades em turno complementar aos alunos das Escolas em Tempo Integral. Está organizado em atividades desenvolvidas por meio de macrocampos (Esporte, Cultura, Tecnologia e Empreendedorismo (Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2023).	Parcerias com SEBRAE e SESC Futuro Integral
06	Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo	É um programa de treinamento esportivo ofertado para algumas escolas Estaduais, organizado em contra turno escolar, visando à participação das instituições de ensino da rede pública estadual nos Jogos Escolares do Paraná (Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2023).	SEED - DEDUC Secretaria de Estado de Educação – Diretoria de Educação.
07	Brigada Escolares	O Corpo de Bombeiros Militar do Paraná auxilia as instituições escolares nas adequações necessárias para a regularização das edificações escolares ao Código de	Parceria: Coordenadoria Estadual da Defesa)

Quadro 8 – Relação dos Programas para a Educação Básica do Paraná, seus objetivos e respectivas parceria/mantenedoras no período de 2019-2022

(continuação)

Programas		O que é? A que se destina?	Mantenedora/Parcerias
		Segurança Contra Incêndio e Pânico. Atua na capacitação e simulação de abandono emergencial nas edificações escolares (Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2023).	Civil (CEDEC), Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Segurança Pública (SESP-PR)
08	Celem	Programa que oferece aulas de línguas estrangeiras modernas aos alunos da rede estadual de ensino em modelo presencial e remoto (Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2023).	Secretaria de Estado de Educação do Paraná – Diretoria de Educação SEED - DEDUC
09	Colégio Cívico Militares	As escolas cívico-militares são uma modalidade de ensino que integram a rede pública estadual de educação do Paraná instituídas através de consulta à comunidade. Sua organização pedagógica e de gestão está embasada nos princípios da pedagogia militar (Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2023).	Secretaria de Estado da Educação e Esporte (SEED/PR) e as Forças Armadas
10	Educa Juntos	O Programa Educa Juntos foi instituído pela Lei Estadual n.º 21.323/2022, por meio de ações conjuntas entre a Secretaria de Estado da Educação - SEED e as secretarias municipais, de modo a atender às especificidades da Educação Infantil e Ensino Fundamental (Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2023). Se trata de instalar um regime de colaboração entre as organizações das escolas públicas, municipais e estaduais. Neste caso seriam acordos para que as escolas municipais estejam recebendo o mesmo formato de programas e projetos voltados existentes nas escolas estaduais.	Coordenação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED/ PR Movimento Colabora (Lemann, Itaú, BID, Natura, Positivo, Unibanco)
11	Educação Conectada	O Programa de Inovação Educação Conectada é uma iniciativa do Ministério da Educação e parceiros, como o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e com organizações da sociedade civil, que tem como objetivo apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso de tecnologias digitais na Educação Básica.	Parceiros: <ul style="list-style-type: none"> • CIEB (Centro de inovação para a educação Brasileira) • Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações • Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social • Conselho Nacional de Secretários de Educação União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
12	Educação em Tempo Integral	Objetiva implantar o ensino em tempo integral em escolas específicas onde todos os professores atuam integralmente, com dedicação exclusiva nessas instituições.	Coordenação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED/ PR

Quadro 8 – Relação dos Programas para a Educação Básica do Paraná, seus objetivos e respectivas parceria/mantenedoras no período de 2019-2022

(continuação)

Programas		O que é? A que se destina?	Mantenedora/Parcerias
13	Educação Financeira	Um programa idealizado e realizado pelo Governo do Paraná, que desde 2021 foi incluído como componente curricular na matriz do Ensino Fundamental e Médio.	SEED - DEDUC Secretaria de Estado de Educação do Paraná – Diretoria de Educação
14	Educação Fiscal	Se trata de cartilhas que foram entregues em 2022 aos alunos de 6º e 7º ano que enfatiza a percepção sobre a função social do tributo e o papel de cada cidadão no controle social dos recursos e políticas públicas. Em paralelo foi realizado um Curso de Disseminadores de Educação Fiscal com 140 horas em que participaram 32 professores da rede estadual de ensino e a elaboração de vídeos de animação que foram disponibilizados no RCO=aulas (Registro de Classe Online) dentro de cada ano/série.	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Fazendária do Paraná (EFAZ) • Secretaria de Fazenda do Paraná
15	Educação para o Futuro	O programa Educação para o Futuro é uma operação de múltiplas obras no setor de educação, objetiva a construção de 05 unidades novas e reformas de outras 150. Objetiva modernizar as estruturas físicas das escolas e modernizar os equipamentos tecnológicos. Esses espaços passariam a ser denominados de: Escolas do Futuro, que serão também ofertados cursos técnicos nas áreas de tecnologia, saúde e agricultura, com o propósito de desenvolver o arranjo produtivo local e aumentar a renda das famílias paranaenses.	Essas ações são financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
16	Educação Profissional e Técnica de Nível Médio	Este programa se trata de uma modalidade educacional que contempla a oferta de cursos gratuitos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, ofertados nas formas: integrada, concomitante, subsequente ou PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade - EJA).	As empresas responsáveis pelo assessoramento são: <ul style="list-style-type: none"> • UNICESUMAR • Fundação Roberto Marinho
17	Edutech	Programa desenvolvido em contraturno escolar, com a finalidade de apresentar e/ou aprimorar o conhecimento dos estudantes em Programação, contemplando o Pensamento Computacional, a Cultura e o Letramento Digital. Promove a Maratona Tech e o Concurso de "Programação" - Agrinho.	DTI/SEED (Diretoria de Tecnologia e Inovação Parcerias: <ul style="list-style-type: none"> • Associação Cactus • Movetech 2030 • Sistema FAEP • SENAR
18	Escola Segura	O programa prevê ações de relacionamento da segurança na região primária, no entorno das escolas, e na integração das forças policiais com as equipes pedagógicas e famílias dos alunos. O Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária é o responsável por treinar os policiais militares voluntários que atuarão no programa nas escolas estaduais.	Secretarias de Estado da Educação e Secretaria de Segurança Pública Parcerias: Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) Defesa Civil

Quadro 8 – Relação dos Programas para a Educação Básica do Paraná, seus objetivos e respectivas parceria/mantenedoras no período de 2019-2022

(continuação)

Programas		O que é? A que se destina?	Mantenedora/Parcerias
19	Formadores em Ação	O Programa Formadores em Ação oferece cursos online, gratuitos e obrigatórios com a prerrogativa de formação continuada aos professores que podem atuar como cursistas ou como Professores Formadores de seus colegas (Paraná, 2023). No ano de 2023 o governo instituiu a obrigatoriedade do curso para a classificação das distribuições de aulas. A APP Sindicato contestou os critérios da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) que privilegia o Curso de Formadores na distribuição de aulas.	Direção Geral da Secretaria Estadual de Educação (DG/SEED)
20	Ganhando o Mundo	O programa Ganhando o Mundo, iniciativa da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (Seed-PR), que oferece a estudantes do Ensino Médio uma formação em instituições de ensino estrangeiras que tenham curso equivalente ao Ensino Médio no Brasil. Os estudantes são selecionados com base em um ranking de melhores notas entre as escolas do Estado e após ter passado por um curso preparatório de Inglês.	Política pública de governo a ser desenvolvida por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seed-PR) em parceria com a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Seti.
21	Geração Atitude	O projeto Geração Atitude, está vinculado ao Movimento Paraná Sem Corrupção, é uma parceria do Ministério Público do Paraná, da Secretaria de Estado da Educação, da Assembleia Legislativa do Paraná e do Tribunal de Justiça do Paraná. A iniciativa contempla ações de sensibilização e formação sobre temas como cidadania, democracia, voto consciente e funcionamento dos Poderes Públicos, bem como visitas a instituições públicas e privadas para conhecer o funcionamento do Estado e o papel da cidadania na sociedade.	Parceria: Ministério Público do Paraná, da Secretaria de Estado da Educação, da Assembleia Legislativa do Paraná e do Tribunal de Justiça
22	Inglês Paraná	Trata-se de uma plataforma, que oferece um curso on-line completo de Língua Inglesa. Segundo informações do Portal da Secretária de Educação o programa de inglês teve um investimento de 13 milhões de reais. O objetivo é melhorar a pronúncia, a escrita e a conversa, visando a fluência na língua.	<i>Hult EF Corporate Education</i> , empresa que desenvolveu a plataforma.
23	Jogos Escolares	Os Jogos Escolares do Paraná (Jeps) fazem parte dos Jogos Oficiais do Paraná, são promovidos pelo Governo do Estado e organizados pela Secretaria do Esporte.	Parceria com a Secretaria de Estado da Educação e Núcleos Regionais de Educação, Escritórios Regionais do Esporte, com apoio das Prefeituras Municipais, Federação Paranaense do Desporto Escolar e Entidades de Administração do Desporto do Estado.

Quadro 8 – Relação dos Programas para a Educação Básica do Paraná, seus objetivos e respectivas parceria/mantenedoras no período de 2019-2022

(continuação)

Programas		O que é? A que se destina?	Mantenedora/Parcerias
24	Jovens Embaixadores	É um intercâmbio de curta duração nos Estados Unidos para estudantes do Brasil que estão no ensino médio e se destacam em suas comunidades. O programa é uma iniciativa oficial do Departamento de Estado dos Estados Unidos.	No Brasil, é coordenado pela Embaixada e Consulados dos EUA e implementado pela Associação Grupo Mais Unidos.
25	Jovem Senador	Programa Federal, destinado aos alunos de Ensino Médio, criado por meio da Resolução do Senado Federal nº 42 de 18/08/2010, engloba o Projeto Jovem Senador e o Concurso de Redação do Senado Federal. O nome-síntese Jovem Senador é utilizado para referir-se ao conjunto das atividades do Programa que é realizado anualmente através da proposição de um tema de redação como forma de ingresso. Os autores das 27 melhores redações — um de cada estado e do Distrito Federal — são automaticamente selecionados para vivenciar, em Brasília, o processo de discussão e elaboração das leis do país, conforme a atuação dos senadores da República (Senado Federal, 2023).	Programa do Senado Federal Parcerias: <ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Educação (MEC) • Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED)
26	Mais Aprendizagem	Programa Mais Aprendizagem foi criado em 2019 em substituição às antigas Salas de Apoio visando o atendimento aos alunos do Ensino Fundamental e Médio com defasagens de aprendizagem. O funcionamento da oferta do Programa se dá em atendimento ao contraturno escolar. As orientações seguem a INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 005/2022 – SEED/DEDUC/DAP.	Responsável: Secretaria de Educação do Paraná: <ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Acompanhamento Pedagógico (DAP) • Diretoria de Educação (DEDUC)
27	Mão Amigas	O Programa Mãos Amigas consiste em receber nos espaços escolares, pessoas do Sistema Penitenciário do regime semiaberto para execução de serviços de manutenção, conservação e reparos dos imóveis.	O Mãos Amigas é realizado em cooperação pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR) e pela Secretaria da Segurança Pública (SESP) - Polícia Penal, com interveniência da Paraná Educação.
28	Matemática Paraná: Matific	Durante o início da Pandemia, em 2020 a SEED/PR fechou uma parceria com a <i>Matific</i> , uma plataforma de games educativos de matemática. O <i>Matific</i> é oferecido gratuitamente aos alunos de Matemática do 6º e 7º anos, e atualmente é de uso obrigatório para os professores do componente curricular de Matemática. Trata-se de uma plataforma pedagógica israelense criada em 2012 que aperfeiçoa o aprendizado de matemática através de recursos lúdicos de gamificação.	Microsoft Brasil

Quadro 8 – Relação dos Programas para a Educação Básica do Paraná, seus objetivos e respectivas parceria/mantenedoras no período de 2019-2022

(continuação)

	Programas	O que é? A que se destina?	Mantenedora/Parcerias
29	Parlamento Jovem	O Parlamento Jovem (PJ) do Paraná é um projeto de iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), que pretende oportunizar aos estudantes o conhecimento da divisão dos poderes do Estado. O desenvolvimento do projeto se dá por meio de uma eleição com urnas eletrônicas, utilizando títulos eleitorais fictícios e todos os procedimentos análogos aos de uma eleição autêntica, elegem-se os vereadores mirins. Durante o período do mandato do vereador mirim, os alunos receberão subsídio formativo, em uma ação em parceria com as Câmaras Municipais, para exercer o seu mandato.	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR)
30	Parlamento Jovem Brasileiro	O Parlamento Jovem Brasileiro - PJB é um programa de educação para a democracia realizado pela Câmara dos Deputados Federais. Para participar os estudantes interessados deve preencher um formulário e indicar um professor apoiador. A escolha dos participantes acontece por meio de sorteio eletrônico e a seleção ocorre nas Etapas Locais e Estaduais de saem os representantes de cada Estado para irem até Brasília para a Etapa Nacional, onde os(as) deputados(as) jovens participam da elaboração de uma carta designada aos deputados (Câmara dos Deputados, 2023).	Responsável: Secretaria de Educação do Paraná. Parceria: Escola da Câmara (CEFOR) Câmara dos Deputados Federais
31	Presente na Escola	O Programa Presente na Escola consiste em um conjunto de estratégias de acompanhamento de frequência escolar. Para isso, utiliza-se a ferramenta <i>Power BI (Business Intelligence) da Microsoft</i> para monitorar diariamente a presença dos alunos e saber quais locais, colégios e turmas são pontos de atenção.	Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR) Parceria: <i>Microsoft</i>
32	Prova Paraná	De acordo com a Secretaria de Estado da Educação (SEED), a Prova Paraná é uma avaliação diagnóstica de larga escala, aplicada de forma trimestral para todos os estudantes da rede Estadual e de forma censitária para os alunos da rede Municipal. Tem por finalidade diagnosticar a aprendizagem dos estudantes e uma possível preparação para as provas do SAEB (Sistema de avaliação da Educação Básica) que ocorrem a cada 2 anos.	Responsável: Secretaria de Educação do Paraná: Centro de Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAED/UFJF), trata-se da instituição responsável pela elaboração da Prova Paraná.
33	Prova Paraná Mais	A Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação do Paraná (2023) é uma ferramenta que oferece um conjunto de recursos e ferramentas que dão suporte às Secretarias e às escolas, desde a preparação para a aplicação dos instrumentos até a devolutiva e a apropriação dos resultados. Dentre os recursos disponíveis na plataforma, estão: Dados e indicadores da educação básica; Ferramentas para a análise de dados; Planos de ação para a melhoria da	Responsável: Secretaria de Educação do Paraná: Centro de Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAED/UFJF), trata-se da instituição responsável

Quadro 8 – Relação dos Programas para a Educação Básica do Paraná, seus objetivos e respectivas parceria/mantenedoras no período de 2019-2022

(continuação)

Programas		O que é? A que se destina?	Mantenedora/Parcerias
		educação; Cursos de formação para gestores e professores.	pela elaboração da Prova Paraná.
34	Redação Paraná	A plataforma Redação Paraná (2023) se trata de um recurso de uso obrigatório pelos professores de Língua Portuguesa. O intuito da plataforma é levar o estudante a desenvolver suas habilidades de escrita digitando seu texto na tela de um computador. A plataforma oferece ferramentas para ajudar os alunos a identificarem e corrigirem erros gramaticais e ortográficos e os alunos devem enviar suas redações para serem corrigidas por professores.	Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR)
35	Robótica Paraná	O Programa de Robótica Educacional do Paraná é uma iniciativa que visa promover a educação tecnológica na rede pública de ensino do estado. O programa oferece formação para professores e alunos, além de recursos para a realização de projetos de robótica. É regulamentado pela Resolução n.º 4.916/2023 - GS/Seed, com oferta nas instituições de ensino estaduais como atividade complementar de ampliação de jornada, preferencialmente em contraturno.	Responsável: Secretaria de Educação do Paraná: • Diretoria de Tecnologia e Inovação (DTI) • Coordenação de Tecnologias Educacionais (CTE)
36	Se Liga!	O Se Liga! é uma ação de intensificação de aprendizagem voltada para a recuperação da aprendizagem. Cada instituição de ensino tem autonomia para designar o professor que será responsável pelas atividades pedagógicas. A Secretaria de Estado da Educação (Seed-PR) acompanha a frequência e a evolução dos resultados dos alunos participantes.	Departamento de Acompanhamento Pedagógico da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED-PR)
37	Transporte Escolar	O Programa Estadual do Transporte Escolar (PETE) é um programa do governo do Paraná que visa garantir o transporte escolar de alunos da Educação Básica, da zona rural e urbana, matriculados na Rede Estadual de Educação. O serviço do transporte escolar é realizado pelos municípios, com recursos provenientes da União, do Estado e dos próprios municípios. Os recursos federal e estadual são transferidos diretamente aos municípios, em nove e dez parcelas, respectivamente. Não é necessário que os municípios celebrem convênios ou termos de adesão para receber esses recursos.	• (PNATE): Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar do Estado. • PETE: Recursos financeiros com a finalidade de manutenção do transporte escolar dos alunos da Rede Pública Estadual de Ensino. Recursos dos próprios dos municípios.
38	Tutoria Pedagógica	Se justifica como sendo uma metodologia de formação continuada voltada ao desenvolvimento dos profissionais que estão à	Modelo transportado do Itaú Social para a educação Pública do Paraná.

Quadro 8 – Relação dos Programas para a Educação Básica do Paraná, seus objetivos e respectivas parceria/mantenedoras no período de 2019-2022

(conclusão)

	Programas	O que é? A que se destina?	Mantenedora/Parcerias
		frente da gestão escolar (diretor e pedagogo). Acontece em todas as escolas da rede, por meio de acompanhamentos pedagógicos presenciais e semanais, com o objetivo de acompanhar e instigar o acesso dos estudantes e professores às diferentes plataformas.	
39	Vôlei em Rede	Desenvolve o Ensino de Voleibol em 16 Núcleos Regionais de Educação. O Programa se desenvolve durante 02 aulas semanais em período de contraturno escolar.	Secretaria de Estado da Educação e Instituto Compartilhar.
40	Você e o Voto	O Você e o Voto é um projeto de iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) para levar aos estudantes conhecimentos e informações quanto ao processo eleitoral.	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) Escola Judiciária Eleitoral do Paraná

Fonte: Dados organizados pela autora, através do *site* de Pesquisa Programas e Projetos (Paraná, 2023h).

Nota: A coluna “O que é? A que se destina?” no que se refere ao texto, foi elaborado com base nas descrições dos programas disponibilizados pela Secretaria Estadual de Educação.